

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**VISITAÇÃO NOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS:
UM ESTUDO À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS DO EQUADOR E DA ARGENTINA**

Andrea Zimmermann

Orientador: José Augusto Drummond

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável

Brasília-DF: julho/2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**VISITAÇÃO NOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS:
UM ESTUDO À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS DO EQUADOR E DA ARGENTINA**

Andrea Zimmermann

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Política e Gestão Ambiental, opção Acadêmica.

Aprovado por:

José Augusto Drummond, Ph.D. (Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB)
(Orientador)

Iara Lucia Gomes Brasileiro, Doutora (Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB)
(Examinadora interna)

Suzana Machado Pádua, Doutora (Instituto de Pesquisas Ecológicas, IPÊ)
(Examinadora externa)

Brasília-DF, 03 de julho de 2006.

ZIMMERMANN, ANDREA

Visitação nos parques nacionais brasileiros: um estudo à luz das experiências do Equador e da Argentina. 259p., 297 mm, (UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental, 2006).

Dissertação de Mestrado–Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

1. Visitação em parques nacionais

2. Uso público em áreas protegidas

3. Ecoturismo

4. Equador e Argentina

I. UnB-CDS

II. Título (série)

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Andrea Zimmermann

“Olhe cada caminho com cuidado e atenção quantas vezes julgar necessárias. Então, faça a si mesmo e, apenas a si, uma pergunta: possui esse caminho um coração?
Em caso afirmativo, o caminho é bom.”
Carlos Castaneda



Foto: Jamal Lucas de Abreu

Meu despertar para a seriedade das conseqüências das ações de nós seres humanos, na Terra, aconteceu quando comecei a trilhar espaços naturais. Ao sentir o vento no rosto, o cheiro do mato, os sons da floresta, ao adormecer sob o céu estrelado e assistir o nascer do sol no topo de uma montanha, percebi e senti o quanto é necessário termos atitudes de seres que pertencem ao meio e não de uma espécie dominadora das outras e dos espaços em que habita.

Esta dissertação é dedicada à natureza e aos aprendizados singulares e preciosos que tenho em cada reencontro com ela.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi elaborada por diversas mãos. O apoio de colaboradores, professores, professoras, amigas e amigos foi fundamental, a quem agradeço de todo coração.

Agradeço à Universidade de Brasília, especificamente, ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, pela oportunidade de crescimento intelectual e profissional.

Grata aos meus queridos e queridas companheiros/as de turma, pela troca de aprendizados e inquietações na busca de uma sociedade mais justa com práticas sustentáveis.

Ao professor Marcel Bursztyn e à professora Maria Augsuta Bursztyn, agradeço por todo incentivo e apoio em momentos fundamentais da minha trajetória nos dois anos de mestrado.

Agradeço ao meu professor e orientador José Augusto Drummond por sua atenção, dedicação, pelos comentários e rabiscos vermelhos nos momentos certos.

Sou muito grata ao professor Jean François Tourrand e à equipe da FINATEC por todo apoio relacionado à bolsa de pesquisa do Projeto Alfa, que possibilitou a minha viagem ao Equador.

Aos amigos e amigas, colegas e simpatizantes que contribuíram para divulgar o questionário da pesquisa na Internet, formando uma bela rede. Também a quem dedicou o seu tempo para responder o questionário, sou muito grata.

A pesquisa com visitantes não teria sido possível sem a competência e a habilidade de Marcelo Persegona, que fez a interface do questionário com a Internet e preparou o banco de dados.

*Muchas gracias, às pessoas que me receberam super bem e contribuíram muito para que fosse possível acontecer o trabalho de campo nos parques nacionais da Argentina e do Equador. O esforço de listar todos seria deveras complexo. Todavia, na Argentina, destaco: os técnicos/as e guardas parque da *Administración de Parques Nacionales*, dos Parques Nacionais Los Glaciares, Nahuel Huapi e Quebrada del Condorito; os professores, professoras e funcionários da Faculdade de Turismo da Universidade de Comahue, especialmente à professora Adriana Otero.*

No Equador, a investigação foi possível graças à contribuição dos técnicos/as e estagiários do *Ministério del Ambiente*, dos Parques Nacionais Machalilla, Cotopaxi e Cajas.

Agradecimentos especiais vão para os diretores e técnicos/as dos Parques Nacionais da Serra dos Órgãos, do Caparaó, da Chapada dos Veadeiros e do Programa de Visitaçao do IBAMA.

Agradeço à querida companheira e amiga Camila Rodrigues, pelo apoio, textos, disponibilização de dados e por sua amizade.

Meus sinceros agradecimentos aos amigos/as que vivem fisicamente distantes, mas se tornam próximos pelo carinho que eu sinto por eles: família Guevara, em Cuenca; Miguel (Pepe), em Quito; e Sonia, em Neuquén.

Aos grandes amigos Thais e Lucas, pelo companheirismo, pelo apoio na pesquisa de campo nos parques brasileiros e por todo carinho, gratíssima.

Agradeço à minha família companheira e amada que em todo momento esteve paciente e com muita disposição de me ajudar. Grata aos meus amadíssimos pai (Jorg Zimmermann) e mãe (Neusa Zimmermann), que são inspiradores, motivadores, enfim, tudo de bom que uma pessoa, ou melhor, duas pessoas poderiam fazer por outra.

Ao Fabio, por seguir no caminho do guerreiro ao meu lado, lembrando e questionando o sentido e nossa atitude diante da vida, por seu companheirismo e por seu amor.

Agradeço à natureza, por me mostrar que pertencço a ela e aos momentos especiais vivenciados em parques nacionais que me inspiram a viver sustentavelmente.

Finalmente, agradeço a Deus e aos espíritos protetores, por me guiarem e me manterem equilibrada em mais este desafio que a vida me brindou.

Namastê!

RESUMO

A presente dissertação objetivou estudar a visitação nos parques nacionais brasileiros, à luz das experiências de parques nacionais da Argentina e do Equador, como subsídios para o aperfeiçoamento da política de conservação e de gestão da visitação no Brasil. Foi explorada a hipótese de que a visitação em parques nacionais é uma das estratégias que pode contribuir para que a conservação da natureza tenha um amplo sentido, não se restringindo apenas às áreas protegidas, mas também influenciando as pessoas, especialmente as urbanas, sensibilizando-as para a importância do meio ambiente e estimulando atitudes que auxiliem na sua conservação. A metodologia adotada teve duas estratégias principais: (1) realizar uma pesquisa de opinião com visitantes urbanos de parques nacionais e (2) estudar três parques nacionais no Brasil, três na Argentina e três no Equador. Os resultados da investigação com os visitantes confirmam a hipótese adotada e apontam três principais benefícios da visitação em parques nacionais: o aprendizado para a conservação do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida dos visitantes e o engrandecimento espiritual. Os aprendizados que se refletem na conservação da natureza foram manifestados em nível de reflexões e em nível de atitudes práticas adotadas no cotidiano, a partir da experiência recreativa em parques nacionais. O estudo da gestão dos parques nacionais nos três países mostrou que o Brasil ainda tem uma concepção restritiva no que tange à visitação a este tipo de área protegida. É preciso que sejam incorporadas estratégias de gestão deste bem público no sentido de ampliar e democratizar o acesso dos cidadãos; de adotar práticas diversificadas de manejo; de trabalhar em parceria; e de estimular a visitação ordenada de forma comercial e não-comercial.

Palavras-chave: visitação em parques nacionais / uso público em áreas protegidas / ecoturismo / parques nacionais / políticas ambientais / Equador / Argentina / unidades de conservação.

ABSTRACT

This study seeks to examine the patterns of visitation in Brazilian national parks, in the context of similar experiences in Argentina and Ecuador, in order to identify traits that may aid in better conservation policies and in improved visitation management in Brazil. The hypothesis tested was that visitation to national parks may contribute to make nature conservation gain a wider meaning, affecting not only protected areas themselves but also making people – special those of urban origins – more sensitive to the importance of the natural environment and enhancing attitudes that favor its conservation. The methodology employed followed two strategies. First, a public opinion survey was conducted among urban visitors to Brazilian national parks. Second, field studies were made in nine national parks – three in Brazil, three in Argentina, three in Ecuador. Survey results confirmed the hypothesis and point towards three types of benefits generated by visitation to national parks – visitors learn to conserve the natural environment, their quality of life is improved and they experience spiritual strengthening. These benefits were voiced in the form of reflections about the effects of visitation and were translated into behavioral changes reported by visitors in their everyday lives. Field studies showed that Brazil adopts a restrictive concept of visitation to national parks, as compared to Argentina and Ecuador. The study suggests that the adoption of new management strategies – such as partnerships, innovative practices and commercial and non-commercial forms of stimulating visitation - is required to make Brazilian national parks more widely accessible to its citizens.

Key words: national park visitation / protected areas / ecotourism / environmental policy / Ecuador / Argentina / conservation units.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	17
1. PARQUES NACIONAIS – ORIGENS DE CRIAÇÃO E DE IDEOLOGIA DE GESTÃO	21
1.1 NASCIMENTO DOS PARQUES NACIONAIS: A PROTEÇÃO DE PAISAGENS CÊNICAS QUE EMOCIONAM, DE ESPAÇOS ONDE O SER HUMANO E NATUREZA SE ENCONTRAM	21
1.2 A TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO E OS PRESSUPOSTOS DA GESTÃO DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS	23
2. REFERENCIAIS CONCEITUAIS PARA ESTUDAR A VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS	33
2.1 ECOTURISMO / TURISMO ECOLÓGICO.....	34
2.2 RECREAÇÃO	38
2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	40
2.4 VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS - A ABORDAGEM ESCOLHIDA	42
3 VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA .	47
3.1 MANEJO DA VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS	47
3.1.1 GERENCIAMENTO DOS IMPACTOS DA VISITAÇÃO AO AMBIENTE	48
3.1.2 A PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DA VISITAÇÃO	51
3.1.4 UM CASO DE DESTAQUE: A ALIANÇA ENTRE CRIATIVIDADE, USO DE TÉCNICAS ADEQUADAS, PARTICIPAÇÃO E INICIATIVA NA GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DO MARUMBI	53
3.2 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL – UMA VALIOSA FERRAMENTA PARA A GESTÃO DA VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS	55
3.3 EXPERIÊNCIAS RECREATIVAS EM AMBIENTES NATURAIS E O DESPERTAR PARA O CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE	62
4 MÉTODOS E MATERIAIS DE PESQUISA	68
4.1 MÉTODOS	68
4.2 MATERIAIS	73

4.2.1 DADOS DAS ÁREAS DE ESTUDO	73
5 RESULTADOS	111
5.1 A PERCEPÇÃO DOS VISITANTES SOBRE OS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS	111
5.1.1 RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA COM VISITANTES DE PARQUES NACIONAIS	111
5.1.2 ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESPORTES DE MONTANHA	135
5.2 GESTÃO DA VISITAÇÃO NOS PAÍSES E PARQUES NACIONAIS PESQUISADOS	140
5.2.1 VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS DO BRASIL	140
5.2.1.1 ENFOQUE FEDERAL	140
5.2.1.2 ENFOQUE LOCAL – ESTUDOS DE CASO	146
5.2.2 VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS DO EQUADOR	180
5.2.2.1 ENFOQUE FEDERAL	180
5.2.2.2 ENFOQUE LOCAL – ESTUDOS DE CASO	186
5.2.3 VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS DA ARGENTINA	213
5.2.3.1 ENFOQUE FEDERAL	213
5.2.3.2 ENFOQUE LOCAL – ESTUDOS DE CASO	219
CONCLUSÃO	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	250
ANEXOS	

LISTA DE FIGURAS

ILUSTRAÇÕES

Figura 1.1 Localização dos parques nacionais brasileiros	25
Figura 2.1 Gradiente de distinção entre atividades turísticas e não-turísticas em parques nacionais	43
Figura 3.1 Sistema de gestão de visitação do Limite Aceitável de Câmbio	51
Figura 4.1 Estratégia de pesquisa	68
Figura 4.2 Localização dos parques nacionais estudados	71
Figura 4.3 Localização geográfica do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	74
Figura 4.4 Feições geomorfológicas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	76
Figura 4.5 Localização geográfica do Parque Nacional do Caparaó	78
Figura 4.6 Feições geomorfológicas do Parque Nacional do Caparaó	80
Figura 4.7 Localização geográfica do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	82
Figura 4.8 Relevo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	83
Figura 4.9 Imagens das cachoeiras Dois Saltos e Cariocas	84
Figura 4.10 Mapa de localização do Parque Nacional Cotopaxi	86
Figura 4.11 Face sul do vulcão Cotopaxi	87
Figura 4.12 Mapa de localização do Parque Nacional Machalilla	89
Figura 4.13 Formações da área montanhosa e da Ilha da Prata	90
Figura 4.14 Fotografias do piquero de patas azuis, do emascarado e de fragatas na Ilha da Prata	92
Figura 4.15 Localização geográfica do Parque Nacional Cajas	93
Figura 4.16 Relevo do Parque Nacional Cajas	95
Figura 4.17 Localização do Parque Nacional Nahuel Huapi	97
Figura 4.18 Relevo do Parque Nacional Nahuel Huapi	99
Figura 4.19 Mapa simplificado do Parque Nacional Los Glaciares	102
Figura 4.20 Maciço do Fitz Roy e glaciar Perito Moreno.....	104
Figura 4.21 Croqui de localização do Parque Nacional Quebrada del Condorito	106
Figura 4.22 Feições geomofológicas do Parque Nacional Quebrada del Condorito	108
Figura 4.23 Fauna do Parque Nacional Quebrada del Condorito	109
Figura 5.1 Localização dos principais atrativos do Parque Nacional da Serra dos Órgãos...	148
Figura 5.2 Centro de visitantes da sede Guapimirim do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	149

Figura 5.3 Abrigo 4 e pousada do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	150
Figura 5.4 Exemplos de placas e painéis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos	157
Figura 5.5 Centro de visitantes do Parque Nacional do Caparaó	162
Figura 5.6 Áreas de acampamento e piquenique do Parque Nacional do Caparaó	163
Figura 5.7 Sinalização de áreas de visitação do Parque Nacional do Capara�o	167
Figura 5.8 Atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros onde a visita�o � permitida	170
Figura 5.9 Centro de visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	172
Figura 5.10 Sistema Nacional de áreas Protegidas do Equador	181
Figura 5.11 Centro de visitantes do Parque Nacional Cotopaxi	188
Figura 5.12 Exemplos da sinaliza�o indicativa do Parque Nacional Cotopaxi	192
Figura 5.13 Exemplos da sinaliza�o interpretativa do Parque Nacional Cotopaxi	192
Figura 5.14 Centro de visitantes do Parque Nacional Machalilla	196
Figura 5.15 Museu arqueológico de Agua Blanca	198
Figura 5.16 Exemplos de placas do Parque Nacional Machalilla	201
Figura 5.17 Centro de visitantes do Parque Nacional Cajas	205
Figura 5.18 Localiza�o geográfica das áreas protegidas argentinas sob jurisdi�o da APN	214
Figura 5.19 Exemplos da sinaliza�o utilizada no Parque Nacional Nahuel Huapi	225
Figura 5.20 Centro de visitantes de El Chaltén e de El Calafate no Parque Nacional Los Glaciares	228
Figura 5.21 Exemplos da sinaliza�o do Parque Nacional Los Glaciares	232
Figura 5.22 Sinaliza�o do Parque Nacional Quebrada del Condorito	238

GRÁFICOS

Gráfico 1.1 Número de parques nacionais, por gera�es, criados de 1937 a 2006	26
Gráfico 5.1 Representa�o dos participantes da pesquisa por g�nero	111
Gráfico 5.2 Faixa etária dos participantes da pesquisa	112
Gráfico 5.3 Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa	112
Gráfico 5.4 Rendimento mensal dos participantes da pesquisa	113
Gráfico 5.5 Participa�o dos respondentes em entidades relacionadas a atividades recreativas ou esportivas na natureza (em números absolutos e percentuais)	114

Gráfico 5.6	Frequência em que os respondentes visitam parques nacionais brasileiros	117
Gráfico 5.7	Respondentes que já visitaram parques nacionais fora do Brasil (em números absolutos e percentuais)	119
Gráfico 5.8	Formas de organização das visitas dos respondentes aos parques nacionais brasileiros	120
Gráfico 5.9	Opinião dos respondentes quanto à qualidade de sua visita aos parques nacionais brasileiros	122
Gráfico 5.10	Influência da visita a um parque nacional nas atitudes cotidianas dos visitantes	128
Gráfico 5.11	Renda mensal dos respondentes que assumem o propósito de conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana, a partir de visitas aos parques nacionais	133
Gráfico 5.12	Nível de escolaridade dos respondentes que têm assumem propósito de conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana, a partir de visitas aos parques nacionais	133
Gráfico 5.13	Frequência de visitas aos parques nacionais de respondentes influenciados a conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana	134
Gráfico 5.14	Qualidade das visitas aos parques nacionais de respondentes influenciados a conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana	135
Gráfico 5.15	Situação da visitação nos parques nacionais brasileiros em 2006	141
Gráfico 5.16	Visitantes dos parques nacionais brasileiros de 2000 a 2005	141
Gráfico 5.17	Situação dos parques nacionais brasileiros, no que tange à existência de planos de manejo ou de uso público, 2005	144
Gráfico 5.18	Arrecadação anual com a visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos de 1992 a 2005.....	153
Gráfico 5.19	Quantidade de visitantes que ingressou nos parques nacionais equatorianos no período de 1999 a 2003	184
Gráfico 5.20	Visitação nos parques nacionais argentinos, 1990 – 2004	215
Gráfico 5.21	Visitantes do Parque Nacional Quebrada del Condorito de 1996 a 2004	234

QUADRO

Quadro 5.1	Perfil dos visitantes do Parque Nacional do Caparaó, de acordo com Kinker (2002) e Duarte (2005)	160
------------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Gerações de parques nacionais	24
Tabela 5.1 Local de moradia participantes da pesquisa	113
Tabela 5.2 Entidades a que são associados os respondentes, por estado da federação	115
Tabela 5.3 Parques nacionais visitados pelos respondentes	117
Tabela 5.4 Principais objetivos das visitas aos parques nacionais do Brasil	121
Tabela 5.5 Sugestões dos respondentes para tornar as visitas aos parques nacionais mais proveitosas	122
Tabela 5.6 Quantidade de visitantes dos parques nacionais brasileiros de 2000 a 2005	142
Tabela 5.7 Valores cobrados para visita ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 2006	152
Tabela 5.8 Valores cobrados para visita ao Parque Nacional do Caparaó, 2005	164
Tabela 5.9 Número de visitantes dos parques nacionais do Equador de 1999 a 2003	184
Tabela 5.10 Valores cobrados para ingresso ao Parque Nacional Cotopaxi, por tipo de visitante	190
Tabela 5.11 Valores cobrados para ingresso ao Parque Nacional Machalilla, 2005.....	198
Tabela 5.12 Taxa por serviços ambientais do Parque Nacional Cajas	207
Tabela 5.13 Número de visitantes dos parques nacionais argentinos, 2000 – 2004	216
Tabela 5.14 Valores individuais cobrados para ingresso ao Parque Nacional Nahuel Huapi	222
Tabela 5.15 - Valores cobrados para visita individual ao Parque Nacional Los Glaciares em 2005.....	225

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo produtivo local
APN	<i>Administración de Parques Nacionales</i>
CBME	Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais
ETAPA	Empresa Pública Municipal de Telecomunicações, Água Potável e Esgoto
EUA	Estados Unidos da América
FEMERJ	Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização não-governamental
PARNA	Parque Nacional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNAP	Sistema Nacional de Áreas Protegidas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação da Natureza
UICN	União Internacional para Conservação da Natureza
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

INTRODUÇÃO

Existe uma preocupação mundial e um interesse crescentes de diferentes segmentos da sociedade em conservar a natureza. No Brasil, as unidades de conservação (UC), especialmente o grupo de proteção integral, do qual os parques nacionais fazem parte, são consideradas instrumentos fundamentais para a proteção ambiental. Com a criação de espaços legalmente protegidos, surgem questões sobre como conservar, quais serão os efeitos disto, quem deve desempenhar esta tarefa, qual o alcance dos benefícios desta conservação, dentre outras.

As respostas a estas perguntas são desafiadoras e envolvem a análise de diversos atores sociais sobre o contexto das áreas, o desenvolvimento sustentável local e regional, as singularidades ecossistêmicas, as estratégias de manejo, as características sociais e biofísicas das áreas, dentre outros aspectos. Nesta pesquisa, não se pretende abordar todas essas questões, mas refletir especificamente sobre a visitação nos parques nacionais brasileiros, como um componente da sua gestão que envolve a participação da sociedade, a partilha dos benefícios da conservação, a prestação de serviços ao público e a oportunidade de ampliar a conservação ambiental para além do espaço físico dos parques.

Este estudo parte da hipótese de que a visitação em parques nacionais é uma das estratégias que pode contribuir em grau relevante para que a conservação da natureza ganhe um sentido amplo, não se restringindo apenas às áreas protegidas, mas também influenciando as pessoas, especialmente as urbanas, sensibilizando-as para a importância do meio ambiente e estimulando atitudes que auxiliem na sua conservação.

O objetivo que orienta a pesquisa como um todo é estudar a visitação nos parques nacionais brasileiros, à luz das experiências de parques nacionais da Argentina e do Equador, para extrair subsídios para o aperfeiçoamento da política de conservação e de gestão da visitação no Brasil. Especificamente, as seguintes questões norteiam esta investigação:

- ➔ Existe um aprendizado a partir das experiências recreativas vivenciadas em parques nacionais que influencia a atitude de pessoas no seu dia-a-dia nas cidades?

- ➔ Qual a concepção institucional da visitação em parques nacionais dos três países focalizados?
- ➔ Que oportunidades existem para a visitação nos parques nacionais estudados?
- ➔ O que dificulta a gestão da visitação nos parques nacionais?
- ➔ Quais estratégias são adotadas para a gestão da visitação nos parques nacionais?
- ➔ O potencial educativo de uma visita é considerado na gestão de todas as atividades de visitação realizadas nos parques nacionais?
- ➔ Qual a importância, do ponto de vista dos seus gestores, da visitação nos parques nacionais?

Os parques nacionais foram escolhidos como foco de análise, porque são lugares com paisagens que são destinos de atividades recreativas e de lazer em contato com a natureza e porque o uso público é um dos seus objetivos de criação. Muitos lugares, historicamente visitados por excursionistas e montanhistas, hoje se encontram dentro de parques nacionais. Como exemplo, vale citar a Pedra do Sino, com 2.263 metros, o ponto culminante do Parque Nacional Serra dos Órgãos (RJ), visitada desde 1841, e o Pico das Agulhas Negras, localizado na Serra da Mantiqueira, com altitude de 2.787 metros, conquistado no ano de 1856 (LEUZINGUER, 2002).

No Brasil, a visitação é oficialmente permitida em apenas 32% parques nacionais. Dentre estes, muitos estão em situação precária, com pouca infra-estrutura e oportunidades recreativas restritas. As razões para isto estão relacionadas à ideologia de gestão das UC e a diversas dificuldades de gestão. Para auxiliar a análise da visitação nos parques nacionais brasileiros, serão estudadas as experiências de dois países sul-americanos, a Argentina e o Equador, numa perspectiva de troca de saberes e aprendizados para a gestão da visitação. O estudo dos três países foi feito em âmbito federal, para uma visão de gestão institucional e de políticas públicas e, em nível local, com o propósito de conhecer as estratégias de manejo da visitação utilizadas. A Tabela 1 mostra os parques nacionais escolhidos como estudos de caso.

Tabela 1 – Parques nacionais estudados no Brasil, na Argentina e no Equador

	Brasil	Argentina	Equador
parques nacionais	. Serra dos Órgãos . Caparaó . Chapada dos Veadeiros	. Nahuel Huapi . Los Glaciares . Quebrada del Condorito	. Cotopaxi . Machalilla . Cajas

Cumprе salientar que não se trata de realizar uma análise comparativa do Brasil em relação aos outros dois países, tarefa que exigiria uma avaliação da gestão da visitação nos parques nacionais ou uma definição de parâmetros comparativos. Tomando emprestadas as palavras de Enrique Leff (2002), quando discute a interdisciplinaridade e a sua relação com a complexidade ambiental, busca-se aqui um “diálogo de saberes” para que as diferentes experiências de gestão sejam compartilhadas e contribuam para o aprendizado no trilhar do caminho para a proteção ambiental e para a prestação de um serviço de qualidade aos cidadãos. Compartilhar diferentes experiências gera um espaço fértil para aperfeiçoamento de práticas e para a percepção de novas possibilidades a partir da experiência do outro. Em se tratando de gestão da visitação em parques nacionais, abre-se o caminho para a adoção de outras estratégias e práticas para manejo do uso público.

Além dos estudos dos casos de parques nacionais do Brasil, da Argentina e do Equador, foi realizada uma pesquisa amostral, via Internet, com visitantes urbanos de parques nacionais brasileiros. Foram obtidas 440 respostas. A metodologia utilizada para realização deste trabalho será apresentada em um capítulo específico.

Quanto à estrutura da dissertação, o Capítulo 1 faz uma reflexão sobre o contexto histórico da criação de espaços protegidos, especialmente, de parques nacionais, a fim de conhecer os pressupostos da gestão da visitação neste tipo de unidade de conservação. O Capítulo 2 se dedica à compreensão dos diferentes aspectos que compõem o conceito de visitação em parques nacionais. O Capítulo 3 traz uma discussão sobre alguns elementos-chave na relação entre visitação em parques nacionais e a conservação da natureza: o manejo da visitação; a interpretação ambiental; e os efeitos da visitação nas atitudes das pessoas que participam de atividades recreativas em ambientes naturais.

O Capítulo 4 trata da metodologia seguida para realização desta pesquisa. São apresentados os métodos e procedimentos utilizados e uma breve descrição dos parques nacionais estudados, para facilitar a compreensão dos resultados. Finalmente, o Capítulo 5 apresenta os resultados desta investigação em quatro seções principais: a primeira trata da opinião dos visitantes sobre os parques nacionais brasileiros e sobre a sua vivência recreativa; a segunda trata a gestão da visitação dos parques nacionais do Brasil; a terceira discute o caso do Equador; e a quarta aborda a visitação nos parques nacionais da Argentina.

Como conclusão, são apresentadas uma síntese das respostas às questões norteadoras desta pesquisa, bem como propostas para a gestão da visitação nos parques nacionais brasileiros e sugestões de estudos a serem aprofundados em temáticas relacionadas à gestão da visitação em unidades de conservação.

1. PARQUES NACIONAIS – ORIGENS DE CRIAÇÃO E DE IDEOLOGIA DE GESTÃO

Este capítulo tem o propósito de abordar historicamente o contexto da criação de espaços protegidos, especialmente, de parques nacionais, a fim de conhecer os pressupostos da gestão da visitação neste tipo de unidade de conservação no Brasil.

1.1. NASCIMENTO DOS PARQUES NACIONAIS: A PROTEÇÃO DE PAISAGENS CÊNICAS QUE EMOCIONAM, DE ESPAÇOS ONDE O SER HUMANO E NATUREZA SE ENCONTRAM

As iniciativas de conservação da natureza, por meio da criação de espaços protegidos, têm origens muito antigas. Segundo Davenport e Rao (2002), as primeiras diretrizes para a conservação da vida silvestre de que se tem registro foram promulgadas na Índia, quatro séculos antes de Cristo, a fim de proteger florestas sagradas. Seja por motivos religiosos, de manutenção da caça e de recursos hídricos, dentre outros, durante a história da humanidade, sociedades e governos em todo o mundo criaram formas de conservar espaços naturais controlando a interferência humana em diversos graus.

Apesar de transcorridos mais de dois mil anos desde que se iniciaram as primeiras iniciativas descontínuas de proteção da natureza, o modelo de unidades de conservação conhecido hoje, em muitos países, inclusive no Brasil, tem como marco o ano de 1872 quando, nos Estados Unidos da América, foi criado o Parque Nacional Yellowstone (DRUMMOND, 1997; DAVENPORT e RAO 2002, MILANO 2002).

A idéia de criar este parque surgiu ao redor de uma fogueira, à luz da lua e das estrelas, em um acampamento, na área que, futuramente, seria protegida. Cornelius Hedges, um membro da expedição que explorava terras para “civilizá-las”, emocionou-se com a beleza e a magnitude do lugar. Por isso, ele iniciou um movimento para protegê-lo, evitando que ele fosse comercializado dentro das políticas de democratização da posse da terra características da ocupação de grande parte do que é hoje o Oeste dos EUA. Outros parques nacionais como o Yosemite e o Sequóia foram criados na seqüência, com o propósito que revela a essência da filosofia norte-americana de estabelecer parques nacionais: proteger, interpretar e administrar

lugares com paisagens cênicas espetaculares, com atributos naturais grande valor, para benefício das atuais e futuras gerações de cidadãos norte-americanos. Albright, Dickenson, e Mott (1987, p.1), na apresentação da publicação sobre a história do Serviço Nacional de Parques dos EUA, intitulada *National Park Service: the history behind the scenery*, mencionam que os parques norte-americanos “... são mais do que cenários superlativos e fenômenos naturais; os seus monumentos preservam áreas de grande valor histórico, pré-histórico e científico. Como um todo, eles representam os maiores tesouros da América...”. A criação dos parques impediu a realização de atividades danosas ao meio como a retirada de madeira, a mineração, a construção de ferrovias, a deposição de materiais, a ocupação residencial, bem como outros fins que não fossem recreativos, educativos ou científicos.

Diegues (2001) sugere que, desde as origens das áreas protegidas, existiam duas visões de proteção da natureza nos EUA sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir. Muir foi o precursor mais importante do preservacionismo, a visão de proteção da natureza que estava na essência da criação dos parques americanos. Muir defendia que a base do preservacionismo vem de um organicismo no qual o respeito pela natureza surge do reconhecimento do ser humano como parte integrante dela. Deste modo, o meio ambiente tem um valor intrínseco de existência e a interferência humana deve ser a mínima possível. Segundo Diegues (2001, p. 30), a essência desta concepção é “a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)”.

Pinchot, por sua vez, representava o conservacionismo e acreditava que a conservação deveria se basear em três princípios: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos” (DIEGUES, 2001, p.29). Segundo Pádua (2006, p.1), “a visão conservacionista, contempla o amor pela natureza, mas permite o uso sustentável e assume um significado de salvar a natureza para algum fim ou integrando o ser humano”.

Um importante teórico e ativista de um momento posterior do movimento norte-americano de criação de parques nacionais, depois de Muir, foi Aldo Leopold. Nas palavras de Pádua (2006, p. 2): “Aldo Leopold deu uma grande contribuição ao conservacionismo, pois demonstrava o amor de um preservacionista pela natureza, mas trabalhou para integrar o ser humano às áreas naturais, atribuindo uma dimensão de maior acessibilidade e importância a elas”. Em seu livro *A Sand County Almanac*, Aldo Leopold afirmava que: “uma decisão

sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. Esta comunidade inclui o solo, a água, a fauna e flora, como também as pessoas. É incorreto quando tende para outra coisa” (Leopold¹ *apud* DIEGUES, 2001, p. 32).

De um modo geral, pode-se dizer que os parques nacionais nasceram de bases preservacionistas que, partindo do contexto da rápida expansão urbana e industrial, propuseram espaços públicos isolados para a conservação ambiental, em locais de grande beleza cênica, onde as pessoas urbanas pudessem apreciar e desfrutar de uma natureza selvagem, em seu estado puro.

Segundo Drummond (1997), desde a criação de Yellowstone, o conceito de parque nacional se desdobrou em diferentes vertentes. Os critérios para escolha de áreas a serem protegidas deixaram de ser meramente “espetaculares” para considerar fatores como a representatividade ecossistêmica, proteção à fauna, à flora, aos recursos hídricos, à diversidade biológica, incorporando ainda alguns aspectos sociais. Com o aumento da necessidade e dos motivos para a criação de espaços protegidos, surgiram outros tipos de UC, além dos parques nacionais, como: reservas da biosfera, estações ecológicas e reservas biológicas, dentre outros.

1.2 A TRAJETÓRIA DA CRIAÇÃO E OS PRESSUPOSTOS DA GESTÃO DOS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

As primeiras propostas de estabelecer parques nacionais no Brasil partiram do engenheiro e político André Rebouças, no ano de 1876, inspirado pelos exemplos norte-americanos. A proposta inicial de Rebouças era criar dois parques nacionais, um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (PÁDUA, 1997). A idéia original de Rebouças não se concretizou e a criação do primeiro parque nacional brasileiro, o de Itatiaia, ocorreu somente em 1937, 65 anos depois de Yellowstone. O propósito de criação do parque pautou-se principalmente no estímulo à pesquisa científica e ao desenvolvimento turístico (MILANO, 2000). A intenção foi preservar parte do patrimônio biótico e geomorfológico de um dos mais

¹ LEOPOLD, A. *A Sand County*. New York, 1949.

belos e expressivos trechos da Serra da Mantiqueira, o Maciço de Itatiaia e disponibilizar um espaço público para uso recreativo da população (BARROS, 2003). As palavras de Hubmayer, da Sociedade Brasileira de Geografia, citadas por Diegues (2001, p.113), expressam bem os argumentos para a criação deste parque:

“sem igual no mundo, estaria às portas da bela capital, oferecendo, portanto, aos cientistas e estudiosos inesgotável potencial para as mais diversas pesquisas, além de oferecer um retiro ideal para a reconstituição física e psicológica após o trabalho exaustivo nas cidades. Outrossim, apresentaria fonte de satisfação a excursionistas e visitantes curiosos dos atrativos da natureza local”.

Os objetivos da criação do Parque Nacional de Itatiaia evidenciam que a concepção preservacionista, presente na criação dos parques nacionais norte-americanos, estava na gênese dos parques nacionais brasileiros. Para a compreensão da trajetória dos parques nacionais brasileiros, será utilizada a abordagem “geracional”, proposta por Drummond (1997), cuja pertinência se deve ao padrão cronológico irregular de criação das UC no Brasil, como definido pelo autor. As cinco gerações são apresentadas na Tabela 1.1. Vale salientar que foi prolongado o período da quinta geração até 2006, a fim de atualizar os dados publicados em 1997. A Figura 1.1 apresentada na seqüência mostra a localização geográfica de todos os parques nacionais brasileiros criados até maio de 2006.

Tabela 1.1 – Gerações de parques nacionais

gerações	período	parques nacionais criados no período
primeira	1937-1939	Itatiaia, Iguazu e Serra dos Órgãos.
segunda	1959-1961	Aparados da Serra, Ubajara, Araguaia, Chapada dos Veadeiros, Tijuca, Emas, Brasília, Caparaó, São Joaquim, Sete Cidades e Monte Pascoal.
terceira	1971-1974	Serra da Bocaina, Serra da Canastra, Amazônia.
quarta	1979-1986	Serra da Capivara, Picaás Novos, Pico da Neblina, Cabo Orange, Jaú, Pantanal Matogrossense, Lençóis Maranhenses, Marinho dos Abrolhos, Serra do Cipó, Chapada Diamantina, Lagoa do Peixe.
quinta	1988-2006	Marinho de Fernando de Noronha, Serra do Divisor, Monte Roraima, Grande Sertão Veredas, Chapada dos Guimarães, Superagui, Serra Geral, Ilha Grande, Viruá, Serra da Mocidade, Serra das Confusões, Restinga de Jurubatiba, Descobrimto, Pau Brasil, Cavernas do Peruaçu, Serra da Bodoquena, Serra da Cutia, Saint-Hilaire/Lange, Montanhas do Tumucumaque, Nascentes do Rio Parnaíba, Catimbau, Jericoacoara, Pontões Capixabas, Sempre-Vivas, Serra do Itajaí, Serra do Pardo, Chapada das Mesas, Serra de Itabaiana, Araucárias, Jamaxim, Rio Novo, Campos Gerais.

Fonte da atualização dos dados: MMA/2006.

Figura 1.1 – Localização dos parques nacionais brasileiros



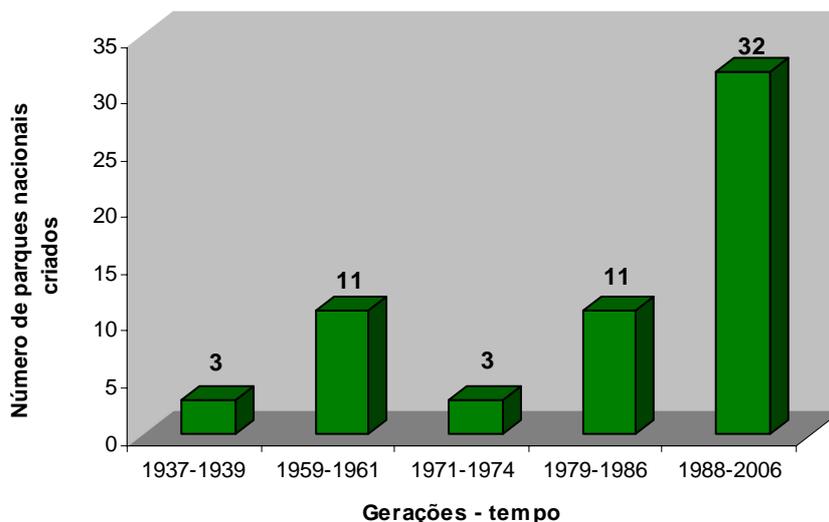
0 200 400 800 1.200 Km

LEGENDA:

ordem	parque nacional	ano de criação	região	ordem	parque nacional	ano de criação	região	ordem	parque nacional	ano de criação	região
1	Araguaia	1959	N	21	Lençóis Maranhenses	1979	NE	41	Serra dos Orgãos	1939	SE
2	Amazônia	1974	N	22	Marinho de Abrolhos	1981	NE	42	Tijuca	1961	SE
3	Pacaás Novos	1979	N	23	Chapada Diamantina	1983	NE	43	Caparaó	1961	SE
4	Pico da Neblina	1979	N	24	Marinho de Fernando de Noronha	1985	NE	44	Serra da Bocaina	1971	SE
5	Jaú	1980	N	25	Serra das Confusões	1988	NE	45	Serra da Canastra	1972	SE
6	Cabo Orange	1980	N	26	Descobrimento	1998	NE	46	Serra do Cipó	1984	SE
7	Serra do Divisor	1989	N	27	Pau Brasil	1999	NE	47	Restinga de Jurubatiba	1998	SE
8	Monte Roraima	1989	N	28	Catimbau	1999	NE	48	Cavernas do Peruaçu	1999	SE
9	Viruá	1998	N	29	Jericoacoara	2002	NE	49	Pontões Capixabas	2002	SE
10	Serra da Mocidade	1998	N	30	Chapada das Mesas	2002	NE	50	Sempre-Vivas	2002	SE
11	Serra da Cutia	2001	N	31	Serra de Itabaiana	2005	NE	51	Iguaçu	1939	S
12	Montanhas do Tumucumaque	2002	N	32	Grande Sertão Veredas	2005	NE/SE	52	Aparados da Serra	1959	S
13	Serra do Pardo	2005	N	33	Emas	1989	CO	53	São Joaquim	1961	S
14	Jamanxim	2006	N	34	Brasília	1961	CO	54	Lagoa do Peixe	1986	S
15	Rio Novo	2006	N	35	Chapada dos Veadeiros	1961	CO	55	Superagui	1989	S
16	Nascentes do Rio Parnaíba	2002	N/NE	36	Pantanal Matogrossense	1961	CO	56	Serra Geral	1992	S
17	Ubajara	1959	NE	37	Chapada dos Guimarães	1981	CO	57	Saint-Hilaire/Lange	2001	S
18	Monte Pascoal	1961	NE	38	Serra da Bodoquena	1989	CO	58	Serra do Itajaí	2004	S
19	Sete Cidades	1961	NE	39	Ilha Grande	2000	CO/S	59	Araucárias	2005	S
20	Serra da Capivara	1959	NE	40	Itatiaia	1997	SE	60	Campos Gerais	2006	S

O Gráfico 1.1 a seguir ilustra as cinco gerações em relação ao número de parques criados. A última geração, com duração mais longa, caracteriza-se por uma cadência maior na criação de parques nacionais, a não ser entre 1992 e 1997 quando se passaram cinco anos sem que qualquer fosse estabelecido.

Gráfico 1.1 – Número de parques nacionais, por gerações, criados de 1937 a 2006.



Fonte: MMA/2006

Note que, entre as gerações, há períodos longos, de quase 20 anos, como é o caso da lacuna de tempo entre a primeira e a segunda geração de parques nacionais. Isto revela a descontinuidade de planejamento e de gestão e a não priorização do poder público na criação deste tipo de unidade de conservação.

Franco (2000) salienta que a criação dos três primeiros parques nacionais brasileiros demonstrava que um espaço de atuação em prol da luta de conservação da natureza estava sendo conquistado no governo. Todavia, referindo-se ao caráter crescentemente autoritário do regime varguista, ele destaca:

“com o gradual fechamento do regime, o entusiasmo dos movimentos cívicos foi esmorecendo, os cientistas conservacionistas foram perdendo espaço com Vargas e a legislação ambiental foi transgredida e engavetada na medida em que o projeto nacionalista-corporativista se identificava com a prioridade do desenvolvimento econômico” (FRANCO, 2000, p. 94).

Drummond (1997) considera que a criação dos primeiros parques nacionais se caracterizou, dentre outros aspectos, por um “caráter litorâneo”. Os cinco primeiros parques criados no Brasil, com exceção de Iguaçu, foram estabelecidos a menos de 100 km do litoral atlântico onde se concentrava a maior parte da população urbana de grandes e médias cidades. Isto facilitava o acesso da população às áreas, para fins de recreação. Parques da segunda geração, como os de Brasília e Chapada dos Veadeiros, criados entre 1959 e 1961, representaram uma interiorização das unidades de conservação, mas isso não ocorreu com o objetivo de proteção de biomas interioranos. Estes parques acompanharam a inserção administrativa do poder público em Brasília e nos seus arredores. A área de uso intensivo do Parque Nacional de Brasília, com piscinas naturais, mostra que a sua criação se justificou pela oferta de áreas de turismo e lazer para os funcionários governamentais que se transferiram para a cidade nos anos que se seguiram à sua construção.

Foi com a quarta geração de parques, ou seja, a partir de 1979, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF começou a criar parques a partir de critérios de representatividade ecossistêmica e de raridade relativa de paisagens e a priorizar o estabelecimento de parques em áreas pouco degradadas.

A preocupação com a criação de áreas protegidas para a proteção da biodiversidade no Brasil insere-se no contexto das décadas de 1960 e 1970, quando se iniciaram os debates mundiais sobre meio ambiente (MILANO, 2000). A perda de diversidade biológica, segundo Fonseca, Pinto e Rylands (1997), pode ser atribuída a uma série de fatores, ressaltando-se a redução na extensão dos habitats naturais, juntamente com a sua degradação progressiva, associada à exploração econômica de recursos naturais, à caça, à extração e à poluição.

Em 1962, no Congresso Mundial de Parques, realizado em Bali (Indonésia), o conceito de parque nacional evoluiu no sentido de sua integração no desenvolvimento sócio-econômico. Definiu-se que a proteção da natureza, por meio de parques nacionais, somente teria sentido se contribuísse para a redução do consumismo de países industrializados e para a melhoria da qualidade de vida dos países em desenvolvimento (DIEGUES, 2001).

A realização de outros eventos, como a Conferência de Estocolmo, em 1972, alertou a opinião pública mundial para a grave degradação dos recursos naturais em todo o Planeta. O ponto de partida dos debates da Conferência foi o estudo do Clube de Roma (grupo de

representantes de cientistas e autoridades preocupados com a questão ambiental), coordenado por Dennis Meadows, intitulado *Limites do Crescimento*. Estocolmo foi um marco, visto que, a partir de então, foram celebrados tratados internacionais sobre os mais diversos tipos de degradação ambiental e a população tomou conhecimento da gravidade dos impactos que o atual modelo de desenvolvimento acarreta para o ambiente. Nos anos seguintes à Conferência, aumentou a mobilização em favor de causas ambientais e cresceu o número de organizações não-governamentais – ONG atuando em termos de denúncia, de motivação da consciência ecológica e de ações pragmáticas implementando projetos em defesa da natureza (MALHEIROS, 1995).

Os anos 60 e 70 também marcaram o fortalecimento do movimento socioambientalista em contraposição à aplicação do “modelo Yellowstone” nos países em desenvolvimento. De acordo com Diegues (2001, p. 37), a ideologia deste modelo recria a dicotomia “povos” e “parques”. Ele destaca:

“É fundamental enfatizar que a transposição do ‘modelo Yellowstone’ de parques, sem moradores, vindos de países industrializados e de clima temperado para países de Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.”

Os socioambientalistas têm como sua base de atuação o relacionamento com os povos tradicionais, por meio de alianças de grupos sociais com setores do movimento ambientalista a fim de levar as reivindicações dos direitos dos povos diretamente ao cenário político. Little (2004) cita o caso emblemático dos seringueiros do Acre, que utilizaram a tática de “empates” e frearam o avanço dos madeireiros e fazendeiros sobre os seus territórios. Posteriormente, estes seringueiros, em aliança com diferentes grupos ambientalistas, pleitearam os seus direitos coletivos sobre a terra. O reconhecimento institucional destes direitos e da viabilidade de conciliar a proteção ambiental com usos humanos apropriados foi a base para a criação das reservas extrativistas e, em 1992, do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT) no IBAMA, com objetivo de atender às necessidades dos grupos extrativistas que habitam esse tipo de UC.

Desde a década de 60, ao invés de surgir no Brasil uma concepção conciliatória para a criação de áreas protegidas, o socioambientalismo e o preservacionismo² seguiram direções distintas. Os preservacionistas são veementes em afirmar que a presença humana em UC é uma ameaça à proteção da biodiversidade e os socioambientalistas defendem a integração do foco social e ambiental com a proteção das unidades de conservação por meio da gestão compartilhada, da manutenção da cultura dos povos tradicionais e da realização de atividades humanas de forma sustentável.

Milano (2002, p. 199), argumenta que:

“A questão da possível compatibilidade entre conservação da diversidade biológica e presença humana e uso dos recursos naturais em UC é um mito que, como tal, decorre de deficiências de conhecimento sobre evolução, ecologia e biologia da conservação por parte daqueles que estabelecem essa questão, ainda que seja apresentado um novo paradigma de modernidade.”

O autor enfatiza que é um equívoco a crença de que as populações tradicionais têm uma relação harmônica em relação ao meio ambiente. Ele apresenta estudos que revelam a atuação predatória dos maias há 1.600 anos atrás, bem antes da chegada dos espanhóis à América Central. A sua crítica vai além e sugere que as tentativas de compatibilizar a vida de comunidades no interior de UC e a conservação dos recursos naturais são desastrosas e partem de pressupostos falhos. Portanto, para ele, a fim de que a conservação seja efetiva, não se justifica a permanência de populações humanas no interior de áreas protegidas. Afirma que “a essência da conservação da natureza é a defesa desta em relação às atitudes humanas, majoritariamente destrutivas” (MILANO, 2002, p. 199). Autores, como Milano (2001) e Dourojeanni (1997), defendem a visão de que a natureza tem um valor intrínseco, seja ele do interesse humano ou não. Por isso, a proteção da natureza não deve se fazer para garantir a sobrevivência dos seres humanos, mas porque faz parte da identidade do ser humano como habitante da Terra.

Mercadante (2003) aponta que essas concepções antagônicas de proteção do meio ambiente estão presentes no modo como as UC são criadas e administradas no Brasil e estão refletidas na Lei 9.985, de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação -

² Little (2004) identifica, pelo menos, seis vertentes com distintas ideologias no movimento ambientalista: preservacionismo, conservacionismo, tecnoambientalismo, ecologismo, socioambientalismo e globalismo. Não obstante, neste trabalho, trataremos apenas das que mais se destacaram para compreendermos a gestão da visitação em parques nacionais.

SNUC. O SNUC define dois grupos distintos de UC: proteção integral e uso sustentável. As diferenças básicas entre os dois grupos são que as unidades de proteção integral buscam a preservação da natureza permitindo somente o uso indireto de seus recursos naturais, ou seja, elas não aceitam consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos do meio. Já as unidades de uso sustentável procuram combinar a conservação da natureza com o planejamento, a gestão territorial e a adoção de critérios de sustentabilidade para utilização de parte de seus recursos (ZIMMERMANN et al, 2005).

As categorias de UC de uso sustentável são: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural. Para o grupo de UC de proteção integral, foram estabelecidas as seguintes categorias: estação ecológica, monumento natural, reserva biológica, refúgio da vida silvestre e, parque nacional (MMA, 2002). Dentre estes tipos de UC, o parque nacional permite a visitação para fins recreativos e turísticos, enquanto as reservas biológicas e estações ecológicas permitem apenas visitação para fins educacionais.

Mercadante (2003) afirma que no Brasil prevalece a concepção de que a intervenção humana é, por definição, degradadora e, deste modo, as pessoas não devem interagir com a área a ser preservada, sejam elas populações tradicionais residentes na área ou qualquer cidadão. Nesta concepção, o Estado deve ter controle total e exclusivo na criação e na gestão de unidades de conservação. O estabelecimento de uma UC obedeceria, então, a interesses nacionais que devem prevalecer em relação a interesses locais.

As visões antagônicas sobre a gestão das UC limitam a compreensão da complexidade desses espaços que apresentam múltiplas relações e interações entre o ecossistema e o ser humano. Neste estudo, se reconhece a importância de existirem diferentes categorias de unidades de conservação, tanto as do grupo de uso sustentável quanto aquelas do grupo de proteção integral. No entanto, na realidade, não seria necessária a divisão das UC nestes dois grupos. O importante seria considerar especificidades ecossistêmicas, sociais, culturais, políticas, a participação da sociedade, dentre outros aspectos, para a definição do tipo de UC a ser estabelecida em um determinado local. Apesar da discussão sobre os critérios utilizados na escolha da categoria por ocasião da criação de uma UC ser considerada de suma importância, isto não faz parte do escopo deste trabalho. Parte-se da existência de parques nacionais, tais

como são definidos, a fim de discorrer sobre a maneira como é realizada a visitação nos mesmos.

Ao analisar a trajetória dos parques nacionais no Brasil, percebe-se que há uma forte tendência restritiva à presença humana nessas unidades, inclusive à visitação pública. Esta prática de gestão, considerada até mesmo proibitiva por autores como Leuzinger (2002), desvia-se do preservacionismo puro, de John Muir, que considerava o uso público para fins recreativos inerente à existência de parques nacionais.

A gestão pautada pela restrição à visitação aos parques nacionais é influenciada pelo movimento de contenção da perda de biodiversidade, pela necessidade de fiscalizar e diminuir ao máximo o contato do ser humano, potencialmente destruidor, com a área protegida. Leuzinger (2002, p. 34) lista diversas razões para a restrição ou a proibição do ecoturismo em parques nacionais no Brasil, tais como:

- ➔ escolha dos diretores dos parques pautada por indicações políticas e não em critérios técnicos;
- ➔ o despreparo profissional dos servidores públicos para atender ao visitante, levando a uma percepção de que o visitante é um depredador, um elemento indesejável no parque, muitas vezes, um irresponsável que, na hipótese de se acidentar durante a prática de seu esporte, trará enormes problemas para o administrador;
- ➔ insuficiente investimento do Governo na manutenção das atividades turísticas e recreativas, de modo que o administrador crê que seja melhor fechar o parque ou áreas do parque à visitação;
- ➔ dificuldades de desenvolver parcerias e promover a terceirização de serviços, devido à legislação do país, o que faz com que todo trabalho de sustentação do ecoturismo fique por conta do Governo, que nunca possui verbas.

Pádua (2000) afirma que a política de “fechamento” dos parques é antiga no órgão gestor e os principais argumentos para tal postura são a insuficiência de infra-estrutura e de pessoal. Para a autora (2000, p. 108), estes argumentos criam um círculo vicioso: “não se tem visitantes e, portanto, ingressos, porque não há infra-estrutura e pessoal e não se tem equipamento e o pessoal, porque não existem recursos financeiros disponíveis”.

No Brasil, conforme destaca Pádua (2005, p.2),

“as UCs não parecem pertencer à nação ou aos brasileiros. Pertencem ao governo, aos órgãos que as administram ou quem quer que seja, que lhes impõem restrições e as fecham com a intenção de melhor protegê-las. Pois o passado indica o contrário. Fechar as portas representa desligar as pessoas dessas áreas e com isso manter as agressões. Este modelo de gestão impede que a espécie humana se conecte afetivamente com as áreas naturais e assim valorizá-las.”

Segundo ROA et al (1983), os parques nacionais podem contribuir muito para a mudança de percepção e atitude do ser humano em busca da sustentabilidade. Os autores consideram que os parques nacionais proporcionam ao ser humano a possibilidade de entrar em contato direto com a natureza, para que a conheça, a ame e compreenda que não é alheio ao ecossistema em que habita, e sim parte integrante do mesmo, já que do equívoco de não considerar-se parte da natureza, e sim seu dono, surgiram grande parte dos problemas ambientais que atualmente enfrentamos.

Neste capítulo, foram discutidos alguns aspectos que estão na base da gestão dos parques nacionais brasileiros. Foi visto que, apesar dos parques terem sido criados segundo o modelo norte-americano, a sua trajetória no Brasil revela uma forte tendência restritiva à visitação pública. Esta visão tende a desconsiderar o valor dos parques nacionais no envolvimento do ser humano para a proteção da natureza. Os próximos capítulos são dedicados à compreensão da temática específica relativa à visitação em parques nacionais e neles são levantados elementos para discutir o potencial das experiências vivenciadas, nestes ambientes, na sensibilização da sociedade, no sentido das pessoas incorporarem atitudes mais sustentáveis no dia-a-dia.

2 REFERENCIAIS CONCEITUAIS PARA ESTUDAR A VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS

De acordo com a União Internacional para Conservação da Natureza – UICN, um parque nacional é uma área protegida terrestre ou marinha designada a: proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações atuais e futuras e; proporcionar um lugar para atividades espirituais, científicas, educativas, recreativas e turísticas, desde que sejam compatíveis com proteção do ambiente sob o aspecto ecológico e cultural. Em parques nacionais, devem ser excluídos todos os tipos de exploração ou ocupação que sejam hostis ao propósito para o qual a área foi criada (UNEP, 2005).

No Brasil, a Lei. 9.985 de 2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece como objetivos básicos da categoria parque nacional “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000, p. 16).

As duas definições apresentadas relacionam os objetivos do parque nacional a atividades de: educação ambiental, recreação e turismo. Neste trabalho, os três tipos de atividades citados são denominadas como visitação em parques nacionais. Estudiosos e profissionais da área utilizam diversas expressões quando desejam se referir ao de uso público¹ permitido no interior de parques nacionais. O capítulo, que agora se inicia, tem como propósito a compreensão dos diferentes aspectos que compõem o conceito de visitação adotado neste estudo.

¹ A realização de pesquisas científicas também é uma das atividades de uso público previstas em um parque nacional mas não se enquadra no escopo do que tratamos como visitação neste trabalho. Segundo Magro (2004, p. 49), “uso público é o termo adotado pelos órgãos oficiais, ligados ao manejo das áreas naturais protegidas no Brasil, pode ser definido como o usufruto gozado pelo público quer seja recreacionista, educador, pesquisador ou religioso”.

2.1. ECOTURISMO / TURISMO ECOLÓGICO

O termo ecoturismo foi cunhado por Ceballos-Lascuráin em 1983. Todavia, foi a partir da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, que a expressão passou a ser mais utilizada. Nesta época, com a vasta discussão de assuntos sobre a conservação do meio ambiente, a procura por ambientes naturais aumentou significativamente em diferentes segmentos da sociedade. Ceballos-Lascuráin (1996) define ecoturismo ou turismo ecológico como a viagem ambientalmente responsável e a visitação a áreas naturais relativamente pouco perturbadas, com o propósito de desfrutar e apreciar a natureza e os aspectos culturais relacionados a ela. O autor considera ainda que o turismo ecológico deve promover a conservação, causar baixo impacto ambiental e envolver as populações locais, visando a repartição dos benefícios sócio-econômicos gerados.

Atualmente, ecoturismo é uma expressão amplamente divulgada na mídia. É utilizada por parte dos empreendedores e das pessoas que exploram ambientes naturais a fim de “vender” uma idéia de aventura ou de paraíso, sem a preocupação com os impactos da degradação e da visitação em massa. Um exemplo emblemático da atividade turística de massa, em ambientes naturais, foi o que aconteceu nos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite nos Estados Unidos da América (WESTERN, 2005). Estes parques são exemplos clássicos do que tem ocorrido em diversas áreas naturais e unidades de conservação. Em suas palavras, “não demorou muito para que milhares de visitantes, com seu amor descontrolado, ameaçassem acabar com o Yellowstone” (WESTERN, 2005, p. 18). O número de visitantes aumentou em larga escala, redes hoteleiras se espalharam, foram construídas vias para facilitar o acesso aos parques. Várias espécies foram ameaçadas de extinção e o ambiente demasiadamente degradado. Ainda segundo o mesmo autor, diante da situação, as autoridades norte-americanas desenvolveram uma estratégia para conservar para o local, por meio de investimentos privados, da restrição às visitas e da cobrança de um ingresso caro. Deste modo, somente as pessoas que optavam por gastar um alto valor tiveram condições para visitar estes parques.

Adotar uma estratégia como esta no Brasil seria preocupante porque os parques são bens públicos e deveriam oferecer opções para que diferentes segmentos da sociedade tenham acesso a eles. Investimentos privados podem contribuir na gestão, mas é preciso realizar

estudos de viabilidade dos empreendimentos, tanto em termos de minimizar impactos ambientais, quanto para inclusão da comunidade local e de segmentos da população brasileira que têm baixo poder aquisitivo. A vinculação da visitação aos parques nacionais à contratação de serviços encarece a visita, podendo acarretar na elitização do acesso a ele, além de restringir as opções para a realização de atividades recreativas e, assim, diminuir a qualidade da experiência que diferentes tipos de pessoas que visitam os parques.

Voltando à abordagem conceitual, não há uma definição de turismo em ambientes naturais adotada de forma consensual pelos estudiosos e profissionais da área. Ceballos-Lascurain (1991, p. 31) define ecoturismo como “uma forma de codesenvolvimento que representa um meio prático e efetivo de atrair melhorias sociais e econômicas para todos os países e é um poderoso instrumento para a conservação das heranças naturais e culturais pelo mundo”. Healy (*apud* PIRES, 1995, p. 191) afirma que o

“ecoturismo pode ser definido como o turismo na natureza que contribui para a conservação através da geração de fundos para as áreas protegidas, criando oportunidades de trabalho para as comunidades locais e oferecendo educação ambiental. Ao promover estes objetivos, os impactos negativos da degradação ambiental, a instabilidade econômica e os impactos sócio-culturais podem ser minimizados”.

De acordo com Western (2005, p. 18), “ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Para Boo (1992), ecoturismo é uma viagem na natureza que avança em direção à conservação e aos esforços de desenvolvimento sustentável. É o resultado da convergência de duas tendências independentes, a da indústria do turismo e a dos conservacionistas.

No Brasil, um dos conceitos mais comumente utilizados foi definido pela EMBRATUR (1994, p. 19) como “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. Nesta concepção, é fundamental para o ecoturismo a sustentabilidade sócio-econômica, cultural e ecológica do lugar de destino.

Não obstante a existência deste leque de conceitos, Faria e Carneiro (2000, p. 42) afirmam que, quaisquer que sejam as linhas condutoras, as discussões sobre ecoturismo

revelam a necessidade de utilização de medidas de conservação e manejo, apresentando uma relação intrínseca entre as empresas privadas que organizam viagens para ambientes naturais, os turistas e as entidades (governamentais e não governamentais) responsáveis pela proteção das áreas naturais, além da participação da população local.

Fazer acontecer a atividade ecoturística em parques nacionais é um desafio. Faria e Carneiro (2000) apontam que, em determinados destinos, o ecoturismo não tem promovido o desenvolvimento sustentável do núcleo receptor, devido à ausência de empenho e de comprometimento político dos governos para mobilizar os recursos – humanos, financeiros, culturais e morais – que garantam a integração dos princípios ecológicos com o desenvolvimento econômico. De uma forma geral, pode-se dizer que o desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas pode envolver custos e benefícios para os diferentes atores envolvidos. De acordo com Boo (2005), os custos potenciais são a degradação do meio ambiente, as injustiças e instabilidades econômicas e mudanças socioculturais negativas. Os benefícios potenciais são a geração de renda para as áreas protegidas, o surgimento de oportunidades de emprego para as pessoas que vivem próximas a essas áreas, a promoção de educação ambiental e de conscientização sobre a conservação da natureza.

Seguindo esta lógica, sob o ponto de vista das comunidades vizinhas aos parques nacionais, as possibilidades de trabalho e oferta de serviços de apoio ao turismo seriam diversas, como por exemplo: alimentação (restaurantes, lanchonetes, sorveterias); hospedagem (pousadas, dormitórios, campings); artesanato (adornos, potes, bolsas, confecções, esculturas); venda de doces caseiros; transporte de turistas entre atrativos do entorno; serviço de condução de visitantes etc.

Inúmeras estratégias para envolvimento das comunidades do entorno de parques nas atividades ecoturísticas são adotadas no mundo. Na Uganda, por exemplo, a Política Nacional de Meio Ambiente de 1994 definiu que a renda proveniente do turismo em áreas protegidas (ingressos, fotografia etc) seria administrada por um Comitê de Gestão de Parques, no qual a comunidade local estaria representada. Neste país, parte dos lucros provenientes do turismo no Parque Nacional “*Bwindi Impenetrable*” tem gerado cerca de US\$ 4.000 por mês para cada uma das 21 vilas do entorno do parque (SEKHAR, 2003).

No Brasil, atualmente, há uma crescente organização das atividades ecoturísticas da região, onde se situa um parque nacional, na forma em arranjos produtivos locais - APL.

Arranjos produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2005). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2005), um arranjo produtivo local deve primar por uma convergência em termos de perspectivas de desenvolvimento, estabelecer parcerias e compromissos para manter e especializar os investimentos de cada um dos atores no próprio território, e promover ou ser passível de uma integração econômica e social no âmbito local.

O SEBRAE tem sido um dos promotores de arranjos produtivos locais de diversos setores da economia brasileira, inclusive do turismo em ambientes naturais e rurais. Exemplo disso é o projeto “Estímulo e Fortalecimento ao Agroturismo na Região do Caparaó”, realizado em municípios do entorno do Parque Nacional do Caparaó, em Minas Gerais. O projeto objetiva estimular e fortalecer a atividade econômica do agroturismo e do ecoturismo na região, de forma sustentável, aumentando o fluxo de turistas, gerando renda, ocupação e melhoria da qualidade de vida. Envolve ações de capacitação, educação ambiental, conservação da cultura e do ambiente local e estruturação da oferta turística (SEBRAE, 2006).

Outra iniciativa interessante está sendo desenvolvida pelo Sebrae de Goiás nos municípios do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. O intuito é promover o desenvolvimento sustentável do setor de turismo de Alto Paraíso e Cavalcante, tendo como eixos a conservação ambiental, a melhoria da qualificação empresarial e profissional, a criação de novos produtos e a promoção da região para aumentar o fluxo de turistas na baixa temporada. Os seus principais públicos-alvo são micro e pequenos negócios do setor de turismo de Alto Paraíso, Distrito de São Jorge e Cavalcante, com foco nos segmentos de meios de hospedagem (hotéis, pousadas e *campings*) e operadoras de turismo (SEBRAE, 2006).

Não obstante a validade de desenvolver projetos em diferentes lugares, eles não podem ser realizados de forma isolada e pontual. A fim de que o ecoturismo seja um componente efetivo para a sustentabilidade, em conexão com parques nacionais e com a região em que eles estão inseridos, é necessário um planejamento cuidadoso (tanto físico quanto gerencial), diretrizes e regulamentos claros que garantam um desenvolvimento estável. Para isso, é preciso trabalhar a partir de um enfoque regional com articulação intersetorial

entre governos, empresas privadas, comunidades locais, órgãos gestores de UC e organizações da sociedade civil (CEBALLOS-LASCURAÍN, 2005).

2.2. RECREAÇÃO

Recreação é um termo associado, por alguns autores, à idéia de lazer. Clawson e Kenetsch² (*apud* Takahashi, 2004) definem lazer como o tempo que sobra após dormir, trabalhar e atender às necessidades especiais. O lazer é um período de tempo, enquanto que a recreação é uma atividade (ou inatividade). Pode-se dizer que as atividades de recreação são realizadas por pessoas, em seu tempo disponível para lazer, com intuito de relaxamento ou entretenimento, de inúmeras maneiras como, por exemplo, ouvir música, dançar, jogar, assistir televisão, viajar, ler livros, praticar atividades físicas etc.

As atividades recreativas, em parques nacionais, são aquelas realizadas em contato com a natureza. Segundo o Decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979, que regulamenta os parques nacionais brasileiros, atividades ao ar livre, passeios, caminhadas, escaladas, contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, devem ser permitidos e incentivados, desde que se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades dos parques nacionais (BRASIL, 1979, Art. 34).

Os praticantes de algumas atividades recreativas, como escaladores, mergulhadores, espeleólogos e canionistas, caracterizam-se por terem conhecimentos e habilidades específicas para a atividade que praticam. Graydon (1992) explica que a escalada, por exemplo, é tradicionalmente um esporte que envolve o raciocínio pessoal. Ou seja, um escalador ou uma equipe de escaladores deve levar para uma rocha os seus conhecimentos, habilidades, ferramentas e experiência para cuidar de sua segurança e praticar a atividade de forma consciente e adequada.

Apesar de serem necessários equipamentos e técnicas especiais para a realização de algumas atividades recreativas ao ar livre, Magro (2004, p.52) salienta que “a verdadeira apreciação da natureza não necessita nada mais do que a disponibilidade de áreas propícias

² CLAWSON, M e KNETSCH, J.L. *Economics of outdoor recreation*. Maryland: The Johns Hopkins Press, 1974.

para este fim, disponibilidade de algum tempo livre e disposição para caminhar”. Takahashi (2004) classifica os benefícios da recreação em quatro tipos, a saber:

➔ Benefícios psicológicos

Estão relacionados ao bem-estar sentido pelas pessoas que participam de atividades recreativas. São identificados pela percepção de tranquilidade, da aproximação com a natureza, da autoconfiança, do sentimento de compartilhar uma boa experiência vivida consigo mesmo ou com amigos. A descrição do sentimento de uma visitante, ao chegar no cume do Dedo de Deus no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, traduz esse benefício da recreação em contato com a natureza:

“Aspiro profundamente o ar fresco e sento maravilhada ao contemplar o esplendor da vida ao em toda parte. Montanhas, vales, o reflexo dourado do sol na encosta, o ritmo do vento que hora abraça e hora verifica nossa persistência. Viro para o lado e, nossa! Três pássaros voam sobre nós em harmonia perfeita. Aqui sentimos e resgatamos nossa essência.” (Livro de Cume, 2001).

➔ Benefícios na mudança comportamental

Relacionam-se com a melhoria do comportamento e do desempenho pessoal devido à participação em atividades recreativas. Estão associados aos benefícios psicológicos e podem ser percebidos pelo maior interesse em proteger o meio ambiente e em incorporar mudanças gradativas no dia-a-dia dos recreacionistas.

➔ Benefícios de preservação

São aspectos percebidos pelos usuários durante a visita a uma área protegida. É a valorização da iniciativa de conservar a biodiversidade local, as paisagens e a qualidade ambiental.

➔ Benefícios sociais

Quando as pessoas participam de atividades recreativas, elas se distanciam dos problemas habituais, diminuem o seu nível de *stress* e, conseqüentemente, se relacionam melhor em sociedade.

2.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Educação ambiental é um conceito em constante evolução e, ao longo de sua história, passou por um processo de amadurecimento, que continua ainda nos dias de hoje. Não há aqui o intuito de discorrer sobre a trajetória da educação ambiental, mas sim de colocar alguns elementos para que seja possível referir-se a ela em parques nacionais.

Segundo Silva (2003), a Conferência Intergovernmental de Educação Ambiental realizada em Tibilisi, no ano de 1977, é o marco referencial da educação ambiental em nível mundial. Neste evento, a educação ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, lançando mão de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. (UNESCO/UNEP³ *apud* SILVA, 2003).

A Lei no 9.795, de abril de 1999, que institui política de educação ambiental no Brasil, estabelece a educação ambiental como um processo pelo qual “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Silva (2003) considera que os conceitos mais recentes, propostos a partir de Tibilisi, superaram definições que davam ênfase a fatores biológicos e ecológicos e passaram a incluir o ser humano como sujeito das transformações, responsável pela sustentabilidade e pela qualidade de vida no planeta. Para o autor, quem melhor definiu a educação ambiental foi a Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O conceito citado é transcrito abaixo:

“A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões econômicas, políticas culturais e históricas, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e o estágio de cada país, região e comunidade sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro.” (BRASIL, 1991, p. 63).

³ UNESCO/UNEP. *Intergovernmental Conference on Environmental Education*. URSS, Tibilisi: 1977. Final Repor.

Silva (2003) analisa diferentes conceitos de educação ambiental e argumenta que essa definição é abrangente, pois engloba aspectos originais da Conferência de Tbilisi e revela a importância de uma abordagem holística e integradora no processo de educação ambiental.

As reflexões sobre essa temática revelam a preocupação dos seres humanos quanto às suas próprias atitudes em relação ao planeta. A Carta da Terra, um importante documento elaborado por representantes de 46 países e reconhecido pela UNESCO em 2000, chama a atenção da humanidade para o momento decisivo na história da Terra e para importância da escolha responsável de um futuro comum. O documento apresenta quatro princípios que contribuem para nortear as temáticas envolvidas no trabalho de educação ambiental. São eles: respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas; garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações (MMA, 2005).

A educação ambiental pode ser trabalhada de diversas formas e em variados ambientes. Não obstante, as unidades de conservação são espaços especialmente interessantes para o aprendizado do ser humano no meio em que habita. Numa abordagem sócio-ambiental, a ênfase se dá nas experiências vivenciadas, no conhecimento da realidade concreta. A educação ambiental é compreendida como interdisciplinar, participativa, criativa, comunitária, voltada à ação, crítica, transformadora, sensibilizadora e criadora de uma ética ambiental de respeito à vida (Santos, 2000).

Parques nacionais e outros tipos de unidades de conservação são laboratórios naturais, que oferecem oportunidades tanto para o aprendizado de novos conhecimentos, como para uma mudança de valores. Segundo Vasconcellos (2004), as atividades de educação e interpretação ambiental em UCs são importantes ferramentas de sensibilização das pessoas sobre a importância da conservação ambiental e para estimular mudanças de comportamento, contribuindo para ações ambientais adequadas.

De acordo com a pesquisa realizada por Kinker (2002), grande parte das pessoas que procuram um parque nacional tem pouca ou nenhuma noção do que seja o sistema de unidades de conservação, de qual é a importância da conservação para o planeta ou mesmo quais são as consequências da ação humana na natureza. Deste modo, parece que a visita a áreas naturais protegidas pode ser uma boa oportunidade para propiciar aprendizados, a partir

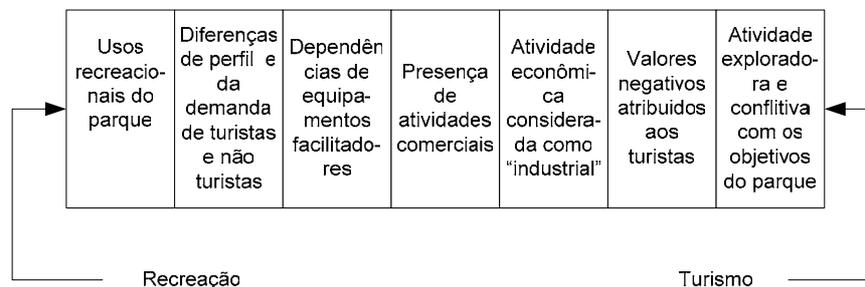
da implantação de programas de educação ambiental que utilizem diversas ferramentas e técnicas como: a interpretação ambiental, eventos, palestras, atividades lúdicas, vivências, dentre outras.

2.4. VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS - A ABORDAGEM ESCOLHIDA

A Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006. p. 9) considera a visitação como “o aproveitamento e a utilização da unidade de conservação com fins recreacionais, esportivos, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais”. No presente estudo, para referência aos três tipos de atividades permitidos em parques nacionais (ecoturismo, educação ambiental e recreação), será utilizada a expressão “visitação”. Em parques nacionais, a visitação e a pesquisa científica fazem parte das atividades denominadas como uso público.

Embora o ecoturismo, a recreação e a educação ambiental tenham conceitos distintos, estas atividades têm diversas correlações umas com as outras. Mckercher (1996), ao desenvolver uma pesquisa sobre as diferenças entre turismo e recreação em parques, argumenta que os conceitos de turismo e recreação não são absolutos. O limite entre atividades turísticas e não-turísticas em parques nacionais não pode ser precisamente delimitado. As diferenças entre estas atividades podem ser percebidas em uma série de pontos ao longo de um *continuum*. Segundo o autor, ao longo deste *continuum*, em determinado momento, existe uma transição em que a recreação termina e o turismo começa. Ele sugere um gradiente com sete estágios que denotam o grau de diferenciação entre turismo e recreação, como mostrado na Figura 2.1. Em um dos extremos, o turismo é praticamente similar à recreação ou a qualquer outra atividade realizada em parques. Ao longo do *continuum* a distinção entre turismo e recreação se torna mais explícita e crescentemente associada a percepções negativas em relação ao turismo. No outro extremo do *continuum*, o turismo é descrito como uma atividade exploratória e inapropriada em parques nacionais enquanto que a recreação é vista como o uso adequado aos parques.

Figura 2.1 – Gradiente de distinção entre atividades turísticas e não-turísticas em parques nacionais.



Fonte: Adaptado de Mckercher, 1996. p. 569.

Colton⁴ (*apud* MCKERCHER, 1996) afirma que o turismo, o lazer e a recreação são basicamente atividades emotivas, que podem ser analisadas por uma perspectiva de interação simbólica. A interação simbólica seria baseada no pressuposto de que a sociedade humana é caracterizada pelo uso de símbolos e significados derivados de um processo de interação. Por exemplo, atividades relacionadas socialmente com recreação, tais como caminhadas em ambientes naturais, ciclismo, escalada, montanhismo e outras, também poderiam ser consideradas como atividades turísticas. O que faz a diferença entre elas é o significado que o participante das atividades atribui à sua experiência. A mesma atividade pode ter sentidos diferentes para distintos participantes dependendo também da forma como é organizada. Na gestão da visita em parques nacionais parece, então, que não é apropriado classificar, de forma taxativa, as atividades de visitação como turísticas ou recreativas.

Neste momento de investigação do significado da visitação em parques nacionais, parece relevante questionar qual é a contribuição da visitação para o desenvolvimento sustentável. A reflexão sobre a limitação dos recursos naturais e sobre as conseqüências do desenvolvimento humano no meio ambiente começou há algumas décadas. Por um lado, a conscientização da opinião pública mundial pode ser atribuída ao choque produzido pelo lançamento da bomba atômica de Hiroshima e à descoberta de que a humanidade havia alcançado suficiente poder técnico para destruir até mesmo toda a vida no planeta. Por outro, a aterrissagem do homem na Lua, outro avanço tecnológico e científico grandioso, despertou a reflexão da sociedade sobre a finitude “do que então era chamado Espaço Terra” (SACHS, 2002, p. 48).

⁴ COLTON, C.W. *Leisure, Recreation, Tourism: a symbolic interactionism view*. Annals of Tourism Research, 1987. p. 345-360.

Sachs (1993), em outro artigo, menciona que, embora se reconhecesse a complexidade e a gravidade dos desafios sociais e ambientais com os quais a humanidade se deparava, as declarações resultantes de importantes eventos mundiais, como a Reunião de Founex (1971) e a Conferência de Estocolmo de 1972, transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento sócio-econômico equitativo.

Já na década de 1970, era nítida a preocupação com a relação entre desenvolvimento e conservação dos recursos naturais. A expressão desenvolvimento sustentável tomou eco no Relatório de Brundtland e que, seguido de uma série de encontros e relatórios internacionais, levou à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92. Neste evento, ficou evidente que “o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável são faces de uma mesma moeda” (SACHS, 1993, p. 30).

O Relatório de Brundtland originalmente define desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (CNUMAD, 1991). Desde sua concepção, este conceito tomou uma conotação dinâmica incorporando diferentes aspectos da realidade. Malheiros (1995) menciona que o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.

Mais do que adotar uma definição específica, é importante considerar os diferentes critérios envolvidos no delineamento de um desenvolvimento possa ser sustentável. Sachs (2002) aponta oito critérios a serem considerados no desenvolvimento sustentável:

1. **Social** – alcance de um patamar razoável de equidade social, distribuição de renda justa, emprego pleno ou autônomo com boa qualidade de vida, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
2. **Cultural** – atingir um equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, autoconfiança aliada à abertura para mundo;
3. **Ecológico** – preservação dos recursos naturais com foco na produção de recursos renováveis, limitar o uso de recursos não-renováveis;

4. **Ambiental** – respeitar e cuidar da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
5. **Territorial** – espaços urbanos e rurais balanceados no que tange às alocações de investimentos públicos, melhoria do ambiente urbano, superação de disparidades inter-regionais, adoção de estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis;
6. **Econômico** – desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, segurança alimentar, capacidade modernização contínua dos instrumentos de produção, nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica razoável, interseção soberana na economia internacional;
7. **Político nacional** – democracia com apropriação dos direitos humanos; articulação do Estado com outros atores sociais para implementação de um projeto nacional, nível razoável de coesão social;
8. **Político internacional** – promoção da paz e da cooperação internacional pela ONU com a adoção de um sistema eficaz de prevenção de guerras, uma lógica de co-desenvolvimento entre países do Norte e do Sul, controle institucional efetivo do sistema internacional, financeiro e de negócios; adoção adequada do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente; proteção da biodiversidade, gestão do patrimônio global como herança comum da humanidade e um sistema efetivo de cooperação científica.

Em face de todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, são necessários estratégias e instrumentos de políticas públicas e de práticas sociais aplicáveis em diferentes escalas e características que atinjam o nível internacional, federal, regional e local. O estabelecimento de áreas protegidas é considerado internacionalmente como um destes instrumentos. A mensagem do V Congresso Mundial de Parques da UICN à Convenção sobre a Diversidade Biológica, realizado no ano de 2003, em Durban, na África do Sul, evidencia que:

“A diversidade biológica tem importância decisiva no âmbito geral do desenvolvimento sustentável, na erradicação da pobreza e é fundamental para nosso planeta e também para o bem estar das pessoas e sustento da integridade cultural das populações. Nos últimos anos, a diversidade biológica está se deteriorando em um ritmo sem precedentes, devido fundamentalmente a diversas atividades realizadas pelo ser humano. Para inverter essa tendência, é imprescindível assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios e custos relacionados com a proteção da biodiversidade” (UICN, 2003, p. 1).

Considerando o parque nacional como uma categoria importante no conjunto de áreas protegidas que compreende o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a visitação é

um uso legítimo do parque que tem potencial para contribuir em diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável.

O ecoturismo, a recreação e a educação ambiental podem contribuir social, cultural, territorial e economicamente para desenvolvimento da região do entorno de parques, como foi discutido nos itens específicos relacionados a estas atividades. Ao envolver a articulação entre diferentes atores sociais, é perceptível a dimensão política. E, ao possibilitar oportunidades de vivências e experiências individuais e coletivas, a visitação contribui nas dimensões ecológica e ambiental num sentido mais amplo, que pode ultrapassar a dimensão espacial do parque em si. Isto está relacionado aos aprendizados que as pessoas obtêm, de diversos modos, nas visitas aos parques nacionais e que podem repercutir nas atividades que elas têm no dia-a-dia e na sua postura social e política.

No presente estudo, a visitação é encarada com um veículo que pode ser envolvente, emocionante, cheio de vida e encontros, que conduz a um despertar de um sentimento de pertencimento, da importância dos diferentes seres vivos e elementos abióticos na dinâmica do planeta. De acordo com Zimmermann, Rodrigues e Andrade (2005), a partir da visitação e da compreensão da importância da proteção do meio ambiente, as pessoas podem ser incentivadas a participar da gestão e do cuidado com o parque e também com o ambiente onde vivem cotidianamente. Essas pessoas são cidadãs ativas e co-responsáveis pelo bem-estar das presentes e das futuras gerações.

Este capítulo contribuiu para a reflexão sobre os elementos que compõem o conceito de visitação em parques nacionais. Foi visto que ele é composto pelo ecoturismo, pela recreação e pela educação ambiental que, dependendo da situação, podem estar mais ou menos correlacionadas entre si, sem que a visitação se torne um todo homogêneo. Pelo contrário, os visitantes de um parque nacional formam uma multiplicidade de partes com visões e demandas diferenciadas quanto ao nível de satisfação com a experiência e às expectativas que elas têm quando estão em um parque nacional. A internalização desta compreensão auxilia no aproveitamento das visitas para a proteção do meio ambiente do parque e para a prestação de um serviço de qualidade ao cidadão. O próximo capítulo discute elementos da relação entre a visitação em parques nacionais e conservação da natureza.

3 VISITAÇÃO EM PARQUES NACIONAIS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Este capítulo tem como objetivo discorrer sobre alguns elementos-chave na relação entre visitação em parques nacionais e conservação da natureza: o manejo da visitação; a interpretação ambiental; e os efeitos da visitação nas atitudes das pessoas que participam de atividades recreativas em ambientes naturais.

3.1. Manejo da visitação em parques nacionais

De acordo com Ceballos-Lascurain (2005), na década de 1990 o turismo internacional cresceu 50%. Estima-se o número de 650 milhões de viajantes internacionais no ano de 2000. No panorama mundial, uma em cada dez pessoas que viajam a passeio são ecoturistas. O segmento, nos últimos dez anos, apresentou rápida expansão com taxa de crescimento de 20% ao ano (IBAMA, 2006). Apesar de não haver estatísticas disponíveis da visitação em geral nos parques nacionais brasileiros, entre profissionais e estudiosos do assunto é consenso que as áreas naturais protegidas exercem especial atração às populações, principalmente urbanas, que buscam com mais intensidade o contato com o ambiente natural (VASCONCELLOS, 1997; JESUS et al, 1997; CEBALOS-LASCURAÍN, 2005; MMA, 2006).

O desafio de preservar a natureza, oferecendo um espaço para uso público da população, requer o planejamento adequado da visitação, com a adoção de uma série de estratégias de manejo. O IBAMA (2000) define manejo ou gestão de unidades de conservação como o conjunto de ações e atividades necessárias ao alcance dos objetivos de conservação das áreas protegidas. De forma mais específica, o manejo da visitação envolve o planejamento e o desenvolvimento das ações necessárias para que as visitas, às unidades, sejam realizadas de forma ordenada, de maneira a manter a integridade do ambiente e com vistas a satisfazer as expectativas dos visitantes, desde que estas sejam compatíveis com os objetivos de criação da área. O instrumento utilizado para orientar as ações de manejo da visitação em unidades de conservação é o programa de visitação, que faz parte do conjunto de programas temáticos do Plano de Manejo, documento fundamental para a gestão de parques nacionais. Ele é elaborado em conjunto com a análise de outras temáticas, relativas à unidade de conservação, que são

discutidas de forma participativa (IBAMA, 2002). Assim, os aspectos correlatos ao planejamento da visitação são tratados em diferentes encartes para que sejam contemplados elementos relativos ao diagnóstico, ao planejamento, à proposição de ações de manejo e de projetos específicos.

3.1.1. Gerenciamento dos impactos da visitação ao ambiente

No manejo da visitação, uma das preocupações mundiais de gestores de parques nacionais é conseguir equacionar a intensidade de visitação a uma determinada área e a manutenção dos atributos do ecossistema local. Diferentes estudos e métodos vêm sendo propostos a fim de buscar formas para solucionar esta questão.

As primeiras pesquisas realizadas criaram o conceito de capacidade de carga recreativa, para definir a quantidade de visitantes que um lugar pode suportar em determinado tempo, sem que esta presença cause dano ao ambiente ou à satisfação do usuário. Para isso, foram empregados conceitos usualmente utilizados nas ciências agrárias para estabelecer, por exemplo, a quantidade de animais que um piquete com determinada espécie de gramínea poderia suportar, em um tempo limitado, deixando possibilidades de renovação de pastagens (CIFUENTES, 1992). Segundo Takahashi (1997), tomar emprestado a lógica do manejo de pastagens não foi a melhor opção, pois a recreação em áreas naturais é fundamentalmente uma atividade psicológica e, deste modo, conceitos restritos de capacidade física do ambiente são secundários.

Pesquisas realizadas ao longo dos anos mostraram que muitos problemas com a visitação em unidades de conservação são de natureza comportamental. Assim, o conceito de capacidade de carga recreativa foi revisado e surgiram outras concepções. Em 1992, o Serviço de Parques Nacionais dos EUA definiu capacidade de carga como o tipo de nível de uso que pode ser conciliado enquanto sustenta os recursos desejados e as condições sociais que integram os objetivos da unidade e os objetivos de manejo. Esta definição não relaciona, necessariamente, a capacidade de carga ao estabelecimento de uma determinada quantidade de visitantes para a área. Neste sentido, se a conservação dos recursos naturais e das condições sociais for passível de medição e puder ser mantida, o número de visitantes no local passa a não ser tão importante (TAKAHASHI, 1997).

Com a compreensão da importância de se incluir características próprias do ser humano, como a variável comportamental, na análise dos impactos da visitação, profissionais e estudiosos dos EUA e Canadá, a partir de 1978, desenvolveram modelos de planejamento e zoneamento da recreação como o *Recreational Opportunity Spectrum* (ROS), *Limits of Acceptable Change* (LAC) ¹, *Visitor Impact Management* (VIM) e o *Visitor Experience and Resource Protection* (VERP) (PASSOLD, 2002). Para aplicação destes instrumentos nas áreas protegidas da América Latina, Rome (1999) destaca a necessidade de adaptações à realidade das unidades de conservação dos países em desenvolvimento, realidade esta que, segundo o estudo feito por ela, se caracteriza por:

- limitações de recursos técnicos e econômicos para a gestão das áreas, ou seja, orçamentos pequenos, pessoal em quantidade insuficiente para suprir as necessidades de manejo, dentre outras;
- existência de uma lacuna na coleta de dados e na disponibilização de informações sobre os impactos da visitação, insuficiência de pesquisas nesta área, além da não-disseminação de resultados dos trabalhos existentes;
- os funcionários das áreas protegidas de grande parte dos países latino-americanos têm um excesso de atribuições e não são tecnicamente qualificados para o manejo da visitação.

Diante destes aspectos, para Rome (1999), a aplicação de metodologias de monitoramento de impactos e de planejamento da visitação, nos países da América Latina, deve ser simples e participativa e os resultados devem indicar ações específicas de manejo. Ela avalia que o Limite Aceitável de Câmbio (LAC) tem sido considerado como o instrumento mais adequado para utilização nessas condições, com a possível incorporação de variáveis de outros métodos e de outras adaptações, conforme necessárias. O LAC é uma ferramenta participativa, considera diversos tipos de impactos, contempla características específicas do uso da área e as diferentes dimensões envolvidas no uso recreativo (ambientais, culturais, sociais, psicológicas etc). Assim, vale destacar que o LAC não é focado apenas no monitoramento dos impactos, mas no manejo da visitação, a partir de uma perspectiva mais ampla em que os impactos são apenas um dos componentes.

¹ Neste estudo, a referência a esta metodologia será feita por meio da tradução de sua denominação, ou seja, Limite Aceitável de Câmbio.

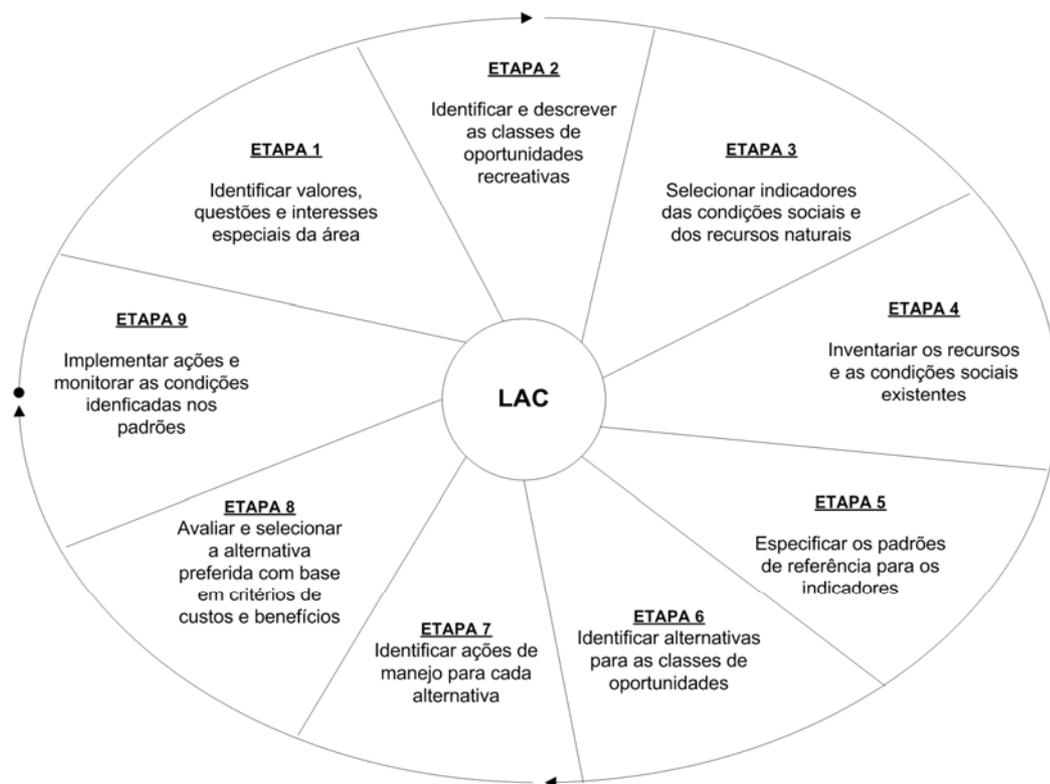
De acordo com (McCOOL² *apud* Takahashi, 1997), atualmente são reconhecidos onze princípios que norteiam este sistema de planejamento. Eles são apresentados a seguir:

1. O manejo adequado depende dos objetivos da unidade de conservação.
2. A diversidade dos recursos e das condições sociais é inevitável e pode ser desejável.
3. O manejo é conduzido para influenciar as mudanças produzidas pelo ser humano.
4. Os impactos sobre os recursos e as condições sociais são conseqüências inevitáveis da utilização humana. Qualquer ação humana tem algum nível de impacto que não depende somente do número de pessoas num determinado lugar. Um grupo de 5 pessoas desordeiras pode ser muito mais impactante do que um grupo de 20 pessoas tranqüilas e respeitosas. A questão a se perguntar é: “Quanto impacto é aceitável nesta área?”
5. Os impactos podem ser descontínuos temporalmente ou em relação ao espaço.
6. Muitas variáveis influenciam a relação uso/impacto.
7. Muitos problemas de manejo não dependem da densidade de uso.
8. Limitar o uso é apenas uma entre várias opções de manejo.
9. O monitoramento é fundamental para o manejo efetivo.
10. O processo de tomada de decisão deve separar decisões técnicas de julgamentos de valores.
11. O consenso entre grupos afetados sobre as ações propostas é necessário para o sucesso das estratégias de manejo. A participação de diferentes atores na tomada de decisões é fundamental para que as pessoas compreendam a importância de determinada ação de manejo.

A aplicação do sistema LAC de gestão da visitação em UC envolve onze etapas lógicas desenvolvidas sequencialmente ou não, de acordo com a necessidade e a peculiaridade de cada área protegida (STANKEY et al, 1985). O processo de gestão pode ser observado, de forma esquemática, na Figura 3.1.

² McCOOL, S.F. **Limits of acceptable change: a framework for managing national protected areas: experiences from the United States.** In: Workshop on impact management in marine parks. Malaysia: Maritime Institute of Malaysia, 1996.

Figura 3.1 – Sistema de gestão de visitação do Limite Aceitável de Câmbio



Fonte: Adaptado pela Autora de STANKEY et al (1985).

A implementação do LAC é uma oportunidade de inserção de práticas apropriadas para a gestão da visitação em parques nacionais e em outros tipos de áreas protegidas. Em países como o Chile, o LAC está sendo adotado como uma diretriz da *Corporación Nacional Forestal - CONAF*, órgão gestor das unidades de conservação do país (NOLS, 1996). No Brasil, é preciso maior disseminação de experiências bem sucedidas, capacitar os funcionários das UC para o conhecimento e a desmistificação do uso da metodologia e incorporar a participação como um instrumento de apoio à gestão de parques nacionais.

3.1.2. A participação como instrumento de gestão da visitação

A participação da sociedade na gestão das unidades de conservação está cada vez mais presente, tanto pela pressão social em opinar e contribuir, quanto pela necessidade das próprias UC, em virtude das limitações de orçamento, de pessoal e da importância da articulação do IBAMA com diferentes setores da sociedade, dentre outros motivos. Nos

parques nacionais, a Lei 9.985, de 2000, legitima a participação social na criação desta categoria, por meio do processo de consulta pública e no Conselho Gestor da unidade. Este último é uma instância consultiva do qual devem participar representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil (BRASIL, 2003).

Não obstante as formas de participação definidas por lei, existem outras possibilidades de envolver a sociedade nas ações de gestão de parques nacionais. A participação pelo trabalho voluntário, por exemplo, tem inúmeras vantagens: permite às pessoas das comunidades se envolverem nas atividades das unidades de conservação; aumenta o apoio da sociedade, auxiliando-a a compreender a importância das ações de manejo; amplia a capacidade de ação para além dos limites impostos pela quantidade de funcionários e pelos cortes de orçamento; possibilita a realização de projetos que, provavelmente, de outra maneira poderiam nem ser iniciados etc (MMA, 2003).

A visitação é uma das áreas com grande potencial para envolver a sociedade na gestão de parques nacionais. É uma oportunidade para que os próprios visitantes participem do ordenamento das atividades recreativas nos parques. O interesse de grupos de visitantes organizados em contribuir para a conservação de áreas protegidas não é recente. Nos Estados Unidos da América, o clube de montanhistas, *The Mountaineers*, foi fundado em 1906 com a missão de “explorar, estudar, preservar e desfrutar as belezas dos ambientes naturais” (GRAYDON, 1992. p. 9). Franco (2000) cita o Centro Excursionista Brasileiro, do Rio de Janeiro, como uma das associações cívicas que mais se destacou no conservacionismo na década de 1930, inclusive pelo credenciamento de seus membros como guardas-florestais.

O apoio ao manejo da visitação em parques pode acontecer de diferentes maneiras. No Parque Nacional da Tijuca, os voluntários trabalham na manutenção de trilhas, no fechamento de atalhos, na contenção de erosão, na limpeza de áreas, no monitoramento da visitação, no reflorestamento de áreas degradadas, no atendimento ao público, dentre outras atividades. Há anos, diversas organizações não-governamentais e outras entidades se dedicam ao parque, tais como os grupos de escoteiros representados pela União dos Escoteiros do Brasil, a Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (que agrega diversos clubes e associações de excursionistas, montanhistas e escaladores), o Grupo Terralimpa, o Instituto TerraBrasil, a Unicerj e outros (IBAMA, 2004).

Vale comentar um outro exemplo, em nível mais abrangente, do envolvimento de visitantes na conservação de áreas protegidas. Trata-se da parceria realizada, em 1999, inicialmente entre o Ministério do Meio Ambiente e o Centro Excursionista Universitário (CEU) para a criação da campanha “Excursionismo de Mínimo Impacto - Conduta Consciente em Ambientes Naturais”. A campanha tem como objetivo “definir e promover princípios e práticas que assegurem o desenvolvimento de atividades de visitação, recreativas, educacionais, esportivas, científicas e outras em contato com a natureza, o máximo de benefício e segurança para o praticante, com o mínimo de impacto sobre o ambiente natural” (MMA, 2004, p. 1). Desde a sua concepção, ela foi abraçada por inúmeras entidades e, atualmente, a Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (coordenadora da campanha) conta com 59 entidades parceiras, dentre elas organizações não-governamentais, instituições de ensino, agências e operadoras de turismo, associações e federações desportivas, instituições públicas, unidades de conservação e outras³.

A participação em apoio ao manejo da visitação ainda está em desenvolvimento nos parques nacionais brasileiros, principalmente no que tange ao processo de tomada de decisões. Na próxima seção, será enfatizado o caso do Parque Estadual do Marumbi, pois é um exemplo que envolve a questão da participação bem como outros elementos do manejo da visitação em parques, tratados anteriormente.

3.1.4. Um caso de destaque: a aliança entre criatividade, uso de técnicas adequadas, participação e iniciativa na gestão do Parque Estadual do Marumbi⁴

O Parque Estadual do Marumbi está localizado na Serra do Mar, no estado do Paraná. A sua paisagem é marcada por um conjunto montanhoso granítico denominado “Marumbi” e que inspirou o nome do parque. Foi criado em 1993, mas suas montanhas já eram visitadas desde 1879, quando Joaquim Olímpio de Miranda conquistou o cume do maciço.

Em 1995, o parque sofria com graves danos ambientais em virtude de sua utilização inadequada. Nesta época, não havia normas e nem orientação aos visitantes. Os sinais de degradação revelavam-se pela grande quantidade de lixo, pelas trilhas erodidas, pela

³ Dado da Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas, 2006.

⁴ As informações usadas nesta seção foram obtidas em Savi (1997).

fragmentação e desmatamento da mata ciliar, pela presença de animais domésticos, pela dilapidação da paisagem e pela existência de conflitos entre usuários. Os únicos dois funcionários do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), lotados no parque, decidiram enfrentar o desafio de administrá-lo.

As atividades de gestão do parque foram planejadas para alcançar o uso ótimo de todos os recursos disponíveis. Os princípios gerais que nortearam a execução dos trabalhos foram: a orientação educativa sobrepondo-se às ações de fiscalização, o uso de criatividade ao invés da autoridade e a construção de alianças estratégicas para a resolução de conflitos. O propósito central era fazer do usuário, seja ele visitante, membro da comunidade ou pesquisador, um aliado no levantamento de informações e na aplicação das técnicas de manejo.

Uma das técnicas de manejo adotadas foi o Limite Aceitável de Câmbio – LAC. Para utilizá-la, foi elaborada uma ficha cadastral para alimentar indicadores de usos e para gerar informações que contribuíssem para a segurança dos visitantes. No período de 1995 a 1997, foram sistematizadas 17.300 fichas preenchidas por visitantes, com a utilização do programa *Microsoft Excel* para micro computador.

Lançou-se mão também de painéis interpretativos para a orientação ao visitante, de trabalho voluntário, do envolvimento dos visitantes no plantio de mudas de árvores, na limpeza do parque e no trabalho de busca, salvamento e resgate. Outro aspecto importante foi o levantamento das áreas com maiores problemas e com usos mais intensivos, a fim de correlacioná-las com o plano de manejo e a montagem de uma estratégia para o gerenciamento. Além disso, os tipos de usuários do parque foram analisados para reverter o quadro de conflitos. A participação foi identificada como um pressuposto da gestão do parque. Deste modo, pesquisadores, membros da comunidade, organizações não-governamentais, lideranças diversas e representantes dos visitantes contribuíram para as decisões de manejo do parque em fóruns de discussão, reuniões, palestras, oficinas, dentre outros.

Em dois anos de trabalho, foram retirados do parque 116.500 litros de lixo; foram plantadas 3.700 mudas de palmito e disseminados 17 quilos de sementes a lanço; 2.800 metros de trilhas foram recuperadas dos danos ocasionados pela erosão, em três mutirões que

contaram com a participação de mais de 350 pessoas e de sete instituições; foi implantada uma trilha interpretativa para deficientes físicos e idosos; foi realizado o manejo de trilhas e houve o fechamento de um dos acessos ao cume do Marumbi, para recuperação de áreas degradadas; foram mapeadas e manejadas áreas de acampamento selvagem (com o fechamento de oito locais inadequados a este uso); e recuperou-se 97% da mata ciliar do rio Taquaral, na zona de uso extensivo do parque.

Os trabalhos relacionados à educação ambiental e à segurança dos visitantes foram realizados por meio de convênios com organizações não-governamentais. O envolvimento foi tal que a comunidade formalizou a Associação Parque Marumbi. Montanhistas e bombeiros, preocupados em contribuir na prevenção e resposta a acidentes, criaram o Corpo de Socorro em Montanha – COSMO, com 74 membros ativos. A entidade consolidou-se como um dos melhores serviços de resgate no Brasil e todos os resgates, até o ano em que o artigo foi escrito (1997), foram realizados com êxito (sem nenhum caso de óbito). O parque teve ainda bons avanços na área apoio à pesquisa e de articulação institucional.

A experiência de gestão do Parque Estadual do Marumbi mostra que, com a adoção e a adaptação de conceitos e técnicas utilizados largamente em outros lugares do mundo, com criatividade e muito trabalho é possível aliar visitação à conservação ambiental. Como destaca Savi, o exemplo deste parque não deve ser visto como uma “receita” e sim como uma experiência em que foi possível contornar problemas comuns a inúmeras outras unidades de conservação, como recursos financeiros escassos, poucos funcionários, conflitos de usos, dentre outros aspectos.

3.2. Interpretação ambiental – uma valiosa ferramenta para a gestão da visitação em parques nacionais

O que é a interpretação ambiental em áreas protegidas?

A primeira definição formal de interpretação ambiental foi concebida por Freeman Tilden em 1957. Tilden era um filósofo e dramaturgo dotado de um profundo entendimento intuitivo sobre como os seres humanos poderiam se comunicar melhor (HAM, 1992). Ele conceituou a interpretação ambiental como “uma atividade educacional que aspira a revelar os significados e as inter-relações por meio do uso de objetos originais, através de experiências

de primeira mão e por meios ilustrativos, em lugar de simplesmente comunicar a informação literal” (TILDEN⁵ *apud* HAM, 1992, p. 6).

Vasconcellos (1997) descreve a interpretação ambiental como uma tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum das pessoas, fazendo com que elas percebam um mundo novo que, provavelmente, não conheciam antes. Ela é uma forma de comunicação que provoca e estimula a reflexão sobre determinado tema. A interpretação, com a conotação ambiental, é uma poderosa ferramenta de sensibilização das pessoas para a importância dos recursos naturais. Ela contribui para que a recreação em áreas naturais protegidas, além de proporcionar maior contato com a natureza, se torne um veículo para a educação e favoreça o manejo dos recursos (JESUS et al, 1997).

Em parques nacionais, a interpretação é o processo de auxiliar cada visitante a encontrar uma oportunidade para conectar-se pessoalmente com o lugar. Cada indivíduo realiza esta conexão de diferentes formas. Alguns podem não se conectar imediatamente, mas todos devem ter a oportunidade de explorar o significado que a vivência em um parque nacional lhes oferece. O objetivo da interpretação ambiental é potencializar a experiência do visitante e a compreensão que cada um tem sobre os parques, de modo que os visitantes contribuam para o cuidado com os lugares da sua própria maneira (*NATIONAL PARK SERVICE*, 2006).

A meta da interpretação ambiental é a transmissão de uma mensagem de forma interativa e contextualizada. Ham (1992) propõe quatro qualidades essenciais para a interpretação ambiental:

- ➔ **amena:** ela é informal, entretém o público, é interessante e envolve as pessoas de modo que elas ficam atentas ao tema.
- ➔ **pertinente:** aborda os aspectos mais relevantes da temática e associa-os a fatos conhecidos do público e aos seus interesses. Para isso, faz uso de analogias, exemplos e outros artifícios que agucem o interesse da audiência.
- ➔ **organizada:** deve ter uma seqüência lógica, simplificada, sem muitas idéias complexas. Requer pouco esforço da audiência para o entendimento da mensagem.

⁵ TILDEN, Freeman. *Interpretando Nuestra Herencia*. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 1977.

- ➔ **temática:** cada mensagem deve ter um tema motivador que estimule a observação, a ação e a reflexão. Comumente, é utilizada uma frase chave que funciona com um fio condutor daquilo que se quer comunicar.

Cullings (1992), gestor do Monumento Vulcânico Nacional Monte Santa Elena, nos Estados Unidos da América, ao relatar a sua experiência com a interpretação ambiental na unidade, destaca um aspecto muito importante: a comunicação com os visitantes de uma área protegida deve ser positiva e sincera. Ele se deu conta da relevância destes dois aspectos quando decidiu colocar uma caixa de doações, em determinados atrativos do monumento, a fim de angariar fundos para o desenvolvimento dos programas interpretativos, em decorrência de um drástico corte no orçamento da unidade. Sem verbas, o gestor e os funcionários tinham dificuldades para atender, com qualidade, os 650.000 visitantes que chegam à área anualmente. Em um primeiro momento, as caixas de doações foram instaladas com a seguinte mensagem: “Suas contribuições financiam os serviços interpretativos do Monte Santa Elena” (CULLINGS, 1992, p. 31). O resultado da iniciativa foi frustrante. Além do pouco recurso arrecadado (35 dólares por dia), as pessoas que trabalhavam no monumento se sentiam constrangidas por solicitarem o apoio financeiro para um serviço que os visitantes já pagaram ao Estado, por meio de seus impostos. O gestor da unidade, então, decidiu mudar de estratégia e fazer uma nova tentativa. Trocou a mensagem da caixa de doação por outra mais esclarecedora e que evocava a cumplicidade do visitante. O novo texto foi assim redigido:

“Devido às restrições orçamentárias, estamos (naturalistas e o Serviço Florestal) desenvolvendo 29 programas interpretativos a menos por semana, mas acreditamos que oferecemos a você (visitante) um importante serviço. Se você considera este serviço realmente importante, e gostaria que oferecêssemos mais programas de interpretação para você e para outros futuros visitantes, ajude-nos a apoiar os programas interpretativos” (CULLINGS, 1992, p. 31).

A mudança de enfoque produziu efeitos surpreendentes. Em um dia, o parque recebeu o valor de 119 dólares em doações, mais do que o triplo arrecadado na tentativa anterior durante o mesmo período. Em três meses, os visitantes doaram o montante de 11 mil dólares à unidade. Com uma solução criativa, ao utilizar uma abordagem apropriada e um meio adequado de interpretação, os funcionários do parque puderam oferecer um serviço de qualidade ao visitante, que se sentia satisfeito em contribuir.

Meios e modalidades de interpretação ambiental

Os programas de interpretação ambiental em áreas protegidas podem ser desenvolvidos em duas principais modalidades: a guiada e a autoguiada. A modalidade guiada envolve um intérprete. Este pode ser um funcionário da unidade, um voluntário, um condutor de visitantes ou outro profissional que assuma a função de conduzir, acompanhar ou motivar a vivência interpretativa dos visitantes. Já a modalidade autoguiada, como o nome sugere, é realizada de forma autônoma pelo visitante que tem a oportunidade de realizar a sua própria vivência a partir de diferentes meios interpretativos (HAM, 1992).

Os meios interpretativos são os vários recursos utilizados para realizar as modalidades de interpretação ambiental. O desenvolvimento da interpretação requer o planejamento e a preparação cuidadosa da atividade a ser desenvolvida e dos meios a serem utilizados. Em alguns casos, pode-se fazer uso do mesmo meio para abordagens guiadas e autoguiadas. Em outros casos não. A escolha de determinado meio deve considerar fatores como: as expectativas dos visitantes, o perfil deles, os seus hábitos, a duração da atividade, o custo, a disponibilidade de pessoal para conduzir ou monitorar a vivência interpretativa, dentre outros aspectos (IBAMA,GTZ e IEF, 2002). A seguir, serão apresentados brevemente os principais meios interpretativos descritos por Ham (1992) e IBAMA, GTZ e IEF (2002):

➔ Publicações

São materiais impressos que contemplam informações relevantes sobre o tema da interpretação. Podem ser mapas, folhetos, cartazes, roteiros ou guias. Publicações podem ser utilizadas nas duas modalidades de interpretação ambiental. Quando se faz uso das publicações em abordagens interpretativas autoguiadas, elas devem conter informações explicativas, de modo que o visitante possa realizar uma interpretação do que vê de forma sensorial ou reflexiva. Os materiais impressos para uso autoguiado também devem conter informações precisas. Mapas, por exemplo, devem ser elaborados considerando aspectos como escala, referências topográficas, convenções cartográficas, etc.

➔ Interpretação ambulante

Realizada informalmente por intérpretes da unidade de conservação, a interpretação ambulante tem o intuito de aproveitar situações ao acaso para sensibilizar o visitante a respeito de determinado tema. Em um caso em que o visitante está alimentando animais, por

exemplo, o intérprete pode escolher uma forma explicativa e criativa para orientar a pessoa evitando uma abordagem autoritária.

➔ **Dramatizações**

Têm o intuito de reviver fatos ou de demonstrar aspectos da cultura local. Podem ou não envolver o público. Este meio utiliza apresentações teatrais, jogos, dinâmicas de grupo, vivências, dentre outros para envolver os visitantes.

➔ **Demonstrações folclóricas**

Objetivam a interpretação de aspectos culturais da comunidade em que a unidade de conservação está inserida. Para este meio, são convidadas pessoas do local para contar histórias e fazer apresentações musicais, por exemplo.

➔ **Palestras**

São realizadas com bastante frequência nas unidades de conservação brasileiras. Consistem de determinado assunto e são feitas por um funcionário da UC ou por um convidado. É importante que a pessoa conheça bem o objeto da palestra e aproveite os ambientes naturais para aguçar o interesse do público.

➔ **Maquetes, dioramas e modelos**

São representações tridimensionais, normalmente em pequena escala, que representam paisagens, micro-ambientes, lugares, monumentos ou outro elemento que se destaque na área.

➔ **Guias portáteis de som, audiovisuais, vídeos, slides etc**

Incluem equipamentos sonoros que podem ser utilizados para conduzir visitantes ou simplesmente fornecer determinadas informações.

➔ **Placas, painéis e letreiros**

Normalmente são utilizados em associação com outros meios interpretativos. As placas têm uma importante função indicativa de trajeto para uma pessoa que visita a área protegida. Estes meios devem ser atraentes ao visitante, resistentes às intempéries e conter símbolos universalmente conhecidos. O IBAMA (2000) recomenda que a unidade de conservação faça um planejamento da sinalização como um todo, a fim de que sejam colocadas placas, painéis e letreiros de forma cuidadosamente avaliada.

➔ **Excursões**

São realizadas envolvendo diferentes atividades recreativas, tais como caminhada, mergulho, ciclismo, canoagem, botes infláveis, com uso de veículos aquáticos ou terrestres. Desenvolvidas em um determinado percurso, podem ou não ter o acompanhamento de um intérprete ou não. Normalmente são realizadas com auxílio de outros meios, como placas, painéis, roteiros, mapas etc.

Em unidades de conservação, duas estruturas de apoio à interpretação ambiental merecem especial destaque: o centro de visitantes e as trilhas interpretativas.

Centro de Visitantes

O centro de visitantes é um espaço de apoio aos programas relacionados ao uso público na unidade de conservação. Em parques nacionais, ele tem três funções primárias: prover interpretação ambiental, orientar e informar o visitante (*NATIONAL PARK SERVICE*, 2000). De acordo com IBAMA (2000), de uma forma geral, faz parte dos objetivos dos centros de visitantes propiciar a aproximação das pessoas com a natureza, permitindo que elas interiorizem o significado das áreas protegidas, a sua importância em termos de preservação, manejo e aproveitamento indireto dos recursos naturais e culturais. O enfoque que cada unidade de conservação dá ao centro de visitantes e a sua caracterização pode variar muito em razão das peculiaridades de cada área.

Um aspecto importante a considerar é que o centro de visitantes é o local onde os usuários das unidades de conservação são recebidos. Sendo assim, ele deve estar localizado na entrada da unidade ou em um lugar de passagem de todos os visitantes. Nele, as pessoas devem ser informadas sobre as oportunidades recreativas, as normas de visitação, os serviços públicos (transportes, telefones, água potável, sanitários etc), os passeios, os serviços sob concessão, apresentações de filmes e palestras, serviços de hospedagem e campismo, serviços de alimentação, dentre outras, incluindo os respectivos horários de funcionamento (IBAMA, 2000). O centro de visitantes deve ser um ambiente atraente para os diferentes tipos de visitantes que vão a uma área protegida, deve utilizar variados meios interpretativos, com recursos interativos, de estímulo aos sentidos dos visitantes.

Trilhas Interpretativas

As trilhas são caminhos utilizados para deslocamento pedestre ou por meio de veículos não-motorizados a determinado lugar. Nos últimos tempos, as trilhas têm sido utilizadas como um meio de contato com a natureza. A experiência de atravessar uma floresta, aproximar-se de uma cachoeira e sentir a força da água, de chegar ao cume de uma montanha é tão recreativa em si mesma que não necessita de maiores explicações, além da contemplação, o silêncio ou a poesia (VASCONCELLOS, 1997).

Em parques nacionais, porém, as experiências nas trilhas podem ser mais proveitosas se elas estiverem interpretadas. Com a utilização de diferentes meios, a interpretação nas trilhas incita o visitante a conhecer aspectos que estão além do que pode ser simplesmente observado e cria oportunidades para que as pessoas sejam sensibilizadas durante o seu caminhar em uma área protegida.

A trilha interpretativa tem uma seqüência lógica de pontos interpretativos nos quais são utilizados os meios mais adequados para desenvolver determinado tema principal. As mensagens devem primar por uma abordagem prazerosa, significativa e organizada. A escolha dos meios será feita considerando se a modalidade estabelecida para a trilha é guiada ou autoguiada. Nos casos de trilhas autoguiadas, roteiros, mapas, as placas e painéis serão fundamentais para estabelecer a ponte das pessoas com a interpretação.

Planejamento e desenvolvimento da interpretação ambiental

O planejamento da interpretação ambiental é de fundamental importância para o desenvolvimento de trilhas e outras abordagens interpretativas. Os principais elementos a serem considerados neste planejamento podem ser sintetizados em sete etapas (HAM, 1992; VASCONCELLOS, 1997; GTZ, IBAMA e IEF, 2002; AGATE, 1983).

1. **Identificação de oportunidades e necessidades de interpretação** – por que realizar a interpretação? Quais oportunidades existem para que o trabalho seja eficaz? Quais são os espaços potenciais para o desenvolvimento da interpretação?
2. **Definição e caracterização do público alvo** – qual o perfil dos visitantes para quem a abordagem interpretativa será desenvolvida? A realização dessas duas primeiras etapas de

forma participativa, envolvendo representantes de visitantes pode ser enriquecedora e relevante para que a interpretação seja dirigida e significativa ao público.

3. **Estabelecimento do objetivo e dos resultados esperados para cada tipo de público.**
4. **Escolha do tema** – é um aspecto chave da interpretação. A interpretação deve considerar a natureza do tema e os seus atributos como elementos-chave da abordagem.
5. **Seleção dos meios** a serem utilizados para transmissão das mensagens e interação com os visitantes bem como definição da modalidade (guiada ou autoguiada).
6. **Desenvolvimento da abordagem interpretativa** (confeção e implantação dos meios escolhidos, realização do trabalho propriamente dito).
7. **Monitoramento e avaliação dos resultados** obtidos durante determinado período e adoção de medidas corretivas, caso seja necessário. Este é um momento propício para busca dos aprendizados obtidos com a experiência vivida e para a incorporação de novas variáveis na continuidade do trabalho de interpretação ambiental na UC.

Com a adoção de um processo organizado de manejo dos visitantes em parques nacionais, acredita-se que é possível alcançar os propósitos de manter o ambiente com níveis mínimos aceitáveis de impacto, proporcionar experiências de qualidade aos visitantes e sensibilizá-los para a importância da sua atitude pessoal para a conservação da natureza. Na seção seguinte, serão apresentadas algumas referências para discorrer sobre o último aspecto citado.

3.3. Experiências recreativas em ambientes naturais e o despertar para o cuidado com o meio ambiente

A relação entre a visita aos ambientes naturais, especialmente aos parques nacionais e os efeitos dela no comportamento do ser humano, no que tange às atitudes dos visitantes em relação ao meio ambiente, é um dos pontos-chave desta investigação. Os estudos de Driver e Lynn (1983), Newhouse (1990), Noe e Snow (1990), Kellert (1998) e Kinker (1999) sugerem que a recreação em ambientes naturais tem um significativo impacto positivo para as pessoas que vivenciam esse tipo de experiência. Os benefícios gerados envolvem aspectos emocionais (autoconfiança), físicos, intelectuais (postura crítica e habilidades para tomada de decisões), éticos, morais, espirituais, de sensibilização para a conservação da natureza, dentre outros. A maior parte das pesquisas pertinentes foi desenvolvida nos Estados Unidos da América. Em

relação a estas, será dado foco ao estudo de Noe e Snow (1990) e no de Kellert (1998). Serão buscados também alguns referenciais na pesquisa de Newhouse (1990). No Brasil, pouco se pesquisou sobre o assunto. A pesquisa de Kinker (1999) trará alguns referenciais relevantes para a investigação do tema nos parques nacionais brasileiros.

O estudo de Newhouse (1990) teve como objeto as implicações das atitudes e do comportamento humano na conservação do meio ambiente. Ela levanta os resultados de algumas pesquisas relacionadas à atitude e ao comportamento e analisa as suas correlações com o aprendizado formal e outras formas de desenvolvimento do ser humano. A autora conclui que, apesar de ainda existirem poucas informações sobre como o comportamento humano é formado, provavelmente os aprendizados mais significativos na vida de uma pessoa não são aqueles obtidos num processo de educação formal, mas sim os adquiridos por meio das experiências práticas. Deste modo, ela finaliza o seu trabalho com a sugestão de que as pessoas que têm mais propensão à conservação ambiental são aquelas que já passaram por situações em que puderam ver e sentir a importância de determinado lugar ou ambiente natural.

A pesquisa de Noe e Snow (1990) tem sinergia com a de Newhouse, uma vez que eles partem do princípio de que os parques nacionais oferecem uma oportunidade única para avaliação do grau de consciência das pessoas em relação à natureza. O objetivo de sua investigação foi verificar qual é a percepção dos visitantes de parques nacionais norte-americanos sobre a relação entre o ser humano e a natureza. Para tanto, foram realizadas pesquisas em quatro parques dos EUA, durante dez anos, a partir do final da década de 1970. No total, 2.260 questionários foram respondidos por visitantes e por pessoas residentes nas comunidades do entorno dos parques. A metodologia da pesquisa pautou-se na escala NEP (*new environmental paradigm*) elaborada, segundo os autores, a partir das investigações de Dunlap et al. (1978) e Van Liere et al. (1981). A escala foi criada para testar a percepção do ser humano em relação ao meio ambiente. Ela tem uma gradação de doze itens que avaliam o grau de integração entre ser humano e natureza. Para Noe e Snow (1990), seria interessante analisar se a filosofia de resgate do envolvimento do ser humano com a Terra, incorporada no sistema nacional de parques norte-americanos, se refletia na percepção dos visitantes das unidades ou não. Os itens da escala NEP utilizados nos questionários foram:

1. O balanço da natureza é muito delicado e pode facilmente entrar em desequilíbrio.

2. Quando os seres humanos interferem na natureza, isso frequentemente produz conseqüências desastrosas.
3. Para sobreviver, os seres humanos devem viver em harmonia com a natureza.
4. A humanidade está degradando gravemente o meio ambiente.
5. Os seres humanos têm o direito de modificar o meio natural para suprir as suas necessidades.
6. A humanidade foi criada com o direito de se sobrepor à natureza.
7. A função primária dos animais e das plantas é a sua utilização pelo ser humano.
8. Estamos nos aproximando do limite máximo do número de pessoas que a Terra pode suportar.
9. Para manter uma economia saudável, teremos que desenvolver um estado de estabilidade econômica em que o crescimento industrial seja controlado.
10. A Terra é uma espaçonave que tem área e recursos limitados.
11. Os seres humanos não precisam se adaptar ao meio natural, porque eles podem modificá-lo de acordo com as suas necessidades.
12. Os limites ao crescimento humano mostram que a nossa sociedade industrial não pode mais se expandir.

Os resultados das análises estatísticas dos autores revelaram um alto grau de concordância dos visitantes com os itens 1 a 4 e com os itens 8, 9, 10 e 12. Por outro lado, os aspectos 5, 6 e 7, que se referiam a uma ação depreciativa do ser humano em relação à natureza, apresentaram alto grau de discordância. Noe e Snow (1990) concluíram que os visitantes dos parques nacionais norte-americanos têm uma visão orientada para o desenvolvimento humano em harmonia com a conservação ambiental.

A pesquisa de Kellert (1998) foi realizada no período de 1996 a 1997 e nos dá outras referências de análise. Kellert quis ampliar a sua compreensão sobre o impacto das experiências em ambientes naturais para os participantes dessas atividades, principalmente no que tange à conscientização ambiental. O estudo focou nos participantes de atividades ao ar livre organizadas por três instituições norte-americanas: a *Student Conservation Association*, a *National Outdoor Leadership School* e a *Outward Bound*. As entidades foram escolhidas a fim de obter uma amostra de participantes de diferentes lugares do país, já que elas atuam em

nível nacional. Em uma abordagem retrospectiva, o autor obteve 129 questionários respondidos, via e-mail, por pessoas que participaram das atividades das entidades⁶.

As excursões e diferentes vivências em ambientes naturais possibilitaram importantes aprendizados aos participantes. Elas tiveram significativa influência na postura dessas pessoas em relação ao meio ambiente. 78% dos respondentes consideraram que houve um grande aumento de sua consciência ambiental e 72% afirmaram que se tornaram mais ambientalmente responsáveis a partir da experiência vivida. Mais de 50% deles atribuem o aumento de seus interesses por questões de conservação da natureza e do conhecimento sobre os impactos causados pelo ser humano ao ambiente, forte ou moderadamente, às experiências recreativas em ambientes naturais. O efeito dessas experiências também foi pronunciado no que tange à mudança nos hábitos do dia-a-dia dos respondentes. Kellert (1998) menciona que 70-90% das pessoas relataram o aumento de suas preocupações com a diminuição no consumo de recursos naturais como água e energia e se interessaram por realizar maior quantidade de atividades recreativas em contato com a natureza. Alguns depoimentos de participantes da pesquisa são, a seguir, reproduzidos (KELLERT, 1998, p. 21).

“Eu percebi que destruindo a natureza ou modificando-a sem realmente entender a sua complexidade, nós destruímos a nós mesmos – espiritualmente, psicologicamente e fisicamente.”

“A natureza era algo somente para admirar. Agora, é algo para respeitar, amar e proteger”.

“Quando estamos fora, longe da sociedade e da civilização por um determinado tempo, nos damos conta de onde nós verdadeiramente viemos e do que realmente fazemos parte. Como nós podemos destruir o que nos criou e o que nos nutre?”

Os resultados mencionados acima vão ao encontro da idéia de que a participação em atividades recreativas “*outdoors*” contribui para sensibilização ambiental das pessoas que delas participam. Este estudo foi realizado com cidadãos norte-americanos que vivenciaram experiências promovidas por organizações que se dedicam a facilitar o aprendizado por meio de experiências práticas e de variados meios de interpretação ambiental. Cumpre salientar que

⁶ O número total de questionários enviados foi 1700. Destes, 400 foram respondidos. Não obstante, por erros no preenchimento do questionário, 300 questionários foram descartados.

diversos fatores de organização da visita, culturais, situacionais, dentre outros podem influenciar os efeitos de uma experiência em ambientes naturais.

Voltando o olhar para a visitação aos parques nacionais brasileiros, resgatam-se alguns resultados da pesquisa realizada em 1998 por Kinker (1999) sobre ecoturismo em três unidades de conservação: Parque Nacional do Caparaó, Parque Nacional da Serra Geral e Parque Nacional Aparados da Serra. O objetivo foi o de analisar a viabilidade do ecoturismo como uma atividade econômica sustentável, capaz de ser uma das estratégias para conservação da natureza em parques nacionais e foi realizado em 1998. Um dos questionários de Kinker foi desenhado para avaliar o grau de conscientização ambiental do visitante. Ele foi enviado por correio para uma amostra de 416 visitantes dos parques que já haviam respondido uma primeira entrevista presencialmente, quando estavam nos parques. A taxa de respostas ao questionário enviado via postal foi de 40,4%, ou seja, 168 pessoas. Ao serem questionadas se os passeios ou viagens à natureza afetam o seu dia-a-dia, 88% das pessoas responderam que sim. A seguir serão apresentadas algumas respostas destacadas pela autora à pergunta que averiguou de que maneira os passeios à natureza afetam a vida diária das pessoas.

“Quando eu chego desses passeios, minha mente está mais aberta para enfrentar os problemas do dia-a-dia”.

“Me faz interpretar o quanto o homem urbano precisa melhorar para continuar vivendo neste planeta”.

“Na volta me sinto leve, com os pulmões limpos, cada vez mais com experiências novas que tiro da natureza”.

“Porque percebo o quanto é estressante o nosso dia-a-dia na cidade grande, como seria mais agradável ou como teríamos uma qualidade de vida melhor se tudo fosse como um parque nacional”.

“Faz com que eu preste mais atenção a pequenos atos ou cuidados cotidianos que podem ajudar bastante na preservação da natureza”.

“Eu me preocupo muito mais com o meio ambiente do que antes de começar essas viagens”.

No estudo de Kinker (1999), vale citar ainda a relação que ela estabelece entre a frequência de viagens à natureza com fins recreativos e o grau de conscientização ambiental auto-declarada do visitante, de forma que, quanto mais viagens desse tipo a pessoa realiza, maior é a sua sensibilização para a conservação da natureza. Ela sugere que, à medida que as pessoas visitam mais frequentemente os ambientes naturais, elas potencializam seu bem-estar nesses espaços, tornando-os mais familiares. Assim, aumenta também o interesse delas pela natureza do destino dos seus passeios.

Este capítulo encerra a abordagem referencial teórica deste estudo, contribuindo com importantes elementos para a discussão posterior dos resultados de nossa investigação. Apesar do presente trabalho não objetivar uma comparação entre diferentes pesquisas, os resultados delas apresentam semelhanças e levam à percepção da idéia de que a visita a ambientes naturais sensibiliza as pessoas a conservá-los é compartilhada por brasileiros e norte-americanos, ainda que em diferentes situações e contextos. Em parques nacionais, para que a visitação seja ordenada, conserve o ambiente e ofereça experiências de qualidade aos visitantes é importante a adoção de um sistema de planejamento de monitoramento da visitação que seja pautado em critérios de análise física, comportamental, de satisfação dos visitantes, dentre outros e que oriente ações práticas de manejo. As experiências de algumas áreas protegidas mostraram que, mesmo com condições limitadas de pessoal e recursos financeiros, é possível colocar em prática um sistema organizado de manejo, em que a participação de diferentes atores é uma ferramenta fundamental.

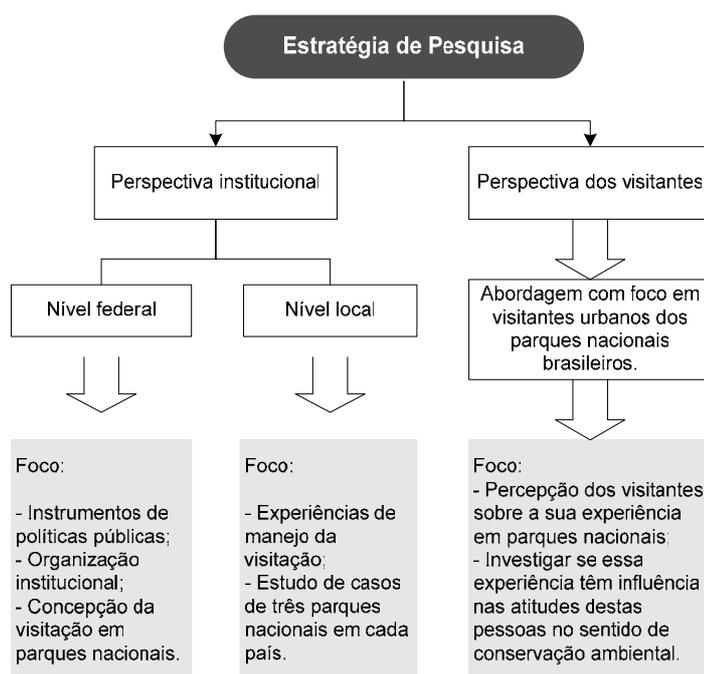
4 MÉTODOS E MATERIAIS DE PESQUISA

O objetivo deste capítulo é apresentar as etapas metodológicas da pesquisa e os materiais utilizados na pesquisa que resultou nesta dissertação.

4.1. Métodos

A estratégia geral adotada nesta pesquisa foi desenvolvida em duas principais vertentes: a investigação da opinião de cidadãos urbanos sobre as suas experiências de visitação em parques nacionais brasileiros e o exame da gestão da visitação nos parques do Brasil. Em rela o a esta última, considerou-se importante conhecer outras experiências de gestão, dentro de uma perspectiva de troca de saberes, para o aperfeiçoamento do manejo da visitação nos parques nacionais brasileiros. O conhecimento destas experiências permite identificar aspectos em comum, soluções adotadas com sucesso e diferentes visões sobre a temática. Sendo assim, investigou-se também a visitação em parques de dois países sul-americanos: a Argentina e o Equador. Para alcançar uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa, os estudos tiveram como foco saber como a gestão da visitação nos parques destes países é realizada em âmbito federal e conhecer a prática de manejo da visitação em nível local, por meio de estudos de casos em parques nacionais selecionados. A Figura 4.1 apresenta esquematicamente a estratégia desenvolvida.

Figura 4.1 – Estratégia de pesquisa



Esta pesquisa foi realizada em quatro fases principais, algumas delas desenvolvidas de forma seqüencial e outras paralelamente, como apresentado a seguir.

1ª FASE – Pesquisa bibliográfica

Esta fase foi dedicada à revisão bibliográfica e ao levantamento de dados sobre a visitação em parques nacionais. Foram estudados documentos dos órgãos gestores de unidades de conservação, bem como a literatura e os resultados de outras pesquisas pertinentes, além de mapas.

2ª FASE – Pesquisa de campo em parques nacionais do Brasil, da Argentina e do Equador

Para as pesquisas de campo nos três países, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com técnicos dos órgãos gestores de parques nacionais em nível federal e foram levantadas outras informações sobre a visitação. Também foram entrevistados diretores e técnicos que trabalham no manejo da visitação de três parques nacionais de cada um dos países.

A escolha dos parques se deu com base em critérios eliminatórios e classificatórios. Os critérios eliminatórios foram dois:

- ⇒ parque oficialmente aberto à visitação e
- ⇒ existência de um fluxo regular de visitantes.

Os critérios utilizados para pontuar as alternativas apontadas na análise eliminatória foram seis:

- ⇒ existência de plano de manejo ou de outro instrumento de gestão;
- ⇒ disponibilidade de dados sobre a visitação;
- ⇒ disponibilidade de pesquisas acadêmicas sobre o parque;
- ⇒ existência de atrativos de grande beleza cênica;
- ⇒ parque criado há, pelo menos, cinco anos; e
- ⇒ possibilidade de acesso pela pesquisadora.

Além das variáveis acima, foi necessário considerar questões políticas e decisões institucionais circunstanciais de cada país.

O trabalho no Equador foi desenvolvido nos meses de fevereiro e março de 2005. Os parques estudados neste país foram: o Parque Nacional Cajas, o Parque Nacional Cotopaxi e o Parque Nacional Machallila.¹

Na Argentina, os seguintes parques foram objeto da pesquisa: o Parque Nacional Nahuel Huapi, o Parque Nacional Los Glaciares e o Parque Nacional Quebrada del Condorito, visitados nos meses de março e abril de 2005.

A pesquisa de campo nos parques argentinos foi realizada nos meses de março e abril de 2005. O trabalho de campo no Brasil foi realizado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no Parque Nacional do Caparaó e no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, durante o segundo semestre de 2005.

Os roteiros utilizados para as entrevistas constam nos Anexos 1 a 4.

A Figura 4.2 (na página seguinte) identifica a localização geográfica dos nove parques nacionais estudados.

¹ Pretendia-se estudar o caso do Parque Nacional Galápagos. Todavia, a autorização de pesquisa no parque foi negada em vista da demissão inesperada do Ministro do *Ministerio del Ambiente* do Equador e de mudanças repentinas no direcionamento político em relação às pesquisas realizadas por estrangeiros no país.

Figura 4.2 – Localização dos parques nacionais estudados



Elaborado pela autora e Fabio França Silva Araújo

3ª FASE – Pesquisa com visitantes de parques nacionais

Com o intuito de levantar subsídios para tesar a hipótese adotada, foi realizada uma pesquisa de opinião com visitantes urbanos, por meio de um questionário aplicado via Internet. Os modelos utilizados por Kellert (1998) e Kinker (1999) foram importantes referenciais para a definição das questões desta investigação. As perguntas do questionário

não contemplaram a identificação pessoal, apenas aspectos que possibilitassem a caracterização do perfil dos respondentes. Segundo Selltiz, Wrightsman e Cook (1987), este cuidado é importante porque, com a preservação do seu anonimato, as pessoas se sentem mais à vontade para expressar pontos de vista que temem ou julguem não ter aprovação.

O questionário foi disponibilizado na Internet por meio de um sítio construído especialmente para este fim, no qual havia também informações sobre a pesquisa como um todo. O referido sítio ficou acessível durante três meses, no período de 09 de novembro de 2005 a 09 de fevereiro de 2006. Nos Anexos 5 e 6, podem ser vistos o questionário e o conteúdo do sítio. Esta estratégia de obtenção de respostas partiu do princípio de que uma rede de contatos seria formada, em que cada pessoa que recebesse o questionário encaminharia o link para as outras, ampliando o alcance da pesquisa. Não foi possível dimensionar a abrangência desta rede. Ao enviar a mensagem divulgando o questionário, primou-se por não pressionar a pessoa em termos de uma resposta imediata. Selltiz, Wrightsman e Cook (1987) consideram que, quando os sujeitos têm uma margem de tempo para responderem questões sobre atitudes, eles poderão considerar cuidadosamente cada aspecto da resposta, ao invés de reagir de forma superficial.

O perfil mínimo dos respondentes era o de pessoas urbanas que já haviam feito alguma visita aos parques nacionais brasileiros. Além disso, buscou-se atrair pessoas de diferentes estados do Brasil. O questionário foi divulgado da seguinte forma:

- ⇒ disponibilização de um link para o questionário nos sítios do Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, da Associação Brasileira de Escalada e Montanhismo e do Infotrilhas (sítio criado para disseminação de informações sobre manejo de trilhas em unidades de conservação). A disponibilização da pesquisa nos dois últimos sítios citados foi um sinal de que o princípio da rede estava funcionando. Ao receberem a mensagem solicitando a resposta à pesquisa, os responsáveis por estes sítios ofereceram a oportunidade de divulgar a pesquisa em sua página principal;
- ⇒ envio de uma mensagem solicitando o preenchimento do questionário para 13 listas de discussão de temáticas associadas a atividades recreativas em ambientes naturais, ecoturismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; para 53 comunidades do sítio

Orkut; e para 160 pessoas selecionadas diretamente pela pesquisadora. A relação das listas e grupos de discussão consta no Anexo 7.

Ao todo, foram obtidas 469 respostas ao questionário. Entretanto, descartou-se 29 delas, devido a erros de preenchimento ou a repetições no envio. A armazenagem dos dados foi feita pelo banco de dados *Access*, porque ele possibilita condições adequadas para a integração com o programa *MS Excel*, utilizado para a análise dos resultados e a geração dos gráficos.

Como complemento à aplicação dos questionários via Internet, foi realizada uma entrevista com o presidente da Confederação Brasileira de Esportes de Montanha - CBME. A CBME foi escolhida por representar 20 entidades que congregam cerca de 2.000 excursionistas, montanhistas e escaladores organizados na Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro - FEMERJ, na Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo – FEMESP, na Federação Paranaense de Montanhismo – FEPAM e na Federação Gaúcha de Montanhismo – FGM.

Cumprir destacar que o modo como a pesquisa foi desenvolvida não possibilitou a análise dos dados com rigor estatístico. O intuito, então, foi o de buscar algumas indicações e tendências.

4ª FASE – Análise dos resultados

A última fase da pesquisa foi a análise dos resultados obtidos nas diferentes etapas do processo de investigação e a elaboração do corpo da dissertação.

4.2. Materiais

4.2.1. Dados das áreas de estudo

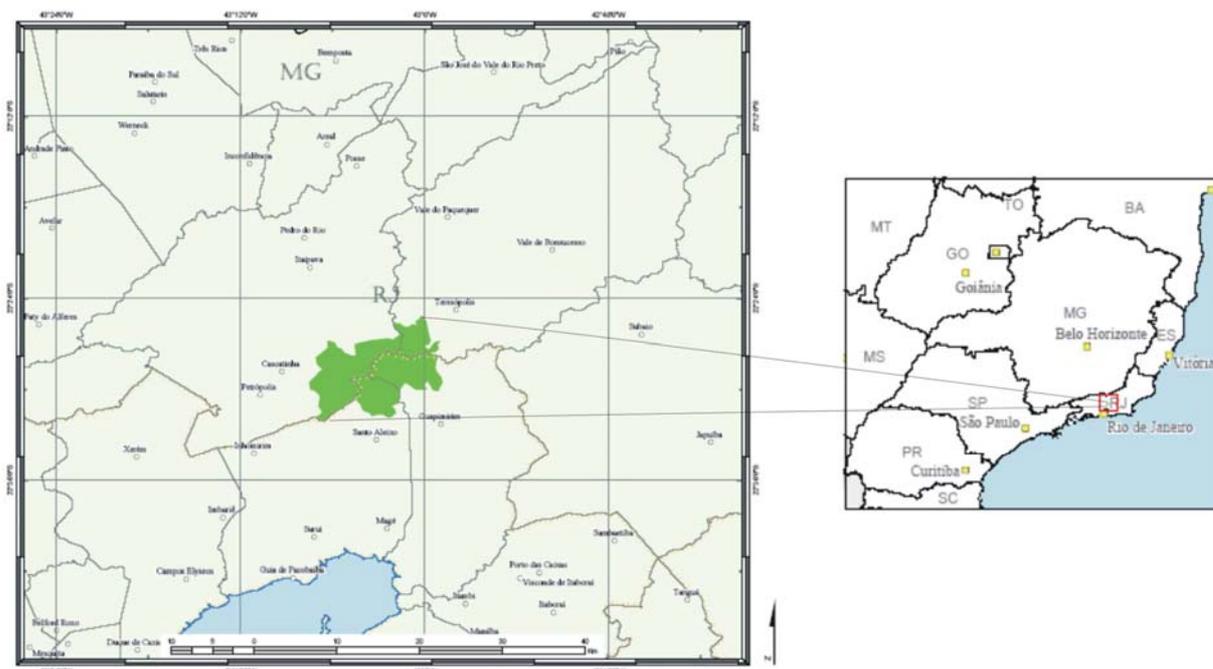
Nesta seção, será feita uma breve descrição de cada área de estudo, no intuito de oferecer informações gerais para entendimento de cada caso.

Parque Nacional da Serra dos Órgãos²

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos localiza-se na região Sudeste do Brasil, especificamente em um trecho da Serra do Mar situado no estado do Rio de Janeiro. Abrange trechos dos municípios de Guapimirim, Magé, Petrópolis e Teresópolis. A Figura 4.3 apresenta a localização geográfica do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Figura 4.3 – Localização geográfica do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Fonte: IBAMA, www.ibama.gov.br

A sede principal do parque está situada na área urbana de Teresópolis. O principal acesso a ela se dá pela rodovia Rio-Bahia - BR 116. O parque tem duas outras sedes: uma em Petrópolis e outra em Guapimirim. Para chegar à sede Petrópolis, a principal via é a BR 040, que liga o Rio de Janeiro à Juiz de Fora. A entrada da sede Guapimirim está localizada na altura do quilômetro 98,5 da BR 116. As estradas de acesso ao parque estão em bom estado de

² Os dados sobre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, citados nesta seção, foram obtidos por meio do Plano de Uso Público do parque (IBAMA, 2001) e de informações obtidas no sítio do parque na Internet - www.ibama.gov.br/parnaso.

conservação e pode-se chegar com facilidade à unidade por meio de transporte privado ou coletivo.

Histórico e características gerais

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi criado em 30 de novembro de 1939, dois anos após o estabelecimento do primeiro parque nacional brasileiro, com superfície de 10.527 hectares. A região serrana onde se estabeleceu o parque encantou a família real e membros da nobreza portuguesa que, no século XIX, utilizavam as fazendas como lugar de descanso e veraneio. De acordo com Drummond (1997), nobres, políticos, comerciantes, diplomatas estrangeiros e as suas famílias consideravam estas serras como refúgios para escapar do ambiente insalubre do Rio de Janeiro.

O autor levanta duas possibilidades para a conservação natural do espaço onde se criou o parque. A primeira delas é que era de interesse da elite do Rio de Janeiro manter as encostas das serras florestadas, garantindo uma paisagem agradável em seu destino de lazer ou de residência temporária. A outra razão seria a influência que naturalistas, como Spix e Martius, tiveram junto aos políticos e aos administradores do governo local, a partir dos resultados de pesquisas que fizeram na Serra dos Órgãos, chamando atenção para a riqueza natural da área. Em reconhecimento ao trabalho realizado por Martius, atualmente um casarão em que o naturalista costumava se hospedar foi restaurado e transformado em um museu que leva o seu nome.

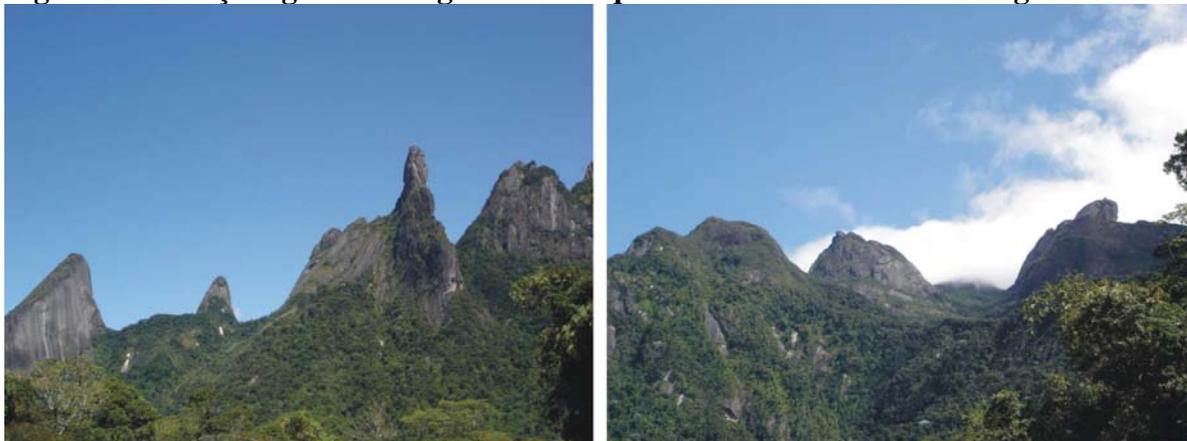
Aspectos biofísicos

➔ Características geomorfológicas

O parque ocupa uma encosta íngreme da Serra do Mar e tem altitudes que variam de 200 a 2.263 metros snm. A sua geomorfologia, formada por maciços rochosos de granito e de gnaisse, é testemunho da ação da erosão associada a falhamentos de grande extensão, datados da era Proterozóica. A paisagem é marcada por dez picos com mais de 2.000 metros e seis com mais de 1.500 metros snm. As formações rochosas mais destacadas são a Pedra do Sino, ponto culminante com 2.263 metros, o Dedo de Deus, com 1.692 metros, os castelos do Açú,

a agulha do Diabo, com 2.050 metros, o Escalavrado com 1.406 metros, dentre outros. Na Figura 4.4 ilustra-se algumas feições geomorfológicas do parque.

Figura 4.4 - Feições geomorfológicas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

➤ Hidrografia

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos abriga importantes nascentes cujas águas tributárias das bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul e da Baía de Guanabara. Os principais rios que fluem para a Baía de Guanabara são o Soberbo, o Bananal, o Sossego, o Inhomirim, o Magé, o Santo Aleixo, o Iconha e o Corujas. Em direção à bacia do Paraíba do Sul correm os rios da vertente continental do parque. Boa parte da água que abastece as cidades de Petrópolis e Teresópolis vem de alguns desses rios da vertente continental - Paquequer, Caxambú e Bonfim.

Alguns rios do parque, especialmente o Soberbo, formam cachoeiras e cascatas e têm leito propício à formação de trombas d'água, também chamadas na região de “cabeças-d'água”, que ocorrem na época de maior precipitação. O fenômeno acontece quando há fortes chuvas nas nascentes dos rios e o volume de água se acumula, descendo rapidamente os acentuados desníveis e provocando repentino aumento do volume dos cursos d'água.

➤ Vegetação

A área do parque está situada no bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do Brasil. De uma maneira geral, a flora da unidade é classificada como floresta ombrófila densa.

Entretanto, a existência de variados gradientes altitudinais condicionam a diferenciação da fisionomia vegetal, levando à identificação de quatro outros tipos de vegetação.

A floresta pluvial submontana cobre o espaço do parque até os 500 metros snm e contém árvores cujas copas atingem cerca de 30 metros de altura. Exemplos de espécies que ocupam essa área do parque são a palmeira juçara, a pindobinha, o samambaiçu, a faveira e a embaúba. Na faixa altitudinal mediana compreendida entre 500 e 1.500 metros, surge a floresta montana, com espécies arbóreas frondosas que atingem até 40 metros, como o jequitibá-rosa, o ouriceiro, a canela e a canela-santa. Nos troncos e galhos das árvores vivem bromélias, orquídeas e epífitas. Em altitudes mais elevadas, entre 1.500 e 2.000 metros, o solo é coberto pela floresta pluvial alto-montanha caracterizada por árvores com menor porte (5 a 10 metros de altura) e arbustos, com galhos retorcidos e bastante cobertos por musgos e epífitas. Nas porções rochosas, há diversidade de briófitas e pteridófitas, apresentando alto grau de endemismo. Acima de 2.000 metros, as condições climáticas são favoráveis aos campos de altitude, com estrato vegetal baixo, presença de gramíneas, arbustos baixos e algumas formações de espécies rupícolas e lenhosas um pouco mais adensadas.

✦ Fauna

O parque se destaca pela diversidade de espécies de animais. Há registro de 58 espécies de mamíferos, dentre os quais vale ressaltar os de pequeno porte, como o macaco-da-meia-noite, o sagüi, o macaco-prego, o barbado, o muriqui, o mão-pelada, o furão grande, o gato-maracajá, o quati, a irara, o caxinguelê, a cutia, a paca, a queixada, o tatu, dentre outros. As aves apresentam-se com grande diversidade, uma vez que já foram identificadas 264 espécies, inclusive algumas endêmicas e ameaçadas, como o papagaio-do-peito-roxo. Vale citar também outras aves como o tié-sangue, os sanhaços, o gavião-carijó a maitaca, o araçari-banana, o guaxo, além de diversas espécies de tucanos, pica-paus e andorinhas.

Alguns répteis e anfíbios conhecidos são o sapo-pulga, o sapo-intanha, a perereca-masurpial, a cobra coral-verdadeira, a cobra coral-falsa, a cobra-do-lodo, a cobra-verde, os cágados e os jabutis.

↘ Clima

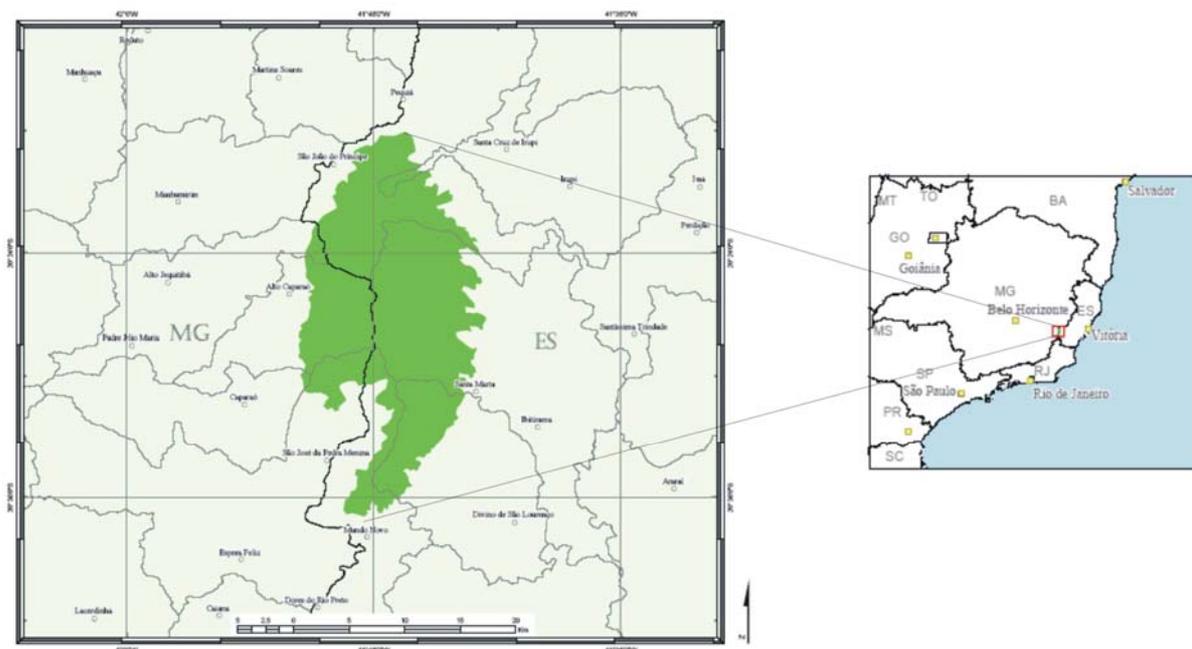
O clima do parque é caracterizado como tropical de altitude, com umidade relativa do ar de cerca de 80 a 90%. A temperatura média anual varia entre 13° e 23° Celsius . O período com maior pluviosidade é dos meses de dezembro a março e o de menor precipitação ocorre entre junho e agosto. Como a altitude em diferentes setores do parque varia acentuadamente, nas áreas mais altas é comum ocorrerem geadas e temperaturas próximas a 0°C.

Parque Nacional do do Caparaó³

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional do Caparaó localiza-se na região Sudeste do Brasil, entre os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, abrangendo terras dos municípios mineiros de Alto Caparaó, de Alto Jequitibá, do Caparaó e de Espera Feliz e dos municípios capixabas de Dolores do Rio Preto, de Divino de São Lourenço, de Ibitirama, de Iúna e de Irupí. A Figura 4.5 mostra a localização geográfica do parque.

Figura 4.5 – Localização geográfica do Parque Nacional do Caparaó



Fonte: IBAMA, www.ibama.gov.br

³ Os dados sobre o Parque Nacional do Caparaó, citados nesta seção, foram obtidos por meio do Plano de Uso Público do parque (IBAMA, 2000) e de informações obtidas no sítio do parque na Internet - www.ibama.gov.br/parna_caparao .

O acesso ao parque é facilitado por estradas asfaltadas e pela proximidade das sedes dos municípios de Alto Caparaó e de Dores do Rio Preto. O parque dista 372 km de Belo Horizonte e 221 km de Vitória. Para quem parte destas cidades, o acesso à portaria de Alto Caparaó se dá pela rodovia federal BR 262 e por rodovias intermunicipais. As pessoas vindas do Rio de Janeiro e que buscam entrada por esta portaria utilizam a rodovia BR 116 até a cidade de Fervedouro e depois a rodovia estadual MG 482. A portaria de Pedra Menina, no Espírito Santo, pode ser acessada pela BR 262 e por outras que interligam municípios, a partir de Belo Horizonte, pela BR 101 por pessoas procedentes de Vitória, e pela BR 116 por quem vai desde o Rio de Janeiro.

Histórico e características gerais

Criado em 24 de maio de 1961, o Parque Nacional do Caparaó ocupa a superfície de cerca de 31.800 hectares. Os motivos que levaram à sua criação foram a existência de sítios de grande valor ecológico e a presença de grandes maciços rochosos de valiosa magnitude, especialmente o Pico da Bandeira, que por muito tempo foi considerado o ponto culminante do território brasileiro.

A região onde o parque está situado foi ocupada, há tempos atrás, por grupos indígenas como os Botocudos, os Puris, tribos de Tapuias e Tupis, que praticavam a caça e a coleta para a subsistência e que conseguiram, durante algum tempo, impedir a degradação da Mata Atlântica local. A partir do século XVIII, com a queda da extração do ouro na Zona da Mata de Minas Gerais, passou a predominar o plantio de lavouras de café, as quais passaram por alguns períodos de declínio, dando espaço à pecuária leiteira. Atualmente, a cafeicultura voltou a ter grande importância na economia regional.

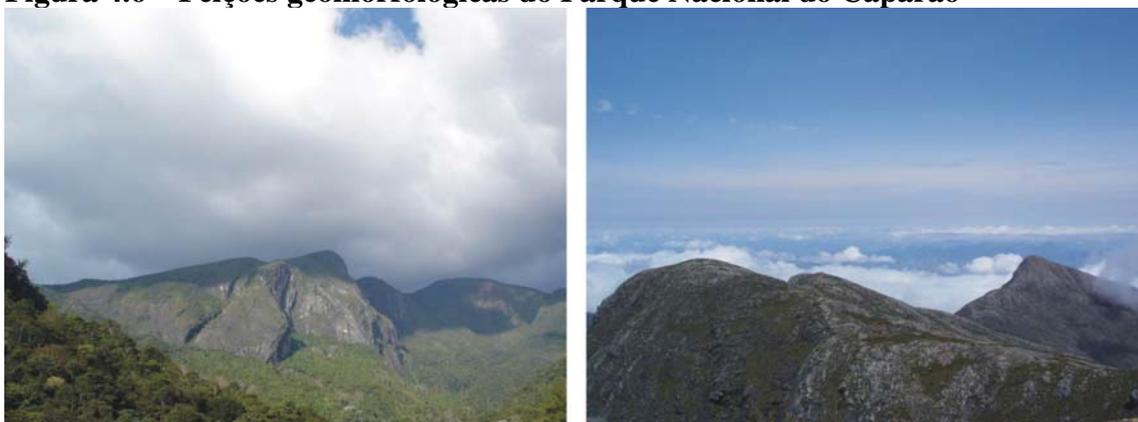
A área do Parque Nacional do Caparaó também foi palco, na história recente do país, de um movimento em oposição ao regime militar. Segundo Guimarães (2006), a Serra do Caparaó era considerada como um lugar estratégico para a implantação de focos de guerrilheiros logo após o golpe militar de 1964. Ele afirma que a Guerrilha do Caparaó, ocorrida no final de 1966 e início de 1967, provavelmente foi o primeiro movimento armado de resistência à ditadura militar no Brasil.

Aspectos biofísicos

✦ Características geomorfológicas

O relevo do parque é formado, em grande parte, pelo Maciço do Caparaó, que se configura como uma cadeia montanhosa com picos rochosos de elevações que atingem os 2.800 metros de altitude snm. O maciço foi moldado por uma cadeia de dobramentos ocorrida a cerca de 630-550 milhões de anos atrás, no Ciclo Brasileiro. Os afloramentos rochosos, abundantes na área do parque, são formados por gnaisses e charnockitos foliados, compostos por quartzo-plagioclásio-ortopiroxênio e granada. A Figura 4.6 ilustra o relevo do Parque Nacional do Caparaó.

Figura 4.6 – Feições geomorfológicas do Parque Nacional do Caparaó



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

✦ Hidrografia

Do Maciço do Caparaó vertem inúmeros cursos d'água, afluentes dos rios Manhuaçu, Itabapoana e Itapemirim. Em função da topografia da área, os percursos dos rios formam diversas corredeiras e cachoeiras, tais como a cachoeira Bonita, a cachoeira do Aurélio, a cachoeira dos Pilões e outras. Os principais rios do parque são o São Domingos, o Caparaão, o José Pedro e o Claro.

✦ Vegetação

A área do Parque Nacional do Caparaó faz parte do bioma Mata Atlântica. A fisionomia da vegetação da unidade está condicionada às variações de altitude, que influenciam na formação de micro-climas locais. Entre os 800 metros e os 1.700 metros existe

a floresta pluvial montana, caracterizada por formações secundárias, em razão das alterações antrópicas, como as queimadas, a extração de madeiras nobres e o desmatamento. As árvores que compõem a floresta pluvial montana atingem cerca de 30 metros de altura e as espécies facilmente encontradas são: as embaúbas (*Cecropia* spp.), as quaresmeiras (*Tibouchina* spp. e *Miconia* spp.), os adragos (*Croton* spp.) e os angicos (*Piptadenia* spp.).

A faixa que se inicia nos 1.700 metros e chega até os 1.800 metros é caracterizada pela presença de arbustos que fazem a transição entre a mata e os campos. Na parte mais alta do parque, os afloramentos rochosos são abundantes, dificultando a formação dos solos. Nesta área, há campos de altitude, campos rupestres e vegetação rupícola. Neste gradiente altitudinal, são comumente encontrados o bambuzinho-do-campo (*Chusquea pinifolia*) e várias espécies de bromeliáceas, pteridófitas, líquens e musgos.

✦ Fauna

Devido à degradação da flora do entorno do parque pela agricultura e pecuária, muitas espécies da fauna deixaram de habitar a região. Atualmente, encontram-se animais como gambás, cuícas, pacas, tapetis, caxinguelês, iraras, guaxinins, gatos-do-mato e cachorros-do-mato. As espécies de aves mais incidentes são o inhambu-chintam, o urubu preto, o gavião-carijó, o jacu, o bacurau, o cará-cará, o furnariídeo, o tiranídeo, o saci, o tico-tico e a seriema.

✦ Clima

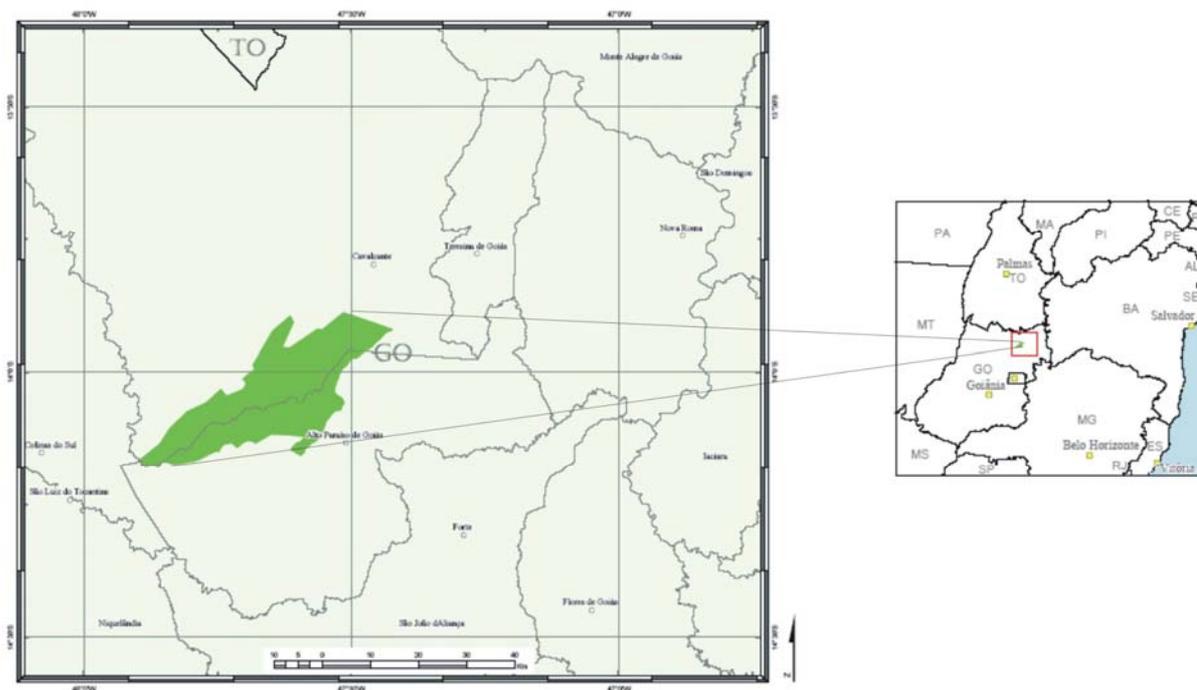
O clima do parque é caracterizado como tropical de altitude, bastante influenciado pelo relevo, que determina diferenças acentuadas de temperatura e umidade. A temperatura média anual varia entre 19° C e 22° C, com máxima absoluta de 36° C no verão e mínima absoluta de 4° C negativos no inverno. O período de chuvas se concentra nos meses de novembro, dezembro e janeiro e o período de seca é marcante em junho, julho e agosto.

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros⁴

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está situado na região Centro-Oeste do Brasil, no estado de Goiás, abrangendo terras dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, de Cavalcante e de Colinas do Sul. Os meios mais comumente utilizados para chegar ao parque são os automóveis particulares e os transportes coletivos alugados para excursões. De Brasília, o acesso à unidade é feito pela rodovia federal BR 020 e em seguida pela rodovia estadual GO 118, por 220 km, em direção a Alto Paraíso de Goiás. Aproximadamente 5 km antes de Alto Paraíso, toma-se à esquerda por mais 36 km pela rodovia GO 239 até a Vila São Jorge, no município de Alto Paraíso de Goiás, onde fica a portaria do parque. A unidade dista 260 km de Brasília (DF) e 480 km de Goiânia (GO). A Figura 4.7 mostra a localização geográfica do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Figura 4.7 – Localização geográfica do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: IBAMA, www.ibama.gov.br

⁴ Os dados do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, citados nesta seção, foram obtidos por meio de informações obtidas no sítio do parque na internet - www.ibama.gov.br/parna_veadeiros.

Histórico e características gerais

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi criado em 1961 e tem área de 65.514 hectares. A área protege lugares afetados por antigos garimpos de quartzo e fazendas de gado que guardam a história local. Ela foi declarada como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, em 2001. Segundo Melo (1999), a colonização européia da região da Chapada dos Veadeiros inicialmente ocorreu com as incursões das bandeiras, que formaram núcleos de ocupação ligados à mineração do ouro. Com o declínio do ciclo minerador, a autora menciona que a região começou a ser ocupada por fazendas policulturais que se dedicaram à criação de gado e a culturas de cereais, como o trigo. O Parque Nacional de Tocantins, nome original da unidade, foi criado num contexto sócio-cultural rural, mas também sob a influência da interiorização econômica e administrativa da sociedade nacional, suscitada pela construção de Brasília.

Aspectos biofísicos

↳ Características geomorfológicas

A região ocupada pelo parque tem rochas metamórficas, de cerca de 2,5 bilhões de anos, que passaram por processos de fraturamentos e de erosão e foram depositadas e esculpidas pelas águas dos rios. A altitude do parque varia de 577 metros a 1.676 metros snm. Atualmente, a paisagem da unidade é composta por um relevo aplainado, com a presença de morros testemunhos, e por grandes vales de rios. A fim de auxiliar a descrição das feições geomorfológicas da unidade, são apresentadas algumas imagens na Figura 4.8.

Figura 4.8 – Relevo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (à esquerda, vale do Rio Preto e Morro da Baleia e à direita, Jardins de Maytréia)



Fotos: Andrea Zimmermann, outubro de 2005.

➤ Hidrografia

A região da Chapada dos Veadeiros é considerada um divisor de águas das bacias dos rios Paranã e Maranhão. O principal curso d'água do parque é o rio Preto, que verte no sentido leste-oeste. Este rio forma belas cachoeiras, que se constituem os principais atrativos para a visitação do parque, como pode ser observado na Figura 4.9. Na época de chuvas fortes, ocorrem com freqüência cabeças d'água nos trechos do rio marcados por topografia mais acidentada.

Figura 4.9 – Imagens das cachoeiras Dois Saltos e Cariocas



Fotos: Andrea Zimmermann, outubro de 2005.

➤ Vegetação

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros está inserido no Bioma Cerrado, um tipo de savana em que há inúmeras espécies de gramíneas que ocorrem junto com árvores e arbustos mais ou menos esparsos. As árvores do Cerrado possuem caules grossos, folhas resistentes e troncos retorcidos. No parque, ocorrem espécies características de solos ácidos e com baixa fertilidade. Em toda a sua área, observam-se diferentes fitofisionomias, com destaque para os campos rupestres, o cerrado rupestre, o cerrado sentido restrito, a mata ciliar, a mata seca semidecídua, os campos limpos e as veredas.

Nos cerrados rupestres, podem ser observadas, o mandiocão (*Didymopanax* spp.) e a canela-de-ema (*Vellozia* spp.). Nas veredas, predomina o buriti (*Mauritia flexuosa*), uma espécie que é símbolo do Cerrado. Foram registradas 1.476 espécies vegetais no parque,

dentre elas 139 de gramíneas, 69 de quaresmeiras e 39 de orquídeas. Estima-se que o parque proteja cerca de 50 espécies raras, endêmicas ou sob risco de extinção.

✦ Fauna

A fauna do parque é característica do Bioma Cerrado. Destacam-se os mamíferos lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*) e veado - campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*). Dentre as 312 espécies de aves registradas na unidade, estão a ema (*Rhea americana*), o urubu-rei (*Sarcoramphus papa*) e alguns tipos de gaviões. Foram encontradas 34 espécies de sapos e rãs e 33 espécies de répteis. Além disso, entre os invertebrados existem mais de 1.000 espécies de borboletas e mariposas e 160 espécies de abelhas. Nos rios do parque, vivem 49 espécies de peixes.

✦ Clima

O clima do parque é o tropical sazonal, com duas estações bem marcadas: uma seca e outra chuvosa. A estação seca tem duração de 3 a 5 meses e predomina nos meses de maio a setembro. O período das chuvas inicia-se em outubro e vai até o mês de abril. Nesta época, eventualmente ocorrem veranicos caracterizados por dias seguidos com forte calor sem chuvas. A variação térmica anual é relativamente pequena, com temperatura média em torno de 21° C.

Parques Nacionais do Equador

Parque Nacional Cotopaxi⁵

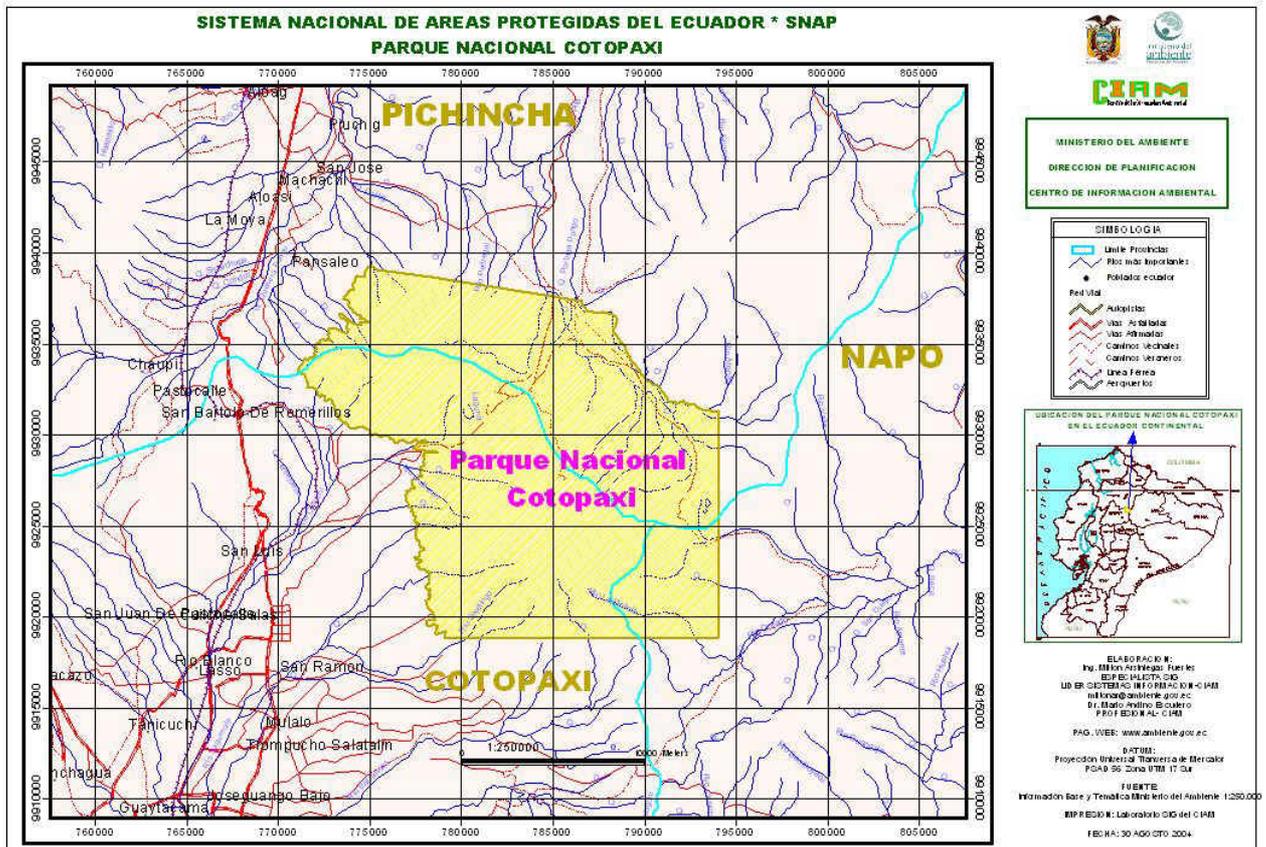
Localização e vias de acesso

O Parque Nacional Cotopaxi está situado na cordilheira central dos Andes, a 60 km ao sul de Quito, a capital do Equador. Abrange partes dos territórios das províncias de Cotopaxi, Pichincha e Napo. O acesso ao parque se dá pela rodovia Panamericana e por uma estrada

⁵ Os dados sobre o Parque Nacional Cotopaxi, citados nesta seção, foram obtidos por meio de duas principais fontes que são o *Ministerio del Ambiente* (documentos e sítio na internet – www.ambiente.gov.ec) e o documento de atualização do Plano de Manejo do Parque (Instituto Equatoriano Florestal de Áreas Naturais e Vida Silvestre - INEFAN, 1996).

não-pavimentada, próxima à comunidade Lasso, que chega até a portaria do parque. A Figura 4.10 mostra o mapa de localização do Parque Nacional Cotopaxi.

Figura 4.10 – Mapa de localização do Parque Nacional Cotopaxi



Fonte: Ministerio del Ambiente, www.ambiente.gov.ec

Histórico e características gerais

O Parque Nacional Cotopaxi foi criado em 11 de agosto de 1975, com superfície de 33.393 ha e tem altitudes que vão de 3.600 a 5.897 m snm. A região do parque é ocupada por populações indígenas e camponeses. Os primeiros a chegaram ao local foram os chibchas e depois houve migrações de cayapas, colorados, atacameños e quijos que fundaram as localidades de Tacunga, Mulliambato, Pillaro e Quisapincha, localizadas no entorno da área protegida.

Aspectos biofísicos

✦ Características geomorfológicas

As feições geomorfológicas do parque fazem parte das montanhas da Cordilheira dos Andes e são tipicamente vulcânicas, caracterizadas por cânions, derrames de lava e depósitos de sedimentos piroclásticos. No centro do parque, encontra-se o vulcão Cotopaxi, a oeste fica o vulcão Rumiñahui e entre os dois formou-se o vale do rio Limpiopungo. A formação mais representativa da unidade é o vulcão Cotopaxi, que tem 5.897 m snm e é considerado o vulcão ativo mais alto do mundo. O Cotopaxi, que deu nome ao parque, significa na língua nativa “trono da lua”. Tem um cone vulcânico praticamente perfeito, encoberto por glaciares a partir dos 4.800 m. A imagem do vulcão pode ser visualizada na Figura 4.11.

Figura 4.11 – Face sul do vulcão Cotopaxi



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

✦ Hidrografia

A área do parque origina uma importante bacia hidrográfica formada pelos rios Cutuchi, San Pedro e Pita. Estes rios nascem nas vertentes dos vulcões Cotopaxi e Rumiñahui. As águas procedentes do norte do Cotopaxi e do oriente do Rumiñahui formam o rio Pedregal. No parque, existem inúmeros pequenos lagos. Os principais são o Cajas, o Limpiopungo e o de Santo Domingo.

➤ Vegetação

A fitofisionomia característica do parque é uma vegetação típica das partes altas andinas conhecida como páramo. Ela é composta por árvores de pouca altura e por grande quantidade de gramíneas. A zona mais baixa, entre 3.400 e 3.900 m e com temperatura que oscila entre 6 e 12° C, abriga o bosque muito úmido montano. Espécies típicas desta zona são: *pummaqui*, *capulí*, *pucunero*, *mortiño*, *valeriana*, *gencianas*, *romerillo*, *quinua* e outras. Nesta área, existe uma grande plantação de pinus, com cerca de 1.750 ha, que foi incorporada ao parque e ocasionou impactos na dinâmica dos páramos. A porção do parque que compreende as altitudes entre 3.900 e 4.000 metros e temperaturas de 6 a 3° C abarca o páramo pluvial subalpino com gramíneas e *gencianas*.

Nas partes do parque com maiores altitudes dos vulcões Rumiñahui e Cotopaxi, entre os 4.400 e 4.700 metros e com temperaturas variando entre 1,5 e 3°C, encontra-se a tundra pluvial alpina. Esse tipo de vegetação é formado por colônias de musgos e líquens. A área mais alta, coberta por neve, praticamente não tem vegetação, mas para efeito de classificação como zona de vida, é denominada nival.

➤ Fauna

A fauna do parque é composta por espécies de mamíferos, como o veado, o lobo do páramo, o puma, o coelho, a raposa, o cavalo selvagem (introduzido), dentre outros. As espécies de aves encontradas são diversas, com destaque para o condor andino, o gavião de espada rocha, a gaiivota andina, o perdiz do páramo, etc. Há também alguns peixes, como a truta arco-íris e a *preñadilla* e répteis e anfíbios, ainda pouco estudados.

➤ Clima

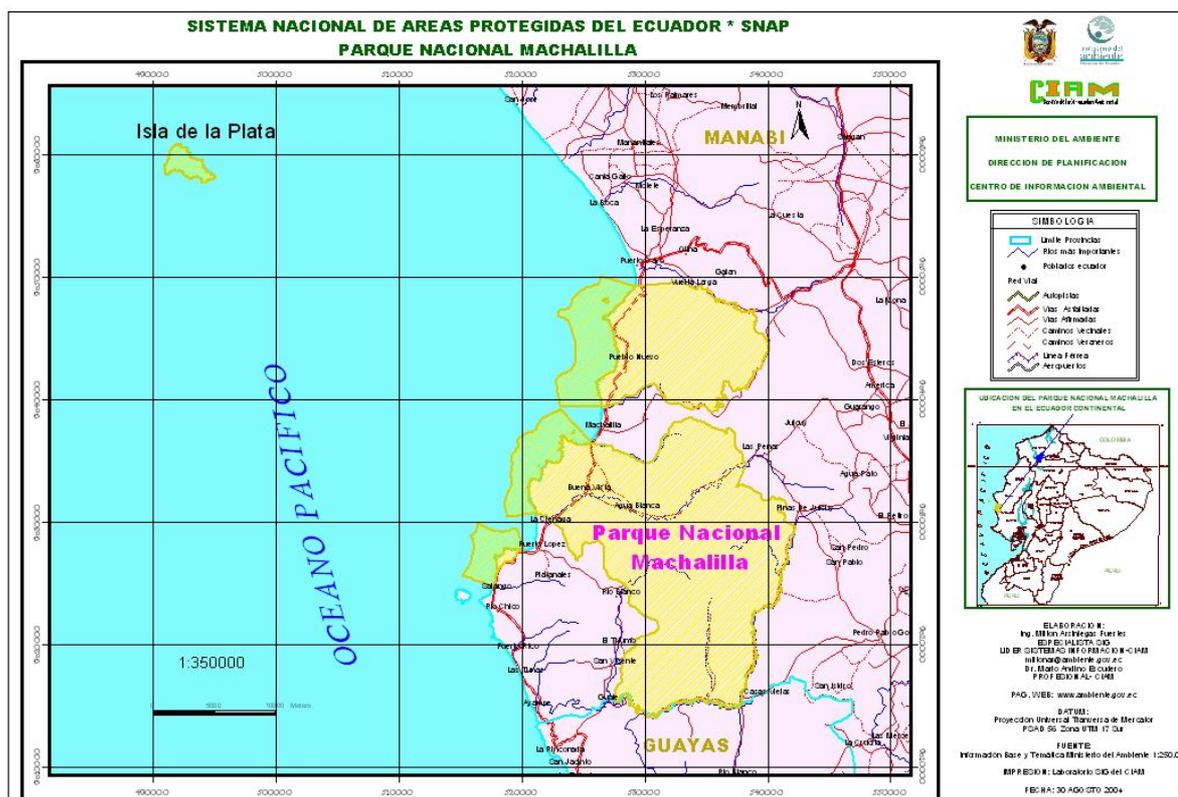
O clima do parque caracteriza-se por uma temperatura média anual de 7,7° C, por um período úmido entre março e maio e um outro de menor precipitação de julho a setembro. Em geral, a temperatura tem pouca variação durante o ano, mas são observadas oscilações diárias consideráveis de cerca de 20° C. As chuvas de granizo são frequentes, especialmente nos meses de verão. Ocorrem nevascas nos meses de inverno.

Parque Nacional Machalilla⁶

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional Machalilla está situado na costa litorânea do Equador, ao sul da província de Manabí, na fronteira com a província de Guayas. O parque limita-se ao norte com Puerto Cayo, ao sul com o rio Ayampe, a oeste com o oceano Pacífico (a duas milhas náuticas da zona costeira continental). As principais vias de acesso ao parque são a rodovia Marginal de la Costa, que contorna o litoral a partir de Guayaquil ou uma rodovia interiorana que passa por Manta e Portoviejo. O povoado, onde estão localizados a administração do parque e o centro de visitantes, é chamado Puerto Lopez. A Figura 4.12 possibilita localizar o parque com referências geográficas.

Figura 4.12 – Mapa de localização do Parque Nacional Machalilla



Fonte: *Ministerio del Ambiente*, www.ambiente.gov.ec

⁶ Os dados sobre o Parque Nacional Machalilla citados nesta seção foram obtidos por meio de três principais fontes que são o *Ministerio del Ambiente* (documentos e sítio na internet – www.ambiente.gov.ec), informações orais e folhetos do próprio parque.

Histórico e características gerais

O parque foi estabelecido em 26 de julho de 1979 e tem área de 55.092 ha, dentre os quais 32.000 estão situados na zona continental e o restante na zona marinha. A área foi colonizada, no início do século XVI, por espanhóis que estabeleceram um povoado denominado Manteño de Salangomé. Os vestígios de culturas mais antigas como os da Valdivia, da Machalilla, da Chorrera-Engoroy, da Bahia e de Guangala estão conservados em sítios arqueológicos do parque. Apesar de legalmente não ser permitida a ocupação humana dentro de parques nacionais equatorianos, as populações que viviam na área deste parque não foram retiradas (FUNDACIÓN NATURA, 2000). Permaneceram as comunidades de Salite, Pueblo Nuevo, El Rocío, Soledad-Carrizal, Casas Viejas, Matapalo e Mero Seco.

Aspectos biofísicos

✦ Características geomorfológicas

A fisionomia geomorfológica do parque é diversificada, com gradiente altitudinal que começa no nível do mar e vai até cerca de 1.850 m snm. No continente, encontram-se ambientes costeiros formados na plataforma continental, com baías, enseadas, praias arenosas e rochosas e elevações que formam montes e separam um ambiente de outro. Há também uma região montanhosa e formações de ilhas, onde se sobressaem paredões rochosos a duas milhas náuticas da costa litorânea. Para facilitar a compreensão desta breve descrição, são apresentadas algumas fotografias na Figura 4.13.

Figura 4.13 – Formações da área montanhosa e da Ilha da Prata



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

↘ Hidrografia

O parque é uma área costeira, particularmente montanhosa, do sistema hidrográfico da vertente do litoral, limitada pelas bacias dos rios Jipijapa ao norte e Ayampe ao sul, que correm para o ocidente e deságuam no oceano Pacífico.

↘ Vegetação e características ecossistêmicas

A porção continental do Parque Nacional Machalilla é composta por duas principais áreas: a seca e a de neblina constante. A primeira situa-se na zona de costa, com altitudes que variam entre 0 e 600 m snm e que tem precipitação menor do que 1.500 mm anuais. Nesta área, vivem espécies decíduais, arbustivas, com aspecto espinhoso e folhas grossas. A zona de neblina constante tem altitudes superiores a 600 metros e é ocupada principalmente por bosques e a pluviosidade é maior do que 1.500 mm por ano.

Estas duas áreas têm quatro ecossistemas: o matorral desértico tropical, o monte espinhoso tropical, o bosque seco tropical e o monte espinhoso pré-montano. O matorral desértico tropical está localizado na faixa costeira, envolve as ilhas da Prata e de Salango e é composto por cactos, arbustos espinhosos e algumas famílias de leguminosas. O monte espinhoso tropical, formação situada no oriente do parque, sobretudo nos vales dos rios Salaite, Buenavista, Ayampe e Plátano, é formado por espécies de cactos, arbustos e trepadeiras. O bosque seco tropical localiza-se na área interiorana do parque, tem alto grau de endemismo e é considerado como um dos últimos exemplares desse ecossistema no mundo. O último ecossistema continental é o monte espinhoso pré-montano, que ocupa a zona mais alta do parque e é composto por espécies arbóreas lenhosas e de alta densidade.

↘ Fauna

A área marinha do parque tem rico ecossistema aquático e uma espécie mamífera de destaque, a baleia jubarte (*Megaptera novaengliae*), que habita esta área nos meses de junho a setembro, para se reproduzir. Nos arrecifes de coral e nos arrecifes rochosos, foram registradas 100 espécies aquáticas.

A área terrestre abriga 81 espécies de mamíferos, como o veado de gola branca (*Odocoileus virvinanus*), *coto negro auliador* (*Alouatta palliata*, um primata), o morcego frutífero (*Artibeus fraterculus*), o esquilo (*Sciurus stramineus*), o lobo da serra (*Dusicyon sechurae*) e outros. Considera-se que é pequena a representatividade de anfíbios e répteis no parque, já que foram registradas apenas 24 espécies. Em relação às aves, já foram identificadas 259 espécies, dentre elas, 61 endêmicas. As ilhas são habitadas por espécies como os piqueros de patas azuis (*Sula nebouxii*), os emascarados (*Sula dactylatra*), as fragatas (*Fragata magnificens*), o pássaro tropical (*Phaethón aethereus*), dentre outras. A Figura 4.14 mostra imagens de algumas aves avistadas na Ilha da Prata.

Figura 4.14 – Fotografias do piquero de patas azuis, do emascarado e de fragatas na Ilha da Prata



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

✦ Clima

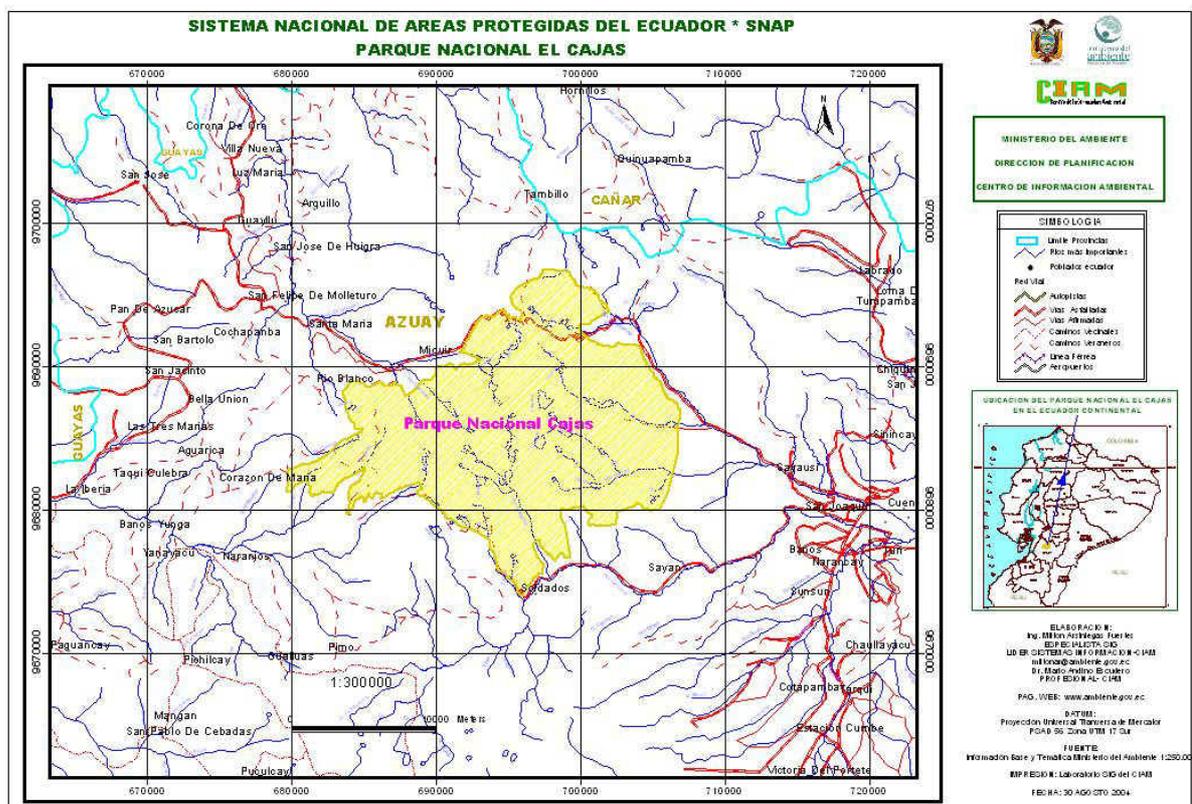
O clima do parque é classificado como subtropical seco nas áreas costeira e insular e úmido no interior do continente, onde a umidade favorece a formação dos bosques. A variação de temperatura anual é pequena, com média de 24° C, influenciada pela Corrente de Humboldt.

Parque Nacional Cajas⁷

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional Cajas está localizado na porção ocidental da cordilheira dos Andes, na província de Azuay, a 34 km da cidade de Cuenca. Situa-se no espaço das comunidades rurais de Sayausí, San Joaquín, Chaucha e Molleturo, no município de Cuenca. O acesso à zona norte, a mais visitada do parque, se dá pela via Cuenca-Sayausí-Molleturo, asfaltada e em boas condições de tráfego. Pode-se ingressar no parque pelo lado sul, por meio de uma estrada, em condições precárias, que liga Cuenca a San Joaquin, Soldados, Angas e Chaucha. Diariamente, saem ônibus do terminal rodoviário de Cuenca em direção à cidade de Guayaquil, os quais percorrem a rodovia existente dentro do parque. Além desta opção, há outros transportes públicos que saem das comunidades localizadas no entorno da unidade. O mapa contido na Figura 4.15 mostra a localização geográfica do Parque Nacional Cajas.

Figura 4.15 – Localização geográfica do Parque Nacional Cajas



Fonte: Ministerio del Ambiente, www.ambiente.gov.ec

⁷Os dados sobre o Parque Nacional Cajas, citados nesta seção, foram obtidos por meio de duas principais fontes que são o *Ministerio del Ambiente* (documentos e sítio na internet – www.ambiente.gov.ec), informações orais e de folhetos do próprio parque.

Histórico e características gerais

Em 1979, foi criada a Área Nacional de Recreação Cajas, com fins de uso público. Devido às importantes características naturais, culturais e arqueológicas da área, no ano de 1996, foi alterada a categoria da área protegida e estabeleceu-se o Parque Nacional Cajas, com 28.544 ha. Historicamente, a região do parque era habitada pelos povos cañaris, descritos como adoradores de rios, lagos e montanhas. Eles utilizavam uma trilha que cruzava grande parte da unidade, desde a região da cordilheira até o litoral, hoje conhecida como “*Caminho del Inca*”, para transitar entre a Cidade Real de Pumapungo, em Cuenca, e o Tambo de Paredones, em Molleturo. Vestígios das atividades deste povo ainda são encontrados no parque.

O Parque Nacional Cajas tem a sua gestão descentralizada, realizada em nível municipal, o que o distingue das demais áreas protegidas do país. A descentralização de áreas protegidas no Equador está prevista na Lei de Gestão Ambiental (Lei no. 37, RO 245), que determina um sistema descentralizado de gestão ambiental, como mecanismo de coordenação em distintos âmbitos para o manejo ambiental e a gestão de recursos naturais (EQUADOR, 1999). Especificamente em relação às áreas protegidas, a Resolução 007 do *Ministério del Ambiente* de fevereiro de 2000 definiu os requisitos para a realização de convênios com governos locais, comunidades, comunidades ancestrais e outras pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, para a administração de áreas protegidas (*Ministerio de Turismo y Ambiente*, 2000). O processo de descentralização de parques nacionais começou pelo Parque Nacional Cajas, em março de 2000, por meio de um convênio firmado entre o Ministério de Turismo e Meio Ambiente e o Município de Cuenca. A gestão municipal é efetuada por uma unidade administrativa denominada Corporação Municipal Parque Nacional Cajas, administrada e dependente da Empresa Pública Municipal de Telecomunicações, Água Potável e Esgoto - ETAPA.

Aspectos biofísicos

➔ Características geomorfológicas

O Parque Nacional Cajas faz parte do complexo de formações montanhosas da cordilheira ocidental dos Andes. O seu gradiente altitudinal varia entre 3.150 e 4.450 m snm.

A feição do relevo é bastante ondulada, apresentando uma declividade média de 54%. Nas partes altas e ao longo da cordilheira, as glaciações esculpiram profundos vales de fundo plano e vertentes abruptas verticais, formando cânions glaciares e lagoas apelidadas, em espanhol, de “*cajas*”. As imagens da Figura 4.16 ilustram o relevo do parque.

Figura 4.16 - Relevo do Parque Nacional Cajas



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

→ Hidrografia

No sistema hidrológico do parque, se destacam as lagoas originadas pelo derretimento de glaciares, com formas em geral circulares. Existem 235 lagoas permanentes, de onde nascem inúmeros rios. A importância do sistema lacustre do parque foi reconhecida internacionalmente pela Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitats de Aves Aquáticas – RAMSAR, em 2003. As vertentes do parque formam um divisor de águas entre rios que correm para o Pacífico e rios que correm em direção à bacia Amazônica. Os dois principais cursos d’água que afetam a cidade de Cuenca se originam no parque - o Yanuncay e o Tomebamba. Considera-se que 60% da água consumida pela população cuencana venha do sistema lacustre do parque.

→ Vegetação

O páramo é a vegetação predominante no parque, mas outros quatro tipos significativos serão mencionados a seguir. O bosque úmido montano compreende a área noroeste conhecida como Surocucho, que está entre 2900 e 3000 m de altitude. Este bosque tem cerca de 60 hectares de vegetação primária, com árvores de tamanho mediano regular e grande variedade de epífitas. O bosque pluvial montano começa a partir da altitude de 2.900 m e chega até

3.400 m, com espécies de árvores residuais como *guabisay* (*Poddocarpus sp.*), *saar* (*Weinmania sp.*), *pichul* (*Vallea stipulares*), *chachacoma* (*Escallonia mirtilloides*), *quinua* (*Polylepis sp.*), além de musgos, bromeliáceas e orquídeas. A partir dos 3.400 m até os 4.200 m de altitude, na área onde está situada a maioria das lagoas, localiza-se o bosque pluvial subalpino. Esta fisionomia de vegetação é caracterizada por gramíneas, arbustos, musgos e líquens. Por fim, acima dos 4.200 m snm, encontra-se o bosque alpino muito úmido, cuja principal vegetação é a *paja* (gramínea), com alguns exemplares de ciprestes.

➤ Fauna

Os mamíferos significativos do parque são pumas, raposas, lobos, coelhos, ratos, veados, morcegos e o urso de óculos (*oso de anteojos*). Algumas aves identificadas foram condores, gaviões, gaivotas, pica-paus, corujas, andorinhas, várias espécies de patos, perdizes, dentre outros. Nas lagoas, há diferentes espécies de peixes, com destaque para a truta.

➤ Clima

O clima do parque não tem estações bem definidas, porém são observados dois períodos marcantes: o seco e o chuvoso. A época seca, que corresponde ao verão, inicia-se em agosto e termina em janeiro. Neste período, há ventos intensos, sol forte, faz calor durante o dia e frio à noite e as temperaturas variam entre 8 e 18° C. O inverno, ou seja, a época chuvosa, ocorre nos meses de fevereiro a julho, quando há bastante neblina e freqüentes nevascas, com temperatura mínima de -2° C e máxima de 10° C.

Parques Nacionais da Argentina

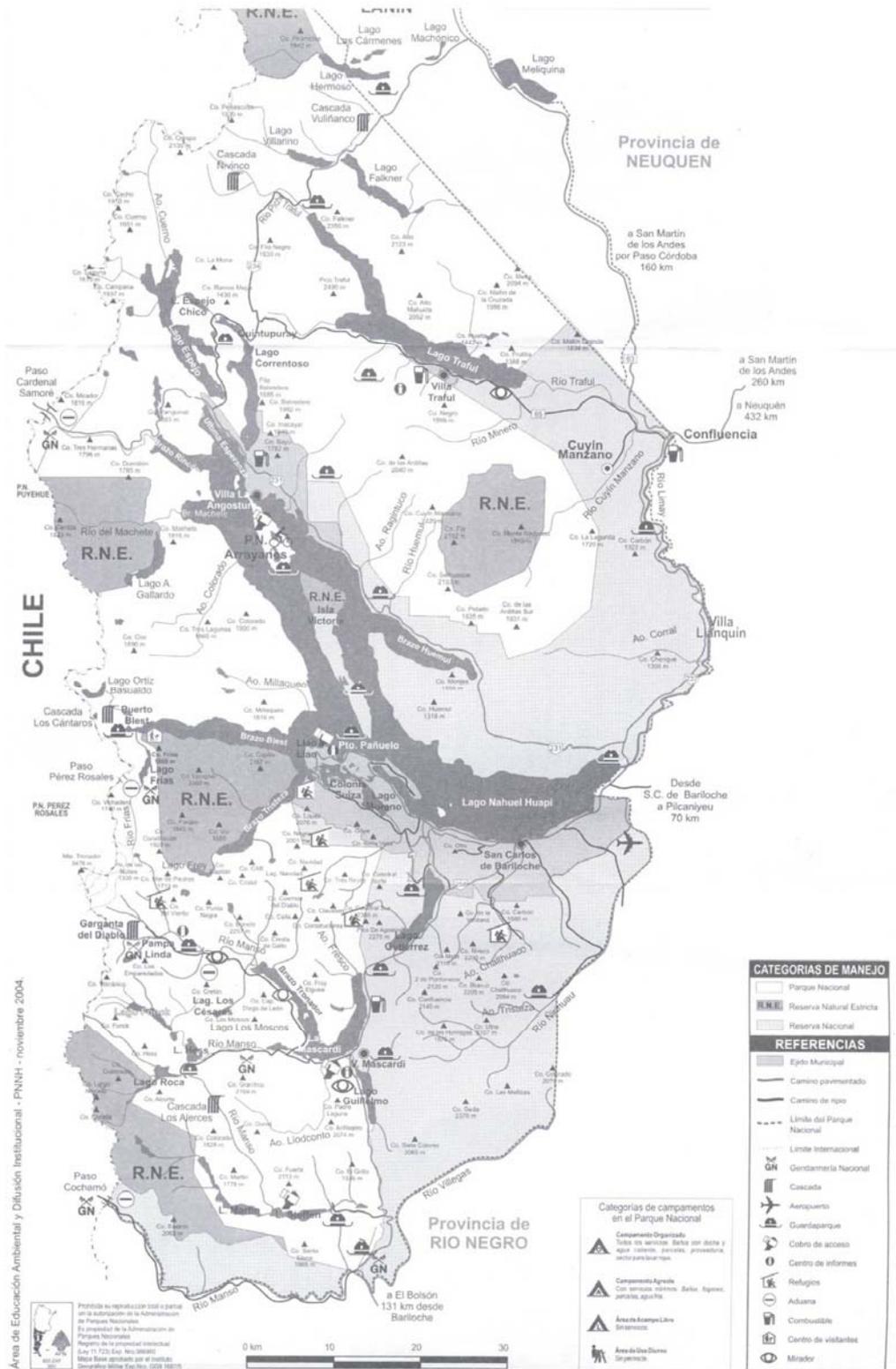
Parque Nacional Nahuel Huapi⁸

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional Nahuel Huapi está localizado na porção noroeste da Patagônia Argentina e faz fronteira com o Chile, como pode ser observado na Figura 4.17.

⁸ Os dados sobre o Parque Nacional Nahuel Huapi, usados nesta seção, foram obtidos pela consulta ao Plano de Uso Público do parque (APN, 1986), de folhetos e de informações obtidas no sítio do parque na Internet - www.parquesnacionales.gov.ar.

Figura 4.17 - Localização do Parque Nacional Nahuel Huapi



Fonte: Administração de Parques Nacionais, 2004.

A cidade de referência para acesso ao parque é San Carlos de Bariloche, aonde se pode chegar facilmente pelas rodovias federais e por outras vias provinciais que estão em bom estado de conservação. A distância do parque à capital do país é de 1.700 km. Existem linhas de ônibus regulares que chegam a Bariloche, saindo de diversas cidades da Argentina e de cidades chilenas, localizadas próxima à fronteira. Para chegar ao parque por via aérea, há vôos diretos até o aeroporto de San Carlos de Bariloche desde cidades como Buenos Aires, Córdoba, Mendoza, El Calafate, Neuquén e de outros países como Chile e Brasil.

Histórico e características gerais

Os primeiros grupos humanos a ocuparem a região noroeste da Patagônia, onde se localiza o Parque Nacional Nahuel Huapi, foram os *tehuelches*, povos caçadores e coletores. Posteriormente, estabeleceram-se os *puelches* e os *araucanizados*, que se dedicavam às atividades agrícolas e à pesca. Por volta de 1600, os primeiros jesuítas e viajantes europeus chegaram a esta região, provenientes do Chile. 200 anos mais tarde, uma expedição militar conhecida como “*La Campana del Desierto*”, realizada de 1876 a 1883, exterminou a maioria dos povos indígenas que habitavam estas terras. A partir de então, colonos europeus passaram a ocupar o território.

A iniciativa de proteger parte desta área aconteceu em 1903, quando Francisco Pascacio Moreno fez uma doação de terras à nação, com o propósito de que fossem conservados lugares de beleza cênica excepcional, para aproveitamento público das atuais e futuras gerações. Assim, em 1934, foi oficialmente criado o Parque Nacional Nahuel Huapi, como a primeira área protegida argentina em nível federal.

Atualmente, o parque tem cerca de 760.000 ha, dos quais 330.000 se constituem na Reserva Nacional Nahuel Huapi. A reserva nacional é uma outra categoria de área protegida mas, na prática, é considerada como parte do parque nacional e é manejada pelos funcionários do parque. Ela funciona como a zona de amortecimento, a fim de ordenar o uso dos recursos naturais e a ocupação nas proximidades do parque, minimizando impactos ambientais.

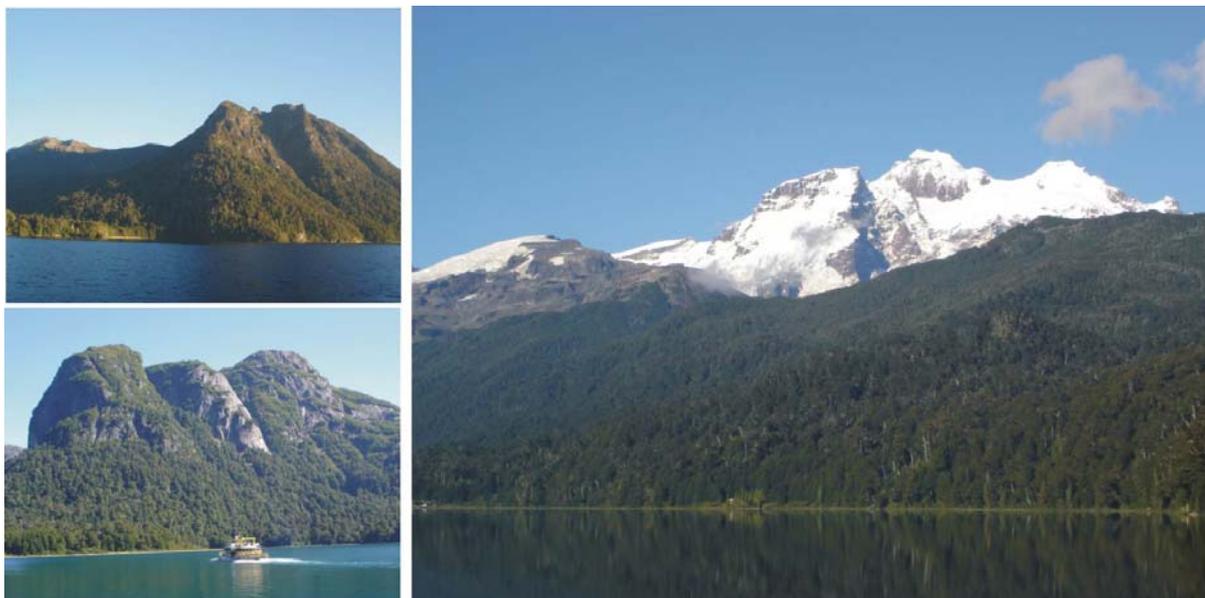
Aspectos biofísicos

✦ Características geomorfológicas

O Parque Nacional Nahuel Huapi é formado por uma superfície cujo gradiente altitudinal varia entre menos de 500 e mais de 3.500 m snm. A geologia da área tem grande quantidade de rochas vulcânicas e de rochas plutônicas de caráter granítico. As feições geomorfológicas são o resultado dos movimentos da crosta terrestre que deram origem à Cordilheira dos Andes, de atividades vulcânicas e da intensa ação glacial, que ocorreu no período Quaternário. Atualmente, a paisagem é composta por numerosos lagos, vales profundos em forma de U, montanhas e por áreas de planícies.

O monte Tronador (3.354 metros) é montanha mais significativa do parque, constituindo-se num testemunho do processo vulcânico. Ele tem dois cumes - um deles é denominado Argentino e o outro Internacional, pois está na linha de fronteira com o Chile. A Figura 4.18 ilustra a paisagem montanhosa do Parque Nacional Nahuel Huapi.

Figura 4.18 – Relevo do Parque Nacional Nahuel Huapi (à esquerda, imagens de serras vistas do Lago Nahuel Huapi e, à direita, o Monte Tronador desde o Lago Frias)



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

➤ Hidrografia

O parque abrange partes de cinco grandes bacias hidrográficas, integradas por uma densa rede de rios e córregos e por inúmeros lagos. As cinco bacias são a do lago Laçar, a do rio Manso, a do lago Nahuel Huapi, a do rio Traful e a do rio Caleufu. As últimas três compõem a bacia do rio Limay. Vale salientar que a unidade protege a nascente do rio Negro, um dos principais cursos d'água da porção norte da Patagônia.

Na rica área lacustre do parque, o lago Nahuel Huapi se destaca, com cerca de 550 km² e 454 m de profundidade máxima. Outros lagos, com menor superfície, são o Traful, o Espejo e o Villarino, na zona norte, e o Gutierrez, o Mascardi, o Guillermo e o Steffen, na zona sul.

➤ Vegetação

A vegetação do parque é composta por três unidades ecológicas: a zona alto andina, a zona de bosque andino-patagônico e a zona de estepe patagônica. A zona vegetacional alto andina ocorre acima dos 1.600 m de altitude e tem fisionomia rala, composta por pequenos arbustos resistentes às baixas temperaturas e ao forte vento. O bosque andino-patagônico surge nas partes baixas das montanhas e nos vales. É formado por árvores medianas, como *lengas*, *mires* e *coiheues*, que adquirem tons vermelhos, amarelos e ocres no outono, colorindo a paisagem argentina. Os bosques também são povoados pela selva valdiviana, que tem espécimes arbóreos centenários, como ciprestes, *guaitecas*, *fuínque* e os milenares alerces. A zona de estepe patagônica é caracterizada por gramíneas, que formam campos de gramíneas de tons amarelos e alaranjados, cuja existência é condicionada à escassa precipitação e aos solos arenosos e de baixa fertilidade.

➤ Fauna

A fauna do parque é distribuída de forma distinta em suas três zonas ecológicas. Na alto andina, vivem roedores e aves, como o condor. O rigor climático torna a zona pouco atraente para a maioria dos animais vertebrados. A zona de bosques e lagos é habitada por aves, como o *cormorán imperial* e a gaivota, e por mamíferos como o *huillí*, em perigo de extinção. Outras importantes espécies da zona são o *monito de monte*, um marsupial

endêmico, e o *pudú*, um dos menores cervos do mundo. A zona de transição entre os bosques e a estepe andina é rica em vertebrados, como o *tuco-tuco colonial*, um roedor, e o *huemul*, um grande cervo. Nos estepes, encontram-se pumas, lobos, guanacos e aves caçadoras, como o gaviões, dentre outros.

↘ Clima

O clima do parque é temperado úmido, com temperatura média anual inferior a 10° C. Na maior parte da área, a pluviosidade média é superior a 1.500 mm, com precipitação concentrada durante os meses de inverno. Devido ao relevo do parque, em um trecho de menos de 60 km no sentido oeste para leste, a precipitação varia de 600 mm, nas partes mais altas, a 3.000 mm anuais, em média, nas áreas de menor altitude.

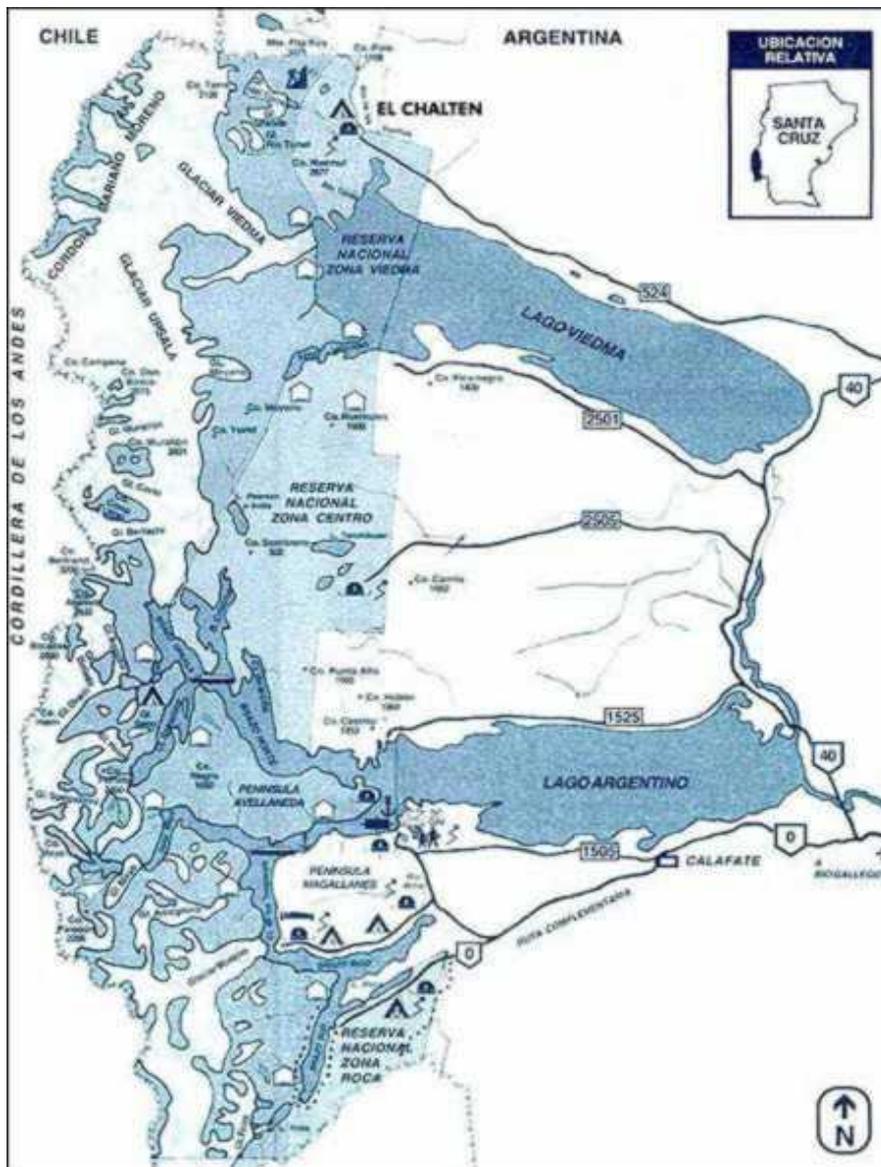
Parque Nacional Los Glaciares⁹

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional Los Glaciares está localizado na Patagônia Austral, a sudoeste da província de Santa Cruz. Dista, aproximadamente, 3.060 km de Buenos Aires. O acesso à unidade pode ser feito via aérea ou terrestre. Para chegar de automóvel, a partir da cidade Rio Gallegos, deve-se tomar a rodovia provincial No. 5, depois a rodovia nacional No. 40 e, finalmente, a rodovia provincial No. 11, até a cidade de El Calafate, distante 50 km do parque. De Buenos Aires, partem vôos até o aeroporto internacional de El Calafate. A porção norte do parque tem acesso a partir do povoado de El Chaltén, para onde partem ônibus diários desde El Calafate. A Figura 4.19 contém um mapa simplificado do parque.

⁹ Os dados sobre o Parque Nacional Los Glaciares, citados nesta seção, foram obtidos por meio da Administração de Parques Nacionais (documentos e sítio na internet – www.parquesnacionales.gov.ar), do Plano de Manejo do parque (APN, s/d) e de folhetos do próprio parque.

Figura 4.19 - Mapa simplificado do Parque Nacional Los Glaciares



Fonte: Administração de Parques Nacionais, 2004.

Histórico e características gerais

A área do Parque Nacional Los Glaciares foi inicialmente povoada pelos *tehuelches*, um grupo caçador-coletor nômade, que se distribuiu em diferentes zonas e subdividiu-se em outros grupos: os *guenaken* (*tehuelches septentrionales*), os *penken* e os *aoniken* (*tehuelches meridionales*). A partir do século XVI, a cultura e a estrutura social deste povo passaram por sucessivas alterações, em razão da colonização espanhola. O século XIX foi marcado por batalhas entre os brancos, que chegavam para povoar a área “deserta” do país, e os índios que

lutavam para manter a sua terra e a sua identidade. O resultado das lutas foi a quase dizimação dos *tehuelches*. Hoje existem apenas cerca de 200 representantes desta etnia, distribuídos em alguns poucos assentamentos isolados.

A criação do parque ocorreu no ano de 1937 e os seus limites atuais compreendem uma superfície de 600.000 ha. Em 1981, em razão da sua beleza singular, de seu valor glaciológico e geomorfológico e por abrigar espécies em perigo de extinção, a UNESCO reconheceu a sua importância internacional e a incorporou como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Aspectos biofísicos

➤ Características geomorfológicas

A geomorfologia do Parque Nacional Los Glaciares é um de seus atributos de maior destaque cênico e paisagístico. Os glaciares do parque ocupam cerca de 50% de sua área e correspondem à maior superfície de campos de gelos continentais da Argentina. Nas bacias dos lagos Argentino e Viedma descendem 13 grandes glaciares: o Marconi, o Viedma, o Moyano, o Upsala, o Agassiz, o Bolado, o Onelli, o Peineta, o Spegazzini, o Mayo, o Ameghino, o Perito Moreno e o Frias. Os maiores glaciares são o Viedma, com 575 km², o Upsala, com 595 km² e o Perito Moreno, com 195 km². Há outros 190 glaciares menores que não estão vinculados ao gelo continental. Em função de mudanças climáticas, ao longo dos anos ocorrem flutuações na área dos glaciares. Recentemente, foram observados retrocessos significativos no glaciar Upsala e variações no Moreno, um dos mais famosos do parque.

Outros elementos de destaque na geomorfologia desta área protegida são os maciços montanhosos, formados por rochas graníticas, conhecidos mundialmente por sua beleza e características propícias à escalada em gelo e em rocha. O gradiente altudinal do relevo do parque varia entre os 185 m s.n.m, no lago Argentino, até os 3375 m, no cume do monte Fitz Roy. A Figura 4.20 apresenta imagens do maciço do Fitz Roy e do glaciar Perito Moreno.

Figura 4.20 – Maciço do Fitz Roy e glaciár Perito Moreno



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

→ Hidrografia

Esta área protegida compreende os extremos ocidentais dos lagos Viedma e Argentino, pertencentes à bacia do rio Santa Cruz. É o segundo rio mais importante do país. As suas águas vertem para o Oceano Atlântico. Outro rio de destaque é o Mitre, cujas águas vertem para a margem oeste do lago Argentino. O parque é considerado como a mais importante reserva de água potável da Argentina.

→ Vegetação

A fisionomia da flora do parque é bastante influenciada pelo gradiente de altitude e pelo clima rigoroso. Entre os 1.000 e o 1.100 m de altitude, se encontram os bosques; dos 1.100 até os 1.600 m, limite inferior das neves permanentes, predominam os semi-desertos de altura. Estes últimos, conhecidos como vegetação altoandina ou estepa andina, apresentam escassa cobertura vegetal e predomínio de gramíneas xerofíticas e dicotiledôneas. Em áreas úmidas, formam-se ilhas de vegetação densa onde crescem *Azorella lycopodioides*, *Epilobium australe*, *Epilobium nivale*, *Alopecurus antarcticus*, *Juncus scheuzerioides*, *Caltha sagitata*, *Gunnera magellanica* e outras espécies.

Abaixo da vegetação altoandina, no nível dos lagos, surge vegetação de bosques, que ocupa aproximadamente 79.000 ha. Os bosques são compostos por três espécies de *Nothofagus*: a lenga (*N. pumilio*), o mire (*N. antarctica*) e o coihue ou guindo (*N. betuloides*).

Destas três, a lenga é a que tem mais ampla distribuição e ocupa a maior porção dos bosques do parque.

➔ Fauna

A fauna do parque ainda é pouco estudada. Não obstante, algumas espécies de peixes, mamíferos, aves e anfíbios são conhecidas. Foram confirmadas duas espécies de peixes no lago Argentino e observadas espécies de anfíbios como o *Pleurodema bufonina*. As aves já foram objeto de diferentes investigações, que registram cerca de 100 espécies na área baixa do parque. A importante diversidade existente, comparável à zona norte da Patagônia, inclui espécies de especial valor para a conservação, como o condor (*Vultur gryphus*), o pato de los torrentes (*Merganetta armata*), o carancho blanco (*Polyborus albogularis*), o yal austral (*Melanodera melanodera*) e a águia escudada (*Geranoaetus melanoleucus*).

Mamíferos de pequeno e médio portes vivem na área do parque, como o gato del pajonal (*Felis colocolo*), o puma (*Felis concolor*), gato montés (*Felis geoffroyi*), o lobo colorado (*Dusicyon culpaes*), o lobo cinza pequeno (*Dusicyon griseus*), o gambá patagônico (*Conepatus humboldtii*), o furão menor (*Galictis cuja*), o guanaco (*Lama guanicoe*), o huemul (*Hippocamelus bisulcus*), dentre outros. O huemul é um tipo de cervo que merece especial atenção da administração do parque, pois está em perigo de extinção.

➔ Clima

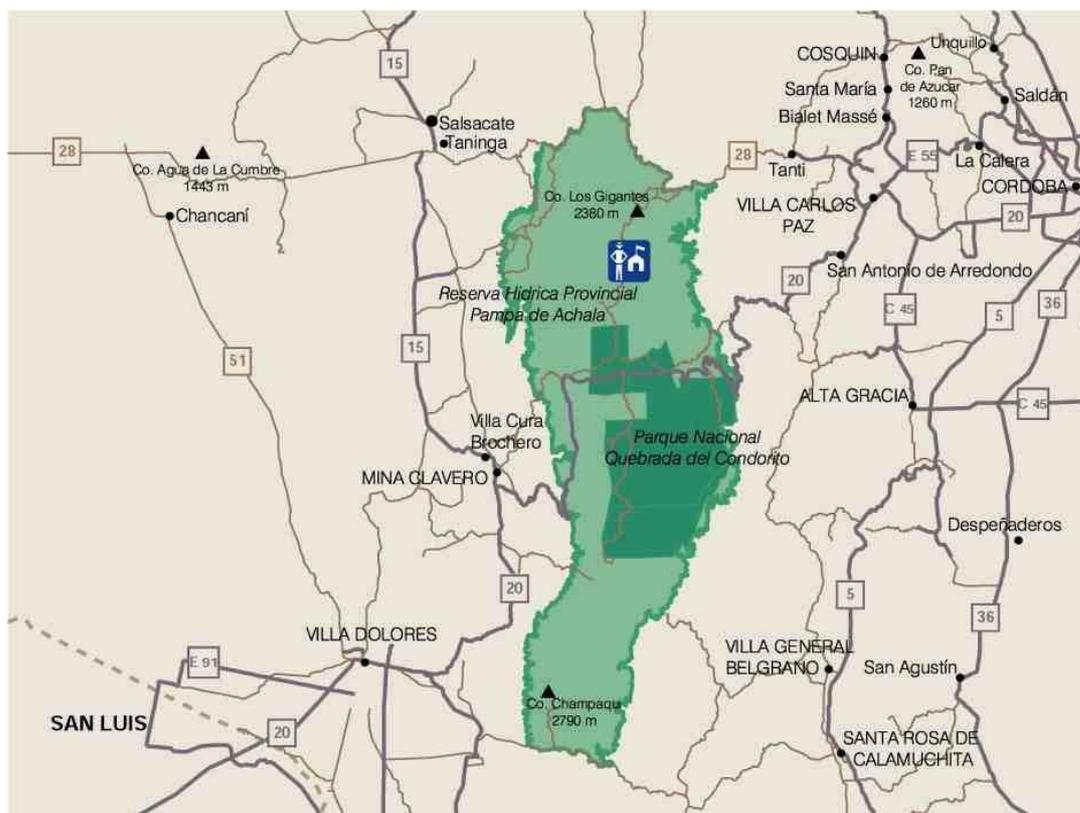
Segundo a classificação de Koeppen, o clima do parque é temperado chuvoso, sem estação seca definida, mas com menor índice de precipitação no verão. Observa-se que a pluviosidade aumenta no sentido oeste, com gradiente que varia desde os 500 mm na parte oriental da unidade até os 900 mm na área de cordilheira. Predominam ventos que sopram para oeste e sudoeste, com maior intensidade no verão. A temperatura média anual, nas partes baixas, é de 7,5° C, mas em junho este valor cai para 0,6° C. Estima-se que a temperatura média anual, nas zonas de alta montanha, seja de menos de 2° C.

Parque Nacional Quebrada del Condorito¹⁰

Localização e vias de acesso

O Parque Nacional Quebrada del Condorito se encontra na Província de Córdoba, a 110 quilômetros da capital provincial. O acesso se dá pela porção nordeste do parque, por onde se ingressa a pé. As estradas internas do parque estão em estado precário de conservação e são de uso exclusivo da administração. A entrada de pedestres se dá em um ponto da estrada Altos Cumes (rodovias provinciais N° 34 e N° 14), conhecido como “La Pampilla”. Nesta rodovia, circulam ônibus de linhas regulares provenientes das cidades de Córdoba, Vila Carlos Paz e Mina Clavero. Não existe estacionamento para automóveis particulares em La Pampilla. Os lugares sugeridos pela APN para parada dos carros distam de 1 km a 9 km da entrada do parque. A Figura 4.21 mostra a localização do parque em relação às cidades e às rodovias de acesso.

Figura 4.21 – Croqui de localização do Parque Nacional Quebrada del Condorito



Fonte: Agência Ambiental de Córdoba, www.cba.gov.ar/ambiente

¹⁰ Os dados sobre o Parque Nacional Quebrada del Condorito, usados nesta seção, foram obtidos por meio da Administração de Parques Nacionais (documentos e sítio na internet – www.parquesnacionales.gov.ar), do Plano de Uso Público do parque (APN, 2005) e de folhetos do próprio parque.

Histórico e características gerais

O parque foi criado em 1996, com o objetivo conservar a biodiversidade, as nascentes das bacias hidrográficas e o patrimônio cultural de parte das Serras Grandes de Córdoba e da planície de altitude de Pampa Achala. A área total do parque é de 37.364 ha.

A história de ocupação humana desta região remonta a 2.500 anos. As terras de Pampa Achala eram habitadas pelos índios *comechingones*, herdeiros da cultura *ayampitín*. Eram pastores e agricultores que, por seu isolamento, resistiriam aos Incas, mas foram explorados na colonização espanhola. Com a chegada dos espanhóis, a criação de bovinos e ovinos passou a predominar na região. Ainda hoje esta atividade é desenvolvida, com uso intenso de fogo, que se constitui num dos principais fatores de degradação do ambiente. Atualmente, a densidade populacional da zona é baixa e vem diminuindo, devido a freqüentes migrações dos mais jovens para centros urbanos distantes. Além da pecuária, a exploração mineral e o artesanato são atividades relevantes para a economia local.

Aspectos biofísicos

➤ Características geomorfológicas

A paisagem geomorfológica da unidade é formada por rochas graníticas com idade geológica estimada em 350 milhões de anos. A ação dos ventos, das chuvas e dos rios contribuiu para a constituição de vales encaixados e grandes cânions, com cerca de 800 metros de profundidade, conhecidos em espanhol como *quebradas*. Estas quebradas são lugares propícios para a nidificação de condores. Por isso o parque é chamado de Quebrada del Condorito. Os afloramentos de granito são freqüentes, proporcionando lugares propícios à prática de atividades verticais e ambientes onde predominam gramíneas, como ilustrado na Figura 4.22.

Figura 4.22 – Feições geomofológicas do Parque Nacional Quebrada del Condorito



Fotos: à esquerda, Andrea Zimmermann (março de 2005) e à direita, APN (2004).

➤ Hidrografia

As Serras Grandes, situadas na área do parque, são grandes dispersoras de águas dentro da província de Córdoba. Elas abrigam nascentes de importantes rios, como o rio Condorito, o rio de la Suela, o rio San José, o rio Icho Cruz e o rio de la Hornilla. Apesar das iniciativas governamentais de proteger legalmente as cabeceiras das bacias hidrográficas, a grande quantidade de barragens ao longo dos rios tem alterado significativamente o volume de água, a diversidade biológica, além de ocasionarem deslocamento de encostas e grandes enchentes, quanto não resistem à força das águas nas épocas de maior precipitação.

➤ Vegetação

As baixas temperaturas, os ventos freqüentes e os solos rasos condicionam a formação de uma vegetação baixa e arbustiva. Os três principais tipos encontrados no parque são: o bosque serrano, na faixa altitudinal 500 m s.n.m aos 1.300 m s.n.m; os arbustos de altura 1.300 m s.n.m aos 1.500 m s.n.m; e os campos e pequenos bosques de altura, acima dos 1.500 m s.n.m.

Os campos de altura são povoados por gramíneas e arbustos isolados com aspecto xerófilo. São espécies comuns, neste tipo de vegetação, *Sorghastrum pellitum*, *Stipa juncoides*, *Stevia satureiaefolia* e *Hypochoeris caespitosa*. Os bosques predominam nos vales, com espécies lenhosas como o *tabaquillo* e o *maitén*.

✦ Fauna

A unidade protege espécies como o condor (*Vultur gryphus*), o puma (*Puma concolor*) e espécies endêmicas, por exemplo, o lobo colorado de achala (*Pseudalopex culpaeus smithersi*) e o *alacrán de achala* (*Urophonius achalensis*), um invertebrado. Dentre os anfíbios, são encontrados o sapinho serrano (*Pleurodema kriegi*), o *sapo de achala* (*Bufo achalensis*), o *escuercito de achala* (*Odontophrynus achalensis*) e outros. Da fauna de répteis, há registros de várias espécies de ofídios, sendo as mais observadas a *yarará ñata* (*Bothrops ammodytoides*), a *víbora de la cruz*, a *yarará grande* (*Bothrops alternatus*), a coral (*Micrurus phyrrocryptus*) e várias da família *Colubridae*.

No grupo das aves, além do condor, vale citar a *camínera común* (*Geossita cunicularia contrerasi*), a *camínera colorada* (*Geossita rufipennis ottowi*), a *remolinera oscura* (*Cinclodes oustaleti olroig*), o *canastero pálido* (*Asthenes modesta cordobae*), o *gaucho serrano* (*Agriornis montana fumosus*), a *dormilona corona roja* (*Muscisaxicola rufivertex achalensis*) e o *pecho colorado grande* (*Sturnella loyca obscura*). Os rios abrigam espécies de peixes, como o bagre serrano (*Trichomycterus corduvense*) e o *overito* (*Jenynsia multidentata*). A Figura 4.23 ilustra a fauna do parque.

Figura 4.23 – Fauna do Parque Nacional Quebrada del Condorito (à esquerda, condores, ao centro, o *pecho colorado* e à direita, a *yarara ñata*)



Fotos: Administração do Parque Nacional Quebrada del Condorito, 2000.

✦ Clima

O clima da região é temperado frio, com temperatura média anual de 8° C e mínima absoluta de 20° C negativos. A variação térmica durante o ano é alta, chegando a 50° C, provocada pelo ar seco e por ventos fortes e gelados, presentes 10 meses por ano. As

precipitações são irregulares, com maior intensidade nos meses de maio a setembro. As neblinas são freqüentes, ocorrendo em, pelo menos, 62 dias por ano.

5. RESULTADOS

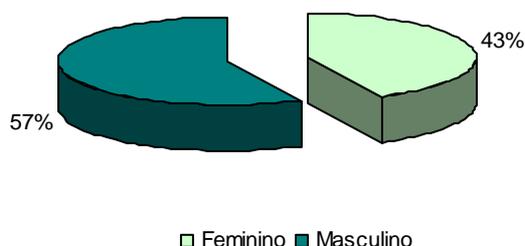
5.1. A PERCEPÇÃO DOS VISITANTES SOBRE OS PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

5.1.1. Resultados da pesquisa realizada com visitantes de parques nacionais

Caracterização dos participantes da pesquisa

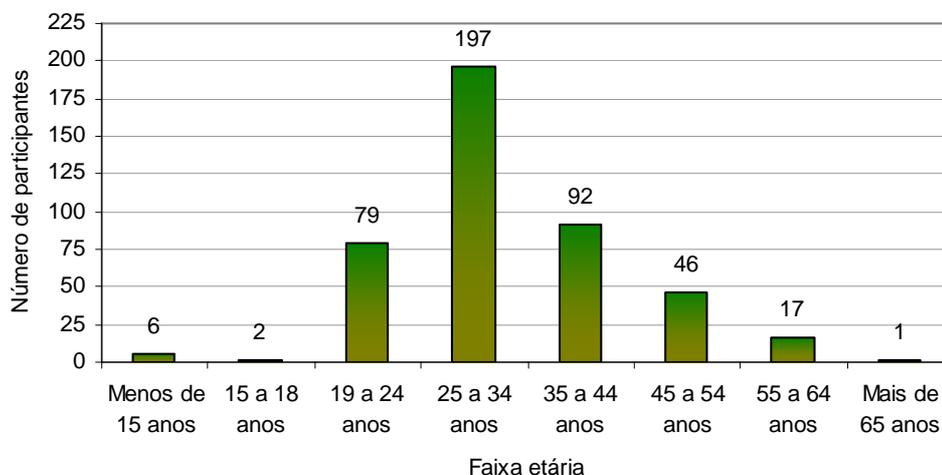
O questionário aplicado aos visitantes de parques nacionais brasileiros foi composto por 14 perguntas, das quais as últimas seis tinham o propósito de traçar o perfil dos participantes, apresentado a seguir. Como pode ser observado no Gráfico 5.1, houve maior participação de homens do que de mulheres na pesquisa, apesar da diferença percentual ser de apenas 14 pontos. Ao todo, 188 mulheres responderam ao questionário, o que correspondeu a 43% de toda a amostra, contra 252 homens, equivalentes a 57%.

Gráfico 5.1 – Representação dos participantes da pesquisa por gênero



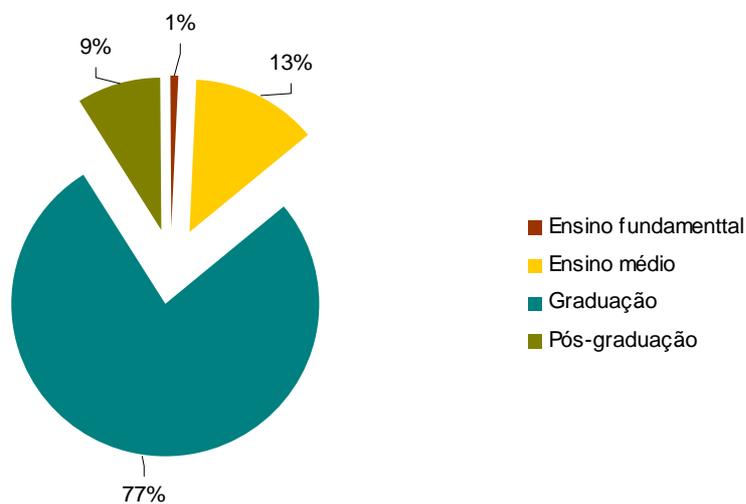
A faixa etária predominante dos respondentes oscilou entre 19 e 44 anos, correspondendo a 84% do total. Como ilustrado no Gráfico 5.2, a classe que apresentou maior incidência foi a de 25 a 34 anos, com 197 pessoas. As menos representativas foram a de mais de 65 anos e a de menos de 18 anos com, respectivamente, 1 e 8 respondentes.

Gráfico 5.2 – Faixa etária dos participantes da pesquisa



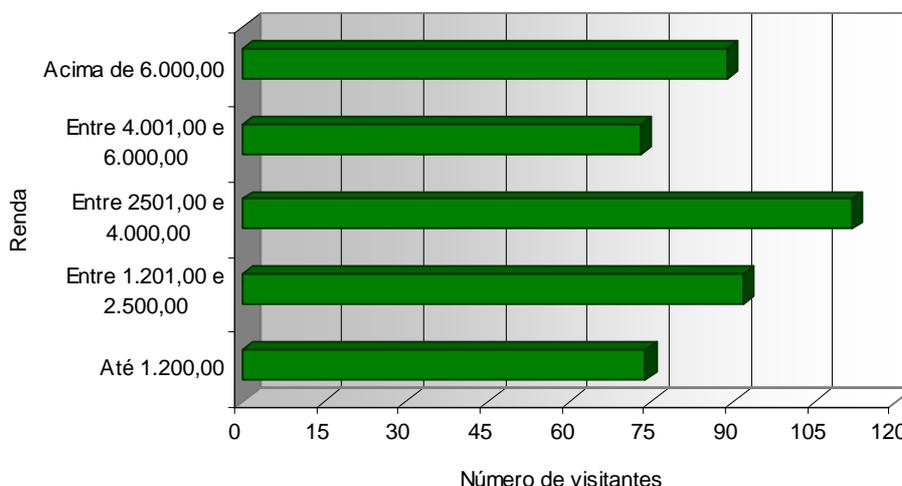
O Gráfico 5.3 evidencia que o nível de escolaridade dos respondentes é alto o que provavelmente lhes dá alta capacidade crítica. 86% delas têm, pelo menos, o nível superior completo e apenas 1% cursou somente o ensino fundamental.

Gráfico 5.3 – Nível de escolaridade dos participantes da pesquisa



Em termos de rendimentos, o Gráfico 5.4 revela que a distribuição entre as faixas de rendas mensais individuais apresentou-se de maneira relativamente proporcional, com destaque para a classe de R\$ 2.501,00 a 4.000,00, associada a 25% dos respondentes. Nota-se que, em geral, as pessoas são de classe média, tendendo à alta classe média, já que 83% delas ganham mais do que R\$ 1.200,00 mensalmente.

Gráfico 5.4 – Rendimento mensal dos participantes da pesquisa



Perguntou-se qual é o local de moradia dos visitantes de parques nacionais. Os estados com maior quantidade de respondentes foram: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná. O fato de um número expressivo de participantes residir no Distrito Federal é atribuído à formação da rede de contatos mais próximas das pessoas que conhecem o Centro de Desenvolvimento Sustentável, situado em Brasília. Buscou-se, todavia, a participação de pessoas das regiões norte e nordeste, por meio do envio de mensagens para grupos virtuais relacionados a parques nacionais locais, como dos Lençóis Maranhenses, da Serra da Capivara, das Sete Cidades e da Chapada Diamantina. No entanto, pessoas das regiões nordeste e norte praticamente não responderam ao questionário. A Tabela 5.1 apresenta os dados relacionados ao local de moradia da amostra, em números absolutos e relativos.

Tabela 5.1 – Local de moradia participantes da pesquisa

local de moradia	número de participantes	percentual
Distrito Federal	147	33,4%
São Paulo	75	17,0%
Rio de Janeiro	62	14,1%
Minas Gerais	42	9,5%
Paraná	33	7,5%
Rio Grande do Sul	19	4,3%
Goiás	10	2,3%
Santa Catarina	7	1,6%
Bahia	6	1,4%
Mato Grosso	5	1,1%

Tabela 5.1 (final)

local de moradia	número de participantes	percentual
Pará	4	0,9%
Espírito Santo	3	0,7%
Amapá	2	0,5%
Ceará	2	0,5%
Alagoas	1	0,2%
Amazonas	1	0,2%
Maranhão	1	0,2%
Mato Grosso do Sul	1	0,2%
Paraíba	1	0,2%
Pernambuco	1	0,2%
Piauí	1	0,2%
Rio Grande do Norte	1	0,2%
Países estrangeiros	6	1,4%
Não responderam	9	2,0%
TOTAL	440	100%

O Gráfico 5.5 mostra as respostas à questão que indagava se os participantes da pesquisa fazem parte de algum centro excursionista, grupo ou associação relacionado a atividades recreativas ou esportivas na natureza. As 140 pessoas que responderam sim correspondem a 32% do total da amostra. Os dados da Tabela 5.2 ilustram as entidades às quais os respondentes são filiados.

Gráfico 5.5 – Participação dos respondentes em entidades relacionadas a atividades recreativas ou esportivas na natureza (em números absolutos e percentuais)

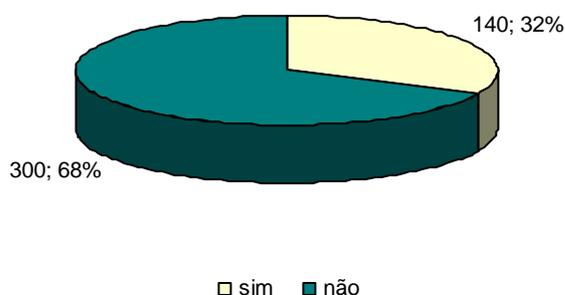


Tabela 5.2 – Entidades a que são associados os respondentes, por estado da federação

entidade	número de participantes da pesquisa¹	estado
Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro	25	RJ
União dos Escoteiros do Brasil	15	Abrangência nacional
Grupo de Caminhada de Brasília	13	DF
Associação Mineira de Escalada	10	MG
Clube Excursionista do Rio de Janeiro	10	RJ
Centro Excursionista Brasileiro	6	RJ
Federação de Montanhismo e Escalada de São Paulo	6	SP
Centro Excursionista Universitário - USP	5	SP
Rede Elo de Busca e Salvamento	4	DF
Clube Excursionista Mineiro	4	MG
Associação Brasiliense de Escalada e Montanhismo	3	DF
Clube Excursionista Carioca	3	RJ
Federação Mineira de Escalada	2	MG
Clube Paranaense de Montanhismo	2	PR
Corpo de Socorro em Montanha	2	PR
Federação Paranaense de Montanhismo	2	PR
Associação Montanhistas de Cristo	2	SC
Grupo Paulista de Montanhismo	2	SP
Clube de Desbravadores	1	BA
Grupo de Extensão Museu de Ciências Ambientais Mundo Livre	1	CE
Associação de Escaladores do Cerrado (DF)	1	DF
Beija FAL - Grupo de ecoturismo científico na fazenda Água Limpa-UnB	1	DF
Espeleo Grupo de Brasília	1	DF
Jipe Clube de Brasília	1	DF
Pegadas Brasil	1	DF
Centro Excursionista Goiano	1	GO
Associação Amigos dos Rios	1	MG
Associação Brasileira de Enduro a Pé	1	MG
Clube Excursionista Casa Branca	1	MG
Escaladas de Minas	1	MG
Grupo de Caminhada Novos Rumos	1	PE
Cânion do Iguaçu	1	PR
Águias Marumbi	1	PR
Associação de Escalada Esportiva do Paraná	1	PR
Instituto de Ecoturismo do Paraná	1	PR
Associação Oikos para o Desenvolvimento Sustentável	1	RJ

¹ Alguns respondentes da pesquisa são membros de mais de uma entidade. Deste modo, a soma dos valores da segunda coluna da tabela ultrapassa o total de pessoas que responderam sim à pergunta.

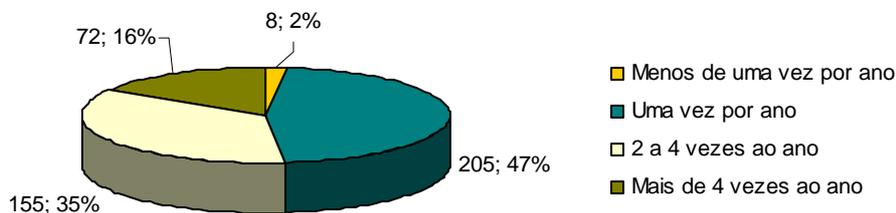
Tabela 5.2 (final)

entidade	número de participantes da pesquisa	estado
Centro Excursionista Light	1	RJ
Centro Excursionista Teresopolitano	1	RJ
Clube Niteroiense de Montanhismo	1	RJ
Reserva Brasil	1	RJ
União de Caminhantes e Escaladores do Rio de Janeiro	1	RJ
Associação Gaúcha de Montanhismo	1	RS
Federação Gaúcha de Montanhismo	1	RS
Associação Catarinense de Escalada e Montanhismo	1	SC
Associação dos Moradores e Amigos da Bocaina	1	SP
Associação de Escaladores de São Paulo	1	SP
Centro Excursionista Gravatá	1	SP
Clube Alpino Paulista	1	SP
Clube de Escalada de Uberaba	1	SP
Clube de Montanhismo Serra da Mantiqueira	1	SP
Fundação Brasileira de Documentação Subterrânea	1	SP
GPM - Grupo Paulista de Montanhismo	1	SP
Grupo de Escalada Esportiva da Unicamp	1	SP
Grupo Excursionista Agulhas Negras	1	SP
Instituto Brasileiro de Estudos Subterrâneos	1	SP

Frequência de visitação aos parques nacionais

A grande maioria das pessoas que respondeu à pesquisa (98%) visita os parques nacionais brasileiros pelo menos uma vez por ano. O Gráfico 5.6 mostra que 35% delas realizam visitas de duas a quatro vezes por ano e 16% afirmam que escolhem os parques nacionais como destino de suas atividades recreativas mais do que quatro vezes por ano. Praticamente metade dos respondentes, ou seja, 47%, frequenta os parques apenas uma vez por ano. Estes resultados revelam que uma quantidade significativa de participantes da pesquisa valoriza as visitas aos parques nacionais, escolhidos frequentemente como lugar de destino para turismo e recreação.

Gráfico 5.6 – Frequência em que os respondentes visitam parques nacionais brasileiros



Parques nacionais visitados

Indagou-se aos respondentes, com pergunta aberta, quais parques nacionais brasileiros eles já visitaram. Verificou-se que 70% das pessoas já estiveram em dois ou mais parques nacionais. Os cinco parques mais visitados foram o da Chapada dos Veadeiros, o de Itatiaia, o da Serra dos Órgãos, o de Brasília e o da Chapada Diamantina. A Tabela 5.3 reúne a totalidade das respostas a esta questão.

Tabela 5.3 – Parques nacionais visitados pelos respondentes

nome	número de respostas	percentual de respostas
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	156	35,5%
Parque Nacional Itatiaia	152	34,5%
Parque Nacional da Serra dos Órgãos	117	26,6%
Parque Nacional de Brasília	93	21,1%
<i>Parque Nacional da Chapada Diamantina</i>	93	21,1%
Parque Nacional do Iguaçu	83	18,9%
Parque Nacional da Tijuca	82	18,6%
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	72	16,4%
Parque Nacional da Serra do Cipó	66	15,0%
Parque Nacional de Aparados da Serra	58	13,2%
Parque Nacional de Caparaó	56	12,7%
Parque Nacional da Serra da Canastra	49	11,1%
Parque Nacional da Serra da Bocaina	42	9,5%
Parque Nacional Mar. de Fernando de Noronha	23	5,2%
<i>Parque Nacional do Monte Pascoal</i>	22	5,0%
<i>Parque Nacional do Superagui</i>	22	5,0%
Parque Nacional das Emas	21	4,8%
Parque Nacional da Serra Geral	20	4,5%
<i>Parque Nacional do Pantanal Matogrossense</i>	18	4,1%

Tabela 5.3 (final)

nome	número de respostas	percentual de respostas
Parque Nacional de Sete Cidades	14	3,2%
Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	13	3,0%
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	11	2,5%
Parque Nacional de Ubajara	10	2,3%
<i>Parque Nacional Restinga de Jurubatiba</i>	9	2,0%
<i>Parque Nacional de Ilha Grande</i>	8	1,8%
<i>Parque Nacional de São Joaquim</i>	7	1,6%
<i>Parque Nacional da Amazônia</i>	6	1,4%
Parque Nacional da Serra da Capivara	6	1,4%
<i>Parque Nacional do Monte Roraima</i>	6	1,4%
<i>Parque Nacional de Jericoacoara</i>	6	1,4%
<i>Parque Nacional do Pico da Neblina</i>	5	1,1%
<i>Parque Nacional da Lagoa do Peixe</i>	5	1,1%
<i>Parque Nacional Grande Sertão Veredas</i>	5	1,1%
<i>Parque Nacional da Serra da Bodoquena</i>	5	1,1%
<i>Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange</i>	5	1,1%
<i>Parque Nacional do Jaú</i>	3	0,7%
<i>Parque Nacional do Araguaia</i>	2	0,5%
<i>Parque Nacional do Cabo Orange</i>	2	0,5%
<i>Parque Nacional da Serra do Divisor</i>	2	0,5%
<i>Parque Nacional Serra da Mocidade</i>	2	0,5%
<i>Parque Nacional Cavernas do Peruaçu</i>	2	0,5%
<i>Parque Nacional do Descobrimento</i>	2	0,5%
<i>Parque Nacional de Pacaás Novos</i>	1	0,2%
<i>Parque Nacional Serra das Confusões</i>	1	0,2%
<i>Parque Nacional Viruá</i>	1	0,2%
<i>Parque Nacional do Catimbau</i>	1	0,2%
<i>Parque Nacional da Serra do Itajaí</i>	1	0,2%
<i>Parque Nacional das Araucárias</i>	1	0,2%

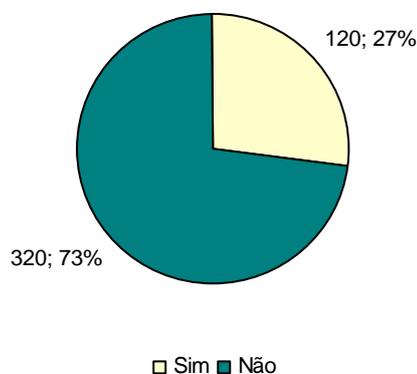
Ao analisar os dados da tabela acima, percebe-se que foram citados alguns parques em que a visitação não é oficialmente permitida ou que é consentida somente mediante autorização especial. Nos parques criados recentemente, provavelmente estas visitas foram realizadas na ocasião de um trabalho ou por motivos de estudos científicos. Outros, como o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, são destinos turísticos consagrados nacionalmente, mas a unidade não está implantada plenamente. Esses parques estão assinalados na tabela com letras em itálico.²

² Os dados referentes à visitação permitida oficialmente, não oficialmente ou com autorização especial são da Diretoria de Ecossistemas (DIREC) do IBAMA e datam de 2005.

Visita aos parques nacionais de países estrangeiros

O Gráfico 5.7 revela que 120 respondentes conhecem parques nacionais do exterior, o que corresponde a 27% do total de participantes da pesquisa. Dentre essas pessoas, 29% já visitaram parques nacionais na Argentina, com destaque para o Parque Nacional Nahuel Huapi, o Parque Nacional Los Glaciares e o Parque Nacional do Iguazu; 29% viajaram para parques norte-americanos, especialmente o Parque Nacional Grand Canyon, o Parque Nacional Yosemite e o Parque Nacional Denali; 19% conhecem parques nacionais chilenos e 16% visitaram parques no Peru. Foram citadas também visitas aos parques de outros países da América Latina, como Equador, Venezuela, Bolívia e Colômbia, aos parques de países europeus, africanos, asiáticos (especialmente do Nepal) além do Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Indonésia.

Gráfico 5.7 – Respondentes que já visitaram parques nacionais fora do Brasil (em números absolutos e percentuais)

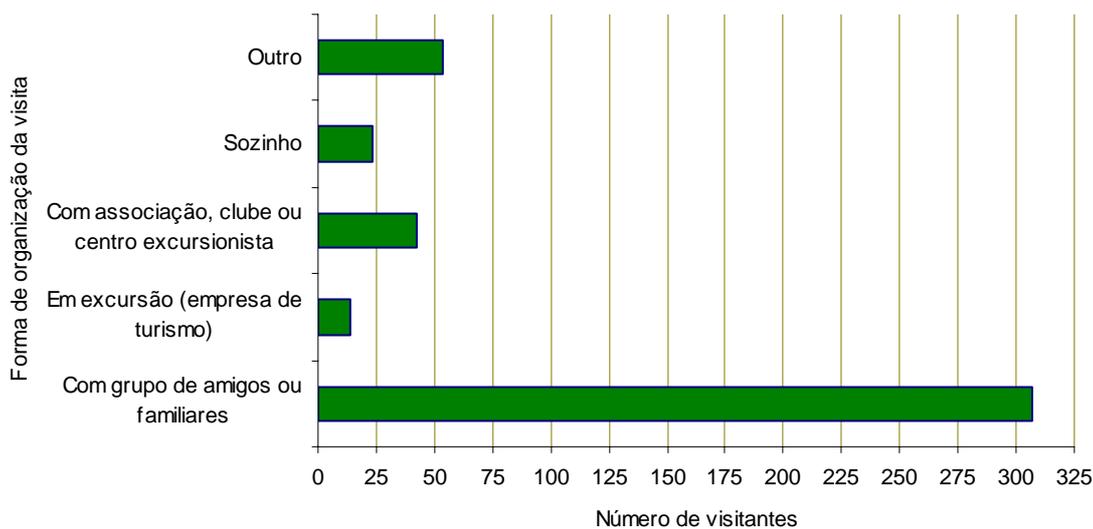


Forma de organização das visitas

Os respondentes, em sua maioria, ou seja, 70%, visitam parques nacionais em companhia de amigos ou familiares. Poucos buscam empresas de turismo para organização de suas atividades recreativas em parques nacionais e 10% normalmente realizam visitas aos parques nacionais com grupos, associações ou clubes de excursionismo. Em relação ao último aspecto, vale comentar que 23% das pessoas que visitam parques em companhia de amigos ou familiares fazem parte de clubes ou

associações relacionadas a atividades recreativas em ambientes naturais. O Gráfico 5.8 mostra a forma das visitas aos parques nacionais do Brasil.

Gráfico 5.8 – Formas de organização das visitas dos respondentes aos parques nacionais brasileiros



Objetivos das visitas aos parques nacionais brasileiros

Buscou-se saber quais são os principais objetivos das visitas aos parques nacionais brasileiros. Como pode ser observado no questionário da pesquisa, disponível no Anexo 7, inicialmente a intenção era conhecer os três principais motivos das visitas. Não obstante, diversas pessoas marcaram uma quantidade maior do que os três itens solicitados, impossibilitando a atribuição de pesos para a classificação das alternativas. Deste modo, optou-se por identificar o número de vezes que determinado aspecto foi assinalado, sem atribuir pesos aos itens. Os resultados, apresentados na Tabela 5.4, mostram que as três principais motivações para a visita aos parques nacionais são a contemplação de paisagens, a realização de caminhadas, a observação de animais ou plantas e banhos de cachoeira. Outros motivos merecem destaque, como descansar, acampar, escalar, fotografar, obter conhecimentos científicos (com percentuais de respostas próximos a 20%).

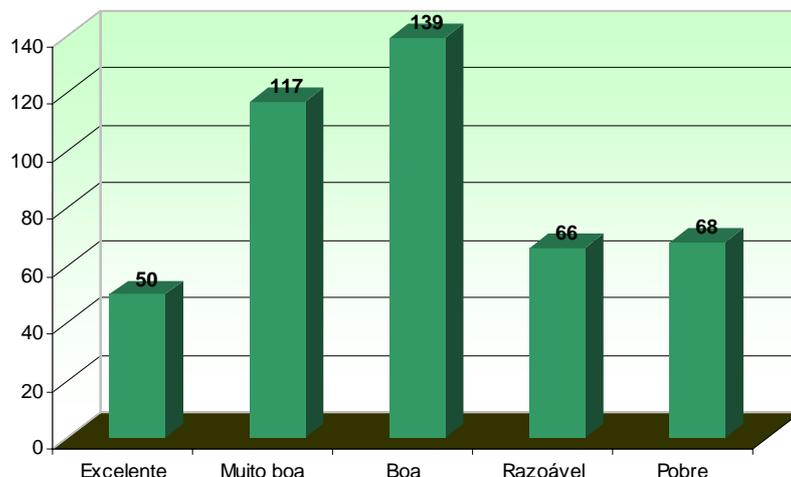
Tabela 5.4 – Principais objetivos das visitas aos parques nacionais do Brasil

motivações da visita	número de respostas	percentual
Contemplar paisagens	152	34,5%
Fazer caminhadas, <i>trekking</i>	142	32,3%
Observar animais ou plantas	127	28,9%
Tomar banhos de cachoeira	116	26,4%
Obter conhecimentos científicos	109	24,8%
Não fazer nada e descansar	101	23,0%
Passear com a família e amigos	97	22,0%
Acampar	95	21,6%
Conhecer a cultura local	92	20,9%
Fotografar	89	20,2%
Escalar	87	19,8%
Fazer piquenique / churrasco	86	19,5%
Praticar montanhismo	82	18,6%
Fazer <i>rafting</i>	79	18,0%
Praticar canionismo	76	17,3%
Andar de bicicleta	75	17,0%
Tomar banho de piscina natural	68	15,5%
Outros	31	7,0%

Qualidade da experiência dos visitantes dos parques nacionais brasileiros

As opiniões dos visitantes de parques nacionais brasileiros mostram que, apesar de 70% das pessoas atribuírem pelo menos o conceito bom à qualidade de sua visita, apenas 11% consideram que a experiência foi excelente. Vale considerar também que 15% avaliaram como razoável e 15% como pobres as suas visitas. O Gráfico 5.9 apresenta essa distribuição em números absolutos.

Gráfico 5.9 – Opinião dos respondentes quanto à qualidade de sua visita aos parques nacionais brasileiros



Sugestões para a melhoria da satisfação dos visitantes com as visitas aos parques nacionais

Em seguida à questão que investigou sobre a qualidade da experiência, as pessoas foram solicitadas a expressarem o que poderia ser feito para tornar as suas visitas aos parques nacionais mais proveitosas e interessantes. A pergunta foi aberta e cada um teve oportunidade para opinar como lhe conviesse. As respostas foram agrupadas em sentenças-chave que denotam o sentido das mesmas, como pode ser observado na Tabela 5.5. Inúmeras pessoas opinaram sobre mais de um aspecto. Deste modo, o somatório de respostas e de percentual é maior do que a totalidade dos indivíduos da amostra.

Tabela 5.5 – Sugestões dos respondentes para tornar as visitas aos parques nacionais mais proveitosas

ações sugeridas	número de respostas	percentual de respostas
Divulgação dos parques e disponibilização de mais informações sobre o parque e orientação ao visitante	104	23,6%
Dotar os parques de melhor infra-estrutura de apoio à visitação	102	23,2%
Ordenamento da visitação com formas de conter impactos	79	18,0%
Não obrigatoriedade de contratação de condutores de visitantes	56	12,7%
Participar de atividades de educação e interpretação ambiental no parque	54	12,3%
Disponibilização de mapas, sinalização de trilhas	49	11,1%
Estruturação de um sistema de trilhas autoguiadas	48	10,9%
Estruturação de áreas para acampamentos	35	8,0%
Presença de condutores de visitantes locais	32	7,3%

Tabela 5.5 (final)

ações sugeridas	número de respostas	percentual de respostas
Funcionários preparados para receber o visitante	23	5,2%
Condutores de visitantes mais qualificados e com maior conhecimento sobre o parque	18	4,1%
Possibilitar maior conhecimento sobre a cultura local e aspectos históricos do parque	11	2,5%
Maior interação com o visitante - trabalho voluntário e eventos de congregação	9	2,0%
Disponibilização de serviço de prevenção e resposta a acidentes	8	1,8%
Aumento das opções de atividades recreativas	4	0,9%
Realização de parcerias com entidades representativas de visitantes para um tratamento diferenciado	2	0,5%
Facilitar o acesso para portadores de deficiência	1	0,2%

A facilitação do acesso às informações sobre os parques e a divulgação deles de forma mais ampla para a sociedade são importantes demandas dos visitantes. Eles indicam que, além da divulgação dos parques, é preciso que as pessoas sejam bem orientadas e tenham informações sobre a unidade para melhor aproveitar a visita. Estão associadas a isso as opiniões de que os funcionários dos parques devem ser capacitados para atendimento ao público e para o manejo da visitação. Para ilustrar os aspectos citados, a seguir são transcritas algumas das sugestões mais expressivas:

- ➔ “Divulgação. Não sabemos onde estão ou como são, ou o que podemos fazer lá. Valeria uma campanha publicitária para nos orientar sobre essas características. Quais são, porque são parques, o que há de interessante sobre eles, como se faz o acesso...”
- ➔ “Maior divulgação, incentivando o turismo ecológico (que compete com as praias, por exemplo). Digo divulgação de uma forma mais ampla, incluindo informações de acesso (transporte), infra-estrutura esperada (pousadas, camping ou nenhuma), atividades, etc.”
- ➔ “Melhor recepção e orientação sobre o que o parque oferece às/aos visitantes.”
- ➔ “Ter alguma informação sobre o que se ver, história do local, trilhas. Estas informações deveriam ser de fácil acesso aos visitantes. Tornar os parques mais acessíveis ao povo, investindo em propaganda e educação ambiental”

- ➔ “Ser recebido por pessoas capacitadas para dar informações gerais, mesmo que seja de uma forma *light*.”
- ➔ “Ter gerentes e guarda-parques capacitados para informar e monitorar os visitantes.”
- ➔ “Mais informantes dispostos a esclarecer a realidade do parque, sinalização, melhores condições de hospedagem, infra-estrutura.”

A insatisfação quanto à infra-estrutura de apoio às atividades de uso público nos parques nacionais foi manifestada por 104 pessoas. Elas consideram que tanto a disponibilização de infra-estrutura deveria aumentar como a manutenção dos equipamentos existentes precisa ser realizada a contento. As proposições citam a construção de abrigos e refúgios, a limpeza de banheiros, a implantação de sanitários secos em áreas de acampamentos, a melhoria das estradas de acesso aos parques com a disponibilização de estacionamentos para automóveis, a instalação de estruturas adaptadas a pessoas com deficiências físicas, dentre outros.

Um ponto de destaque foi a preocupação dos visitantes com a conservação ambiental e a minimização dos impactos da visitação. 18% dos respondentes sugeriram ações voltadas ao ordenamento da visitação e 12,3% gostariam que houvesse nos parques brasileiros mais oferta de atividades de educação e interpretação ambiental. A seguir, são destacadas algumas dessas sugestões.

- ➔ “Deve haver atividades lúdicas e programas de orientação ao visitante: interpretação ambiental, educação ambiental, vídeos etc. Instruções antes da visitação, sendo estas obrigatórias a todos os visitantes. Placas explicativas - com histórico do ponto turístico.”
- ➔ “Adequação de quantidade de público em cada roteiro; profissionalização de guias e monitores ambientais; melhorar a fiscalização nas áreas visitadas; cadastrar operadoras/agências/clubes/guias, supervisionar a ação dos mesmos nos parques e proibir a visita.”

- ➔ “Maior vigilância pelos órgãos responsáveis e maior cuidado das pessoas em não deixar resíduos após a visita.”
- ➔ “Menos pessoas entrando de uma vez só. Muito tumulto acaba atrapalhando quem vai com um objetivo diferenciado.”
- ➔ “Organizar esquemas de visita para grupos organizados, de forma a garantir acesso a áreas mais interessantes dos parques e o mínimo impacto.”

Outro grupo de sugestões que se destacaram foi o das pessoas que se opõem à contratação obrigatória do serviço de condutores de visitantes para a visita aos parques nacionais. 12% dos visitantes registraram isso como o principal ponto a melhorar nos parques, somado à diminuição de restrições, para que as visitas possam ser mais interessantes. São visitantes interessados em realizar grandes travessias, em desenvolver habilidades de orientação, autoconfiança, em ter autonomia em ambientes naturais. Eles argumentam que há um grave comprometimento na qualidade da visita quando uma pessoa ou um grupo é obrigado a contratar um condutor sem que queiram ou que necessitem. Essas pessoas não sugerem a visita desordenada, mas sim uma visita realizada com o auxílio de trilhas autoguiadas, com a organização de agendamentos de visitas, com o controle dos grupos e o apoio à segurança do visitante. Algumas dessas proposições são listadas a seguir.

- ➔ “Regulamentação específica voltada à prática de montanhismo/escalada. Permitir que se façam grandes travessias autoguiadas e ter informações para o esportista. Para isso é necessário definir capacidade de visita e qualificar o visitante através de técnicas específicas.”
- ➔ “Diminuição das restrições, tais como não permitir que se façam as trilhas sem guia, proibição de acampar etc.”
- ➔ “Melhorar a fiscalização e demarcação das trilhas, permitindo o acesso sem o acompanhamento de guias. Creio que com uma fiscalização melhor o acesso aos parques pode ser melhorado.”

- ➔ “Permitir que pessoas comprovadamente capacitadas não sejam obrigadas a contratar guias locais em suas expedições.”
- ➔ “Valorizar o excursionismo, onde o praticante é suficientemente apto e detém conhecimento bastante para não necessitar/desejar um guia local.”

As opiniões dos respondentes quanto à obrigatoriedade de contratação de condutores de visitantes vão ao encontro dos resultados de outra pesquisa - “Visite um parque e conte-nos sua experiência”, realizada pela Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, no segundo semestre de 2004. Foram obtidas ainda 233 respostas a um questionário aplicado na “*Adventure Sports Fair*”, uma feira de esportes de aventura realizada em São Paulo e via internet por meio do sítio do Ministério do Meio Ambiente. O artigo em que as respostas, à referida pesquisa, foram divulgadas refere-se a esta questão, salientando que os visitantes expressaram indignação “...com o fechamento dos parques, sobretudo de algumas trilhas de travessias. Argumentaram que a proibição sem comprovação científica é prejudicial e gera uma certa indisposição e resistência com as instituições responsáveis pelas UC” (MMA, 2005, p. 6).

Nota-se que determinados visitantes preferem não contratar condutores de visitantes e que outros demandam esse serviço. Para 7,3% dos participantes da pesquisa, a visita aos parques nacionais seria melhor aproveitada se houvesse o acompanhamento de condutores de visitantes. Outros ainda sugeriram melhor qualificação dos condutores em termos de conhecimentos específicos sobre o parque. As principais sugestões foram:

- ➔ “Guias locais, para a realização de trilhas na mata e também para falar um pouco da cultura e história do lugar, e também infra-estrutura como banheiros e bebedouros, e é claro, primeiro socorro.”
- ➔ “Preparo permanente do corpo de guias. Gosto de usar os serviços dos guias.”
- ➔ “Tendo sempre uma pessoa que conheça bem o parque, os animais e plantas que ali se encontram, para que assim possa tirar todas as dúvidas que ocorram e descobrir coisas novas.”

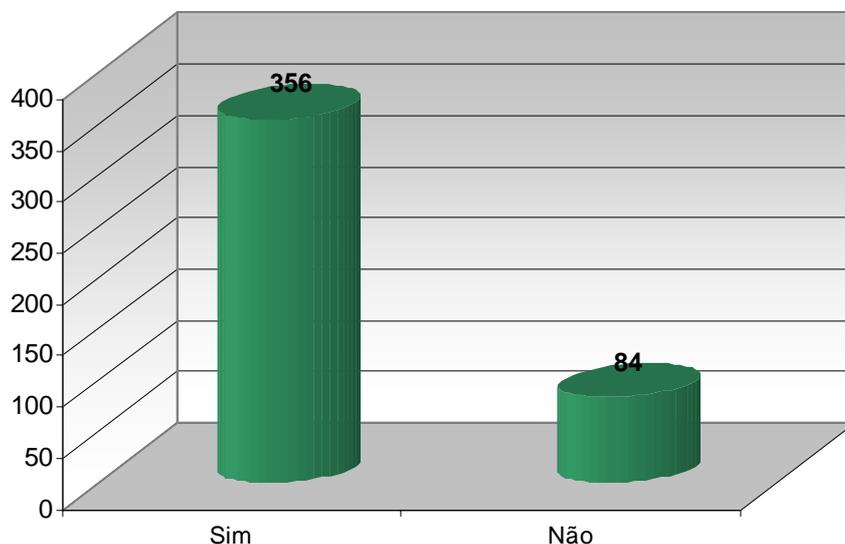
- ➔ “Ter guias mais bem preparados no que diz respeito a informações da fauna, flora, bem como das comunidades locais.”
- ➔ “Melhorar a qualidade dos guias em termos de conhecimento sobre o local visitado.”
- ➔ “Mais esclarecimento por parte dos guias sobre conduta nos parques e sobre as espécies existentes (fauna e flora), além da formação rochosa.”

Ainda relacionada às ações sugeridas pelos respondentes, vale salientar a estruturação de um sistema de trilhas longas autoguiadas para que o visitante possa conhecer mais o parque, a disponibilização de mapas, a sinalização das trilhas e a estruturação de áreas para acampamentos, a fim de permitir o pernoite no parque e maior tempo de permanência do visitante. Foi mencionada também a necessidade de maior interação dos gestores das unidades de conservação com os visitantes, através da realização de parcerias para o desenvolvimento de trabalhos voluntários para o ordenamento da visitação e o controle dos impactos ao ambiente natural. Por um lado, as pessoas parecem estar dispostas a ajudar e se mostram preocupadas com a proteção e, por outro, elas anseiam por mais liberdade em suas visitas e pela atenção às suas demandas.

Influência das experiências recreativas em parques nacionais no dia-a-dia dos visitantes

Com o propósito investigar o efeito das experiências vividas em parques nacionais na vida cotidiana das pessoas, foi perguntado se a visita a um parque nacional influencia as atitudes das pessoas no seu dia-a-dia. O Gráfico 5.10 mostra que 356 pessoas, correspondes a 81% da amostra, responderam sim e 84 indivíduos opinaram que a visita a um parque nacional não tem conseqüências sobre suas atitudes diárias.

Gráfico 5.10 - Influência da visita a um parque nacional nas atitudes cotidianas dos visitantes



As pessoas que responderam positivamente à pergunta revelaram os três principais benefícios da visita aos parques nacionais:

1. aprendizado em relação à conservação do meio ambiente;
2. melhoria da qualidade de vida e do bem-estar pessoal;
3. desenvolvimento espiritual.

É importante não perder de vista que esses três tipos de benefícios estão inter-relacionados, dificultando uma distinção substantiva entre eles e que, em muitos casos, foram percebidos de forma simultânea pelos respondentes. Na maior parte das respostas, um ou mais destes três aspectos foi mencionado. Os resultados mostram que 57% das pessoas obtêm aprendizados nos parques que se traduzem em atitudes de maior cuidado com a conservação do meio ambiente, 48% sentem que a sua qualidade de vida e o seu bem-estar pessoal melhoram a partir da visita aos parques e 10% expressaram o papel que o contato com a natureza em parques tem em seu desenvolvimento espiritual. As respostas mais características a esta questão serão transcritas em sua forma original.

Melhoria da qualidade de vida e bem-estar pessoal

- ➔ “Sinto-me renovado a cada visita aos parques. Uma sensação de paz e bem-estar indescritível.”

- “Tornei-me uma pessoa mais saudável e de bem com a vida após começar minhas experiências de contato com a natureza.”
- “Traz mais vigor para meu dia-a-dia e vontade de estar sempre em contato com a natureza.”
- “Por ser uma oportunidade de praticar atividades saudáveis, em um ambiente afastado do stress urbano, estas visitas influenciam minha personalidade (grato que sou pela oportunidade de visitar lugares assim) influenciando diretamente o meu dia-a-dia.”
- “Quando volto de uma visita a uma unidade de conservação, estou mais equilibrado e tranqüilo.”
- “Sempre que eu volto de uma visita a um parque nacional eu volto mais feliz e disposta a enfrentar os desafios do dia-a-dia.”
- “Visitar parques traz saúde e tranqüilidade emocional e física.”

Os relatos de benefícios físicos, emocionais e mentais tiveram uma conotação similar e, de um modo geral, as conseqüências positivas das visitas aos parques nacionais são percebidas pelo sentimento de renovação da vitalidade pessoal, de maior tranqüilidade e equilíbrio diante do stress e da agitação da vida urbana.

Desenvolvimento espiritual

- “Cada visita a um parque nacional complementa/auxilia/faz interlocução com minha busca espiritual. Contando com elas, melhora a mim como ser humano em meu dia-a-dia. Trato de não vivenciá-los via consumo (seja do sol, seja da água).”
- “Engrandecimento da alma.”
- “Me inspira espiritualmente, dando-me uma dimensão melhor quanto ao verdadeiro sentido da vida, ou seja, vivê-la intensamente.”
- “Reflexão sobre quem nós somos de onde viemos e para onde vamos.”

A percepção da espiritualidade é muito pessoal e está ligada a preceitos religiosos que fogem ao escopo deste estudo. Não obstante, os relatos remetem à reflexão sobre o sentido da vida dos seres humanos na Terra e revelam que as atividades em ambientes naturais protegidos trazem um sentido do sagrado, da conexão com aspectos relacionados à essência dos seres humanos.

Aprendizado em relação à conservação do meio ambiente

- “Alimenta uma visão mais ampla de mundo, a noção da grandeza da natureza. Impede que nos isolemos em nossas questões do cotidiano na cidade. Traz respiro, renovação. Inspira o sentimento de respeito pela vida.”
- “Ao ver a vegetação e todos os componentes que compõem aqueles sistemas, busco refletir sobre a atuação e a intervenção do homem nas cidades.”
- “A cada parque que se conhece se aprende um pouco mais sobre a natureza e os ecossistemas, assim trazemos para o nosso dia a dia uma noção de respeito maior pela natureza.”
- “Experiência vivida é conhecimento aprendido! A mudança de valores é certa depois de uma visita a um parque nacional, nossas atitudes mudam, os valores mudam, percebemos que fazemos parte da natureza e que devemos preservá-la a qualquer custo.”
- “Estar em meio ambiente preservado me faz pensar nas condições em que as pessoas estão vivendo nos centros urbanos e me torna mais consciente em relação a nossas atitudes frente ao desenvolvimento que não leva as questões ambientais em consideração....”
- “Ao contemplar toda a natureza daquele local, ao voltar para a cidade passamos a dar mais valor aos recursos naturais, e isso faz com que eu gaste menos água, recicle o meu lixo, dentre outros fatores para preservar o meio ambiente.”

- “Ao visitar um parque nacional, além de poder praticar o montanhismo, adquirei cada vez mais consciência da questão ambiental no Brasil. Com isso, sou influenciado a contribuir com a preservação do meio no dia-a-dia também, por meio de atitudes simples, como poupar água, diminuir o consumo de energia, reutilizar o lixo, etc.”
- “Em todos os parques que conheci aprendi mais sobre a região visitada, a cultura local, o que me faz dar mais valor a estas áreas e a entender a importância de preservá-las, ter mais cuidado com resíduos, com a minha postura e ética ambiental etc.”
- “Faz-me pensar em quanto o homem consegue destruir a natureza e o que posso fazer para minimizar esse ato.”
- “Influencia no sentido de valorizar mais as diversidades: culturais, da flora e faunas. Influencia no respeito a vida, em toda a sua extensão. Influencia na preocupação quanto às futuras gerações e ao planeta Terra.”
- “Me faz pensar o quanto é bom ver um lugar sem lixo e isso me motiva a fazer o mesmo fora dos parques.”
- “O contato com o ambiente dos parques nacionais me incentiva a orientar meus hábitos de forma coerente com a qualidade de vida que desejo e com o bem-estar que sinto ao visitar os Parques. Preocupo-me com o destino do lixo que minha família produz e estimula que incorporem atitudes mais responsáveis.”
- “Os parques, pela sua magnitude e beleza, nos dão uma idéia melhor do que temos de recursos naturais disponíveis, como podemos usufruí-los e ajudar a conservá-los além viabilizar a pratica de esportes e *hobbies* que podem mudar a vida de uma família inteira.”

Essas opiniões revelam que a visita aos parques tem efeitos no aprendizado da conservação ambiental, em dois principais níveis: um de reflexão e outro de atitudes práticas. O nível de reflexão relaciona-se às citações que remetem a um pensamento crítico sobre a vida nas cidades, o uso excessivo dos recursos naturais, os impactos da ação humana sobre a Terra. É uma percepção mais ampla, provavelmente intangível, que

sensibiliza, mas não se traduz necessariamente em atitudes. O segundo nível inclui a reflexão e vai um pouco além, uma vez que remete as pessoas a ações práticas, a elementos tangíveis do dia-a-dia de um indivíduo ou de um grupo familiar.

A importância do direcionamento da visita aos parques nacionais para o aprendizado do visitante foi evidenciada pelo número e pelas respostas de pessoas que disseram que a visita a um parque nacional **não** influencia as suas atitudes cotidianas. Algumas citaram que a visita é muito rápida e dispersa e que não possibilita um momento de reflexão dirigido. 50% dos indivíduos que responderam negativamente explicaram que as suas visitas aos parques são tão eventuais que realmente não influenciam uma mudança de atitudes. Um dos participantes da pesquisa destacou que “o contato com a natureza pode ser sempre uma oportunidade de transformação, entretanto precisa ser bem orientado”.

Cruzamentos de respostas

A fim de buscar elementos para a melhor compreensão da relação entre a visita aos parques nacionais e os seus efeitos nas atitudes dos participantes da pesquisa, foram realizados cruzamentos entre as respostas a algumas perguntas.

Relação entre a renda mensal, a escolaridade e o efeito das visitas aos parques nacionais para a conservação da natureza

Os Gráficos 5.11 e 5.12 revelam que os percentuais de nível de escolaridade e de renda mensal das pessoas que têm suas atitudes influenciadas para a conservação ambiental, a partir da visita aos parques nacionais, guardam forte relação na amostra. Além disso, as características da maioria das pessoas da pesquisa quanto a estes dois aspectos são relativamente similares. Deste modo, os dados desta investigação não revelam relação evidente entre o nível de renda mensal e de escolaridade dos visitantes e as suas atitudes cotidianas no que tange à conservação ambiental. Cumpre salientar que, em pesquisas com uma amostra mais heterogênea, o resultado poderia ser diferente e a reflexão sobre estes aspectos seria mais significativa.

Gráfico 5.11 - Renda mensal dos respondentes que assumem o propósito de conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana, a partir de visitas aos parques nacionais

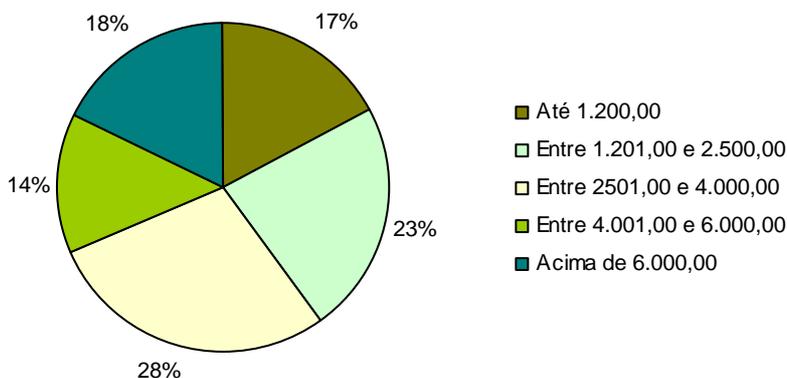
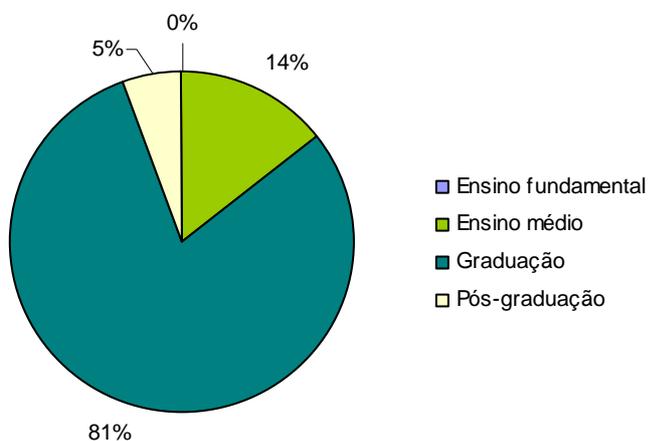


Gráfico 5.12 – Nível de escolaridade dos respondentes que têm assumem propósito de conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana, a partir de visitas aos parques nacionais

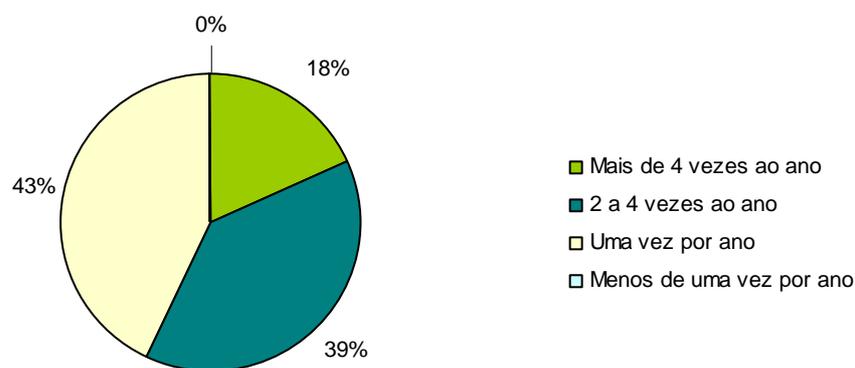


Relação entre as atitudes cotidianas que contribuem para conservar a natureza influenciadas pela visita aos parques e a frequência anual de visitas

100% das pessoas que afirmaram que as visitas aos parques nacionais as fazem assumir atitudes de ajudar a conservar o meio ambiente freqüentam essas unidades de conservação pelo menos uma vez por ano. Dentre elas, como é visto no Gráfico 5.13,

39% vão aos parques de 2 a 4 vezes por ano e 18% mais do que 4 vezes por ano. Nenhuma pessoa que visita os parques menos de uma vez por ano associou a sua experiência a atitudes mais sustentáveis na vida cotidiana. Estes dados indicam que a incorporação de aprendizados para a mudança de atitudes parece não ser repentina. Os comentários dos respondentes indicam que, à medida que o contato com a natureza começa a ser mais freqüente, as pessoas percebem que não estão alheias ao meio ambiente e que a contribuição de cada um, com atitudes simples tomadas na vida urbana pode ajudar a cuidar dos recursos naturais.

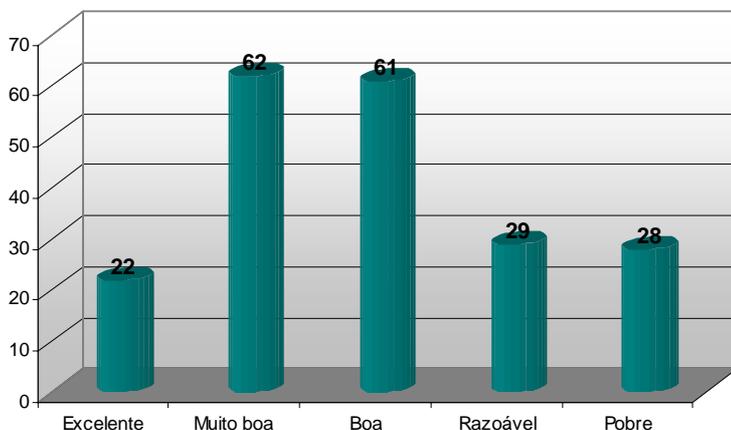
Gráfico 5.13 – Freqüência de visitas aos parques nacionais de respondentes influenciados a conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana



Relação entre as atitudes cotidianas que contribuem para conservar a natureza influenciadas pela visita aos parques e a qualidade da experiência dos visitantes

O Gráfico 5.14 mostra que 145 (72%) dos 202 respondentes influenciados a conservar o meio ambiente a partir de visitas aos parques nacionais consideram as suas experiências como visitantes boas, muito boas ou excelentes. Isso mostra que vivências gratificantes, intensas e ricas em contato com a natureza estão aliadas ao desenvolvimento de valores que se refletem na disposição em conservar a natureza. Segundo Boff (1997), valores não se dizem, se vivem. Eles são testemunhados, vividos, e surgem de emoções que convencem e fascinam.

Gráfico 5.14 – Qualidade das visitas aos parques nacionais de respondentes influenciados a conservar o meio ambiente em sua vida cotidiana



5.1.2. Entrevista com o presidente da Confederação Brasileira de Esportes de Montanha

Resgatando o que foi explicado na metodologia desta pesquisa, como complemento aos resultados obtidos com a aplicação do questionário, foi realizada uma entrevista com o montanhista Silvério Nery, presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada - CBME.³ Os resultados serão apresentados em itens relacionados aos questionamentos realizados.

➤ Principal função dos parques nacionais

Com o intuito de ter uma noção sobre a visão do entrevistado a respeito dos parques nacionais, perguntou-se inicialmente qual é a principal função de um parque nacional. Para Silvério, um parque serve para preservar uma paisagem, um cenário. São lugares especiais que as pessoas consideram importantes de conservar. Isso envolve proteger biomas ameaçados, para oferecer às pessoas a oportunidade de se inserirem neles, saberem do valor que a natureza tem e perceberem a importância de preservá-los. Ele complementa dizendo que os parques também têm o papel de preservar a cultura da população local do seu entorno.

³ Silvério Nery, entrevista, concedida à autora. São Paulo, 26/08/2005.

- Importância dos parques nacionais brasileiros para o desenvolvimento do excursionismo e o montanhismo no país

O entrevistado enfatizou que é fundamental a existência dos parques nacionais e a possibilidade de praticar o montanhismo neles. Comenta que, nas montanhas, serras, trilhas e rochas dos parques, o montanhismo brasileiro nasceu, foi cultivado e evoluiu tecnicamente. Muito antes de diversos lugares serem parques, as pessoas já praticavam montanhismo neles. Ele afirma que as mais significativas montanhas para a prática do montanhismo no Brasil estão em parques, como, por exemplo, no Parque Nacional de Itatiaia, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Parque Nacional da Chapada Diamantina e outros.

- Qualidade da experiência e nível de satisfação

Em que pese o entrevistado considerar os parques nacionais como importantes para a prática do montanhismo no Brasil e afirmar que é fundamental a existência dessas unidades, ele avalia que as oportunidades para a prática de atividades recreativas neles não atendem às expectativas dos montanhistas e excursionistas. Eles, em geral, se sentem insatisfeitos com a maneira como a visita é desenvolvida nos parques brasileiros. Ele explica que a insatisfação se dá, por um lado, por causa de fechamentos de trilhas e de paredes de escalada de forma pouco criteriosa e por causa da obrigatoriedade de contratação de condutores de visitantes. Por outro, ocorre a visita descontrolada em alguns parques, o que atrapalha a experiência do excursionista. De acordo com Silvério,

“a experiência de excursionistas e montanhistas está muito associada à vivência com ambientes tranquilos e conservados. Abrir as trilhas e acessos para visita de muita gente ao mesmo tempo também não interessa. Quando isso começa a acontecer com frequência, os montanhistas deixam de frequentar aquele lugar.”

Em relação à obrigatoriedade de contratação de condutor de visitantes para quaisquer atividades em certas unidades, o entrevistado destaca que as pessoas precisam de mais informações e não devem ser obrigadas a contratarem um serviço. Destaca que alguns tipos de visitantes, como excursionistas e montanhistas experientes, querem as suas próprias vivências e que contratar um condutor limita muito a qualidade das suas

visitas. Ele comenta que, para algumas atividades técnicas, como escalada em rocha, o acompanhamento de um condutor de visitantes aumenta o risco de ocorrerem acidentes com eles próprios, porque os condutores não têm treinamento técnico nem experiência suficiente.

➔ Parceria e trabalho voluntário em parques nacionais

Quando questionado se atividades como a manutenção de trilhas, a limpeza dos atrativos e a prevenção e a resposta a acidentes poderiam ser realizados por visitantes, Silvério diz que sim e acrescenta que o voluntariado em parques é necessário. Afirma que os visitantes poderiam fazer diversos tipos de ações para ajudar no manejo da visitação. Cita que os montanhistas podem sensibilizar outros visitantes quanto aos cuidados com o fogo, orientando a utilização de trilhas, para que cada um guarde seu lixo, para aspectos de segurança individual e em grupo. Ele ilustra a sua resposta com um exemplo:

“num parque como Itatiaia, poderiam ser deixadas expostas, no centro de visitantes, fotos da área queimada pelo incêndio causado por turistas e fotos de acidentes ocorridos, para sensibilizar principalmente as pessoas que estão começando a fazer atividades em ambientes naturais. A intenção é chocar, mas também convidar as pessoas a ajudarem a conservar a área do parque. Deve-se deixar claro que a ajuda dos visitantes é fundamental.”

Uma das principais iniciativas da Confederação com o propósito de conservar a natureza dos destinos de escaladores e montanhistas é o projeto “Adote um Montanha”. Atualmente, o projeto conta com trinta grupos voluntários que desenvolvem diversas atividades: a limpeza de trilhas; a contenção de focos de erosão nas trilhas; a organização de campanhas de conscientização dos visitantes, principalmente em épocas de maior afluxo; o desenvolvimento e a implementação de um sistema mínimo de sinalização, para evitar impactos indesejados ao longo da trilha; a sensibilização e a mobilização da população local para a importância de apoiar e participar da conservação de cada lugar.

Para a CBME, é importante que os administradores dos parques participem de uma relação de troca: os visitantes contribuem no manejo da visitação e os diretores permitem que pequenos grupos tenham acesso a trilhas, montanhas e escaladas com menos restrições. O presidente da entidade salienta que a sugestão de realizar a visitação

de forma mais autônoma deve ser associada à adoção de um controle dos visitantes através da assinatura de termos de responsabilidade, do uso de rádio, da orientação adequada ao visitante sobre os procedimentos de proteção da unidade e de segurança. A idéia é que haja um trabalho prévio das federações e associações no sentido de capacitar os seus membros, a fim de que os excursionistas sejam visitantes responsáveis e qualificados.

➔ Relação entre recreação, educação e a conservação do meio ambiente

Na opinião do entrevistado, atividades recreativas e educativas em ambientes naturais são complementares. Entretanto, ele destaca que, para a recreação exercer um papel educativo, ela deve ser informativa. Isso pode ser feito de várias formas: trilhas autoguiadas, centros de visitantes bem equipados, folhetos, painéis etc.

Ao ser questionado sobre os efeitos das experiências vividas em parques nacionais na vida dos visitantes, Silvério se refere diretamente à atividade que representa. Afirma que o montanhismo transforma as pessoas, não só quando visitadas em parques nacionais, mas em todas as montanhas. Segundo ele, a mudança no dia-a-dia não ocorre das primeiras vezes que as pessoas entram em contato com a natureza. Inicialmente, ocorre o sentimento de plenitude por conseguir chegar em determinado cume, em certo lugar especial, por seus próprios meios. À medida que as experiências ocorrem com mais frequência, as pessoas começam a perceber que a natureza é frágil e que cada um deve contribuir para conservá-la. Isso se reflete no ambiente da montanha e no dia-a-dia das pessoas nas cidades.

No final da entrevista, ao mencionar o papel da visitação em parques nacionais, Silvério sugere que, para a pessoa se envolver com a preservação do meio ambiente, ela tem que conhecê-lo. Sustenta que a visitação aos parques oferece às pessoas oportunidade de se sentir parte da natureza. Ele termina a entrevista dizendo: “Eu não me enxergaria hoje sem ter conhecido esses lugares. Isso pode servir para todo mundo. Nós não podemos prescindir disso”.

Os resultados da entrevista se referem à visitação em parques nacionais sob o ponto de praticantes de atividades como a escalada que utilizam técnicas específicas para

chegar ao cume de serras e picos rochosos. Em parques nacionais, são realizados não somente a escalada e o montanhismo, como também outras atividades técnicas, como o canionismo, o mergulho, o *rafting*, etc. Estas atividades são consideradas pela mídia como radicais e são constantemente associadas à imagem de perigo e até mesmo de irresponsabilidade. A entrevista realizada com o presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada mostrou que essa imagem é equivocada. Ficou evidente que excursionistas são pessoas que têm demandas e características próprias que os diferenciam de outros visitantes e que demonstram comprometimento e envolvimento com a conservação dos lugares que freqüentam, sejam parques ou não. Na gestão da visitação em parques nacionais, é preciso levar em conta, portanto, as características particulares dos visitantes a partir do conhecimento dos praticantes e também das atividades, a fim de que os eles fiquem satisfeitos e assim contribuam com a minimização do impacto e com ações de apoio à conservação da natureza.

5.2. GESTÃO DA VISITAÇÃO NOS PAÍSES E PARQUES NACIONAIS PESQUISADOS

5.2.1 Visitação em Parques Nacionais do Brasil

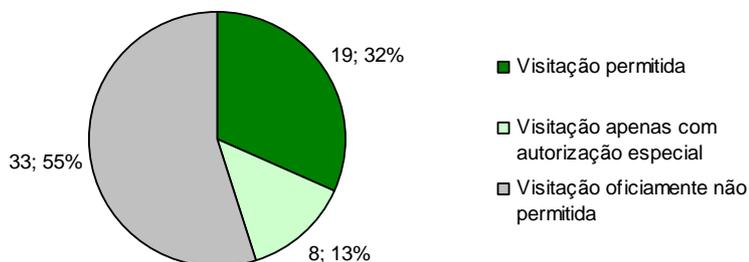
5.2.1.1 Enfoque federal

A visitação nos parques nacionais brasileiros foi regulamentada pelo Decreto n. 84.017, de 21 de setembro de 1979, que estabeleceu normas para a gestão desta categoria de UC. Esta normativa define que os parques nacionais são bens da União, destinados ao uso comum do povo, com fins científicos, culturais educativos e recreativos e que

“as atividades desenvolvidas ao ar livre, passeios, caminhadas, escaladas, contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, devem ser **permitidos e incentivados** (grifo nosso), desde que se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades dos parques nacionais.” (Decreto n. 84.017, Art. 34, 1979).

Apesar disso, a visitação é oficialmente aceita em apenas 32% dos parques nacionais brasileiros. Isso quer dizer que somente 19 dos 60 parques nacionais do Brasil têm condições mínimas para ordenamento e manejo da visitação - têm alguma infra-estrutura de apoio à visitação, fazem a cobrança de ingressos ou controlam o número de visitantes e têm algum tipo de instrumento de manejo. Como pode ser observado no Gráfico 5.15 (abaixo), em 13% dos parques ocorre visitação apenas com autorização especial do IBAMA. Mais da metade dos parques não pode ser visitada oficialmente. Quanto aos últimos, o *Diagnóstico da Visitação em Parques Nacionais e Estaduais* (MMA, 2004) aponta que há um fluxo informal considerável em algumas destas unidades, como no Parque Nacional da Chapada Diamantina, que não está aberto à visitação, é um dos destinos turísticos mais bem conhecidos do país.

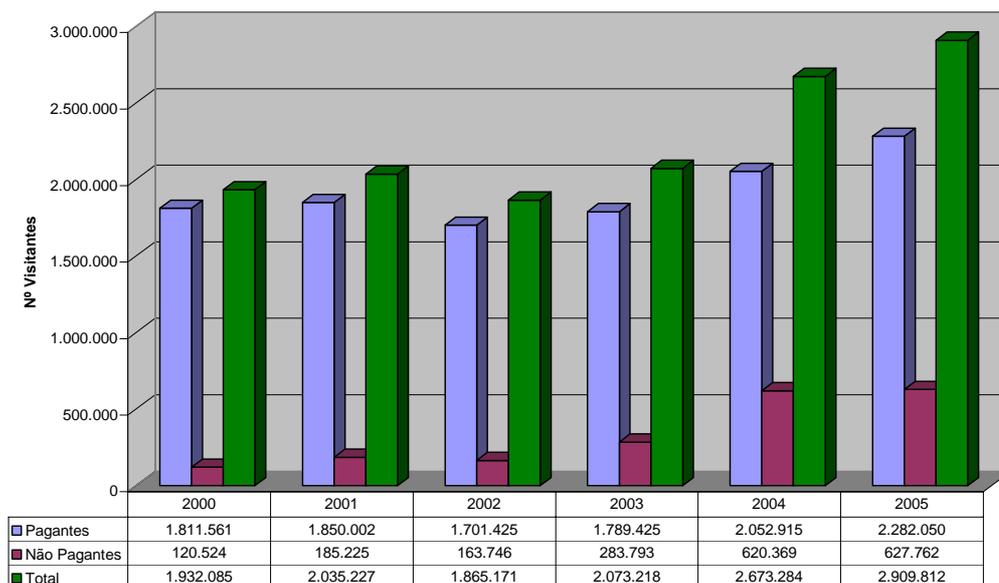
Gráfico 5.15 – Situação da visitação nos parques nacionais brasileiros (em números absolutos e percentuais) – situação em 2006



Fonte: MMA/IBAMA/2006

Apesar disso, o fluxo total de visitantes, nos poucos parques nacionais abertos oficialmente à visitação, parece estar aumentando de forma gradual, ao longo dos últimos seis anos, como pode ser observado no Gráfico 5.16 (abaixo). Entretanto, estes dados não permitem uma análise criteriosa, uma vez que há falhas no registro de visitantes nos parques nacionais. Isto é ilustrado pelos dados da Tabela 5.6 (abaixo). Por exemplo, no caso do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, houve em 2005 40.869 visitantes, enquanto que de 2000 a 2004 não foi registrado nenhum visitante. Todavia, sabe-se que a unidade recebeu milhares de pessoas.

Gráfico 5.16 – Visitantes dos parques nacionais brasileiros de 2000 a 2005



Fonte: SIUC/DIREC/ IBAMA, 2006.

Tabela 5.6 – Quantidade de visitantes dos parques nacionais brasileiros de 2000 a 2005

parques nacionais	número de visitantes					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Iguaçu	767.157	735.875	645.832	764.709	980.937	1.084.241
Tijuca	622.038	635.498	497.808	584.192	1.013.631	1.069.066
Brasília	182.744	218.124	256.634	203.150	195.265	281.016
Itatiaia	97.001	127.713	119.735	125.633	126.940	78.002
Serra dos Órgãos	28.674	49.912	53.845	59.994	46.689	75.076
Marinho de Fernando de Noronha	47.450	57.568	62.551	51.463	51.080	53.635
Aparados da Serra	30.600	32.085	37.844	56.478	48.503	49.970
Ubajara	44.787	43.046	41.867	48.297	47.852	42.831
Chapada dos Guimarães	-	-	-	-	-	40.869
Serra da Canastra	20.030	26.502	30.262	35.412	27.460	27.670
Caparaó	25.744	29.642	25.566	30.459	30.036	27.391
Sete Cidades	17.641	16.930	21.566	21.212	17.951	17.062
Chapada dos Veadeiros	8.027	16.480	22.158	24.598	19.506	14.589
Serra do Cipó	432	-	11.918	14.342	13.132	12.900
Serra Geral	14.989	16.629	17.832	32.551	31.112	12.628
Marinho de Abrolhos	12.685	12.788	8.879	8.626	8.747	7.594
Serra da Capivara	-	5.274	3.014	3.908	7.107	6.978
Serra da Bocaina	8.454	8.672	6.232	6.728	5.838	3.876
Emas	-	-	-	-	-	1.658
Monte Pascoal	3.460	2.156	1.139	1.422	1.048	1.252
Serra das Confusões	-	-	-	-	-	1.104
Amazônia	89	94	51	44	78	208
Jaú	83	239	438	-	372	196
TOTAL	1.932.085	2.035.227	1.865.171	2.073.218	2.673.284	2.909.812

Fonte: SIUC/DIREC/ IBAMA, 2006.

Os dados apresentados acima revelam também que apenas dois parques nacionais brasileiros, o do Iguaçu e o da Tijuca, concentram 74% do total de visitantes. Segundo IBAMA (2005), os outros parques têm grande riqueza de atrativos, mas a carência de infraestrutura, a dificuldade de acesso, a falta de informação e de sinalização, a inadequação de trilhas e a ausência de uma estrutura de apoio ao turista no entorno são fatores de desestímulo à visitação.

O *Diagnóstico da Visitação em Parques Nacionais e Estaduais* (MMA, 2004) aponta que a oferta de atividades recreativas nos parques é pouco variada. Ela é focada em caminhadas de um dia, realizadas em 22,5% destas unidades, e em banhos de rio, lago ou mar, permitidos em 19%. Com menor incidência, há possibilidade de caminhadas com pernoite, ciclismo, escalada e descida de cachoeiras (cachoeirismo), que ocorrem em menos de 10% dos parques nacionais. Outras atividades, como mergulho, rafting, canoagem, visita a cavernas, ultraleve e parapente são permitidas em não mais que 3,5% dos parques nacionais brasileiros.

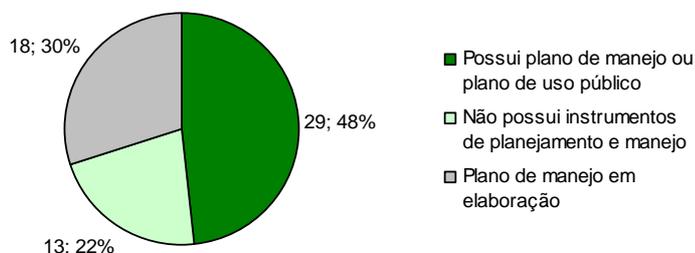
A situação da visitação nos parques nacionais do Brasil é crítica, já que, na maioria deles, não há visitação ou ela é realizada sem o manejo e sem a permissão oficial do IBAMA. Nos parques onde a visitação é permitida, o número de visitantes e as oportunidades recreativas são bastante reduzidos. Segundo Valmir Ortega¹, Diretor de Ecossistemas do IBAMA, a restrição à visitação nos parques nacionais brasileiros pode ser explicada por dois principais fatores:

- ⇒ falta de implementação da maior parte das unidades, no sentido de ter uma infra-estrutura capaz de permitir um conjunto de experiências diversificadas aos visitantes e;
- ⇒ fragilidade institucional do IBAMA (funcionários escassos e pouco qualificados, orçamento insuficiente, cultura institucional focada na restrição de atividades humanas em UC, descontinuidade de ações etc), que faz com que a visitação fique limitada a um conjunto muito pequeno de possibilidades de atividades recreativas, para permitir o controle e o acompanhamento e para dar suporte a ela.

Outro aspecto que dificulta o desenvolvimento da visitação em parques nacionais no Brasil é o fato de que, de acordo com dados do IBAMA (2005), somente 48% dos parques nacionais têm instrumentos de planejamento e de gestão da visitação, como plano de manejo e plano de uso público. Isto se mostra crucial, uma vez que as UC só podem ser manejadas e desenvolver ações de incentivo ao uso público a partir do que estiver estabelecido nos seus planos de manejo. O Gráfico 5.17 (abaixo) apresenta a situação dos parques nacionais brasileiros no que tange aos planos de manejo ou de uso público.

¹ Entrevista concedida à autora por Valmir Ortega, Diretor de Ecossistemas do IBAMA, em 30/08/2005. Outros trechos da fala de Ortega, citados, posteriormente no texto, também fazem parte desta entrevista.

Gráfico 5.17 – Situação dos parques nacionais brasileiros, no que tange à existência de planos de manejo ou de uso público, 2005 (em números absolutos e percentuais).



Fonte: MMA/IBAMA/2005

Apesar dos problemas relacionados à gestão da visitação nos parques nacionais brasileiros, houve alguns avanços que merecem ser destacados. Um deles foi a instituição, em 2004, pelo Ministério do Meio Ambiente, da *Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Naturais*. O seu objetivo é “definir e promover princípios e práticas que assegurem, no desenvolvimento de atividades de visitação, recreativas, educacionais, esportivas, científicas e outras em contato com a natureza, o máximo de benefício e segurança para o praticante com o mínimo de impacto sobre o ambiente natural” (MMA, Portaria n. 288 de 18 de novembro de 2004). Como apresentado no Capítulo 3, esta campanha valoriza a participação de diferentes segmentos da sociedade com entidades de esportistas, instituições de ensino e pesquisa, operadores de turismo, dentre outros.

Vale destacar também a publicação das *Diretrizes para a Visitação em Unidades de Conservação*, que tem o propósito de “apresentar um conjunto de princípios, recomendações e diretrizes práticas, com vistas a ordenar a visitação em unidades de conservação” (MMA, 2006, p. 7). Um dos aspectos importantes desta política foi a sua elaboração a partir de um processo de construção participativa, envolvendo a colaboração de gestores de UC, de especialistas em uso público, de representantes da sociedade civil organizada, de instituições de ensino e pesquisa, de vários segmentos do governo, de técnicos dos órgãos responsáveis pela administração de UC, de empresários de turismo e de esportistas. Outro ponto forte deste

documento é a valorização do bem público, do serviço ao cidadão, por meio de princípios a serem observados pelos gestores de unidades de conservação. Dentre eles, vale ressaltar:

- ⇒ A visitação é um instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, independentemente da atividade que se está praticando na unidade de conservação.
- ⇒ A visitação deve ser promovida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às unidades de conservação.
- ⇒ A visitação deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.
- ⇒ A visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes, no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento.
- ⇒ O planejamento e a gestão da visitação devem considerar múltiplas formas de organização da visitação, tais como visitação individual, visitação em grupos espontâneos, visitação em grupos organizados de forma não comercial e visitação organizada comercialmente, entre outras. (MMA, 2006, p. 13)

Institucionalmente, no IBAMA, começa a se configurar uma melhoria na gestão da visitação em UC. Para o Diretor de Ecossistemas, Valmir Ortega, no IBAMA têm surgido oportunidades para que a gestão da visitação em parques nacionais, já que há um acúmulo de experiências, há novos funcionários que renovam e fortalecem a instituição e a Diretoria de Ecossistemas recentemente passou por uma reestruturação organizacional. Neste contexto, foi criado o *Programa Estruturante para Ecoturismo em UC, focando os Parques Nacionais*. A estrutura deste programa ainda está em fase de elaboração, mas a sua proposta preliminar estabelece, como principal estratégia, a utilização de recursos de compensação ambiental para dotar os parques nacionais da infra-estrutura necessária à visitação. Em curto prazo, serão priorizados onze a quinze parques nacionais. A idéia é que eles sirvam como um vetor do desenvolvimento local sustentável, contribuindo para reduzir as pressões que existem em relação a atividades não-permitidas na UC e auxiliando as populações locais a perceberem os benefícios da criação de um parque nacional.

Para Ortega, a visitação é muito mais do que lazer e do que uma alternativa para gerar atividades econômicas. Ela contém um elemento educativo e lúdico estabelecido pela interação do ser humano com a natureza, interação esta que tem um sentido mais amplo, que se estende para além do momento da visita à UC. Ele enfatiza que a visita aos parques nacionais auxilia as pessoas a estarem mais conscientes da importância da conservação e de

que a atitude de cada um pode ajudar a conservar os recursos naturais. Isto pode ser aplicado aos mais diversos públicos, sejam turistas, grupos escolares, associações, esportistas, grupos de amigos etc.

5.2.1.2. Enfoque local – estudos de caso

Parque Nacional da Serra dos Órgãos²

➔ Caracterização geral da visitação no parque

As montanhas, os campos de altitude e as florestas da área do Parque Nacional da Serra dos Órgãos são visitados desde o século XIX. Atualmente, o parque é considerado como um dos principais destinos para o montanhismo no Brasil. Escaladas históricas foram realizadas nos picos graníticos da Serra dos Órgãos como, por exemplo, a conquista do Dedo de Deus, um dos ícones da unidade, realizada por Raul de Sá Carneiro, José Teixeira Guimarães e os três irmãos Oliveira, no ano de 1912. Segundo o diretor do parque, a visitação foi oficialmente implantada na área em 1940, um ano após a sua criação. As iniciativas de registrar os números de visitantes começaram a ocorrer em 1970 mas somente a partir de 1992 é que ações de gestão da visitação foram desenvolvidas com frequência e de forma mais organizada.

Atualmente, as atividades recreativas permitidas no parque são caminhadas de um dia e com pernoite, montanhismo, escalada, banho de rio e ciclismo (na estrada asfaltada da sede em Teresópolis). Estas atividades estão previstas no plano de uso público do parque, elaborado em 2001. O plano de manejo da unidade foi publicado em 1980. Ele apresenta uma abordagem superficial dos aspectos de visitação, estando hoje desatualizado e em processo de revisão.

Sobre o perfil dos visitantes do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o conhecimento que se tem é baseado em algumas pesquisas pontuais e em indicações dos planos de manejo e de uso público. De um modo geral, considera-se que há dois principais tipos de visitantes na

² As informações usadas nesta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com o diretor do parque, Ernesto Viveiros de Castro, e com a coordenadora do uso público, Cecília Cronemberger de Faria, no dia 06/09/2005; de informações do Plano de Manejo do parque (IBAMA, 1980) e do Plano de Uso Público do parque (IBAMA, 2001); e de observações de campo da autora.

UC: os veranistas e os excursionistas. Os veranistas são pessoas dos municípios do entorno do parque que visitam a unidade em grupos de familiares, normalmente nos fins de semana, e permanecem na zona de uso intensivo, na piscina, nas áreas para piquenique, no centro de visitantes e nas cachoeiras. O segundo tipo é formado por pessoas interessadas em caminhar em trilhas, montanhistas, escaladores, ecoturistas, dentre outros. Estes visitantes buscam as trilhas mais longas, o acesso às vias de escalada, a visita ao refúgio do parque, experiências que exigem um bom preparo físico. Em alguns casos, eles têm conhecimentos de técnicas verticais e de navegação terrestre, com o uso de mapas, bússolas e GPS.³ Vale mencionar outras classes de visitantes: grupos de terceira idade, grupos escolares e grupos militares que utilizam o parque para treinamentos. Atualmente, com o propósito de ter informações confiáveis que auxiliem no manejo do uso público, a administração da unidade está implantando um sistema informatizado para obtenção de dados estatísticos que caracterizem as pessoas que visitam o parque e identifiquem as suas demandas.

Os principais atrativos do Parque Nacional da Serra dos Órgãos são a travessia entre as sedes Petrópolis e Teresópolis, a Pedra do Sino, os Castelos do Açú, os paredões e picos de escalada (o Garrafão com 1.980 m, o Dedo de Deus com 1.692 m, o Escalavrado com 1.406 m, o Dedo de Nossa Senhora com 1.320 m, a Agulha do Diabo com 2.050 m, o Santo Antônio com 1.170 m, o São João com 2.100 m, o São Pedro com 2.234 m, o Cara de Cão com 2.180 m, a Pedra da Cruz com 2.230 m e o Nariz do Frade), as trilhas curtas próximas à sede Teresópolis, a cachoeira das Andorinhas, a cachoeira Véu da Noiva e os poços e as cachoeiras do rio Soberbo. Vale destacar que a travessia Petrópolis-Teresópolis é uma das trilhas clássicas do excursionismo brasileiro e que as vias de escalada da Pedra do Sino, denominadas Terra de Gigantes, conquistada em 1985, e Franco-Brasileira, escalada a primeira vez em 1997, estão entre os principais *big walls*⁴ do país. A Figura 5.1 localiza, esquematicamente, os principais atrativos do parque.

³ GPS (*Global Positioning System*) é a denominação de um equipamento que faz uso de sinais emitidos por satélites para identificar o posicionamento preciso de um ponto ou de um percurso na superfície da Terra.

⁴ *Big wall* é a denominação dada à escalada de grandes paredões rochosos em que, por sua extensão ou nível de dificuldade, os escaladores permanecem alguns dias na parede. Na maioria dos casos, são necessários o uso de muitos equipamentos, a realização de bivaques suspensos e a organização de boa logística (BECK, 2002).

Figura 5.1 - Localização dos principais atrativos do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Fonte: IBAMA, 2001.

➔ Atividades educativas

De acordo com Ernesto Viveiros de Castro, diretor do parque, as atividades educativas são desenvolvidas no parque a fim de que a unidade seja um espaço pedagógico. A realização de eventos, no parque, abertos à comunidade, e a futura implantação de trilhas interpretativas são estratégias que contribuem para isto. Existe também um programa de visitas escolares ao centro de visitantes e a algumas trilhas guiadas. Anualmente, cerca de 12 mil estudantes visitam o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. O diretor considera que toda visitação na área é ou pode ser um processo de sensibilização ambiental e, deste modo, os visitantes são orientados para a prática do mínimo impacto em ambientes naturais, para o respeito a si mesmos e aos outros indivíduos.

➔ Infra-estrutura para o uso público

▪ Centro de visitantes

O parque tem dois centros de visitantes: um localizado na sede Teresópolis e outro na sede Guapimirim. O centro da sede Teresópolis está localizado próximo à administração do parque. Atualmente, não é um lugar que sirva para informar as pessoas no início da visita ao

parque, pois se situa na saída da unidade. Um novo centro de visitantes está em construção em local apropriado, próximo à portaria e à piscina. Ele substituirá o centro atual, que conta com uma lojinha, uma sala de vídeo e um espaço de exposições sobre a natureza e a história do parque que são renovadas freqüentemente.

O centro da sede Guapimirim está instalado em um casarão restaurado do século XIX e que abriga uma exposição em homenagem ao naturalista Von Martius. Em Guapimirim, foi mantida uma capela, construída em 1713, onde mensalmente são realizadas missas. Algumas imagens do centro de visitantes de Guapimirim são apresentadas na Figura 5.2. Na sede Petrópolis, existe apenas uma guarita, pois a situação fundiária irregular desta área dificulta a construção de outros equipamentos de apoio à visitação e à gestão do parque.

Figura 5.2 – Centro de visitantes da sede Guapimirim do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

- **Auditório**

O auditório do parque localiza-se junto às dependências administrativas da unidade, na sede Teresópolis. Ele tem amplo espaço, está em boas condições de conservação e é utilizado para eventos com cunho ambiental. As instalações do auditório contam também com salas para reuniões e banheiros.

- Casa do Montanhista

A casa do montanhista foi inaugurada em 2001 para servir como um centro de referência e como uma escola de montanhismo. Na mesma época, foi construído um muro de escalada para treinamento. Atualmente, ambos estão desativados, mas o diretor do parque informou que se pretende terceirizar os serviços a serem oferecidos nesta instalação, viabilizando o seu funcionamento.

- Refúgio, pousada e alojamento

O parque tem um alojamento, um refúgio e uma pousada para hospedagem dos visitantes. O alojamento tem quartos coletivos e é utilizado por visitantes e participantes de eventos realizados no parque. O refúgio, chamado de Abrigo 4, é uma construção de madeira, localizada próxima à Pedra do Sino, acima dos 2.000 m de altitude. Apesar da simplicidade dos serviços oferecidos - camas, banheiro equipamentos de cozinha -, ela oferece bom apoio para as pessoas que fazem a travessia Petrópolis-Teresópolis, para escaladores e para visitantes que fazem a caminhada até a Pedra do Sino. A pousada do parque, situada na área da Sede Teresópolis, ainda está em construção e os serviços oferecidos nela serão terceirizados. O mesmo ocorrerá no Abrigo 4, futuramente. Existe também um abrigo de rocha, conhecido como Abrigo 2, utilizado pelas primeiras expedições que cruzaram a Serra dos Órgãos. Infelizmente, o local é alvo de pichações e vandalismos. As fotos da Figura 5.3 ilustram a fachada do Abrigo 4 e da pousada do parque.

Figura 5.3 – Abrigo 4 e pousada do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

- Áreas para acampamento

No parque, existem três campings com capacidade para, aproximadamente, 50 barracas cada. Há banheiros e pontos de água, mas não são oferecidos serviços aos visitantes. Dois deles estão no setor da sede Guapimirim e o outro na sede Teresópolis. Também se pode acampar na área do Abrigo 4. Outro lugar apreciado pelos visitantes são os campos dos Castelos do Açú e as rochas que formam abrigos naturais. Nestes últimos locais, as pessoas que acampam não contam com infra-estrutura de apoio, como existe nos campings.

- Áreas para piquenique, de convivência e quiosque para lanches

Nos setores das sedes Teresópolis e Guapimirim, existem áreas para piquenique, equipadas com bancos e mesas de concreto. Segundo a pesquisa realizada por Figueiredo (2005), uma das áreas mais apreciadas por visitantes é o espaço da barragem do rio Beija-Flor. O local conta com banheiros e mesas para piqueniques. O quiosque para lanches está localizado na área da piscina da sede Teresópolis.

- Piscina

O parque tem uma piscina de água corrente, instalada na sede Teresópolis. Foi construída logo que a unidade foi criada, numa época em que os parques nacionais eram vistos como lugares de lazer e como jardins para usufruto das pessoas. Indicadores disto são as plantas exóticas introduzidas nesta área do parque. Segundo a coordenadora de uso público do parque, a piscina é bastante utilizada pela população do entorno da unidade, que considera o local como um “clube natural”.

- Trilhas

O parque tem inúmeras trilhas com percursos cuja extensão e cujo nível de dificuldade são variáveis. A trilha mais famosa é uma travessia que cruza o parque e liga a sede Petrópolis à sede Teresópolis. Ela tem 30 km e é coberta, normalmente, em três dias. Se preferirem, os visitantes podem fazer dois trechos da travessia separadamente - Petrópolis aos Castelos do Açú ou Teresópolis à Pedra do Sino.

Na sede Teresópolis, existem as trilhas pavimentadas do Bosque de Santa Helena e do Bosque da Colina, com percursos de curta duração. Há também as trilhas Primavera, Mozart Catão e Suspensa, que estão sinalizadas e têm equipamentos que facilitam as caminhadas. A

trilha suspensa é adaptada para a circulação de pessoas com deficiências físicas. Na sede Guapimirim, existem cinco trilhas curtas e sinalizadas que dão acesso aos poços e cascatas do rio Soberbo.

➔ Recursos financeiros

Como em outros parques nacionais, os recursos financeiros do Parque Nacional da Serra dos Órgãos são provenientes do orçamento da União. O valor arrecadado com a cobrança dos ingressos de visitação é depositado numa conta do Tesouro Nacional. Um percentual variável retorna à unidade. A equipe técnica do parque se empenha em obter outras fontes de recursos por meio do desenvolvimento de projetos, financiados por organismos nacionais e internacionais. Atualmente, o parque está desenvolvendo um projeto que envolve a criação de um centro de referência em biodiversidade, com a finalidade de facilitar, organizar e disponibilizar o conhecimento científico sobre a Mata Atlântica, com foco na área do parque. Este projeto contempla aspectos de manejo da visitação, como capacitações, o diagnóstico das trilhas, abertura da trilha Cartão Postal, na sede Teresópolis, a expansão da trilha suspensa (com a implantação de um mirante) e o diagnóstico do potencial turístico da área de Santo Aleixo. Haverá também ações no sentido de desenvolver a educação ambiental no entorno do parque, com a capacitação de professores e diretores das escolas e a realização de eventos educativos. Outro projeto em curso tem como objetivo realizar estudos para a ampliação da área desta UC.

Quanto ao valor cobrado para a visitação, a administração da unidade utilizou, como referência, os critérios do Ministério do Meio Ambiente definidos pela Portaria 62, de março de 2000, incorporando algumas singularidades do parque. A Tabela 5.7 apresenta os valores cobrados atualmente para a visitação.

Tabela 5.7 – Valores cobrados para visita ao Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 2006

categoria	valor em reais (r\$)
ingresso individual	3,00
estacionamento de automóveis	5,00
estacionamento de motos	3,00
estacionamento de ônibus	10,00
diária do camping por pessoa	6,00
trilhas de montanha (pernoite/diária)	12,00

Tabela 5.7 (final)

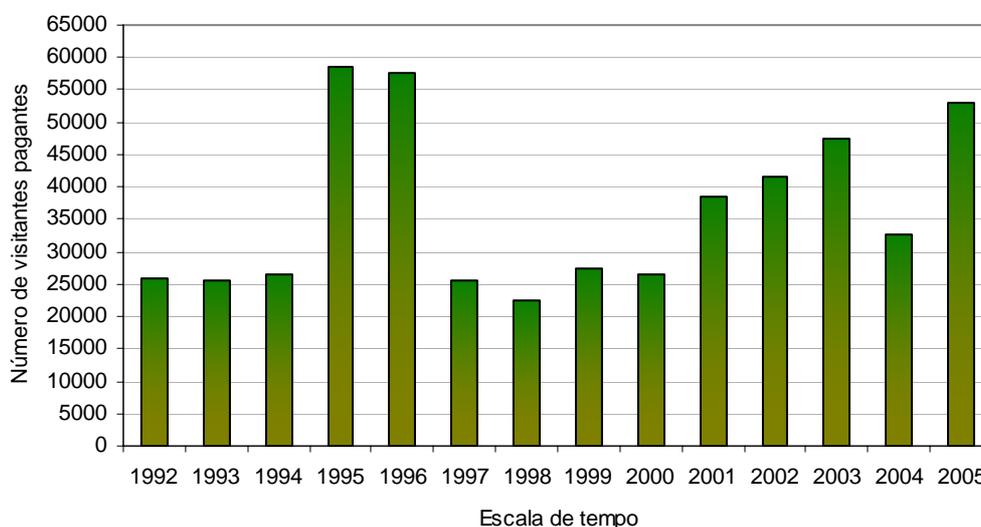
categoria	valor em reais (r\$)
menores de 7 anos e maiores de 65 anos	isentos

• Há desconto de 50% para moradores dos municípios do entorno do parque e para membros de clubes de montanhismo e excursionismo.

Fonte: Administração do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 2005.

Há alguns anos, a administração do parque vem se esforçando para exercer maior controle no registro do volume arrecadado pela visitação no parque e na quantidade de visitantes que ingressam na unidade. O Gráfico 5.18 demonstra o número de visitantes pagantes do Parque Nacional da Serra dos Órgãos de 1992 a 2005. Em alguns anos, como em 2004, houve uma diminuição do número de pagantes por motivos de fortes chuvas no mês de março e pela entrada, no parque, mediante doação de alimentos, no mês de dezembro, devido à contratação de nova empresa encarregada pela cobrança de ingressos.

Gráfico 5.18 – Arrecadação anual com a visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos de 1992 a 2005



Fonte: Administração do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, 2006.

➔ Funcionários

A equipe que trabalha no parque é composta por 21 servidores do IBAMA, 8 vigilantes e 28 brigadistas. A área de uso público é coordenada por uma funcionária que tem nível superior. Há algum tempo, um dos servidores fez um curso de manutenção de trilhas. Segundo a coordenadora de uso público, em breve se pretende implementar um projeto de

capacitação para a equipe e para voluntários, com foco em temáticas associadas ao manejo do uso público. Quanto aos últimos, o programa para organizar o voluntariado no parque está em fase de estruturação, com apoio do Ministério do Meio Ambiente. Existem colaboradores voluntários que contribuem, eventualmente, na orientação ao visitante e no manejo de trilhas, em temporadas ou épocas específicas.

➔ Participação na gestão do parque

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos tem um conselho consultivo que se reúne periodicamente com o fim de auxiliar a gestão da unidade e discutir aspectos relacionados ao entorno. Participam deste conselho organizações governamentais estaduais e municipais e instituições não-governamentais ambientalistas e que representam segmentos organizados da sociedade. O parque tem também Câmaras Técnicas, com o intuito de dar subsídios às reuniões do Conselho Gestor e de obter contribuições para temáticas específicas. Atualmente, estão em funcionamento a Câmara Técnica de Pesquisa, a Câmara Técnica de Montanhismo e Turismo, a Câmara Técnica de Controle e Recuperação Ambiental e a Câmara Técnica de Educação Ambiental e Cultura. Segundo a coordenadora de uso público, as Câmaras mais atuantes são a de Montanhismo e Turismo e a de Pesquisa. Além disso, a administração conta com parcerias com organizações não-governamentais locais para a proposição de projetos a serem financiados e firmou termos de cooperação técnica com a Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro – FEMERJ, com a União dos Escoteiros do Brasil e com a Fundação Educacional Serra dos Órgãos - FESO.

Quanto à participação da comunidade do entorno na visitação do parque, algumas iniciativas têm sido desenvolvidas, como a divulgação na rádio local do desconto de 50% para ingresso na área e o programa de visitas de escolas das comunidades vizinhas. São realizados também eventos franqueados para incentivar a interação da população com o parque. Apesar disso, o diretor da unidade considera que o público local ainda percebe o parque como uma opção de lazer, como um clube, concentrando-se na área da piscina e de piqueniques.

➔ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

As atividades de visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos podem ser realizadas de forma autônoma ou com o acompanhamento de condutores locais. A decisão de como organizar a visita é facultada ao visitante, mas a administração do parque recomenda que as pessoas menos experientes contratem o serviço de condutores locais. Os condutores de visitantes do parque ainda não estão organizados em uma entidade que os represente, como ocorre em outros parques nacionais brasileiros. Para maior controle sobre o trabalho dos condutores, o parque faz um cadastro destes profissionais e promove capacitações para que eles estejam qualificados a guiar, informar e contribuir na segurança do visitante.

Com o propósito de melhor ordenar a visitação na unidade, foi implantado um sistema de agendamento de visitas. O sistema é bastante útil em períodos de temporada e feriados, pois garante a oportunidade de visita das pessoas que planejaram antecipadamente. A coordenadora de uso público conta que já ocorreu muitas vezes de as pessoas chegarem ao parque e não poderem visitar, pois a quantidade máxima de visitantes para o dia já tinha sido atingida. Associado a isso, houve a tentativa de possibilitar o pagamento do ingresso via Internet, por meio de um boleto bancário. Entretanto, em vista de alguns entraves junto ao sistema financeiro do IBAMA e de arrecadação do parque, atualmente o pagamento *on-line* está desativado. Outra estratégia adotada foi o controle da abertura de vias de escalada, por meio da análise da solicitação dos escaladores e de emissão de autorização para este fim.

Ainda não existem empresas concessionárias para a operação de atividades turísticas no parque e nem para o oferecimento de serviços de apoio à visitação, como alimentação, transporte, hospedagem etc. Está em análise, pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA, a viabilidade de terceirizar os serviços a serem oferecidos na pousada, na casa do montanhista, no centro de visitantes, no abrigo, nos *campings* e de transporte interno.

▪ Manejo de impactos e orientação ao visitante

Embora o plano de uso público do parque proponha a adoção da metodologia *Visitor Impact Management* – VIM, com adaptações do Limite Aceitável de Câmbio – LAC e aponte indicadores para monitoramento dos impactos da visitação, o manejo de impactos ainda é

realizado de forma empírica, sem a adoção de um método ou de uma técnica específicos. O referido plano cita a quantidade máxima de visitantes em alguns atrativos do parque, para servir de referência para a gestão:

- ⇒ Trilhas para a Pedra do Sino e para Açú: 50 pessoas em cada;
- ⇒ Travessia do Açú para a Pedra do Sino: 20 pessoas;
- ⇒ Dedo de Deus: 15 pessoas;
- ⇒ Dedo de Nossa Senhora: 20 pessoas;
- ⇒ Cachoeira Véu da Noiva: 30 pessoas;
- ⇒ Agulha do Diabo: 10 pessoas;
- ⇒ Escalavrado: 20 pessoas; e
- ⇒ Cabeça de Peixe: 20 pessoas.

Além destes números, o plano de uso público adotou o limite de 150 pessoas para a trilha da Pedra do Sino, definido no relatório preliminar sobre arrecadação do parque elaborado pelo IBAMA, em 1995. Atualmente, a administração do parque considerou a observação direta dos impactos nas trilhas e a demanda dos visitantes para definir, empiricamente, a quantidade máxima de visitantes na trilha da Pedra do Sino e do Açú, que é de 100 pessoas para o pernoite em cada e de 120 pessoas em cada para visitas com duração de um dia.

Um dos projetos em implantação no parque envolve o diagnóstico do estado de conservação das trilhas e a capacitação dos funcionários para o seu manejo adequado. Isto deve contribuir bastante para o aperfeiçoamento do manejo do uso público na área.

A orientação ao visitante para a conduta consciente durante a visita, no que tange à segurança e à conservação dos recursos naturais, é realizada por meio do sítio do parque na Internet (www.ibama.gov.br/parnasos), de folhetos, de painéis, de placas indicativas e de vídeos. As normas para visitação no parque estão disponibilizadas na Internet e nas entradas da unidade. De acordo com o diretor da área, as regras de conduta no parque devem ser dinâmicas e considerar as melhores estratégias para sensibilizar as pessoas, a fim de que se obtenha o comportamento apropriado do visitante na unidade. Neste sentido, em 2005, ao perceber que a proibição do consumo de bebidas alcoólicas no parque era ineficiente, porque as pessoas escondiam a bebida em recipientes de suco, de água, de refrigerantes, dentre

outros, a direção decidiu flexibilizar a norma, permitindo o consumo moderado de bebidas alcoólicas e somente reprimir os exageros. Desde que este procedimento foi adotado, ainda não houve incidentes indesejados. A iniciativa está em fase de testes que verificarão seu êxito e identificarão medidas para avaliar, por exemplo, os critérios de uso moderado e de uso exagerado de bebidas alcoólicas.

Embora a administração do Parque Nacional da Serra dos Órgãos desenvolva ações de flexibilização de regras e tenha a intenção de envolver o visitante no cuidado com o parque, as normas de visitação, divulgadas na Internet, são bastante proibitivas. De um modo geral, estão focadas em explicitar o que o visitante não deve fazer, ao invés de orientá-lo para os comportamentos desejados. Dentre as regras de uso público na zona de uso intensivo do parque, por exemplo, dos dezesseis itens listados, dez deles referem-se a algo que é proibido ou não é permitido.

- Sinalização

As trilhas são autoguiadas e, deste modo, todas elas têm sinalização indicativa de início. Em algumas trilhas há um painel com o croqui do percurso indicando principais pontos de referência, mas não existe indicação de distância, nível de dificuldade; a representação não está em escala e não há informações em língua estrangeira. Na sede Teresópolis, há placas com um croqui da área de uso intensivo, identificando os principais atrativos e situando o visitante quanto à sua. Alguns painéis e placas estão desgastados em função das condições climáticas, necessitando de manutenção. A Figura 5.4 ilustra alguns tipos de placas e painéis utilizados no parque.

Figura 5.4 – Exemplos de placas e painéis utilizados no Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

- Segurança do visitante

A segurança do visitante tem como foco a prevenção de acidentes. Ela é feita por meio da orientação ao usuário e da assinatura de um termo de responsabilidade pelas pessoas que visitam as trilhas longas, as montanhas e os paredões de escalada. Este procedimento estimula o comprometimento com a segurança e com o mínimo impacto durante a estada das pessoas no parque. Além disso, a visita às trilhas longas e às paredes de escalada também são monitoradas nas portarias. Esse controle é dificultado, pois o acesso a algumas escaladas não é realizado pelas portarias do parque. Se o visitante não tiver a iniciativa de ir a uma das entradas da unidade, não será registrado. Na época de maior precipitação, o nível da água do rio Soberbo é observado pelos funcionários do parque, a fim de alertar os banhistas, em caso de serem identificados sinais iminentes da ocorrência de cabeças d'água. Para dar resposta imediata aos acidentes, os funcionários do parque foram capacitados em resgate e será formado um grupo voluntário de busca e salvamento, com apoio de montanhistas e excursionistas.

- ➔ Principais dificuldades para gestão da visitação

Os problemas mais significativos para o manejo da visitação no parque, segundo o diretor e a coordenadora de uso público, são: os acessos irregulares às vias de escalada, pela rodovia BR 116, que dificultam o controle; o ordenamento insuficiente da visitação; a inadequada definição da capacidade de suporte dos atrativos; a manutenção insuficiente das trilhas; a existência de áreas com situação fundiária não-regularizada; e o comportamento indesejado de alguns visitantes na montanha.

- ➔ A importância da visitação para o parque

Ernesto Viveiros, diretor do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, considera que “a visitação é uma ótima oportunidade para a sensibilização ambiental e para conseguir que a sociedade tenha um compromisso maior com a preservação, não só do parque, mas do meio ambiente de uma forma geral”. Ele observa que os visitantes mais fiéis, como excursionistas e escaladores, são bastante envolvidos no cuidado com o parque. Os visitantes que ficam somente na piscina tendem a não se sensibilizar tanto.

Apesar do potencial que a visitação tem para aumentar o efeito da proteção ambiental propiciada pelo parque, o diretor destaca que, com as atuais condições de gestão, é muito difícil realizar manutenção de infra-estrutura, desenvolver bom controle dos visitantes e evitar a degradação. Para que a visitação possa ser incentivada em parques nacionais, o diretor avalia que é imprescindível o aumento da capacidade de gestão dos parques, tanto financeira quanto de qualificação de pessoal. Ele enfatiza que é importante que existam profissionais que recebam as pessoas, que se ocupem em otimizar o benefício dos parques para a sociedade, e que não sejam somente fiscais das normas, como ocorre predominantemente nas unidades de conservação brasileiras.

Parque Nacional do Caparaó⁵

➔ Caracterização geral da visitação no parque

A visitação ao Pico da Bandeira (2891 m) e aos atrativos do entorno do Parque Nacional do Caparaó já era realizada antes da criação da unidade, que ocorreu em 1961. Acredita-se que a montanha que é símbolo do parque ganhou este nome pois, por volta de 1859, D. Pedro II deu ordens para que fosse colocada uma bandeira do Império no pico mais alto da Serra do Caparaó, que na época se supunha ser o mais alto do país.

As atividades recreativas permitidas no Parque Nacional do Caparaó são caminhadas de um dia e com pernoite, montanhismo, banho nos rios e nas cachoeiras, piquenique e churrasco. Elas estão previstas no plano de uso público do parque. Foram desenvolvidos projetos específicos, a fim de analisar a viabilidade da prática de escalada em rocha, de canionismo e de asa delta na unidade, mas estas atividades ainda não estão em operação. Segundo Estevão Fonseca, diretor do parque, atualmente, é permitido subir ao Pico da Bandeira a cavalo, mas, futuramente, isso não será possível, porque os animais criam muitos atalhos e degradam excessivamente as trilhas.

O perfil dos visitantes do parque foi caracterizado em diferentes investigações técnicas e científicas, mas ainda não há uma análise capaz de compilar todas as informações. O perfil

⁵ As informações usadas nesta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com o diretor do parque, Estevão Fonseca, no dia 13/09/2005, de informações do Plano de Uso Público do parque (IBAMA, 2000), do projeto de Trilhas Interpretativas do parque (IBAMA, 2003) e de observações de campo da autora.

dos visitantes do parque, traçado por Kinker (2002) e por Duarte (2005), é apresentado no Quadro 5.1.⁶

Quadro 5.1 - Perfil dos visitantes do Parque Nacional do Caparaó, de acordo com Kinker (2002) e Duarte (2005).

elemento de análise	resultados de Duarte (2005)	resultados de Kinker (2002)
tempo de permanência no parque	54,3% dos visitantes ficam de 4 a 6 dias 32,1% permanecem somente 1 dia	75% dos visitantes permanecem até 2 dias 25% dos visitantes ficam de 2 a 3 dias
hospedagem durante a visita	42% utilizam as áreas de acampamento 28% se hospedam em pousadas ou hotéis do entorno	Não foi investigado
freqüência da visita ao parque	53,1% dos visitantes são reincidentes 44,4% visitavam pela primeira vez	36,6% dos visitantes são reincidentes 63,4% visitaram só uma vez
motivação para a visita	43,2% - contemplação da natureza 30,9% - diversão e descanso	87,1% - contemplação da paisagem das montanhas 72,3% - ascensão ao Pico da Bandeira 60,9% - praticar caminhada com pernoite
sexo	64,2% dos visitantes são homens	54,8% dos visitantes são homens
faixa etária	56,2% dos visitantes têm entre 21 e 40 anos 24,7% dos visitantes têm de 51 a 60 anos 7,4% têm menos de 20 anos	18% têm de 18 a 24 anos 61% têm de 35 a 64 anos 13,5% têm menos de 18 anos
procedência	Predominam pessoas de Minas Gerais e Espírito Santo, mas de visitantes de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.	68% vivem em Minas Gerais e Espírito Santo, 10% em São Paulo, 18% no Rio de Janeiro e os demais em Brasília (99% dos visitantes da amostra são brasileiros).

Além dos subsídios gerados por pesquisas desenvolvidas no parque, existem informações sobre os visitantes levantadas sistematicamente pela administração, por meio de questionários aplicados nos hotéis de Alto Caparaó entre os hóspedes que visitam o parque. Um dos aspectos priorizados nos questionários é o conhecimento sobre o nível de satisfação, pois ele é considerado um elemento-chave na avaliação da gestão do parque. Os resultados dos questionários aplicados no período de 2003 a 2005 no Caparaó Parque Hotel, a 195 pessoas, revelam que:

⁶ A pesquisa de Kinker foi realizada, em 2002, com 204 visitantes; a investigação de Duarte, em 2005, com 81 visitantes.

- 82% dos hóspedes consideraram que a visita atendeu às suas expectativas;
- 21% passaram pelo centro de visitantes;
- 42% contrataram o serviço de condução de visitantes e, destas pessoas, 27% avaliaram o serviço prestado como excelente, 17% classificaram como bom e 1% como ruim;
- a maioria dos visitantes está satisfeita com a infra-estrutura e atribuiu os conceitos excelente ou bom para aspectos como trilhas, camping, sanitários, mirantes, opções de passeios e sinalização para acesso aos atrativos.

Os principais atrativos do Parque Nacional do Caparaó são o Pico da Bandeira, o Vale Verde, a cachoeira Bonita, o Vale Encantado, o Pico do Cristal, a Pedra do Rolador, a cachoeira da Farofa, a cachoeira do Aurélio e a cachoeira dos Pilões.

➤ Atividades educativas

As atividades educativas são consideradas fundamentais pelo diretor do parque para o êxito do trabalho de proteção à natureza. A coordenação de educação ambiental desenvolve um projeto de visitas escolares, intitulado *Nós Somos Vizinhos de um Parque Nacional*, em parceria com as entidades locais Amar Caparaó e Pastoral da Juventude. Para tornar mais efetivo o trabalho de educação ambiental, os professores das escolas das comunidades vizinhas foram capacitados para trabalharem com educação ambiental na sala de aula, incentivando a reciclagem do lixo e tratando o conhecimento do meio ambiente de forma transversal. Além disso, no final de cada ano, a administração do parque promove um evento, envolvendo aproximadamente 500 estudantes do entorno da UC, com o propósito de sensibilizar os jovens para a importância da conservação da unidade.

Outra frente de educação ambiental do parque é a realização de campanhas para conscientizar os agricultores a não utilizarem agrotóxicos de forma desordenada, a fim de evitar a contaminação do leito dos rios e do solo.

Sobre a relação entre recreação e educação ambiental, o diretor considera que elas são similares, ou seja, a recreação é uma parte da educação ambiental. Ele menciona que educação ambiental e recreação estão no mesmo contexto, totalmente relacionadas e que trabalhar questões de educação ambiental na recreação é mais eficaz do que realizar palestras, por exemplo. O parque adotou, como uma de suas diretrizes fundamentais, a abordagem

lúdica na interpretação ambiental e desenvolve inúmeras atividades criativas e de estímulo à percepção das pessoas, para que se sintam parte do ambiente natural.

➔ Infra-estrutura para o uso público

▪ Centro de visitantes

O parque tem dois centros de visitantes, um no setor de Alto Caparaó e outro no setor de Pedra Menina. As duas construções têm exposições interativas, são bem equipadas, estão adaptadas para pessoas portadoras de necessidades especiais, mas não estão localizadas em lugares que as tornem obrigatoriamente visitadas. Até 2005, os centros ainda não estavam em funcionamento, devido a atrasos na conclusão das exposições para abordagem autoguiada. A Figura 5.5 ilustra a fachada e alguns itens da exposição dos centros de visitantes.

Figura 5.5 – Centro de visitantes do Parque Nacional do Caparaó



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

▪ Banheiros e vestiários

A unidade está bem equipada em termos de banheiros e vestiários, uma vez que eles têm boa manutenção e estão localizados nos lugares de maior fluxo de visitantes, como no Vale Verde, na Tronqueira, nos centros de visitantes, na Macieira e no Terreirão. Os banheiros e o acesso ao Vale Verde estão adaptados para serem utilizados por pessoas portadoras de necessidades especiais.

Apesar das boas condições dos banheiros, eles não existem em algumas áreas, como na trilha para o Pico da Bandeira. Nestes locais, poderiam ser implantados sanitários secos.

- Auditório e biblioteca

O auditório do parque tem boas instalações e ambiente adequado para reuniões, seminários e oficinas. O parque tem também uma biblioteca que reúne livros sobre educação ambiental, meio ambiente, história e cultura regional. O diretor da unidade conta que ela é bastante utilizada por estudantes e docentes dos municípios do entorno. Auditório e biblioteca estão instalados no centro de visitantes de Alto Caparaó.

- Áreas de acampamento e piquenique

O parque tem quatro áreas de acampamento equipadas com sanitários, posto de guardas, ponto de água, mesas, bancos e churrasqueiras. As áreas de acampamento também são utilizadas para piquenique. Um dos mais lugares apreciados para piquenique e desfrute da natureza é o Vale Verde, ilustrado na Figura 5. 6.

Figura 5.6 – Áreas de acampamento e piquenique do Parque Nacional do Caparaó (à esquerda, o Vale Verde e à direita, a Macieira)



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

- Abrigos

O parque tem um abrigo rústico na montanha, que pode ser utilizado por visitantes. Não são oferecidos serviços de hospedagem no abrigo.

- Trilhas

As trilhas do Parque Nacional do Caparaó são autoguiadas e têm sinalização indicativa. Ao todo, existem nove trilhas. As principais são: a trilha da Gruta Japim, a trilha da Cachoeira Bonita, a trilha do Vale Encantado, a trilha do Pico da Bandeira, a trilha do Pico

do Cristal, a trilha da Cachoeira Sete Pilões e a trilha da Cachoeira da Farofa. De uma forma geral, o estado de conservação das trilhas está razoável, mas o acesso ao Pico da Bandeira, um dos caminhos mais freqüentados, está em más condições. Segundo o diretor do parque, o trânsito de eqüinos fragiliza o solo, leva ao surgimento de inúmeras bifurcações e atalhos, além de alargá-la, aumentando o impacto ambiental. O plano de uso público do parque (IBAMA, 2001) apontou a necessidade de elaboração de um projeto de implantação, recuperação e sinalização das trilhas do Parque Nacional do Caparaó. Este projeto foi desenvolvido, no ano de 2003, por uma consultoria especializada, mas as ações recomendadas ainda não foram realizadas.

➔ Recursos financeiros

A origem dos recursos financeiros do Parque Nacional do Caparaó é a mesma de outros parques nacionais brasileiros, ou seja, o orçamento da União. O valor arrecadado com a visitação é encaminhado a uma conta do Tesouro Nacional. Atualmente, são os seguintes os valores dos ingressos para visita ao parque (ver Tabela 5.8, abaixo).

Tabela 5.8 – Valores cobrados para visita ao Parque Nacional do Caparaó, 2005*

categoria	valor em reais (R\$)
ingresso individual	3,00
acampamento	6,00
abrigo de montanha	10,00

* Há isenção para estudantes das escolas do entorno e para moradores locais.

Fonte: Administração do Parque Nacional do Caparaó, 2005.

Durante alguns anos, a unidade teve um apoio significativo do Projeto Doces Matas, por meio da Agência Alemã de Cooperação – GTZ. Este projeto teve foco a estruturação da unidade e o envolvimento da comunidade do entorno, como estratégias para potencializar a proteção dos recursos naturais. O diretor do parque afirma que a intenção foi acabar com a visão de que a unidade de conservação é uma ilha e trabalhar a gestão, aproveitando as potencialidades locais, para compartilhar os benefícios da conservação com a comunidade.

Com o final do Projeto Doces Matas, em 2005, o parque passou a contar com o apoio do Programa de Proteção da Mata Atlântica – Pró Mata, financiado pelo Instituto Estadual de Florestas, em parceria com a Cooperação Financeira Alemã - KfW – *Kreditanstalt für Wiederaufbau*, para a revisão do Plano de Manejo da unidade. Outra iniciativa importante é a

implantação do conceito de gestão estratégica no parque, ou seja, trabalhar para o alcance de resultados, seguindo a lógica do planejamento estratégico institucional. Esta abordagem é inovadora na administração das unidades de conservação brasileiras e, segundo o diretor do parque, está possibilitando maior eficácia, eficiência e efetividade no alcance dos objetivos do parque.

➔ Funcionários

53 profissionais trabalham no Parque Nacional do Caparaó. Dentre eles, 13 são servidores do IBAMA, 10 são terceirizados, 3 são cedidos pela Prefeitura Municipal de Espera Feliz, 21 são brigadistas e 6 são vigilantes patrimoniais. O trabalho de voluntários é desenvolvido eventualmente no parque. Dois profissionais trabalham diretamente com o uso público e têm capacitação técnica em interpretação ambiental, condução de visitantes e atendimento ao turista.

➔ Participação na gestão do parque

O parque tem um Conselho Consultivo, formado por representantes de órgãos estaduais de meio ambiente, das prefeituras dos municípios do entorno, de instituições de pesquisa, de entidades representantes de trabalhadores rurais, de associações de moradores, de organizações não-governamentais ambientalistas e do IBAMA. Não há parcerias com outras instituições para a gestão da unidade.

➔ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

A organização da visita ao parque é uma escolha do visitante. As trilhas são sinalizadas e é opcional a contratação do serviço de condução de visitantes. Os serviços oferecidos são o aluguel do abrigo de montanha, a manutenção das áreas de acampamento e a limpeza dos banheiros.

Não existem empresas concessionárias na unidade, mas estudos já foram realizados para avaliar a viabilidade da terceirização de alguns serviços e da ampliação das opções de atividades recreativas oferecidas aos visitantes. O estudo de viabilidade técnica para a

escalada e o canionismo no parque (IBAMA, 2002) propõe a prática da escalada de forma autoguiada e não comercial e a prática de canionismo guiada e operada somente por empresas concessionárias. Essa proposição considerou critérios diferentes para analisar o canionismo e a escalada, uma vez que partiu do pressuposto que os escaladores são esportistas com conhecimentos técnicos, o que não ocorre necessariamente entre as pessoas interessadas em canionismo. Esta análise é frágil, pois possivelmente existem leigos que gostariam de escalar, tal como pessoas experientes e tecnicamente capazes que poderiam descer rios e cachoeiras, com o uso de técnicas verticais de forma segura.

- Manejo de impactos e orientação ao visitante

O manejo dos impactos da visitação é realizado de forma empírica, pelos funcionários do parque, que, periodicamente, analisam o grau de modificação das trilhas e de deterioração das instalações de apoio ao uso público, sem a utilização de um método ou de uma técnica específica. O plano de uso público do parque (IBAMA, 2000) estabelece o número máximo de visitantes por dia nas áreas de acampamento e de piquenique, sem explicitar como a cifra foi definida. Para a trilha do Pico da Bandeira, o referido documento sugere a realização de um estudo de capacidade de carga ou de Limite Aceitável de Câmbio – LAC. O estudo de viabilidade técnica para a escalada e o canionismo (IBAMA, 2002) estabelece a capacidade de carga para a prática dessas atividades, nos diferentes atrativos do parque, apenas indicando números, sem mencionar o método utilizado para essa definição. O mesmo ocorre no projeto de recuperação das trilhas do parque (IBAMA, 2003). Apesar das indicações destes instrumentos de planejamento do uso público, a quantidade máxima de visitantes por área de visitação foi definida, pela equipe do parque, a partir da análise do espaço físico existente para a montagem de barracas nas áreas de acampamento. Atualmente, é utilizada a seguinte referência:

- ⇒ Área de acampamento Tronqueira: 80 a 100 pessoas acampadas por dia;
- ⇒ Área de acampamento Terreirão: 150 pessoas acampadas por dia;
- ⇒ Área de acampamento Macieira: 100 pessoas acampadas por dia;
- ⇒ Área de acampamento Casa Queimada: 150 pessoas acampadas por dia.

Apesar de o limite máximo de pessoas funcionar como um balizador para controle da visitação, ele não é suficiente para o manejo dos impactos. Outras estratégias devem ser implantadas a partir do monitoramento de indicadores de impactos e do nível de satisfação do usuário.

A fim de orientar o visitante e ordenar a visita, o plano de uso público do parque (IBAMA, 2000) sinaliza algumas normas e procedimentos, como a proibição do consumo de bebidas alcoólicas, a proibição de entrada com motocicleta, a definição de horários de visita, a proibição de utilização de churrasqueiras portáteis próximas aos rios, dentre outras. Hoje em dia, a administração do parque optou por divulgar orientações e dicas para a visita, ao invés de denominá-las normas ou regras. No sítio do parque na Internet (www.ibama.org.br/parna_caparao) e nos folhetos, são encontrados aspectos que orientam o visitante, quanto ao que é permitido fazer quanto ao bom aproveitamento da visita, para a segurança e o conforto dos visitantes.

- Sinalização

O tipo de sinalização utilizada no parque é indicativa de atrativos, de trilhas e de acessos. Segundo o diretor, foi elaborado um projeto de interpretação ambiental que ainda não está implantado. A maioria das placas utilizadas tem a logomarca da unidade e foram confeccionadas em metal pintado. Em função das intempéries e de vandalismos, diversas placas estão em mau estado de conservação. A trilha de acesso ao Pico da Bandeira tem marcações nas rochas feitas com tinta amarela. Esta marcação tem o intuito de manter os visitantes na trilha e evitar que eles se percam, em caso de neblina. Ocorre que as marcações foram feitas em quantidade e tamanho maior do que o necessário, causando poluição visual. A Figura 5.7 (abaixo) ilustra a sinalização das áreas de visita do Parque Nacional do Caparaó.

Figura 5.7 – Sinalização de áreas de visita do Parque Nacional do Caparaó



Fotos: Andrea Zimmermann, setembro de 2005.

- Segurança do visitante

A administração do parque adota estratégias de prevenção e de resposta imediata a acidentes nos períodos de maior visitação. Um funcionário permanece em postos do parque, localizados nas áreas de acampamento e nos atrativos mais populares, portando rádio VHF, maca e materiais para prestar primeiros socorros. Os servidores estão capacitados a prestar socorros urgentes e a atuar em resgates. De acordo com o diretor, o número de acidentes é muito reduzido mas, quando algo se sucede, há pessoas na comunidade que voluntariamente contribuem na busca e no salvamento.

- ➔ Principais dificuldades de gestão da visitação

Os principais entraves para a gestão da visitação no parque, de acordo com o diretor, são a quantidade insuficiente de funcionários, a insuficiente qualificação de pessoal para atendimento ao turista, o não-funcionamento dos dois centros de visitantes e o fato de o plano de manejo ser antigo, dificultando a definição da capacidade de suporte das áreas visitadas.

- ➔ A importância da visitação para o parque

O diretor do Parque Nacional do Caparaó considera que os visitantes são grandes oportunidades para esta unidade de conservação. Ele menciona que a infra-estrutura do parque permite o desenvolvimento ordenado do turismo, com foco no desenvolvimento sustentável para a comunidade local. Segundo ele, com a geração de renda, a comunidade se envolve, percebe que é importante conservar o meio ambiente e cuida para que não haja desmatamento e para que seja reduzido o uso de agrotóxicos nas lavouras. Assim, podem ser otimizados a pressão de fiscalização do IBAMA e os esforços para a proteção da biodiversidade do parque.

Sobre a relação entre a visita aos parques nacionais e as atitudes das pessoas no sentido de proteger o meio ambiente no dia-a-dia, o diretor afirma que esta associação acontece na medida em que as pessoas sejam informadas e tenham oportunidades de obter maior conhecimento e experiências enriquecedoras. Para ele, se os funcionários do IBAMA não provocarem o raciocínio dos visitantes, eles não perceberão a importância de cuidar do meio ambiente. Entretanto, se as pessoas forem abordadas com palestras interessantes, painéis informativos, vídeos e atividades lúdicas, o conhecimento e a experiência adquiridos terão repercussões para além do momento de suas visitas. Ele afirma que uma boa experiência em

parques nacionais “gera uma troca de responsabilidades, de envolvimento, de amor e de carinho pela natureza”.

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros⁷

➔ Caracterização geral da visitação no parque

As visitas às cachoeiras do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros datam de antes de sua criação, que ocorreu em 1961. Nos anos 1950 e 1960, eram bastante precários os acessos ao parque para habitantes de cidades médias e grandes de Goiás e do Distrito Federal. Deste modo, as pessoas que mais freqüentavam o local da unidade moravam perto dela. Foi a partir de 1986, com o asfaltamento da rodovia GO 118, que liga Brasília a Alto Paraíso de Goiás, é que o turismo ganhou força no parque e no seu entorno. De acordo com Melo (1999), nos anos 1990 o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e o seu entorno passaram a ser visitados, anualmente, por milhares de pessoas, muitas delas moradores de Brasília. O aumento do número de visitantes do parque, por um lado, possibilitou o gradual envolvimento da comunidade vizinha com uma nova atividade econômica, mas, por outro, não foi acompanhado de ações de ordenamento da visitação, o que causou significativa degradação do ambiente natural. Pedro Alberto Bignelli, diretor da unidade, conta que o IBAMA decidiu fechar o parque à visitação em 22 de março de 1991, devido à infra-estrutura precária para receber os visitantes, ao pessoal insuficiente para a fiscalização, à desinformação dos usuários sobre as funções e as regras de comportamento em um parque nacional e ao acúmulo de lixo, dentre outros motivos.

O parque foi reaberto em janeiro de 1992, com a visitação condicionada à contratação do serviço de condutores de visitantes, com as visitas reduzidas a um dia de permanência, com cobrança da taxa de ingresso e a permissão de entrada exclusivamente de pedestres. A reabertura é considerada um marco na história do da unidade, porque foram adotadas estratégias de manejo que ordenaram a visitação. No entanto, elas restringiram as oportunidades recreativas e o tempo de permanência no parque, além de terem como pressuposto que todas as pessoas causariam desordem e degradação ambiental se não estivessem acompanhadas de um condutor de visitantes.

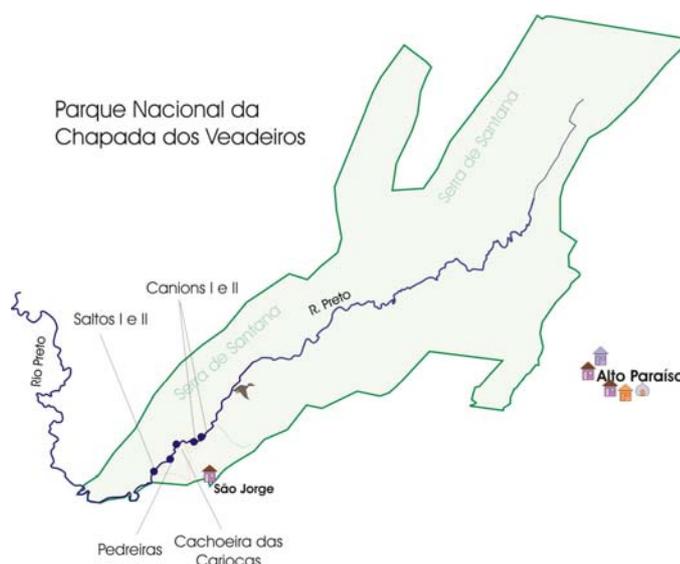
⁷ As informações usadas nesta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com o diretor do parque, Pedro Alberto Bignelli, no dia 28/10/2005, de informações do Plano de Uso Público do parque (IBAMA, 2001) e de observações de campo da autora.

Atualmente, as atividades recreativas permitidas no parque são caminhadas de um dia e banho em rios e cachoeiras. Além destas, o plano de uso público (IBAMA, 2001) propõe a realização de caminhadas de dois dias, acampamento para avistamento de animais, canionismo e roteiros integrados com áreas do entorno do parque, mas estas outras possibilidades ainda não foram implantadas. O diretor menciona que o plano de manejo da unidade está em fase final de revisão e que a administração está aguardando as novas recomendações para o incremento do uso público.

O perfil dos visitantes e o seu nível de satisfação com as experiências vivenciadas no parque são pouco conhecidos pelo gestor da unidade. As escassas informações que a administração utiliza para estimar as características dos visitantes e as impressões que elas têm do parque são obtidas por meio de observação empírica e pela leitura de relatos registrados, espontaneamente, no livro de visitas do centro de visitantes.

Os principais atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros estão localizados no vale do rio Preto. São eles: cachoeira Salto I; cachoeira Salto II; cachoeira das Cariocas; Cânions I e II; e as Pedreiras. Na Figura 5.8 (abaixo), pode-se observar que estes atrativos estão situados em uma porção bastante reduzida do parque. Há outros lugares com grande beleza cênica, mas eles não estão abertos à visitação.

Figura 5.8 – Atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros onde a visitação é permitida.



Adaptado de: IBAMA (2001)

➔ Atividades educativas

As atividades de educação ambiental desenvolvidas no parque são restritas ao trabalho realizado pelos condutores de visitantes. O diretor considera os condutores agentes de educação ambiental. Deste modo, eles são capacitados em conhecimentos relacionados ao meio biótico e abiótico, à cultura e à história da região. A administração do parque definiu 13 pontos de interpretação ambiental guiada nas trilhas, onde o condutor oferece informações aos visitantes. O roteiro de visita é o mesmo para os visitantes, inclusive para grupos escolares.

O diretor considera que atividades recreativas e educativas são complementares, ou seja, devem ter total relação umas com as outras. Para ele, as pessoas devem passar por um processo de repasse de informações e não somente visitar o parque com propósito de desfrutar cachoeiras.

➔ Infra-estrutura para o uso público

▪ Centro de visitantes

O centro de visitantes está localizado na entrada do parque. Assim, todos os visitantes passam, necessariamente, por ele, onde obtêm orientações úteis para a visita. Esta construção tem alguns painéis que mostram os atrativos da unidade nos quais a visita é permitida. Os painéis foram confeccionados em caráter provisório, uma vez que o parque não tem uma exposição interativa e nem uma ambientação destinada a um trabalho de interpretação ambiental. A estrutura do centro de visitantes é boa, mas ainda está em fase de implantação. Existe um auditório com cadeiras móveis, um posto para cobrança de ingressos, uma sala de leitura, banheiros, adaptação de instalações para pessoas portadoras de necessidades especiais e um espaço para, futuramente, funcionar uma lanchonete. Algumas imagens do centro de visitantes são apresentadas na Figura 5.9.

Figura 5.9 – Centro de visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fotos: Andrea Zimmermann, outubro de 2005.

- Trilhas

O parque tem duas principais trilhas para acesso aos atrativos cuja visitação é permitida. A partir delas, há outras que levam o visitante aos Cânions I e II, aos Saltos I e II, às pedreiras e à cachoeira das Cariocas. Os atrativos distam 3,5 a 5 quilômetros da sede do parque. A única trilha autoguiada da unidade tem apenas 800 metros e está localizada próxima à área administrativa. As trilhas têm áreas com erosões e desgaste de encostas e, em geral, são bem marcadas. Um projeto de capacitação dos gestores para o manejo e a recuperação de trilhas está sendo desenvolvido por uma consultoria especializada. A implantação de outras trilhas está planejada, incluindo algumas de travessia e outras para observação de animais, com pernoite.

- ➔ Recursos financeiros

Como nos dois outros parques nacionais estudados, os recursos financeiros do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros são provenientes do orçamento da União e alguns projetos são desenvolvidos para aperfeiçoamento do manejo da unidade. Atualmente, há um projeto de manejo e recuperação de trilhas, apoiado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA e pelo Fundo Mundial para a Natureza – WWF. Outros projetos contam com recursos ou com apoio técnico da *Conservation International* – CI, da Funatura, do Fundo Nacional do Meio Ambiente e da Fundação Boticário.

Para a visitação no parque, é cobrado um ingresso no valor de três reais por dia. Grupos de estudantes, servidores do IBAMA, menores de sete anos e maiores de sessenta

anos são isentos. Segundo o diretor, o valor de três reais não facilita o troco, o que torna o processo de entrada de visitantes bastante moroso.

➔ Funcionários

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros conta com o trabalho de 28 profissionais. Esta equipe é composta por 3 servidores do IBAMA, 2 vigilantes terceirizados, 1 motorista, 1 secretária, 5 pessoas que fazem serviços gerais e 16 brigadistas. Não há funcionários que trabalhem especificamente com uso público e a equipe tem pouca qualificação para a gestão da visitação.

O trabalho voluntário é desenvolvido eventualmente, quando há estagiários na unidade. O parque está inscrito no Programa de Voluntariado do Ministério do Meio Ambiente, mas nenhuma ação foi desenvolvida ainda. Há alguns anos, foi criado o Grupo Voluntário de Busca e Salvamento – GBS. Algumas pessoas da comunidade foram capacitadas e conseguiu-se o financiamento para a aquisição de equipamentos (como macas, cordas, material para socorros urgentes, dentre outros). O grupo trabalhou durante algum tempo, mas hoje em dia, está desarticulado.

➔ Participação na gestão do parque

A participação da sociedade civil e de outras instituições na gestão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros ocorre por meio do seu Conselho Consultivo, criado em 2001. O Conselho é formado por entidades governamentais e não-governamentais dos municípios de São João da Aliança, Nova Roma, Alto Paraíso, Teresina de Goiás, Cavalcante e Colinas do Sul. Segundo o diretor do parque, os membros do Conselho são muito atuantes e as suas contribuições têm bastante influência sobre a gestão da UC.

➔ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

As visitas ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros são realizadas com o acompanhamento de condutores de visitantes. O diretor enfatiza que deve prevalecer o

princípio da precaução no que tange à segurança do visitante e à conservação do local. Por isso, em suas palavras, “a contratação de um condutor sempre se justifica, mesmo que os visitantes sejam funcionários do IBAMA ou pessoas experientes”. Outro aspecto ressaltado pelo diretor é que a comunidade se apóia muito no serviço de condução de visitantes que é considerado relativamente simples, bem remunerado (R\$ 40,00 a 60,00/dia) e prazeroso.

A contratação obrigatória de um serviço para entrar em um parque nacional não tem respaldo legal, mas os funcionários do parque criam argumentos para convencer quaisquer visitantes a se sujeitarem às normas estabelecidas. Embora o plano de uso público estabeleça a possibilidade de grupos de esportistas, como montanhistas e canionistas, visitarem o parque sem o acompanhamento de um condutor de visitantes, a direção não o permite. O diretor do parque argumenta que os condutores seriam radicalmente contra e, devido à grande influência que eles têm na comunidade, ele prefere evitar problemas com a vizinhança.

Quanto aos serviços de apoio aos visitantes, eles são praticamente inexistentes no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, exceto a manutenção dos banheiros localizados no centro de visitantes, a disponibilização de chuveiro na parte de fora da portaria e um estacionamento público gratuito situado da entrada do parque.

- Manejo de impactos e orientação ao visitante

O manejo dos impactos da visitação é realizado quatro vezes ao ano por funcionários do parque e colaboradores. Em 2003, técnicos do parque e membros das comunidades vizinhas participaram de uma capacitação e da elaboração participativa de um sistema de manejo e monitoramento da visitação. A metodologia utilizada para isso foi o *Visitors Impact Management* - VIM ou Gerenciamento de Impactos de Visitação, em razão da objetividade no levantamento de informações para a escolha de indicadores de impacto e para estabelecimento de um programa de monitoramento (IBAMA, 2003). Apesar do esforço de planejar um programa específico para a gestão da visitação, o diretor menciona que ele não é desenvolvido a contento, em razão da pouca quantidade de funcionários.

Para facilitar o ordenamento da visitação, funcionários do parque analisaram as áreas de banho e definiram a quantidade máxima de 450 visitantes por dia, organizados em grupos de, no máximo, dez pessoas. As normas para ordenamento da visitação foram estabelecidas

no regimento interno da unidade e são divulgadas aos visitantes pelos condutores e por meio de folhetos. As regras para a visita incluem a proibição de uso de drogas, da entrada de veículos motorizados, de ingresso sem o condutor de visitantes, dentre outros aspectos. Observa-se que, tanto no regimento interno, quanto nos meios impressos de divulgação, é utilizada uma linguagem que restringe as ações dos visitantes e de coíbe determinadas atitudes. Outras orientações são transmitidas aos usuários, no centro de visitantes, por funcionários e pelo condutor do grupo, que faz uma palestra no início da visita explicitando as regras, o trajeto da trilha, aspectos gerais de segurança e as características do parque.

- Sinalização

Nem as trilhas, nem os atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros são sinalizados. Há escassas placas nas principais bifurcações das trilhas e alguns painéis interpretativos próximos ao centro de visitantes. A sinalização de caminhos e a instalação de equipamentos facilitadores estão previstos no projeto de revitalização de trilhas, mas o diretor menciona que a comunidade, influenciada pela Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACVCV, é radicalmente contra qualquer sinalização no parque, porque há um grande receio de que a sinalização justifique a visita sem o acompanhamento dos condutores de visitantes. O diretor considera que, com as trilhas marcadas e a adoção de uma estratégia para potencializar a segurança do visitante, não haveria necessidade do serviço do condutor em todas as visitas. No entanto, como os condutores estão bem organizados, fazem pressão política para manter inalterada a sua quantidade de clientes.

- Segurança do visitante

A administração do parque preza a segurança do visitante e confia no trabalho dos condutores, que são capacitados para prestarem socorros urgentes. Eles sempre carregam um kit básico de segurança, composto por corda, colete salva-vidas e outros materiais para atendimento a emergências. Nos períodos de maior quantidade de visitantes, o Corpo de Bombeiros do município de Minaçu mantém quatro bombeiros nos principais atrativos do parque. Além disso, os condutores portam rádio VHF, para facilitar a comunicação mais rápida com a sede do parque.

Há alguns anos, foi instalado um sistema de alarme para indicar a ocorrência de trombas d'água, mas não houve a manutenção adequada e, atualmente, o sistema não funciona.

➔ Principais dificuldades de gestão da visitação

Em geral, o diretor considera que existem poucas dificuldades para o desenvolvimento da visitação e que o uso público está bem organizado. Ele cita como problemas a capacitação e o número insuficientes de funcionários; a dificuldade de atendimento ao idoso e às crianças com menos de 5 anos; e a precariedade do atendimento ao deficiente físico e visual.

➔ A importância da visitação para o parque

O diretor do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros considera que a visitação na unidade é a melhor forma de as pessoas conhecerem o trabalho do IBAMA e valorizarem a proteção do meio ambiente. Além disso, ele afirma que é uma oportunidade para que o parque não seja percebido “como uma ilha ou somente uma amostra do cerrado de altitude, mas, além de tudo, é uma grande chance de incutir nas pessoas essa idéia de que a UC é um lugar para você conhecer, estudar e também colaborar para conservação ambiental”.

Em relação à visitação nas unidades de conservação de uma forma geral, Bignelli opina que o IBAMA deveria se dedicar ao uso público e qualificar os profissionais do órgão para tratar disso. Ele considera que a visitação é a melhor vitrine para apresentar as UC para a sociedade e para que as pessoas levem a conservação para os seus ambientes urbanos.

Discussão dos resultados

Esta seção é dedicada à discussão dos resultados apresentados sobre a investigação realizada no Brasil.

Os parques nacionais são criados em lugares com belas paisagens. A visitação, com fins de recreação e de educação ambiental, é um dos seus objetivos. Todavia, o alcance deste objetivo nos parques nacionais brasileiros vem sendo historicamente negligenciado. A pouca infra-estrutura, os recursos financeiros e humanos escassos, a não-qualificação dos

funcionários para a gestão do uso público e, sobretudo, a cultura institucional, focada na atitude de fiscalizar e de cercear a ação humana, ao invés de educar e de incentivar o cuidado com a natureza, ajudam a explicar a visitação restrita a estas unidades de conservação.

Entre os parques nacionais onde a visitação ocorre, há discrepâncias significativas no que tange ao número de visitantes, aos sistemas de ordenamento da visitação, ao monitoramento de impactos, à forma de organização das visitas, dentre outros. As oportunidades de realizar atividades recreativas são reduzidas e pouco variadas, o que pode ser um fator de desestímulo à visitação. De um modo geral, o que se percebe é que o incentivo à visitação aos parques nacionais brasileiros e a prestação deste serviço público aos cidadãos deste país são incipientes. Evidência disto é que o número de visitantes aos parques nacionais corresponde a apenas 1,5% da população brasileira, no ano de 2005. Destes, a grande maioria destinou-se somente a dois parques nacionais, o do Iguaçu e o da Tijuca.

Em termos de políticas públicas, a recente elaboração participativa e a publicação das *Diretrizes para a Visitação em Unidades de Conservação* são marcos na gestão da visitação no Brasil, pois possibilitam que os gestores de UC tenham referências comuns e orientações que norteiem o manejo da visitação. Entretanto, este documento representa apenas um dos passos de uma longa caminhada para a implementação da visitação nos parques nacionais brasileiros. A ação de criação de um documento norteador precisa ser seguida pela disseminação de informações e pela qualificação dos servidores que trabalham nas UC, para que internalizem e desenvolvam novas práticas de gestão.

Neste sentido, o *Programa Estruturante para Ecoturismo em Unidades de Conservação, focando em Parques Nacionais* surge como uma ferramenta que possibilita o planejamento e a gestão da visitação, buscando alcançar resultados efetivos e ampliar o número de visitantes dos parques nacionais. Embora a iniciativa mostre que a direção do órgão se dispõe a criar mecanismos de investimentos para o uso público em UC, a proposta insere-se num contexto relativamente instável, uma vez que 2006 é um de eleições presidenciais. Se houver uma mudança política no país, podem ocorrer mudanças nas prioridades de implementação dos parques nacionais e o desenvolvimento do programa pode ficar comprometido.

Quanto aos estudos de casos nos parques nacionais da Serra dos Órgãos, do Caparaó e da Chapada dos Veadeiros, os dados mostraram que dificuldades para o manejo da visitação, como a quantidade insuficiente de funcionários e a desqualificação dos técnicos para a gestão da visitação, são comuns nas três unidades. Uma das conseqüências destes problemas manifesta-se no manejo de impactos da visitação, que se mostrou precário nas três áreas estudadas, já que é realizado de forma empírica, sem a adoção de critérios técnicos ou metodologias apropriadas. Isto foi percebido até no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, onde alguns funcionários participaram de um treinamento para aplicação da metodologia VIM e definiram mecanismos de manejo de impactos adaptados à realidade do parque.

Outro aspecto a ser salientado é a forma de organização das visitas nos parques nacionais. No Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a vinculação da visita à unidade à contratação de um condutor de visitantes cria uma homogeneidade na vivência dos visitantes e restringe experiências que envolveriam descobertas próprias, percepções pessoais e o sentimento de quietude que muitos seres humanos buscam no contato com a natureza. Esta condição também revela as limitações dos técnicos em desenvolverem estratégias diferenciadas para lidarem com a segurança do visitante, a minimização de impactos e a maximização das experiências dos usuários. Outro aspecto da obrigatoriedade da contratação do condutor de visitantes é que se cria uma imagem de que os benefícios diretos para a comunidade, advindos da visitação no parque, são diretamente ligados ao trabalho dos condutores de visitantes. Esta percepção é equivocada, pois a visitação no parque funciona também como um estimulador do desenvolvimento do arranjo produtivo local do ecoturismo, nas comunidades vizinhas de forma ampla, envolvendo também pousadas, *campings*, restaurantes, venda de artesanatos e de doces, serviços de transporte, dentre outros.

A experiência do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde a contratação de condutores de visitantes ou de um operador turístico local é opcional, mostra que é possível ordenar a visitação e orientar o visitante para a conduta consciente e para que cuide de sua segurança, por meio de sinalização, da divulgação de informações sobre a natureza do parque, do controle de atividades mais técnicas como da escalada e do montanhismo, pelo monitoramento do tempo de permanência do visitante, dentre outros.

O conhecimento da demanda dos visitantes, de seu perfil e do nível de satisfação com a experiência vivida no parque é valioso para a prestação de um serviço de qualidade ao cidadão e para que as estratégias de minimização de impactos e de sensibilização para a conservação ambiental sejam mais eficazes. Neste sentido, no Parque Nacional do Caparaó, o levantamento de informações sobre os visitantes, por meio da aplicação de questionários por funcionários do parque e em parceria com pousadas, tem sido bastante útil para melhorar o manejo da visitação.

A gestão da visitação com a participação de entidades representantes de visitantes esportistas tem sido muito proveitosa, como pôde ser observado no caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que conta com a colaboração da Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro - FEMERJ. A FEMERJ participa ativamente do Conselho Gestor, desenvolve trabalhos voluntários para manejo de impactos e oferece o trabalho profissional de membros da entidade para mapeamento de atrativos e trilhas, para diagnóstico e planejamento da escalada e do montanhismo, dentre outras iniciativas.

Finalmente, sobre a importância da visitação e a relação entre educação e recreação, ficou claro que os gestores dos parques estudados reconhecem que a visitação nas áreas é ou pode ser um processo de sensibilização ambiental. Segundo os diretores dos três parques, isto acontece na medida em que as pessoas têm acesso a informações pertinentes sobre o ambiente e têm oportunidades de vivenciar experiências que elas consideram enriquecedoras. Esta percepção converge para a opinião dos visitantes que responderam ao questionário desta pesquisa aplicado via Internet.

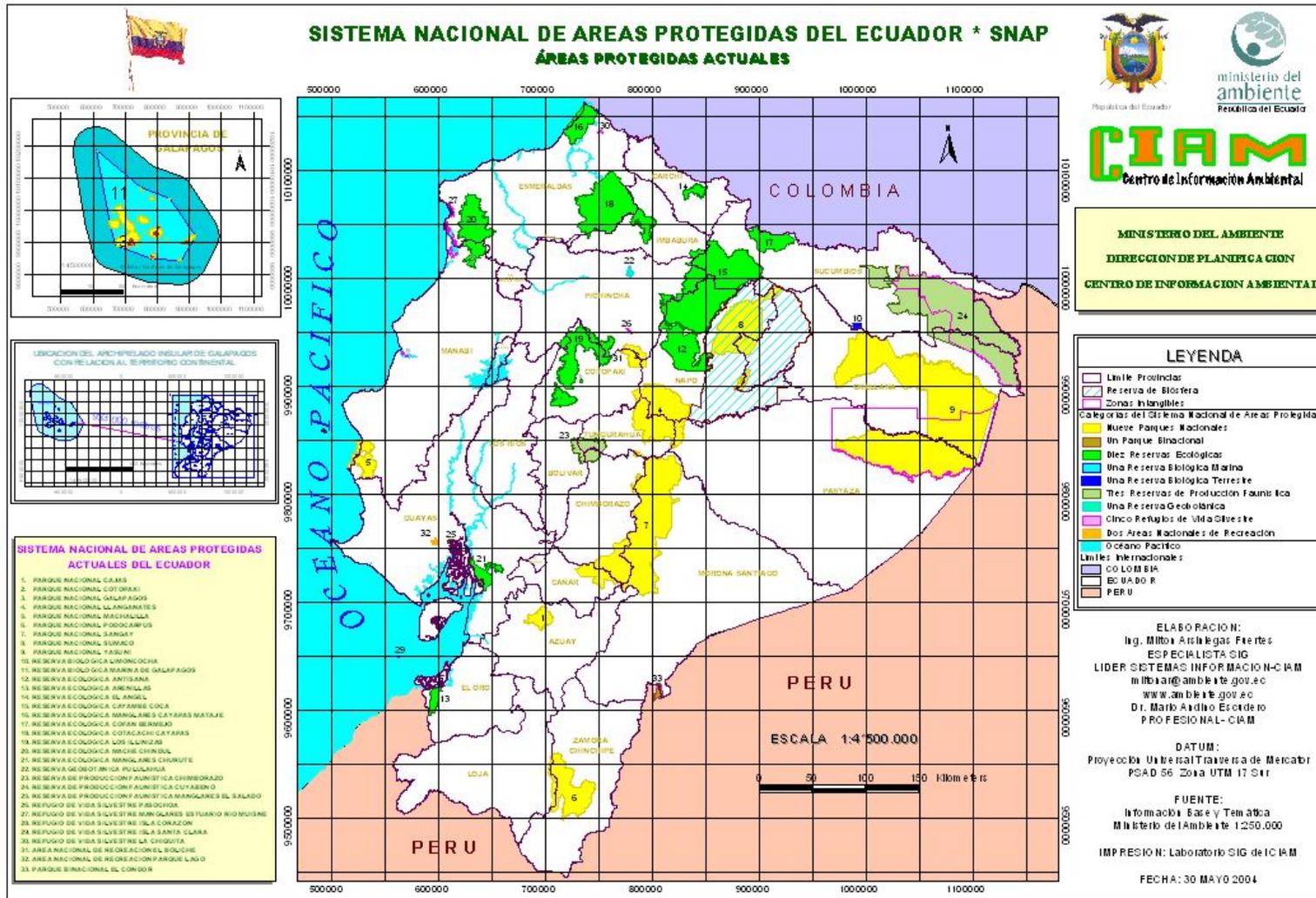
5.2.2. Visitação em parques nacionais do Equador

5.2.2.1. Enfoque federal

As áreas naturais protegidas do Equador estão estruturadas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP, composto por sete categorias: parque nacional, reserva ecológica, refúgio de vida silvestre, reserva biológica, área nacional de recreação, reserva de produção de fauna e área de caça e pesca (Lei 74 RO/64, 1981). A gestão do SNAP é função da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas, da Subsecretaria de Capital Natural do *Ministerio del Ambiente* (*Ministerio del Ambiente*, 2005). Segundo Sarmiento (2004), a criação de espaços protegidos no Equador começou em 1936, com o Parque Nacional Galápagos. Entretanto, a autora menciona que muitas áreas protegidas do país só foram criadas a partir da década 1970, em resposta às recomendações da “*Estrategia Preliminar para la Conservación de Áreas Silvestres Sobresalientes del Ecuador*”, de 1976, elaborada pelo Ministério de Agricultura e Pecuária (órgão gestor das áreas protegidas federais nesta época). Este documento teve o propósito de proteger os principais ecossistemas do país por meio do estabelecimento de um sistema mínimo de áreas silvestres.

Atualmente, existem 33 áreas protegidas no Equador, correspondendo a 18,5% do território nacional, das quais 10 são parques nacionais (*Ministério del Ambiente*, 2006). A Lei Florestal e de Conservação de Áreas Naturais e Vida Silvestre (Lei 74. RO/ 64, 1981) define parque nacional como uma área extensa que tem as seguintes características ou propósitos: um ou mais ecossistemas compreendidos dentro de, no mínimo, 10 hectares; diversidade de espécies de fauna e flora, nichos ecológicos e ambientes de importância para a ciência, potencial para a educação e a recreação; e manutenção da área em sua condição natural, para a conservação de habitats, de paisagens cênicas e de valores culturais. É proibida qualquer exploração ou ocupação humana. Por meio da Figura 5.10, é possível visualizar, de uma forma geral, a distribuição geográfica dos parques nacionais e dos demais espaços protegidos do Equador.

Figura 5.10 – Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Ecuador



Fonte: Ministerio del Ambiente, www.ambiente.gov.ec

Em relação à visitação em parques nacionais equatorianos, o Regulamento Especial de Turismo em Áreas Naturais Protegidas (RO 656, Art. 25, 2002) permite as seguintes modalidades de turismo:

- ➔ turismo de natureza – envolve a oferta de atrativos naturais de flora, fauna, geologia, geomorfologia, climatologia, hidrografia etc;
- ➔ turismo cultural – tem foco nos aspectos culturais do destino, tais como comunidades locais, indígenas, folclores, arqueologia e outros;
- ➔ turismo de aventura – envolve atividades em que o contato com a natureza se dá por meio de atividades que requerem grandes esforços e assunção de riscos como, por exemplo, *rafting*, canoagem, regatas, surf, rapel, cavalgadas, ciclismo de montanha, espeleologia desportiva, montanhismo, mergulho e caminhadas.
- ➔ turismo científico – é realizado quando os turistas visitam áreas protegidas com objetivos de realizar investigações na área de ciências naturais;
- ➔ outras modalidades que sejam compatíveis com as normas vigentes.

O regulamento citado acima estabelece que a gestão do turismo nas áreas protegidas do Equador é função do *Ministerio del Ambiente* e do Ministério do Turismo, de acordo com as atribuições legais de cada um. Assim, cabe ao *Ministerio del Ambiente* planejar, autorizar, manejar e supervisionar os usos turísticos dos recursos naturais e culturais abrangidos pelo Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas. Por sua vez, as competências do Ministério do Turismo, no que tange ao uso sustentável das áreas protegidas, correspondem à promoção, ao planejamento e ao controle das atividades turísticas, bem como à expedição de normas para os serviços e atividades turísticas (RO 656, Art. 5, 2002).

A gestão das atividades turísticas nas áreas naturais protegidas equatorianas, ainda segundo o referido regulamento (RO 656, Art. 3, 2002), é orientada por nove princípios, dentre os quais vale destacar: a garantia da conservação dos ecossistemas e do uso sustentável dos recursos naturais, por meio de medidas e mecanismos de controle; o manejo participativo das atividades turísticas; o estímulo à visitação; base técnica na tomada de decisões relacionadas ao manejo do turismo; e o cumprimento dos planos de manejo das áreas.

De acordo com o *Ministerio del Ambiente* (2004), em termos de instrumentos de políticas públicas e de gestão do turismo em parques nacionais e nas áreas protegidas como um todo, o Equador dispõe:

- ➔ da Lei de Turismo, que, dentre outros aspectos, dispõe sobre as operações turísticas em áreas protegidas;
- ➔ do Regulamento Geral de aplicação da Lei de Turismo;
- ➔ do Regulamento Especial de Turismo em Áreas Naturais Protegidas, que define atribuições, princípios e diretrizes gerais para a realização do turismo;
- ➔ do Regulamento de Ecoturismo e Sustentabilidade, que estabelece as políticas permanentes de ecoturismo, os princípios gerais da atividade, as atribuições legais do Ministério do Turismo, dentre outros aspectos;
- ➔ da Norma Técnica de Ecoturismo, documento criado com o propósito de orientar empreendedores turísticos a desenvolverem a atividade de forma sustentável e em respeito às normas citadas.

De um modo geral, os instrumentos legais destacam o enfoque comercial da visitação às áreas protegidas do Equador. Embora atividades recreativas organizadas de forma não-comercial sejam amplamente realizadas em áreas protegidas equatorianas, os termos uso público, visitação e recreação são pouco utilizados. A prática do ecoturismo em áreas protegidas dá ênfase ao envolvimento das comunidades locais, ao ordenamento de operações turísticas, aos mecanismos para implantação de produtos turísticos, dentre outros aspectos.

Trazendo o foco da análise para os parques nacionais, em geral, a demanda pela visitação nestas áreas parece estar aumentando. Todavia, como pode ser observado a partir dos dados da Tabela 5.9 e do Gráfico 5.19, as informações fornecidas pelo *Ministerio del Ambiente* dificultam uma análise consistente. Há, por exemplo, equívocos, como no caso do Parque Nacional Cajas, para o qual não há registros de visitantes no ano de 2002, embora se saiba que a visitação ocorreu. Além desta ressalva, o *Diagnóstico do Turismo no Sistema Nacional de Áreas Protegidas* registra disparidades entre dados disponibilizados pelo *Ministerio del Ambiente* e informações fornecidas pelos diretores de parques nacionais¹ (GUERRA E SARMIENTO, 2001). Por exemplo, para o ano de 1998, o Ministério disponibilizou a cifra de 21.553 visitantes no Parque Nacional Machalilla, enquanto que o gestor da unidade informou o número de 10.349 visitantes.

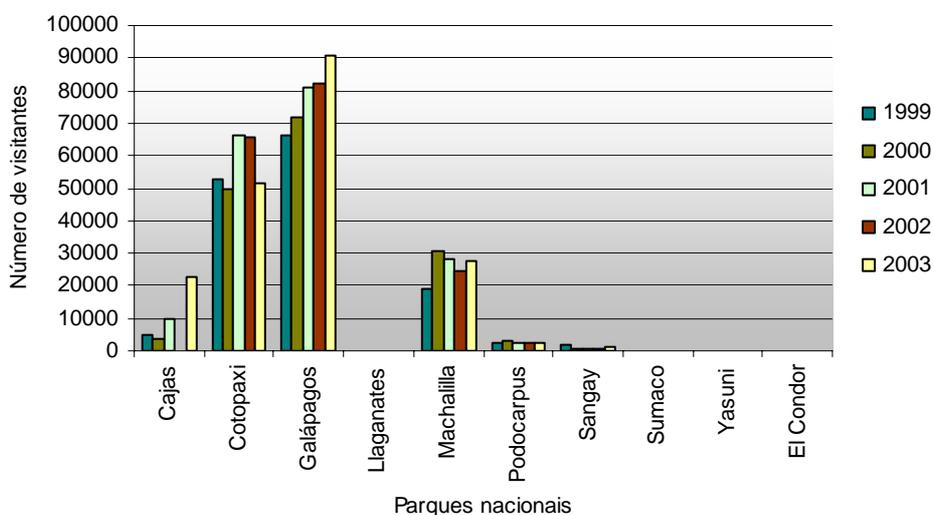
¹ Os dados deste diagnóstico foram obtidos por meio de questionários preenchidos por diretores de 20 do total de 26 áreas protegidas equatorianas que existiam em 2001. Dentre elas 7 eram parques nacionais.

Tabela 5.9 – Número de visitantes dos parques nacionais do Equador de 1999 a 2003

Parque Nacional	Número de visitantes por ano				
	1999	2000	2001	2002	2003
Parque Nacional Cajas	5021	3921	9703	0	22912
Parque Nacional Cotopaxi	52734	49826	66298	65723	51656
Parque Nacional Galápagos	66071	71567	81249	82226	90533
Parque Nacional Llaganates	0	0	0	0	16
Parque Nacional Machalilla	18823	30869	28363	24248	27571
Parque Nacional Podocarpus	2329	2961	2623	2306	2503
Parque Nacional Sangay	1937	373	425	495	1082
Parque Nacional Sumaco	0	0	22	0	0
Parque Nacional Yasuni	92	130	93	32	0
Parque Nacional El Condor	0	0	0	0	0

Fonte: *Ministerio del Ambiente*, 2005.

Gráfico 5.19 – Quantidade de visitantes que ingressou nos parques nacionais equatorianos no período de 1999 a 2003



Fonte: *Ministerio del Ambiente*, 2005.

Além da dificuldade de sistematização de dados sobre a visitação, Guerra e Sarmiento (2001) apontam os cinco principais entraves ao manejo das áreas protegidas equatorianas. Todas elas têm relação direta com a gestão do turismo:

1. funcionários insuficientes para apoiar as tarefas de conservação, manejo e administração das áreas;

2. falta de recursos financeiros e de re-investimento dos ingressos arrecadados pela visitação nas áreas;
3. centralização administrativa e falta de autonomia no processo de tomada de decisões relativas ao manejo e à administração das áreas;
4. falta de capacitação turística dos funcionários das áreas protegidas, tanto em nível conceitual quanto prático;
5. coordenação interinstitucional precária entre o nível federal e o nível local, limitando as possibilidades de relacionamento do *Ministerio del Ambiente* com os diretores das áreas protegidas.

Outros aspectos específicos do manejo e do ordenamento turísticos foram levantados pelos gestores das 20 áreas protegidas focalizadas pela pesquisa de Guerra e Sarmiento (2001), tais como:

- ➔ dificuldades de monitorar e controlar os impactos ambientais do turismo e a não-existência de estudos de capacidade de suporte (apontadas por 70% dos gestores das áreas protegidas);
- ➔ poluição sonora e contaminação da água e do solo por disposição inadequada de resíduos sólidos;
- ➔ ocorrência de incêndios intencionais;
- ➔ inexistência de manejo e de um programa de gestão da visitação;
- ➔ infra-estrutura turística precária;
- ➔ insuficiência de serviços de apoio ao turismo, como restaurantes, aluguel de equipamentos etc.

O planejamento efetivo e o desenvolvimento do turismo nas áreas protegidas equatorianas são prejudicados também por não haver um sistema estatístico que proporcione informações técnicas atualizadas e confiáveis sobre aspectos-chave, tais como: as oportunidades recreativas oferecidas; as condições de infra-estrutura de apoio ao turismo e de conservação ambiental dos atrativos e o perfil dos visitantes das áreas protegidas com o levantamento de motivação da visita; o tempo de permanência, as expectativas e demandas, o nível de satisfação do usuário; o gênero; a ocupação; a idade; a renda etc (*Ministerio del Ambiente*, 2004). O *Ministerio del Ambiente* (2004) aponta também que, em muitos casos, os atores locais não são envolvidos de maneira consistente no planejamento e no manejo da

visitação e não participam dos níveis de tomada de decisão relacionados ao turismo em áreas protegidas.

Apesar das dificuldades de gestão do turismo nas áreas protegidas do Equador, a visitação é permitida em todos os seus parques nacionais (*Ministerio del Ambiente*, 2005). Edgar Rivera, coordenador de ecoturismo da Diretoria de Áreas Naturais e Vida Silvestre, menciona que visitar os parques é um direito do cidadão e, deste modo, não se pode impedir que as pessoas tenham acesso às áreas.² Além disso, ele considera que as atividades recreativas e as educativas são complementares e que, no momento em que as pessoas estão desenvolvendo uma atividade turística, aprendem muito sobre o ambiente e o respeito à cultura tradicional do povo equatoriano. Em parques como o Sumaco, as vias de acesso são precárias e não existem equipamentos adequados ao turismo, mas quem quiser pode visitar o local. Continua dizendo que o trabalho do *Ministerio del Ambiente* é criar condições para que o turismo não impacte o ambiente e para que a comunidade local seja beneficiada com o desenvolvimento desta atividade. Ele comenta que, para o governo equatoriano, é muito importante incentivar a visitação em parques nacionais, para que as pessoas valorizem o meio ambiente e porque é uma alternativa econômica sustentável para a população que vive no entorno dos parques.

5.2.2.2. Enfoque local – estudos de caso

Parque Nacional Cotopaxi³

➔ Caracterização geral da visitação no parque

A primeira visita realizada ao cume do vulcão Cotopaxi foi realizada por Wilhelm Reiss e Angel Escobar, em 1872. Eles subiram a montanha a partir de um fluxo de lava . A rota do vulcão mais visitada até os dias atuais foi conquistada, uma década depois, por Edward Whymper (ANHALZER, 2004). Desde então, montanhistas equatorianos e de outras nacionalidades visitam regularmente a montanha e as suas adjacências. Segundo o diretor do parque, somente cinco anos depois da criação do parque, por volta de 1980, é que a sua

² Edgar Rivera, entrevista à autora. Quito, fevereiro de 2005.

³ As informações desta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com o diretor do parque, Eddy Coelho, na sede do Parque Nacional Cotopaxi, em 09/03/2005, de publicações do *Ministerio del Ambiente* e de observações de campo da autora.

administração passou a organizar a visitação, com a cobrança de ingressos e o desenvolvimento das primeiras iniciativas de obter informações sobre os visitantes.

Os principais atrativos do Parque Nacional Cotopaxi são o vulcão Cotopaxi, o monte Rumiñahui, a Laguna de Limpiopungo, o sítio arqueológico Púcara del Salitre e as cascatas do rio San José. Atualmente, as atividades recreativas e turísticas permitidas na área são caminhadas de um dia e com pernoite, ciclismo na estrada principal do parque, montanhismo e cavalgadas (em montarias alugadas de pessoas das comunidades do entorno). O documento que atualizou o plano de manejo do parque (INEFAN, 1996) não contempla todas estas atividades de forma explícita, mas deixa a possibilidade de realização destas e de outras, já que recomenda o desenvolvimento do ecoturismo em bases sustentáveis. O programa de turismo e recreação do plano de manejo, parte do referido documento, identifica a necessidade de aumentar a oferta de oportunidades recreativas e turísticas aos visitantes. O plano de desenvolvimento turístico do parque está em fase de elaboração. Ele tem o propósito de diagnosticar a situação atual do turismo na área e estabelecer cenários para a visitação, a fim de atender à demanda dos visitantes e de proteger os recursos naturais.

Até 2005, o controle dos visitantes ainda era bastante precário, uma vez que o parque não tem energia elétrica e os registros de número e procedência de turistas eram feitos manualmente. Não foram realizadas pesquisas para conhecer o perfil e a demanda dos visitantes por atividades recreativas. Assim, sabe-se, somente por observação assistemática e inferências, que cerca de metade dos turistas que chegam ao parque com o propósito de conhecer o vulcão Cotopaxi sobem até o refúgio, mas não tentam alcançar o cume da montanha, permanecendo por poucas horas na área do parque.

➔ Atividades educativas

Segundo o diretor do parque, as atividades educativas desenvolvidas na área são visitas de estudantes de escolas localizadas em comunidades próximas. Apesar de ele considerar que as atividades educativas e recreativas no parque são complementares e que toda atividade recreativa tem um potencial educativo, porque as pessoas têm oportunidade vivenciar e conhecer a natureza, ele não menciona a visita à trilha interpretativa ou ao centro de visitantes como atividades educativas.

➔ Infra-estrutura para o uso público

- Centro de visitantes

O centro de visitantes está localizado em um setor denominado Mariscal Sucre. A estrutura serve principalmente como um museu, pois conta com fotografias, ilustrações e animais empalhados integrantes da fauna nativa do parque. Há também uma pequena sala de conferências e banheiros. A visita ao centro é espontânea, não havendo um direcionamento do visitante ao local no momento de sua entrada no parque. Fotografias do centro de visitantes são apresentadas na Figura 5.11.

Figura 5.11 – Centro de visitantes do Parque Nacional Cotopaxi



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

- Áreas de acampamento

As áreas de acampamento do parque são simples e não oferecem serviços de *camping* ao visitante. Estão localizadas ao redor do lago Limpiopungo, em um lugar conhecido como Arriconada. Não há um estudo sobre a quantidade de campistas que a área suporta.

- Trilhas

De acordo com o diretor do parque, a maior parte das trilhas do parque foi aberta por montanhistas, sem a adoção de critérios técnicos para evitar impactos ambientais. O programa de recreação e turismo do plano de manejo faz uma distinção entre trilhas e rotas (INEFAN, 1996). As trilhas são bem marcadas, podem ou não ser autoguiadas, têm extensão de até 2 km e são destinadas especialmente ao público turístico, que vai ao parque com operadores e guias de turismo. As rotas de *trekking* e montanha, destinadas a excursionistas e andinistas,⁴ devem

⁴ Andinista é o termo utilizado para denominar o montanhista que sobe as montanhas dos Andes. O mesmo se dá nos Alpes, onde os montanhistas são chamados de alpinistas.

ser estabelecidas, mas não têm, necessariamente, uma marcação específica. Para visitá-las, é necessário conhecimento técnico de navegação terrestre (utilização de mapas topográficos, bússola e GPS) ou o acompanhamento de um guia especializado.

Em que pese o programa propor o estabelecimento de oito trilhas e três rotas de *trekking* para excursões com duração de até quatro dias, atualmente existem no parque apenas duas trilhas bem marcadas, cada uma com cerca de 500 metros. As duas são autoguiadas. Uma delas tem sinalização interpretativa. É situada nas proximidades do centro de visitantes e denomina-se “*Sendero del Páramo Cotopaxi*”. A outra tem apenas sinalização indicativa e constitui o trajeto que os visitantes fazem para acessar o refúgio de montanha. O caminho mais visitado do parque compreende a rota normal de subida ao cume do Cotopaxi. Na alta temporada de montanhismo, a rota é sinalizada com bandeirolas por andinistas, guias de montanha e pessoal do refúgio. O diretor do parque informou que o manejo da visitação nesta área, por funcionários do parque, é praticamente inexistente, pois eles têm pouco conhecimento do local e de técnicas para ascensão em terrenos com neve e gelo.

- Refúgio de montanha

O parque tem um refúgio de montanha, denominado Padre José Rivas. É uma construção de apoio aos montanhistas que desejam subir ao cume do Cotopaxi. Ele é administrado de maneira terceirizada pelo Colégio San Gabriel, sediado em Quito.

- Restaurante

O restaurante do parque é terceirizado e está situado no setor Mariscal Sucre, ao lado do centro de visitantes.

- Cabanas

O parque dispõe de duas cabanas para acomodação de visitantes. Segundo o diretor, elas podem ser alugadas, mas não há serviços de limpeza ou de hotelaria.

- ➔ Recursos financeiros

Os recursos financeiros da unidade são originários da conta do Tesouro Nacional do Governo do Equador. O valor cobrado para ingresso dos visitantes é direcionado a esta conta

e, segundo Coelho, somente de 8 a 10% do valor depositado é re-investido na área. A Tabela 5.10 apresenta os valores cobrados para visita ao parque até 2005.

Tabela 5.10 – Valores cobrados para ingresso ao Parque Nacional Cotopaxi, por tipo de visitante

tipo de visitantes	valor em dólares (US\$)
estrangeiros com mais de 10 anos de idade	10,00
estrangeiros com menos de 10 anos de idade	5,00
equatorianos com mais 10 anos de idade	2,00
equatorianos com menos de 10 anos de idade	1,00

Fonte: Direção do Parque Nacional Cotopaxi, 2005.

O parque desenvolve alguns projetos com apoio de instituições não-governamentais internacionais. Eles contribuem significativamente para os investimentos relacionados à visitação no parque. O diretor da área citou um projeto de formação de guarda-parques comunitários e de aquisição de equipamentos administrativos, financiado pela *The Nature Conservancy* – TNC e projetos que estavam em trâmite no Fundo Nacional de Áreas Protegidas.

→ Funcionários

O parque tem, ao todo, 11 funcionários. São 6 guarda-parques, 4 técnicos e 1 diretor. Não há profissionais que trabalhem especificamente com o uso público na unidade, mas alguns técnicos foram capacitados em comunicação e recepção de visitantes. Essa capacitação foi pontual e não preparou os funcionários para o manejo da visitação. Além disso, o diretor considera que o número de funcionários é insuficiente para desenvolver todas as atividades de gestão. O parque não tem um programa de voluntariado, mas eventualmente há o trabalho estudantes de faculdades de turismo, como estagiários.

→ Participação na gestão do parque

A gestão do parque é realizada exclusivamente por funcionários do *Ministerio del Ambiente*. Não existe um conselho gestor ou outra instância que congregue diferentes atores envolvidos com a área. Entretanto, o diretor da unidade informou que são realizadas reuniões freqüentes com comunidades da zona de amortecimento, para discutir diferentes temáticas sociais, ambientais e de gestão territorial. A Universidade de Cotopaxi é uma instituição

parceira do parque no que tange ao desenvolvimento de estudos e à disponibilização de alunos para estagiarem, de forma voluntária, na área protegida.

➔ Gestão da visitação

- Serviços de apoio e formas de organização da visitação

A visitação no parque pode ser realizada de forma autônoma por excursionistas e andinistas, mas aos turistas é recomendada a contratação de um condutor de visitantes da comunidade local ou de uma agência de turismo. As visitas de pessoas da comunidade ao parque são realizadas de forma espontânea e não há um programa organizado de incentivo a esse tipo de visitação. Não existem concessionárias no parque para o desenvolvimento de atividades turísticas. Há a terceirização do serviço de alimentação e de acomodação na montanha, somando um total de três empresas terceirizadas.

- Manejo de impactos e orientação aos visitantes

Em termos de gestão dos impactos da visitação, o parque vive em estado muito precário. Não há estudos relacionados ao assunto e não existem estratégias para manejar as alterações no ecossistema local causadas pelo uso público. Para as visitas de turistas organizadas por operadoras turísticas ou condutores de visitantes, foi estabelecida, de forma arbitrária, a quantidade máxima de 10 pessoas por grupo. Não se sabe quais são atividades recreativas mais impactantes. Todavia, algumas iniciativas são tomadas no sentido de orientar o visitante. Existem normas para a visitação, que incluem orientações para a conduta consciente e para boa convivência entre visitantes. Elas são divulgadas por meio de folhetos, de painéis no centro de visitantes e por informação verbal dos guarda-parques, no momento de ingresso dos visitantes. Um dos folhetos disponibilizados aos visitantes tem uma mensagem que convida as pessoas a ajudarem a manter o parque, evitando uma linguagem proibitiva.

- Sinalização

A sinalização do parque é realizada por meio de placas talhadas em madeira. Em pontos-chave, como na guarita de cobrança de ingressos, no centro de visitantes e em atrativos, existe sinalização indicativa e que serve para situar o visitante em relação ao parque

como um todo. Apenas uma trilha tem placas de interpretação ambiental, sobre a dinâmica do páramo. Em geral, a sinalização das áreas de visitação é insuficiente. A Figura 5.12 ilustra exemplos da sinalização indicativa e a Figura 5.13 mostra exemplos da sinalização interpretativa existentes no parque.

Figura 5.12 - Exemplos da sinalização indicativa do Parque Nacional Cotopaxi



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

Figura 5.13 - Exemplos da sinalização interpretativa do Parque Nacional Cotopaxi



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

- Segurança do visitante

O parque não tem um sistema organizado de segurança dos visitantes, no que tange à prevenção e à resposta imediata a acidentes. Existe apenas uma estrutura simples para prestar primeiros socorros.

- Principais dificuldades de gestão da visitação

Segundo o diretor, atualmente as principais dificuldades para desenvolvimento da visitação no parque são os poucos recursos financeiros e funcionários em quantidade insuficiente. Dez anos antes, as mesmas limitações já haviam sido diagnosticadas no programa de turismo e recreação do plano de manejo (INEFAN, 1996). Outros problemas apontados neste programa foram também observados em campo, pela autora, tais como: a carência de infra-estrutura de apoio ao turismo, a existência de poucas áreas de *camping*, a discrepância entre o ingresso cobrado aos estrangeiros e o valor cobrado aos visitantes equatorianos e a precária manutenção de caminhos de acesso aos atrativos do parque.

- ➔ A importância da visitação para o parque

Para o diretor do parque, a visitação no Cotopaxi cria a oportunidade para que as pessoas compartilhem as belezas cênicas e os recursos naturais, de modo a perceber a importância de conservar estes recursos. Ele destaca que a visitação causa alguns impactos manejáveis na área, mas ela é muito mais uma oportunidade para que as pessoas aprendam sobre a proteção do meio ambiente do que um grande problema para o ecossistema. Além disso, foi citado o papel do turismo na sustentabilidade financeira das áreas protegidas. O diretor considera que, se bem organizada e se respeitados os objetivos de manejo, a visitação deve ser incentivada em parques nacionais.

Por fim, o entrevistado oferece uma opinião pessoal sobre a relação entre as visitas aos parques nacionais e a sensibilização das pessoas com vistas à conservação ambiental. Para ele, alguém que vivencia experiências na natureza percebe e sente que é importante preservar os recursos naturais e isso faz com que cada um identifique o que pode fazer para ajudar a proteger a fauna, a flora, a água e a natureza como um todo.

Parque Nacional Machalilla⁵

➔ Caracterização geral da visitação no parque

A área do Parque Nacional Machalilla já era visitada muito antes de sua criação, que ocorreu em 1979. O diretor conta que, apesar da dificuldade de acesso, as praias já eram visitadas pelas populações residentes, mesmo quando ainda não havia a estrada que margeia a costa. A Ilha da Prata, por exemplo, era propriedade privada e lá já se trabalhava com turismo. Quando o parque foi estabelecido, a visitação continuou a ser realizada, embora só em 1998 começassem as ações consistentes da administração da área para ordenar e controlar o turismo.

Atualmente, as atividades de recreação e turismo permitidas no parque são as caminhadas de um dia e com pernoite, banho, cavalgada, mergulho livre, canoagem e *surf*. Elas estão previstas no plano de manejo turístico do parque. Pelas características cênicas diversas do parque, INEFAN (1997) categorizou os inúmeros atrativos na área em focais e complementares. Os atrativos focais, os principais motivadores da visitação, são a Ilha da Prata e a área marinha, que oferece possibilidade de observação de baleias jubarte. Os atrativos complementares são elementos de grande valor natural e cultural, mas não têm por si só características singulares a ponto de motivar a ida de visitantes ao parque. Dentre eles estão o sítio arqueológico da comunidade de Agua Blanca, o setor das praias de Los Frailes, as montanhas e o bosque seco tropical (INEFAN, 1997). Um dos aspectos identificados no estudo turístico do parque é a importância de preparar outros atrativos da unidade, a fim de diminuir os impactos ambientais nas áreas atualmente visitadas, e também para criar possibilidades de aumentar a permanência do visitante no parque. Exemplos destes atrativos são os setores Salaite, Las Goteras e Los Piqueros (INEFAN, 1997).

Segundo o diretor do parque, o conhecimento sobre o tempo de permanência, o perfil e as demandas dos visitantes para realização de atividades na área é construído de forma pontual e pouco sistematizada. De acordo com INEFAN (1997), com base em entrevistas com 600 visitantes e na compilação de dados de outras pesquisas, concluiu-se que a maioria dos visitantes do Parque Nacional Machalilla é equatoriana e se dirige ao local nas férias e em

⁵ As informações desta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com o diretor do Parque Nacional Machalilla, Vicente Álvares, em 01/03/2005, de publicações do *Ministerio del Ambiente* e de observações de campo da autora.

feriados prolongados. Normalmente, o período de permanência dos visitantes nacionais é curto. Cerca de 70% dos equatorianos ficam no parque durante apenas um dia e 32% permanecem durante dois dias. A faixa etária da maioria dos visitantes é heterogênea, variando entre crianças e adultos de até 41 anos de idade. Geralmente, estas pessoas buscam as praias, principalmente a de Los Frailes. Poucos turistas nacionais utilizam serviços de agências de viagens para realizar suas visitas ao parque.

Sobre os visitantes internacionais, as suas viagens ao parque se dão principalmente nos meses de junho a setembro e a finalidade mais comum é o avistamento de baleias. Dentre estas pessoas, 30% contratam serviços de operadores turísticos para chegar ao parque. Caracterizam-se por serem indivíduos de bom nível de escolaridade, com experiência em viagens e por estarem familiarizados com aspectos relativos à conservação da natureza. Neste grupo, predominam visitantes com idade adulta, com mais de 21 anos. Eles preferem os atrativos da Ilha da Prata, de Agua Blanca e de Los Frailes. A permanência dos estrangeiros é maior do que a dos nacionais. Eles costumam ficar no parque de três a oito dias (INEFAN, 1997).

O diretor do parque afirma que é importante conhecer a demanda dos visitantes e seu nível de satisfação, porque isso pode auxiliar no desenvolvimento de ações de gestão da unidade. Entretanto, ele afirma que, com recursos orçamentários escassos, essa não é uma prioridade.

➤ Atividades educativas

As atividades educativas desenvolvidas no Parque Nacional Machalilla são caminhadas interpretativas em trilhas guiadas e autoguiadas e a realização de palestras no centro de visitantes. A administração da área tem uma parceria com a prefeitura e com universidades para estimular o aprendizado a respeito do parque. Neste sentido, são realizadas reuniões com a comunidade, para discutir problemas de meio ambiente e sensibilizá-la para a conservação do local.

O diretor da unidade considera que as atividades recreativas e de educação ambiental são complementares. Entretanto, pensa que é preciso criar estratégias para que elas estejam

vinculadas. Ele menciona que muitas pessoas visitam o parque, mas não compreendem que a ajuda individual é fundamental para a conservação da área.

➔ Infra-estrutura para a visitação

▪ Centro de visitantes

O centro de visitantes está localizado em Puerto Lopez, junto à administração do parque. Apesar de não estar localizado dentro do parque, é uma referência para as pessoas que chegam ao povoado. No centro, há meios interpretativos que convidam o visitante a conhecer a história e o ambiente da unidade. Trabalham no local voluntários e voluntárias que recebem o visitante e orientam-no quanto às condições de visita. Além da área de exposições, mostrada na Figura 5.14, o centro conta com uma sala de reuniões, utilizada frequentemente para reunir câmaras técnicas e conselhos municipais.

Figura 5.14 – Centro de visitantes do Parque Nacional Machalilla



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

▪ Banheiros

Os banheiros estão localizados no centro de visitantes, no centro de recepção do turista da Ilha da Prata, no museu de Agua Blanca e na praia de Los Frailes. Quanto ao último lugar citado, a fim de minimizar impactos ambientais, foram construídos sanitários secos. Entretanto, a iniciativa não foi acompanhada de um trabalho de sensibilização e orientação do visitante para utilizá-los. O resultado é que a maioria das pessoas não faz uso deles e o impacto nas praias continua ocorrendo. A educação do visitante para utilizar banheiros a que não estão acostumados é necessária para a utilização dos sanitários existentes e para dar suporte à sua instalação em outros setores, como na Ilha da Prata. Sanitários secos contribuiriam para minimizar impactos ambientais e para evitar a poluição da água doce com dejetos humanos, já que ela é escassa na ilha.

- Trilhas

O parque tem seis trilhas que em conjunto alcançam cerca de 78 km. Duas delas estão localizadas na Ilha da Prata e são chamadas de *Punta Manchete* e *Punta Escalera*. A primeira tem 3 km de percurso e a caminhada por ela dura aproximadamente 3 horas. A segunda tem 5 km e os visitantes levam cerca de 5 horas para percorrê-la. O tempo de duração do recorrido das trilhas pode variar, uma vez que elas são realizadas de forma guiada, com a interpretação de condutores de visitantes da comunidade local, especialmente treinados para explanar sobre a fauna e a flora da ilha. As trilhas têm algumas placas indicativas e alguns equipamentos de apoio ao visitante, como escadas, pequenas pontes e corrimãos.

Em Los Frailes, há uma trilha interpretativa autoguiada de cerca de 3 km, que leva o visitante da portaria deste setor à praia. Há também outro percurso que faz a ligação entre diferentes praias e dá acesso aos mirantes. As duas trilhas do parque de maior extensão estão localizadas na região continental de bosques e montanhas. Uma delas é a travessia Agua Blanca – San Sebastian, realizada normalmente em 2 dias. A outra se chama Bola de Ouro e tem aproximadamente a mesma duração e percorre a área de mata.

- Áreas de acampamento

O acampamento no parque é permitido para as pessoas que realizam caminhadas com pernoite. São acampamentos considerados selvagens, pois não oferecem infra-estrutura de *camping* aos visitantes. Os principais pontos estão no setor da comunidade de Agua Blanca e no setor de San Sebastian, onde há trilhas na região de bosque e montanhas.

- Museu arqueológico

O museu arqueológico está localizado na comunidade de Agua Blanca, situada no interior do parque. O museu tem uma rica exposição arqueológica de artefatos da cultura *manteña* e é cuidadosamente mantido pela comunidade. Alguns itens expostos podem ser visualizados na Figura 5.15. A arquitetura do museu é apropriada e respeita o estilo local de construção. A abordagem interpretativa do museu é realizada por monitores da comunidade, que têm bons conhecimentos históricos e culturais e boa interação com os visitantes. A visita à comunidade contempla a recepção dos visitantes, a interpretação guiada e a visita aos sítios arqueológicos.

Figura 5.15 – Museu arqueológico de Agua Blanca



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

→ Recursos financeiros

Os recursos financeiros do parque são originários da conta do Tesouro Nacional do Governo do Equador. Como em outras áreas protegidas equatorianas, o valor cobrado para ingresso dos visitantes ao parque é depositado nesta conta. O diretor relata que no ano de 2003 foram arrecadados 187.171 dólares com ingressos cobrados aos visitantes. Somente cerca de 8 mil dólares deste montante foram reinvestidos no parque. Os valores cobrados, até 2005, para a visita ao parque, são apresentados na Tabela 5.12.

Tabela 5.11 – Valores cobrados para ingresso ao Parque Nacional Machalilla, 2005

tipo de visitantes e destino da visita	valor em dólares (US\$)
estrangeiros – visita à Ilha da Prata	15,00
estrangeiros – visita somente à área continental	12,00
estrangeiros – visita a toda área do parque	20,00
equatorianos - visita à Ilha da Prata	3,00
equatorianos visita somente à área continental	2,00
equatorianos – visita a toda área do parque	5,00

Fonte: Direção do Parque Nacional Machalilla, 2005.

A administração do parque busca recursos financeiros e apoio técnico por meio de projetos, desenvolvidos pontualmente. Atualmente, o parque conta com um projeto que envolve o investimento de 45 mil dólares ao ano, para custear despesas gerais proveniente do Fundo Ambiental Nacional.

→ Funcionários

O parque tem 13 funcionários. Segundo o diretor, o pessoal é insuficiente para o volume de trabalho necessário para a gestão do parque. Diante disso, o mesmo funcionário

tem diferentes atribuições, não havendo uma pessoa que trabalhe exclusivamente com o uso público. Esporadicamente, o parque conta com o trabalho de estagiários voluntários oriundos de universidades nacionais e da Cooperação Alemã. Não existe um programa organizado de trabalho voluntário no parque.

A qualificação do pessoal para gestão da visitação é praticamente nula. Houve cursos de capacitação de condutores de visitantes, mas eles não foram voltados para os funcionários da unidade. Esta condição dificulta muito o manejo da visitação no parque, já que não há conhecimento técnico sobre interpretação ambiental, educação ambiental, recepção de visitantes e manejo de impactos.

➔ Participação na gestão do parque

Segundo o diretor, a participação da população na gestão do parque é um aspecto fundamental, em particular, porque há comunidades que vivem em sua área. Não existem comitês, conselhos ou outras instâncias similares, mas há contato direto e freqüente de líderes comunitários com a diretoria do parque. São realizadas parcerias informais com a prefeitura municipal, com organizações não-governamentais, com a Câmara de Turismo do município e com universidades.

As estratégias de envolvimento da comunidade local com o parque não incluem o estímulo à visitação por esta população. Em ocasiões específicas, são utilizados meios de comunicação em massa, como rádio e programas de televisão locais, para convidar a comunidade a prestigiar eventos que o parque promove.

➔ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

Para visita à maioria dos atrativos do parque, é necessária a contratação do serviço de um condutor de visitantes ou de uma operadora de turismo. A área da praia de Los Frailes está preparada para a visita autoguiada e não é necessária a contratação de serviços para desfrutá-la. O diretor do parque argumenta que os condutores devem acompanhar os visitantes para que eles sejam orientados e para o cumprimento das normas em lugares onde os ecossistemas são frágeis, como é o caso a Ilha da Prata. Nas trilhas onde há pernoite, ele considera que a guiação deve ser realizada para garantir a segurança do visitante.

Um aspecto peculiar do parque é que a comunidade Agua Blanca é responsável pelo manejo turístico e pela conservação ambiental do setor do parque que ela ocupa. Inclusive, o valor pago para a visita aos atrativos do lugar é administrado pela comunidade e não é destinado à conta do Tesouro Nacional. Os fundos gerados são distribuídos da seguinte forma: 50% são destinados às pessoas que trabalham diretamente no turismo; 20% a benefícios e melhorias para a coletividade da comunidade; e 30% à manutenção e ao melhoramento do museu e das condições de recepção dos visitantes.

O parque dispõe do serviço de transporte em barcos para a Ilha da Prata, realizado por 11 empresas de turismo, autorizadas pela administração da unidade. Estas empresas pagam, ao parque, uma taxa anual que lhes dá o direito de transportar até 16 turistas por embarcação. Na comunidade de Agua Blanca, são vendidos artesanatos, há uma lanchonete e existe possibilidade de hospedagem simples, na casa dos comunitários. Estes são os únicos serviços oferecidos no parque.

- Manejo de impactos e orientação ao visitante

O controle e o manejo dos impactos da visitação no Parque Nacional Machalilla pode ser considerado incipiente. Em 1997, foi realizado o estudo para implantação da metodologia *Limite Aceitável de Câmbio* para a Ilha da Prata, que estabeleceu indicadores e apontou algumas estratégias para o manejo da visitação na ilha. Definiu também uma capacidade máxima diária de visitantes na ilha, a ser monitorada ao longo do tempo, que correspondia a 9 grupos de 8 turistas, dando um total de 72 turistas/dia, mais os guias naturalistas que acompanham os grupos (INEFAN, 1997). As orientações estabelecidas foram parcialmente seguidas. Atualmente, na Ilha da Prata, é permitida a visita de não mais do que 16 pessoas por embarcação e a quantidade máxima de 11 embarcações por dia. Segundo o diretor, este número foi estabelecido com poucos critérios técnicos, de forma a facilitar a gestão junto aos operadores turísticos. Os outros destinos de visitantes no parque não têm um controle estabelecido e o monitoramento dos impactos é feito esporadicamente pelos funcionários.

O estado de conservação das trilhas depende dos setores onde estão localizadas. Na Ilha da Prata, há duas trilhas que têm estruturas para facilitar o acesso de visitantes, direcionar a drenagem e evitar sulcos erosivos. Em Los Frailes, a trilha que percorre as praias e dá acesso ao mirante tem conservação precária, principalmente nos trechos de maior declividade,

onde se formaram sulcos erosivos e, conseqüentemente, houve o alargamento da trilha para a busca de atalhos. As trilhas e caminhos do setor de Agua Blanca são mantidos cuidadosamente pela comunidade que, apesar de não terem o conhecimento técnico específico, construiu pequenas pontes, corrimãos, escadas etc.

Em termos de orientação ao visitante, as pessoas que acessam o centro de visitantes recebem explicações verbais e folhetos que descrevem o parque. Algumas normas e regulamentos para ordenar a visita também são divulgados por meio de folhetos e de painéis localizados em diferentes atrativos do parque. O diretor informou que os folhetos estão desatualizados e que foram financiados por projetos. O espaço destinado ao parque no sítio do *Ministerio del Ambiente*, na Internet, contém informações sobre a unidade e orientações para o melhor aproveitamento da visita.

- Sinalização

As trilhas do parque estão sinalizadas. Com exceção do setor de Agua Blanca, em todas as trilhas existem placas indicativas de caminho. Em Agua Blanca, a comunidade prefere manter maior controle da circulação de visitantes e colocou placas apenas com o propósito de sensibilização ambiental e de localização. Há também nas trilhas autoguiadas painéis de interpretação ambiental e outros de localização e de informação. A sinalização foi confeccionada em madeira, em metal e vinil pintados. Exemplos de placas e painéis utilizados no parque são apresentados na Figura 5.16.

Figura 5.16 - Exemplos de placas do Parque Nacional Machalilla



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

- Segurança do visitante

O parque tem registro de poucos acidentes. A segurança dos visitantes na área, além de ter foco na prevenção e resposta a acidentes, envolve aspectos relacionados a roubos,

furtos e agressões, principalmente nas praias. Foi implantado um sistema de rádio VHF conectado à frequência da polícia, que é acionada por guarda-parques em caso de alguma ocorrência.

- Principais dificuldades de gestão da visitação

Os principais problemas para o desenvolvimento da visitação no Parque Nacional Machalilla, apontados pelo diretor, vão ao encontro daqueles citados em nível nacional. Ele destacou que os recursos financeiros são insuficientes para a gestão do parque e há pouco apoio político para aumentar esses recursos. Além disso, as decisões sobre o manejo de áreas protegidas são centralizadas no *Ministerio del Ambiente*, havendo pouca governabilidade para que o diretor administre o parque. Outro aspecto salientado foi o baixo nível de qualificação da equipe de funcionários do parque, uma vez que somente um deles tem nível superior e os outros não são nem capacitados para as funções que desempenham.

Outros fatores levantados no estudo realizado pelo INEFAN (1997) também são entraves para o desenvolvimento da visitação no parque:

- ⇒ vias de acesso aos atrativos em más condições de tráfego;
- ⇒ infra-estrutura turística insuficiente e pouca manutenção daquela que existe;
- ⇒ sinalização precária e folhetos informativos desatualizados;
- ⇒ comunidades despreparadas para trabalhar na atividade turística;
- ⇒ não-adoção de métodos e ações para minimizar impactos negativos ao meio ambiente.

- ➔ A importância da visitação para o parque

O diretor atribui a importância da visitação à oportunidade gerar renda para a população do entorno do parque de forma sustentável, à arrecadação de fundos para investir na conservação dos recursos naturais e também ao potencial que as atividades recreativas têm de contribuir para que as pessoas conheçam e valorizem a natureza. No caso do Machalilla, o turismo é um fator-chave para a aceitação do parque pela comunidade. Ele estimula que a comunidade também cuide da unidade, porque ela percebe os benefícios de ter uma área protegida ao seu lado. O gestor da área destaca que, sem o turismo, a palavra de ordem para lidar com os usos que a população demandaria ao parque seria o “não”, ou seja, “não pode caçar”, “não pode criar gado”, “não é permitido coletar frutos” etc. A visitação envolve o ecoturismo que, se bem manejado, é compatível com a proteção da natureza.

Sobre a relação entre a visita ao parque e as atitudes dos visitantes com vistas a conservar o meio ambiente, o diretor do Parque Nacional Machalilla considera que depende muito de um trabalho gradual, persistente e efetivo de orientação ao visitante e de interpretação ambiental. Ele menciona que muitas pessoas que visitam as praias desvinculam a sua experiência de uma vivência em uma área protegida e associam-na a um lazer comum. Ele observa que estes visitantes não contribuem para a limpeza, degradam equipamentos e consideram que o pagamento do ingresso desobriga o visitante a realizar ações de conservação, porque isso seria função dos funcionários. Ele conclui dizendo que, por outro lado, as pessoas que buscam o parque para realizarem caminhadas, interessadas em um contato com diferentes elementos da natureza e da cultura local, levam boas lembranças para seu dia-a-dia.

Parque Nacional Cajas⁶

➔ Caracterização geral da visitação no parque

A visitação na área do parque já era realizada antes de sua criação, especialmente porque o local era uma área de recreação. No parque, atualmente, é permitido realizar caminhadas de um dia e com pernoite, banho, escalada em rocha, cavalgadas, pesca esportiva, observação de animais e acampamentos. Estas atividades estão previstas no plano de manejo do parque de forma transversal, dentro de ações estratégicas. Um plano de zoneamento turístico está em fase de elaboração, com três principais objetivos: detalhar os usos de cada zona e as ações específicas de manejo; definir as modalidades de operação das atividades recreativas e turísticas; e consolidar normas para todos os aspectos relacionados ao uso público do parque.

Em relação ao conhecimento que se tem sobre as visitas, o parque ainda não tem um registro para saber o tempo de permanência dos visitantes na área. O nível de satisfação dos visitantes também não é sabido. A demanda das pessoas para a realização de atividades recreativas é conhecida parcialmente, por meio da observação direta dos guarda-parques. Quanto ao perfil do visitante, há somente registros relativos à procedência.

⁶ As informações usadas nesta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada pela autora com o diretor do Parque Nacional Cajas, Franklin Bucheli no dia 07/03/2005, de dados do *Ministerio del Ambiente* e de observações de campo da autora.

Os principais atrativos do parque são: as lagoas, com destaque para a Toreadora, a Llaviuco, a Avilahuayco, a de Luspa, a de Mamamag, a de Osohuaycu; as montanhas; os cânions e as rotas, que passam por belas paisagens com lagoas, montanhas, paramos, e de onde podem ser observados animais.

➔ Atividades educativas

As atividades educativas realizadas no parque fazem parte de um programa de gestão chamado Educação Ambiental. Elas têm foco em estudantes de nível básico e médio de escolas do entorno e de outras cidades do país. O parque recebe, aproximadamente, 100 estudantes a cada fim de semana. Os temas relacionados à educação ambiental são trabalhados de forma transversal e lúdica, junto com o desenvolvimento de atividades recreativas.

O diretor do parque considera que atividades educativas e recreativas são similares, ou melhor, estão vinculadas umas às outras. Ele explica que a educação ambiental tem que ser prática, na perspectiva do aprender experimentando. Assim, o parque utiliza abordagens interpretativas guiadas e autoguiadas, com o propósito de integrar a recreação com a educação e assim despertar o comprometimento das pessoas com a conservação ambiental.

➔ Infra-estrutura para a visitação

- Centro de visitantes

O centro de visitantes é uma construção nova, com uma exposição interativa autoguiada, contendo painéis, fotos, mensagens em espanhol e inglês, em ambientação adequada. Está localizado nas proximidades da Laguna Toreadora, o principal ponto de referência e de atrativos de uso intensivo do parque, mas distante alguns quilômetros da entrada da unidade, o que faz com que somente parte dos visitantes passe pelo centro. Suas instalações contam com banheiros e vestiários. Algumas fotografias do centro de visitantes podem ser observadas na Figura 5.17.

Figura 5.17 – Centro de visitantes do Parque Nacional Cajas



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

- Auditório

O parque tem um auditório localizado junto ao centro de visitantes, onde são realizadas oficinas, palestras, reuniões etc.

- Cafeteria e loja de souvenirs

A cafeteria do parque situa-se nas instalações do centro de visitantes e os seus serviços são terceirizados. A loja de *souvenirs*, em março de 2005, ainda não estava em funcionamento, mas havia um espaço reservado para ela próximo à cafeteria.

- Áreas para piquenique

Estão localizadas próximas às lagoas e são equipadas, de forma simples, com bancos e mesas de madeira. São bastante frequentadas nos finais de semana por visitantes cuencanos, que vão ao parque acompanhados de familiares.

- Trilhas e rotas

O parque tem algumas trilhas demarcadas em torno das lagoas, mas os seus principais percursos são em rotas. Estima-se que existam cerca de 20 rotas de *trekking*, muitas delas identificadas em um mapa topográfico do parque entregue a cada visitante, na entrada da área.

- Áreas para acampamento

Os lugares onde os acampamentos são realizados não são organizados em *campings*, mas realizados de forma simples, com apoios mínimos, como pontos de água. As pessoas que

normalmente acampam no parque são aquelas que realizam caminhadas nas rotas de mais de um dia.

- Abrigos e cabanas

Os abrigos e cabanas do parque são pontos de apoio para o visitante abrigar-se à noite ou em função do mau tempo. São equipamentos importantes para apoio à visitação em uma região onde o frio é intenso. Entretanto, as construções carecem de manutenção e de maior cuidado por parte dos visitantes. Não existe serviço de hospedagem nos abrigos e cabanas.

- ➔ Recursos financeiros

A descentralização da gestão do parque possibilitou maior autonomia na administração dos recursos financeiros e na utilização do valor arrecadado pela visitação no próprio parque. A *Ordenança* que regula a gestão do Parque Nacional Cajas (*Municipalidad de Cuenca*, cap. VII, 2003) estabelece oito fontes de financiamento para o parque:

- 1% do valor que a ETAPA arrecada pela cobrança da taxa de consumo de água potável no município de Cuenca;
- recursos econômicos garantidos no orçamento da ETAPA e do município de Cuenca;
- valores arrecadados com a cobrança de ingresso aos visitantes, com o pagamento de taxas ambientais e com os serviços que o parque presta;
- fundos que sejam obtidos por convênios;
- taxas provenientes de multas e indenizações;
- valores correspondentes a financiamentos nacionais ou internacionais para manejo do parque;
- contribuições voluntárias provenientes de qualquer fonte e doações;
- fundos obtidos pela Fundação Parque Nacional Cajas para execução de projetos.

Segundo o diretor, o orçamento da área em 2005 foi de U\$ 1.126.481,00, dos quais 70 a 80% foram obtidos via recursos da ETAPA. O parque tem o apoio da Cooperação Alemã – GTZ, que oferece assistência técnica e um veículo para a área. O diretor tem como meta que o parque seja auto-sustentado até 2007, por meio da cobrança de ingressos e, principalmente, da renegociação do percentual destinado ao parque proveniente da taxa cobrada pelo uso da água.

Sobre o valor pago pelos visitantes ao entrarem no parque, o diretor refere-se a ele como uma contribuição que cada um faz para a conservação. Tem o nome de taxa por serviços ambientais. Os valores desta taxa variam em relação à nacionalidade do visitante, à idade e à visita com ou sem pernoite, como pode ser observado nos dados da Tabela 5.13.

Tabela 5.12 – Taxa por serviços ambientais do Parque Nacional Cajas

tipo de visitante	valor em dólar (US\$)
VISITA COM DURAÇÃO DE UM DIA	
crianças equatorianas ou estrangeiras residentes no país menores de 12 anos	0,50
equatorianos e estrangeiros residentes no país maiores de 12 anos	1,50
equatorianos idosos e portadores de necessidades especiais	1,00
crianças estrangeiras menores de 12 anos	5,00
estrangeiros maiores de 12 anos	10,00
TARIFA ADICIONAL PARA VISITA COM PERNOITE	
crianças equatorianas ou estrangeiras residentes no Equador menores de 12 anos	1,00
equatorianos e estrangeiros residentes no Equador maiores de 12 anos	2,00
equatorianos idosos e portadores de necessidades especiais	1,00
crianças estrangeiras menores de 12 anos	2,00
estrangeiros maiores de 12 anos	4,00

Fonte: Parque Nacional Cajas, 2005.

Além dos critérios para a cobrança da taxa, no Dia do Meio Ambiente a entrada no parque é gratuita e é oferecido um desconto de 50% para grupos escolares organizados, previamente autorizados pela ETAPA, exceto para crianças equatorianas menores de 12 anos.

➔ Funcionários

O parque tem 30 funcionários, dos quais 18 são guardas parque. Os funcionários são escolhidos por seleção específica de currículo, e não por concurso público. Isso facilita a contratação de profissionais qualificados. O programa de uso público do parque é coordenado por um especialista em turismo e recreação em áreas protegidas. Além disso, a administração firmou convênios com universidades de Cuenca para realização de trabalho voluntário no parque. Os voluntários permanecem no parque por um tempo determinado e variável e, ao final do tempo de estágio, recebem um certificado que garante quatro créditos no seu histórico escolar universitário.

→ Participação na gestão do parque

Para a gestão do parque, a ETAPA é assessorada por diversas instituições. A área tem uma diretoria presidida pelo diretor, da qual participam representantes de oito entidades do município. Existe também uma junta consultiva permanente que tem como membros dez entidades governamentais e não-governamentais de nível municipal, provincial e federal. Há ainda um conselho técnico formado por instâncias assessoras da direção executiva do parque.

Quanto ao envolvimento das comunidades do entorno do parque, não há uma estratégia para estímulo à visitação por elas. Elas participam no arranjo produtivo do turismo gerado pelo parque, com a venda de artesanato e trabalhando como condutores de visitantes.

→ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

A organização da visitação foi estabelecida contemplando a realização de atividades guiadas e autoguiadas. Pode-se visitar o parque de forma autônoma na zona de recreação das lagoas Toreadora, Llaviucu e Cucheros. São permitidas caminhadas autoguiadas para grupos de visitantes com até sete pessoas nas diferentes rotas do parque, desde que tenham o mapa do parque, portem bússola ou GPS e indiquem o destino de sua visita ao guarda-parque. Os visitantes devem contratar o serviço de um condutor de visitantes, qualificado pelo parque, quando estiverem em um grupo com oito pessoas ou mais, ou quando planejem praticar *trekking* em rotas, ou no caso de pertencerem a um grupo organizado de uma agência de viagens ou operadora de turismo.

Os critérios adotados revelam a distinção que a administração do parque faz entre atividades comerciais e as não-comerciais. Além do serviço de condução de visitantes, o parque terceiriza a cafeteria, que, em 2005, era administrada pelo Clube de Andinismo Sangay, sediado em Cuenca.

▪ Manejo de impactos e orientação ao visitante

Em épocas mais visitadas, se define o número máximo de pessoas para visitação diária na área das lagoas. Nas rotas do parque, a administração considera isso desnecessário, uma vez que os impactos são variáveis e dispersos, não apresentando sinais evidentes de degradação causados pela visitação. A avaliação da gravidade dos impactos em diferentes

zonas é precária e subjetiva, uma vez que o monitoramento é realizado por meio de observação empírica, sem uma frequência determinada. O manejo dos impactos da visita ainda não é realizado com a utilização de técnicas e métodos específicos.

Ao ingressarem no parque, os visitantes são orientados quanto aos lugares em que a visita é permitida e recebem um folheto que descreve as normas de visita. Há também explicações sobre os investimentos realizados com a taxa de visita. O verso do folheto é um mapa topográfico no qual estão plotados os pontos de maior relevância para a visita no parque, como rotas, trilhas, estradas, infra-estrutura de apoio à visita etc. O mapa está em escala 1:70.000, o que permite a sua utilização para navegação terrestre nas caminhadas em rotas.

- Sinalização

O parque utiliza sinalização interpretativa no centro de visitantes e nas proximidades de algumas lagoas. As placas e os painéis utilizados têm função informativa e abordam temas relacionados ao ambiente do parque, às normas e às orientações para a visita. As rotas têm apenas sinalização indicativa de início. Apesar de não serem percursos bem demarcados, é importante que sejam instaladas placas que sinalizem pontos-chave do trajeto. A administração do parque confeccionou placas em vinil, mas as intempéries as danificaram, de modo que, atualmente, estão sendo substituídas por placas de madeira talhada, que facilitam a manutenção e têm maior durabilidade.

- Segurança do visitante

A fim de realizar ações de prevenção e resposta imediata a acidentes ocorridos no parque, a direção da área desenvolveu parcerias com grupos de resgate voluntários de clubes de alpinismo. Além disso, há um sistema de rádio- comunicação VHF integrado aos serviços de segurança pública (Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Polícia e Cruz Vermelha). Uma estratégia eficaz de prevenção de acidentes é a capacitação de condutores de visitantes, a verificação do porte de equipamentos mínimos pelas pessoas que vão às rotas de montanha (bússola, mapa, GPS e vestimentas para se proteger do frio) e o registro do destino destes visitantes.

- Principais dificuldades de gestão da visitação

Segundo o diretor do parque, os principais obstáculos enfrentados para o desenvolvimento da visitação são: a exígua oferta de serviços de apoio ao turismo; a falta de regulação das operadoras de turismo; e a insuficiente capacidade técnica para acompanhar e monitorar a visitação.

- ➔ A importância da visitação para o parque

De acordo com o diretor, nas condições de gestão que o parque tem, a visitação é uma grande oportunidade de potencializar a sua missão de proteger o meio ambiente. Isso se observa por quatro razões: a primeira é que a visitação serve para educar as pessoas, para que compreendam o valor e a importância da água; a segunda é que a experiência como visitante do parque cria um efeito multiplicador para a conservação ambiental; a terceira é que as pessoas se tornam conscientes de que o manejo dos recursos naturais ajuda a aumentar a qualidade de vida da população; finalmente, a quarta se deve ao potencial que a visitação tem de gerar uma mudança de atitude nas pessoas. O diretor considera que os visitantes não só ficam conscientes de que a água e o parque são importantes, mas também adquirem um empoderamento para defesa e cuidado com os recursos naturais. Isso é percebido porque várias pessoas que visitam o parque mais tarde elaboraram projetos de pesquisa sobre a área, viraram guarda-parques, propõem alternativas positivas na área de amortecimento etc.

Ele finaliza enfatizando que a visitação em parques nacionais não deve ser em massa e descontrolada. É necessário respeitar a capacidade de carga e os limites aceitáveis de câmbio. É fundamental considerar os impactos da visitação e manejá-la de modo a garantir a conservação dos recursos naturais.

Discussão dos resultados

Esta seção é dedicada à discussão dos resultados apresentados sobre a investigação realizada no Equador.

A visitação é permitida em todos os parques nacionais equatorianos. Por um lado, isso ocorre porque visitar parques nacionais do Equador é um direito do cidadão e, por outro, porque se dá ênfase aos benefícios econômicos que o turismo pode proporcionar às

comunidades vizinhas. A gestão da visitação em parques nacionais é dificultada pela precária sistematização de informações sobre a atividade. Os dados existentes são inconsistentes e não permitem uma análise adequada. Existem alguns instrumentos legais e políticas relacionados à visitação em áreas protegidas que oferecem diretrizes norteadoras gerais, mas não há, para os gestores das áreas, mecanismos de orientação sobre gestão e ferramentas de suporte ao manejo.

A experiência do Parque Nacional Cajas mostrou que os cinco principais problemas administrativos que impactam a gestão da visitação em áreas protegidas, identificados em nível nacional, poderiam ser minimizados com a descentralização da gestão das áreas. A administração do parque, realizada de forma autônoma, permite que se tenha um orçamento próprio e investimentos diretos na unidade, a contratação dos funcionários de acordo com as demandas de qualificação profissional, a existência de um profissional especialista para coordenar as ações de uso público, dentre outros aspectos.

O manejo dos impactos da visitação nos três parques estudados é precário. As informações obtidas nestes parques indicam como principais razões para isso a existência de poucos funcionários e a baixa qualidade técnica do pessoal. Dentre os parques investigados, somente o Cajas tem um funcionário com a capacitação apropriada, lotado para trabalhar especificamente com uso público.

Apesar das dificuldades de gestão enfrentadas pelos parques, percebe-se o esforço dos gestores de desenvolver trabalhos de interpretação ambiental com os visitantes, com abordagens guiadas e autoguiadas. Em relação às autoguiadas, as práticas de manejo adotadas no Parque Nacional Cotapaxi e no Parque Nacional Cajas sinalizam a tendência de distinguir as visitas com conotação comercial, estritamente turísticas, das não-comerciais, realizadas por grupos pequenos de visitantes, praticantes de atividades em ambientes naturais e que têm conhecimentos técnicos sobre estas atividades. Associado a isso, os parques desenvolveram sistemas de segurança para os visitantes, pautados em parcerias com grupos voluntários e com órgãos de segurança pública. Isso contribui significativamente para que a oferta de diferentes oportunidades recreativas aos visitantes.

O conhecimento sobre quem são os visitantes dos parques, o nível de satisfação com as visitas e as demandas para o parque é obtido de forma bastante subjetiva e pontual. Com

isso, as estratégias de gestão da visitação são baseadas no conhecimento dos gestores, em demandas esporádicas e em conhecimentos não-sistematizados, dificultando uma efetiva melhoria do serviço prestado aos cidadãos que visitam os parques. Um aspecto que parece contribuir para o desenvolvimento de diferentes atividades recreativas em parques é a experiência prática dos gestores ou funcionários com as diferentes atividades recreativas e o seu conhecimento *in loco* dos lugares freqüentados pelos visitantes. Isso foi observado nos parques Cajas e Machalilla.

Sobre a associação entre recreação e educação ambiental, os diretores dos parques consideram que ela existe e que recreação e educação em parques nacionais são complementares. No Parque Nacional Machalilla, na maior parte dos atrativos as visitas são essencialmente recreativas e educativas, com abordagens guiadas, trilhas autoguiadas, exceto para os visitantes que visitam Los Frailes. No Cajas, este enfoque também é expressivo.

Por fim, a importância da visitação em parques nacionais foi evidenciada, tanto pelo coordenador de ecoturismo do *Ministerio del Ambiente* quanto pelos gestores dos três parques estudados, por favorecer o desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis para a população residente no entorno dos parques e por possibilitar experiências singulares aos visitantes e sensibilizá-los para a relevância de existirem áreas protegidas e para a proteção do meio ambiente além dos espaços protegidos.

5.2.3. Visitação em Parques Nacionais da Argentina

5.2.3.1. Enfoque federal

Na América do Sul, a Argentina foi a pioneira na criação de áreas protegidas em nível federal. A doação de terras realizada, em 1903, por Francisco Pascacio Moreno é considerada um marco na história da conservação ambiental deste país, uma vez que a área doada veio a se tornar, em 1922, o primeiro parque nacional do país, o Parque Nacional *del Sud*, hoje denominado Nahuel Huapi (APN, 2004). Moreno, ao destinar um espaço para uso público da população e para a manutenção de paisagens de singular beleza, estabeleceu uma relação de coexistência entre a recreação e a conservação dos recursos naturais, desde a gênese do Sistema de Áreas Protegidas (TORRE, 2002). Outro aspecto que influenciou a criação dos primeiros parques argentinos foi a percepção do governo federal de que as áreas de fronteira com o Chile deveriam ser povoadas, a fim de marcar a ocupação do território e resguardar a segurança nacional. A proteção da biodiversidade começou a ser um critério de maior peso no estabelecimento das áreas protegidas somente a partir das décadas de 1940 e 1950.

Na Argentina, os espaços naturais protegidos, em nível federal, são geridos pela Administração de Parques Nacionais – APN, uma autarquia da Secretaria de Turismo, ligada à Presidência da Nação. A atribuição de administrar assuntos relacionados a recreação e turismo em áreas protegidas é da Diretoria Nacional de Conservação de Áreas Protegidas, por meio do Programa de Uso Público. Atualmente, existem 34 áreas protegidas federais, que abrangem 1,3% do território nacional, estabelecidas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP.¹ Esse sistema inclui as seguintes categorias: parque nacional, reserva natural estrita, monumento natural e reserva nacional (ARGENTINA, 1980). Do total de espaços protegidos federais existentes no território argentino, 28 são parques nacionais. A Figura 5.18 ilustra a localização geográfica das áreas protegidas federais da Argentina.

¹ Segundo APN (2003), o total de áreas protegidas da Argentina, somando-se as áreas sob jurisdição federal e provincial, cobre 6,1% do território do país.

Figura 5.18 – Localização geográfica das áreas protegidas argentinas sob jurisdição da APN

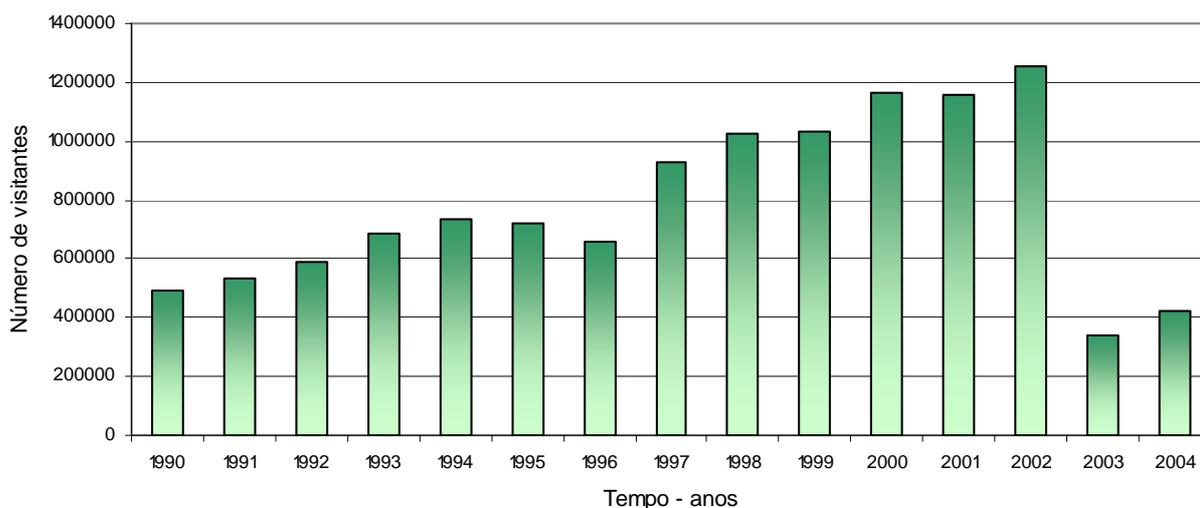


Fonte: Administração de Parques Nacionais, 2005.

Dos 28 parques nacionais existentes na Argentina, apenas um não está aberto à visitação. Segundo a Coordenação do Programa de Uso Público da APN², um dos princípios da criação de um parque nacional é que ele possa ser desfrutado pela população. Como a visitação é um direito e uma demanda espontânea dos cidadãos, a APN adota estratégias para possibilitar visitas de qualidade às pessoas, conciliando a recreação com a conservação ambiental. Isso ocorre mesmo em parques nos quais o plano de manejo ainda não foi elaborado ou em que há uma infra-estrutura simples para atendimento ao usuário.

Os dados sobre a quantidade de visitantes dos parques nacionais argentinos evidenciam o aumento da demanda pela visita a estas áreas protegidas de 1990 até 2002. Entretanto, no Gráfico 5.20 nota-se uma acentuada redução no número de visitantes nos anos de 2003 e 2004.

Gráfico 5.20 – Visitação nos parques nacionais argentinos, 1990 - 2004



Fonte: Administração de Parques Nacionais, 2005.

Os dados da Tabela 5.13 mostram que a diferença mencionada acima é explicada não pela diminuição do número de visitantes nos parques, mas por lacunas nos dados disponibilizados pela APN. Por exemplo, não há registro de visitantes no ano de 2004 no Parque Nacional Quebrada del Condorito, mas a direção da unidade informou à autora que foram recebidos 6.614 visitantes neste ano. Casos mais significativos são os do Parque

² Entrevista concedida à autora pelos técnicos do Programa de Uso Público, Romina Caselli, Silvina Melhem e Raul Romero em Buenos Aires, no dia 15/03/05. As citações posteriores referem-se à esta entrevista.

Nacional Los Glaciares e do Parque Nacional Lanin, em que mais de cem mil visitantes foram registrados no ano de 2002 e para os quais não constam visitantes em 2003 e 2004.

Tabela 5.13 – Número de visitantes dos parques nacionais argentinos, 2000 - 2004.

parque nacional	tempo (em anos)				
	2000	2001	2002	2003	2004
Nahuel Huapi	147.256	156.860	209.390	269.186	309.284
Lago Puelo	26.501	37.763		3.509	41.969
Talampaya	16295	18.069	24.948	31.852	40.306
Calilegua	14.367	7.891	8.470	8.706	10.144
Sierra de las Quijadas	16.855	19.560	34.738	0	3.841
El Leoncito	1.749			224	2.708
Río Pilcomayo	3.998	2.480	1.216	3.993	2.054
Perito Moreno	922	768	741	1.079	1.070
Baritú				0	0
Campo de los Alisos				0	0
Chaco	2.269	2.901	1.375	0	0
Copo				0	0
El Palmar	73.505	72.288	66.810	0	0
El Rey	764	898	462	0	0
Iguazú	579.463	472.288	418.755	0	0
Laguna Blanca	2.369	2.585	3.152	0	0
Laguna de los Pozuelos	596	642	561	0	0
Lanin	21.245	38.717	104.252	0	0
Lihue Calel	7.921	6.039	5.501	0	0
Los Alerces	75.523	74.306	74.924	0	0
Los Cardones				0	0
Los Glaciares	97.381	103.539	155.067	0	0
Mburucuyá	904	2.000	1.336	0	0
Monte León				0	0
Predelta	8.065	4.530	4.629	0	0
Quebrada del Condorito	2.509	2.399	5.493	0	0
San Guillermo	11	87	70	0	0
Tierra del Fuego	92.026	110.420	110.247	0	0
TOTAL	1.165.691	1.158.177	1.254.165	337.644	425.354

Fonte: Administração de Parques Nacionais, 2005.

Os dados da tabela acima denotam que a falha de comunicação e a interação interinstitucional precária entre a administração central da APN e a direção dos parques nacionais são duas dificuldades enfrentadas para a gestão da visitação nos parques nacionais

argentinos. Além do fluxo de informações entre o nível local e o federal, a Coordenação do Programa de Uso Público da APN menciona um agravante, que são as lacunas no controle de visitantes e na cobrança de ingressos, pois vários parques têm acessos abertos em áreas onde não há portarias. Além dos aspectos mencionados, APN (2003) cita outras limitações relacionadas à gestão dos prestadores de serviços ao visitante, tais como a escassez de pessoal administrativo especializado nas sedes dos parques para lidar com as empresas concessionárias e os procedimentos burocráticos excessivos.

Outro aspecto problemático na gestão da visitação nos parques nacionais argentinos é que muitas unidades ainda não têm plano de manejo nem plano de uso público. Deste modo, a visitação aos parques que estão nesta condição é administrada sem altos investimentos em infra-estrutura e com a oferta de poucos serviços, a fim de que não se opere de forma irregular.

Segundo BERGALO e ENCARBO (2000), os parques nacionais argentinos situados na Patagônia são destinos de, aproximadamente, 80% dos visitantes das áreas protegidas do país. Em vista disto, as autoras desenvolveram um estudo em que evidenciam alguns entraves no manejo do uso público nos parques nacionais patagônicos, os quais podem ser generalizados para outras unidades. São eles:

- a centralização administrativa e a burocracia técnica e operativa da APN, que tornam moroso o desenvolvimento da gestão da visitação nos parques nacionais e faz com que os diretores dos parques tenham pouca autonomia na tomada de decisões;
- reduzido orçamento para gestão dos parques nacionais;
- pouca integração dos parques com as áreas protegidas vizinhas;
- incipiente articulação dos gestores dos parques com atores sociais, para desenvolvimento de uma gestão participativa, a fim de que o turismo seja realizado de forma sustentável.

Em que pese os entraves à visitação, os parques nacionais argentinos contam com o trabalho de guarda-parques qualificados, por meio de um programa de formação desenvolvido pela APN. Durante muitos anos, a capacitação destes profissionais se deu a partir de um consórcio acadêmico entre a APN e a Universidade Nacional de Tucumán, visando o desenvolvimento da carreira de nível superior em Administração de Áreas Protegidas. Atualmente, houve mudanças no processo de qualificação profissional de guarda-parques. Foi

suprimida a carreira com formação universitária e criado um centro de formação e capacitação da APN, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA, a fim de otimizar investimentos humanos e financeiros (APN, 2005).

Os principais instrumentos normativos e de planejamento que dão suporte ao desenvolvimento de políticas públicas para a gestão da visitação, nos parques nacionais argentinos, são: o Plano de Gestão Institucional para os Parques Nacionais (APN, 2001); o Marco Normativo de Serviços aos Visitantes na Jurisdição da Administração de Parques Nacionais (APN, 2002); o Regulamento de Guias e Operadores de Excursões dos Parques Nacionais (APN, 1983); e a Metodologia para Planejar o Uso Público nas Áreas Protegidas, sob jurisdição da Administração de Parques Nacionais (APN, 2003).

O Plano de Gestão Institucional para os Parques Nacionais (APN, 2001) define que o uso público se organizará de acordo com critérios de recreação e turismo sustentáveis, de modo que os benefícios advindos da visitação sejam compartilhados pela sociedade, em especial pelas comunidades locais. Dentre as diretrizes estabelecidas para uso público, destacam-se:

- a visita aos espaços naturais protegidos deve ser estimulada, com a manutenção do bom estado de conservação das áreas e a adoção de sistemas de controle;
- a fim de atender aos diferentes visitantes, devem ser oferecidas oportunidades recreativas de tipos e níveis de dificuldades variados, de modo que todos os cidadãos tenham possibilidade de desfrutar as áreas protegidas;
- a administração do parque deve tomar todas as precauções para prevenir acidentes e potencializar a segurança do visitante, começando por advertir adequadamente sobre os riscos inerentes à visita a ambientes naturais.

O fato de a Administração de Parques Nacionais ser uma autarquia da Secretaria de Turismo da Presidência da Nação permite uma vinculação entre a administração de áreas protegidas e o desenvolvimento do turismo no país. Isso dá visibilidade política para a atividade turística em parques nacionais e estimula a visitação. Silvina Melhem, do Programa de Uso Público da APN, pondera esta questão ao mencionar que a imagem dos parques nacionais tem sido utilizada, pela mídia, para promover o turismo de massa, dificultando a gestão das unidades. Ela considera que a visitação nos parques deve ser estimulada, desde que

seja associada à conservação ambiental e ao turismo sustentável, e não somente ao retorno financeiro.

De acordo com APN (2003), a importância do desenvolvimento do uso público, de forma ordenada e planejada, advém da oportunidade de promover uma atitude de interesse e cuidado com a natureza e as culturas locais, por meio da aplicação de metodologias participativas que favoreçam o compromisso social com a conservação do meio ambiente. Romina Caselli menciona que a APN percebe como complementares a educação ambiental e as atividades recreativas desenvolvidas em parques nacionais. Ou seja, por meio da interpretação ambiental, de informações e da recreação, as pessoas vivenciam e aprendem a partir da interação com a natureza. Ela pontua também a contribuição da visitação em parques para aumento do trabalho e da renda da população vizinha a essas áreas e para ampliar o interesse do Estado em investir na qualidade de vida da comunidade local.

5.2.3.2. Enfoque local – estudos de caso

Parque Nacional Nahuel Huapi³

➔ Caracterização geral da visitação no parque

Atividades turísticas, recreativas e esportivas são desenvolvidas em grande variedade e intensidade no Parque Nacional Nahuel Huapi. As seguintes atividades recreativas são permitidas no parque: caminhadas de um dia e com pernoite, banho, montanhismo, escalada em rocha, escalada em gelo, cavalgadas, *rafting*, canoagem, pesca e caça desportivas, acampamentos agrestes e acampamentos organizados em *campings* e excursões lacustres.

Em relação ao perfil dos visitantes, em 2004, uma pesquisa, publicada pela Delegação Regional Patagônia da APN, apontou que predominam cidadãos argentinos procedentes da capital do país e de localidades da Patagônia. Dentre os estrangeiros, a maioria é chilena. De um modo geral, os visitantes viajam com familiares, em casais ou em grupos de amigos. As faixas etárias que predominam estão entre os 19 e os 45 anos. De acordo com os resultados

³ As informações usadas nesta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com o sub-diretor do parque, Juan Salguero e com o técnico da área de uso público, Roberto Pistarini, no dia 23/03/2005; de informações do Plano de Manejo do parque (APN, 1986); e de observações de campo da autora.

desta pesquisa, as pessoas revelaram que o seu nível de satisfação em relação ao parque é muito alto, destacando-se aspectos relacionados à limpeza e à boa relação com outros visitantes. As principais queixas se relacionaram ao mau estado de estradas de acesso, sanitários inexistentes ou precários e a ausência de guardas-parque em determinados lugares para atendimento ao público.

A realização de caminhadas e de excursões terrestres e lacustres é a principal motivação para a visita da maioria das pessoas que chegam ao Nahuel Huapi (APN, 2004). Segundo OTERO (1998), as atividades recreativas motrizes, ou seja, que por si só justificam o deslocamento das pessoas ao parque, são passeios panorâmicos aos atrativos naturais, atividades balneárias em lagos e rios, acampamentos, pesca de salmões, *trekking*, caça desportiva, montanhismo, *rafting* e outras atividades náuticas. Os principais atrativos que o parque oferece para recreação e turismo são o Monte Tronador, o lago Nahuel Huapi, os lagos Espejo, Espejo Chico, Correntoso, Villarino, Falkner, Hermoso e Frias, diversas montanhas, o Vale Encantado, a Ilha Victoria, dentre outros.

➔ Atividades educativas

O parque tem um departamento específico destinado ao desenvolvimento da educação ambiental. As estratégias utilizadas são bem variadas. Durante o período letivo, funcionários do parque visitam as escolas e fazem palestras sobre a destinação correta do lixo, o uso do fogo e a conservação florestal. Grupos escolares também visitam a unidade para realização de estudos sobre o meio ambiente. Outro trabalho educativo está sendo implantado para a interpretação ambiental com pessoas que têm deficiências visuais. Existe para tanto um rico material informativo em braille.

As atividades recreativas são bem próximas das educativas. O parque dispõe de abordagens interpretativas autoguiadas, que têm o intuito de sensibilizar, informar e orientar o visitante.

➔ Infra-estrutura para o uso público

- Centro de visitantes

Os centros de visitantes do parque estão localizados nos lugares de maior fluxo de pessoas, como em San Carlos de Bariloche, em Puerto Bless, na área do Tronador – Pampa Linda e na Vila La Angostura. Alguns centros, como o de Puerto Bless, têm exposição com abordagem interpretativa da natureza e da cultura do local. Outros têm painéis informativos relativos a aspectos específicos da área do parque em que o centro está instalado.

- Banheiros e vestiários

Os banheiros e vestiários estão distribuídos por inúmeras zonas do parque, além das portarias, centros de visitantes, refúgios, restaurantes etc. De um modo geral, têm boa manutenção, mas os visitantes consideram que o seu número é insuficiente em alguns lugares mais remotos do parque (APN, 2004). Nestes locais, poderiam ser implantados sanitários secos.

- Áreas de acampamento e piquenique

Existem áreas de acampamento organizados, onde são oferecidos serviços de alimentação, locais para barracas, banheiros, água potável, luz elétrica etc. Estas áreas estão distribuídas em vários lugares do parque. Também é permitido realizar acampamentos agrestes, onde não há infra-estrutura e os visitantes são orientados para a prática do mínimo impacto.

- Trilhas

Existem mais 500 km de caminhos, dentre trilhas e estradas, que cruzam o parque e permitem o acesso aos diferentes atrativos da área. Muitas trilhas formam circuitos e travessias, percorridos em um ou vários dias. Visitantes de diversas partes do mundo procuram o lugar para praticar andinismo.

O estado de conservação de algumas trilhas é precário. O acesso ao refúgio Otto Melling, na base do Tronador, está excessivamente erodido por ação da chuva e pelo trânsito de mulas e cavalos, que transportam os equipamentos de visitantes.

- Hotéis, pousadas, refúgios

O parque oferece opções de hospedagem por meio de prestadores de serviços. São hotéis, cabanas e refúgios que atendem a diferentes perfis de visitantes. Os refúgios funcionam como apoio nas travessias, que dão acesso pedestre a determinados atrativos, como paredões de escalada, montanhas, vales e lagos isolados. Os meios de hospedagem oferecem refeições aos hóspedes e a outros visitantes.

➔ Recursos financeiros

Os recursos financeiros do Parque Nacional Nahuel Huapi, a exemplo de como ocorre em outros parques da Argentina, são provenientes do orçamento da União. Uma parte variável dos recursos arrecadados com a cobrança de ingressos retorna à unidade. A definição do valor a ser pago pelas pessoas, para a visita ao parque, é feita pela Casa Central da APN. A Tabela 5.14 apresenta dados sobre os valores cobrados para visita em março de 2005.

Tabela 5.14 – Valores individuais cobrados para ingresso ao Parque Nacional Nahuel Huapi*

categoria	valor em reais (r\$)
estrangeiros	12,00
cidadãos argentinos	6,00
residentes na Província de Rio Negro ou Neuquén	3,00
estudantes universitários ou alunos de escolas nacionais	3,00
passê regional no Corredor dos Lagos (válido para 21 dias para residentes nacionais, maiores de 14 anos)	14,00

*Isenção para aposentados, pensionistas, deficientes físicos, moradores locais e menores de 14 anos.

Fonte: Administração do Parque Nacional Nahuel Huapi, 2005.

➔ Funcionários

Trabalham na unidade 60 guardas-parque, divididos pelas 24 sub-sedes, e cerca de 100 outros funcionários, entre servidores da APN e técnicos terceirizados. Existem sete pessoas que trabalham diretamente com uso público. Somente os guardas-parque têm conhecimentos específicos relacionados ao manejo do uso público.

Durante a temporada de verão, 30 a 40 voluntários são agregados à equipe do parque. A maioria destas pessoas é aspirante a guarda-parque, com interesse em ganhar experiência para seguir a carreira.

→ Participação na gestão do parque

Há duas comissões assessoras, compostas por representantes da comunidade, que opinam, em caráter consultivo, sobre o manejo da área. Uma delas é de Bariloche e a outra de Vila de Angostura. Participam das comissões: concessionários, operadores turísticos, representantes políticos e organizações não-governamentais. Apesar de existirem, dentro do parque, 70 comunidades rurais e três comunidades indígenas, elas integram as comissões. O subdiretor do parque explica que essas populações não estão organizadas e não têm uma representação como grupo.

Neste parque, é crucial a articulação da APN com os governos locais, com organizações não-governamentais e com o empresariado, pois as áreas urbanas de San Carlos de Bariloche, de Vila de Angostura e de Vila Traful estão praticamente dentro do parque. Aspectos como a expansão urbana, o desenvolvimento de atividades produtivas poluidoras, o uso da água, a destinação do lixo e outros influenciam direta ou indiretamente o parque. Apesar disso, o subdiretor menciona que a gestão participativa ainda está em fase inicial, mas percebe que o envolvimento da sociedade será cada vez mais intenso, uma vez que é preciso ter aliados, principalmente os que vivem próximos ou no interior do parque e os visitantes, para garantir a proteção da área.

→ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

O parque adotou um sistema de gestão da visitação no qual atividades comerciais e não-comerciais compartilham um mesmo espaço. A forma de organização da visita é opcional para o visitante. Existem informações, mapas e guias para realização de atividades de forma autônoma e diversas opções para as pessoas que preferem contratar serviços. *Trekking*, escalada, montanhismo, caiaque, canoagem, pesca desportiva e ciclismo podem ser realizados com ou sem a contratação de operadores ou guias de turismo. As atividades lacustres são concedidas. Foi definido que, onde há a oferta destes serviços, as embarcações autônomas podem navegar, mas não podem utilizar estruturas que foram licitadas como, por exemplo, os portos.

Segundo APN (2004), o Nahuel Huapi é o parque nacional que tem a maior quantidade de prestadores de serviços. Do total de prestadores existentes nos parques nacionais argentinos, ele abarca 35%. Ao todo, são 144 empresas terceirizadas, entre concessionárias e prestadoras de serviços. Os seguintes serviços são oferecidos por estas empresas: alimentação (restaurantes e cafeterias), hospedagem (hotéis, *campings*, refúgios e cabanas), transporte (traslado de San Carlos de Bariloche a Pampa Linda) e recreação e turismo (passeios lacustres em embarcações, caça desportiva, *rafting* e canoagem).

- Manejo de impactos e orientação ao visitante

O parque tem duas características que dificultam o manejo dos impactos da visitação. Uma delas é que há um sistema de caminhos e trilhas disperso e amplo, dificultando o controle adequado dos visitantes, uma vez que não há portarias em vários lugares. A outra é que as atividades concedidas estão concentradas em poucas localidades, como o Lago Nahuel Huapi, a Ilha Victoria e a Península Quetrihué, ocasionando um uso intensivo e massivo destas áreas.

A fim de minimizar os impactos nos lugares em que os visitantes chegam em grupos formados por centenas de pessoas, o parque adotou um revezamento entre os prestadores de serviços lacustres. Nas trilhas mais freqüentadas, os funcionários periodicamente se reúnem para analisar os impactos e estabelecer estratégias de minimização. Não é utilizado nenhum método específico de análise de mudanças aceitáveis no ambiente.

Para informar às pessoas sobre as regras de visitação e disponibilizar informações para a estada no parque, são utilizados painéis, placas e folhetos. O sítio da APN na Internet (www.parquesnacionales.gov.ar) tem uma página sobre o parque na qual são disponibilizados dados úteis à visita.

- Sinalização

Todas as trilhas são sinalizadas com placas ou marcações coloridas em rochas e árvores, para indicação de caminho. A maioria das placas é confeccionada em madeira talhada e é de boa durabilidade. Os próprios guardas-parque são qualificados para preparar a sinalização de sua seccional. Eventualmente, eles contam com o trabalho de voluntários para esta tarefa. A Figura 5.19 ilustra algumas placas do Parque Nacional Nahuel Huapi.

Figura 5.19 – Exemplos da sinalização utilizada no Parque Nacional Nahuel Huapi



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

Além das placas e dos painéis, nos centros receptivos, são comercializados mapas e guias e há trocas de informação sobre as trilhas e as oportunidades recreativas do parque. Em jornais e revistas de distribuição gratuita em Bariloche, são divulgadas orientações para a visita ao parque. A linguagem utilizada convida o visitante a contribuir para a conservação das montanhas do parque e para que cuide de sua segurança.

- Segurança do visitante

Em vista da diversidade de atividades recreativas e turísticas desenvolvidas no parque, diferentes estratégias são adotadas para aumentar a segurança do visitante, prevenir acidentes e intervir em casos de resgate. Uma delas foi o estabelecimento de uma linha telefônica, cuja ligação é gratuita, para uso em casos de quaisquer emergências dentro do parque - incêndios, acidentes, avalanches etc. Para potencializar esta estratégia, foram instaladas antenas de telefones celulares em pontos-chave da unidade. Além disso, o parque usa um sistema de rádio VHF para se interconectar os refúgios, as sub-sedes e os visitantes que portem este tipo de equipamento.

Além disso, os prestadores de serviços devem incluir um seguro de vida no valor cobrado para o passeio do visitante que contrata o serviço. Para buscas e resgates nas trilhas e montanhas, a administração do parque firmou uma parceria com a Comissão de Auxílio do Clube Andino de Bariloche. A Comissão é composta por um grupo de montanhistas experientes e voluntários que contribuem significativamente no resgate em altura ou em áreas remotas do parque. Este grupo de voluntários tem mais de 70 anos ininterruptos de serviço,

imbuído do espírito de solidariedade às pessoas que se aventuram na Cordilheira dos Andes (Club Andino de Bariloche, 1995).

➔ Principais dificuldades para a gestão da visitação

Segundo Pistarini, os principais problemas enfrentados no parque para a gestão da visitação são:

- ⇒ existência de inúmeros acessos não-supervisionados, dificultando o ordenamento adequado da visitação;
- ⇒ o pouco investimento na manutenção da infra-estrutura;
- ⇒ a especulação fundiária nas ocupações urbanas e rurais do entorno, causando o aumento da pressão sobre os recursos naturais.

➔ A importância da visitação para o parque

O subdiretor atribui a importância da visitação ao desenvolvimento de uma atividade econômica sustentável para as comunidades locais. Ele comenta que a maioria dos povos patagônicos que vivem próximos à Cordilheira dos Andes dependem do turismo. Além disso, Pistarini diz que a visitação em parques nacionais cria a oportunidade do ser humano se dar conta de que no mundo, estão restando poucos lugares com a natureza conservada e, assim, se sensibilizar para contribuir na proteção dos recursos naturais.

Parque Nacional Los Glaciares⁴

➔ Caracterização geral da visitação no parque

As montanhas e glaciares patagônicos encantam viajantes e aventureiros desde as primeiras expedições realizadas para a demarcação do território argentino e a identificação dos pontos culminantes do sul do país. Desde 1900, o Fitz Roy, a montanha mais famosa deste parque e um dos ícones do montanhismo mundial, já era admirado pelos homens que

⁴ As informações usadas nesta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com a coordenadora de uso público do parque, Carmem Torres, no dia 17/03/2005; de informações do Plano de Manejo do parque (APN, s/d); e de observações de campo da autora.

percorreram a área norte do parque. Carmem Torres, coordenadora de uso público, conta que o parque foi criado em 1937, mas a gestão da visitação só foi iniciada 9 anos depois.

As atividades de recreação e turismo permitidas são caminhadas de um dia e com pernoite, banho, ciclismo, escalada em rocha, montanhismo, acampamentos, cavalgadas, caminhadas sobre glaciares, pesca desportiva, canoagem e excursões lacustres. Os principais destinos dos visitantes, para desenvolvimento destas atividades, são: o Glaciar Perito Moreno, o Glaciar e Canal Upsala, o Glaciar e Canal Spegazzini, o Glaciar Onelli, o Glaciar Heim, o Glaciar e Canal Mayo, o Lago Roca, o Lago e Glaciar Viedma, a Laguna Capri, o Río Blanco, o Río Eléctrico, a Laguna de Los Três, a Laguna Sucia, a Laguna Madre e Hija, o Monte Torre e o Monte Fitz Roy.

Segundo a coordenadora de uso público, o perfil dos visitantes do parque é conhecido de forma empírica, pois ainda não há um sistema de levantamento de dados consistente. Todavia, uma pesquisa realizada pela APN (2004) mostrou que a maioria dos visitantes é de nacionalidade argentina, havendo 32% de estrangeiros. A faixa etária de 60% dos visitantes varia entre 19 e 45 anos idem, caracterizando um público adulto. De um modo geral, a motivação para a visita está ligada às atividades recreativas em ambientes naturais (caminhadas, escaladas, canoagem etc), ao descanso e ao aproveitamento da tranquilidade que o lugar oferece. Quanto à permanência, 43% dos usuários informaram que ficariam no parque de 1 a 3 dias. A experiência dos visitantes foi avaliada como muito positiva e o nível de satisfação com as atividades recreativas foi muito bom, para a maioria das pessoas. Sobre os serviços prestados por guardas-parque da APN, os visitantes teceram elogios e destacaram a cordialidade e o profissionalismo com que foram tratados.

➤ Atividades educativas

Segundo a coordenadora de uso público, as atividades educativas desenvolvidas no parque são visitas escolares e a realização de palestras em escolas e em eventos. Além das atividades citadas por Torres, as abordagens interpretativas guiadas e autoguiadas do parque são importantes meios para trabalhar a educação ambiental.

➔ Infra-estrutura para o uso público

- Centro de visitantes

Os centros de visitantes estão localizados em El Calafate e em El Chaltén. O centro de El Calafate situa-se na área urbana da cidade, junto à intendência do parque. O local funciona como um centro de referência para as pessoas que desejam visitar a unidade. Guardas-parque e voluntários trabalham no atendimento aos visitantes. Este centro tem uma exposição com animais empalhados, mapas e fotografias de toda área do parque.

O centro de visitantes de El Chaltén foi construído há cerca de três anos e está localizado na entrada do povoado. A administração do parque fez um acordo com empresas de ônibus e de turismo para que eles sempre parem neste local. Esta estratégia tem sido bastante exitosa, pois a maioria dos visitantes assiste a uma pequena palestra sobre o parque e sobre os cuidados que devem ter durante a visita e as normas de conduta. A exposição deste centro é interativa, com fotos, maquete e painéis interpretativos. As fachadas dos dois centros de visitantes são apresentadas na Figura 5.20.

Figura 5.20 – Centro de visitantes de El Chaltén (à esquerda) e de El Calafate (à direita) no Parque Nacional Los Glaciares



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

- Áreas para acampamentos

Existem inúmeras áreas de acampamentos neste parque. Elas foram estabelecidas para dar suporte às pessoas que realizam travessias ou trilhas com duração de mais de dois dias. Em algumas delas, há banheiros e pontos de água e em outras existe somente um espaço identificado, para a colocação de barracas. Nos acampamentos das trilhas mais freqüentadas, a

administração do parque monta uma base, na qual permanece um guarda-parque encarregado do ordenamento da visitação.

- Refúgio

A administração do parque construiu um refúgio, especialmente para escaladores que se destinam às paredes do Monte Fitz Roy. O refúgio tem uma estrutura de madeira e não dispõe de serviços. Localiza-se próximo ao acampamento Poincenot, na região de El Chaltén.

- Trilhas e passarelas

A maioria das trilhas do parque está localizada na região de El Chaltén. Estão delineadas como travessias e circuitos de caminhada, que podem ter duração de um ou vários dias. Os guardas-parque desta área têm se empenhado em sinalizar as trilhas e manejá-las com painéis e placas informativas, tornando-as autoguiadas.

Existe uma passarela com extensão de 2 km, para contemplação do glaciador Moreno. O acesso à passarela é gratuito e a estrutura está sendo adaptada para circulação de cadeira de rodas. O parque conta também com algumas rotas percorridas nos glaciares denominadas, comercialmente, “mini-trekkings”.

- ➔ Recursos financeiros

Os recursos financeiros do parque têm a mesma origem de outros parques nacionais do país, ou seja, do orçamento da União. Todavia, em vista da dotação orçamentária insuficiente, foi realizado um acordo com a instituição terceirizada, responsável pela cobrança de ingressos, de forma a destinar 10% do valor arrecadado diretamente para o parque, por meio de bens ou serviços prestados. Este valor adicional significa um aporte substancial nos investimentos necessários à gestão da unidade. Vale salientar que este é um procedimento informal, não previsto nas normas da APN. Na sub-sede de El Chaltén, foi colocada uma caixa de doações, uma vez que não há cobrança de ingressos nesta parte do parque. Embora os recursos assim arrecadados sejam muito úteis para a gestão, esta iniciativa também é irregular. Os valores cobrados para a visita são apresentados na Tabela 5.15.

Tabela 5.15 - Valores cobrados para visita individual ao Parque Nacional Los Glaciares, 2005*

categoria	valor em reais (r\$)
cidadãos argentinos	10,00
estrangeiros	30,00
residentes da província de Santa Cruz e estudantes universitários argentinos	5,00

* Isenção para menores de 14 anos e residentes em El Calafate

Fonte: Administração do Parque Nacional Los Glaciares, 2005.

➔ Funcionários

A equipe de profissionais do Parque Nacional Los Glaciares é formada por 20 funcionários da APN, 6 funcionários terceirizados e cerca de 12 pessoas contratadas temporariamente. Deste pessoal, há duas funcionárias que trabalham diretamente com o uso público no parque. A unidade tem um programa de voluntariado, cujas vagas estão disponíveis de outubro a abril. Anualmente, participam do programa 30 pessoas, aproximadamente.

➔ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

O Parque Nacional Los Glaciares oferece diferentes opções de organização de visitas às pessoas que desejam conhecê-lo. As visitas autoguiadas são permitidas para pessoas ou grupos de visitantes organizados de forma não-comercial. Grupos que visitam o parque, por meio de operadores turísticos, devem contratar o serviço de um guia local para realizar quaisquer atividades no interior da área protegida.

A área de El Calafate e a área de El Chaltén têm atividades de uso público praticamente distintas. A região próxima a El Calafate é caracterizada por um turismo em grande escala, desenvolvido por empresas concessionárias que oferecem opções de visitas caras e não-personalizadas. Os serviços prestados, por meio destas empresas são os de alimentação (restaurantes e cafeterias), de hospedagem (*camping*), de recreação e turismo (excursões em embarcações e *minitrekking* no glaciar Moreno) e de apoio à visitação (lojas de souvenir). Segundo APN (2004), as empresas concessionárias deste parque correspondem a 18% do total de prestadores de serviços dos parques nacionais argentinos.

A visitação na região de El Chaltén é desenvolvida de forma mais simples e mais barata para o visitante, embora os serviços sejam restritos a bares, restaurantes, *campings* e pousadas, localizados no povoado. Suzana Queiro, guarda-parque da sub-sede de El Chaltén⁵, menciona que a gestão da visitação é desenvolvida, nesta área do parque, de modo a que os visitantes vivenciem a liberdade de escolha e experiências singulares. Nas palavras de Queiro: “as pessoas vão buscar, na natureza, um contato com sua origem. Parece-me absurdo obrigar os visitantes a contratarem um guia ou um pacote de turístico, em que todos fazem as mesmas coisas.” Ela considera que a natureza “toca” a cada indivíduo diferentemente.

- Manejo de impactos e orientação ao visitante

De um modo geral, não é utilizado nenhum tipo de método ou procedimento sistematizado para manejo de impactos da visitação. Na área de El Chaltén, os guardas-parque percorrem diariamente as trilhas, observam as modificações no traçado dos caminhos, na vegetação, nas encostas e definem ações para minimizar os impactos. Um dos maiores problemas é a abertura de atalhos nas trilhas de montanha, ocasionando grandes sulcos erosivos. Para enfrentar esta dificuldade, foram colocadas placas indicativas de caminho e obstáculos que dificultam o uso dos atalhos. De um modo geral, considera-se que as trilhas estão bem manejadas.

Quanto à orientação ao visitante, o parque conta com diversos folhetos, divulgação de informações em revistas e jornais que circulam em El Calafate e painéis interpretativos nos centros de visitantes. Os guardas-parque são bastante cordiais no trato com os visitantes, disponibilizando inúmeras informações e prestando auxílio na escolha de atividades a serem desenvolvidas.

- Sinalização

Todas as trilhas do parque são sinalizadas. A maioria das placas é confeccionada em madeira, pelos próprios guardas-parque. Os painéis interpretativos são feitos com materiais variados, de acordo com a abordagem desejada. As mensagens das placas e a linguagem utilizada são elementos de destaque na sinalização do parque, pois usam expressões positivas e induzem um sentido de parceria no cuidado com o parque e dão sugestões para a visita. Alguns exemplos de placas e painéis são apresentados na Figura 5.21.

⁵ Entrevista concedida à autora em 19/03/2005.

Figura 5.21 – Exemplos da sinalização do Parque Nacional Los Glaciares



Fotos: Andrea Zimmermann, março de 2005.

- Segurança do visitante

As estratégias para proporcionar uma visita segura são adotadas de acordo com o tipo de atividade desenvolvida e de sua forma de organização. As empresas concessionárias já incluem, no valor cobrado aos seus clientes, o custo do seguro contra acidentes. Para as atividades realizadas de forma autônoma, na área de El Chaltén, os guardas-parque fazem o registro dos visitantes e do destino da visita. Eles têm um sistema de comunicação via rádio VHF, cuja frequência é divulgada aos montanhistas. Além disso, um grupo de voluntários da comunidade auxilia os funcionários do parque em casos de buscas e resgates. Existe também um número de telefone cuja ligação é gratuita para utilização em situações de emergência.

- ➔ Principais dificuldades para gestão da visitação

Na opinião da coordenadora de uso público, os principais problemas enfrentados na gestão da visitação são os precários equipamentos de apoio à visitação, como restaurantes, banheiros (em vista do grande fluxo de visitantes que o parque recebe) e os poucos funcionários.

➔ A importância da visitação para o parque

A visitação tem três grandes benefícios, na opinião de Torres, que são mostrar que o investimento que os cidadãos fazem nos parques é bem utilizado, gerar recursos para a comunidade local e educar as pessoas para que ajudem a cuidar da Terra. Ela considera que “só se gosta realmente de algo, quando se conhece. Tratamos de fazer as coisas de modo que cada um tenha suas próprias experiências e aprendizados.” E questiona: “de que servem os parques se as pessoas têm atitudes insustentáveis nas cidades?”.

Parque Nacional Quebrada del Condorito⁶

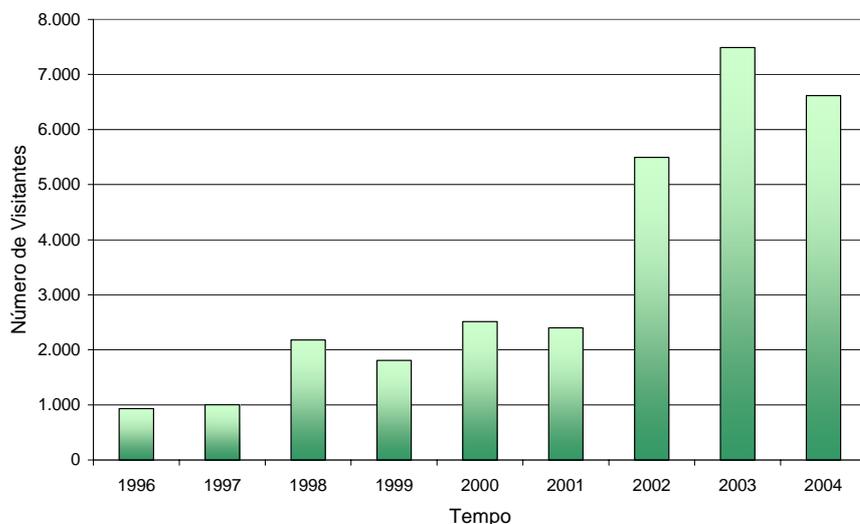
➔ Caracterização geral da visitação no parque

Antes da criação do parque, esta área era visitada por montanhistas e grupos de escaladores que realizavam grandes travessias, buscavam os cumes da Serra Grande, as paredes graníticas e a liberdade do contato com a natureza. Com a melhoria de acessos, aos poucos, outras pessoas começaram a frequentar esta região para caminhar, pescar, passear, voar de asa delta e parapente, de modo que, quando o parque foi criado, já havia expressiva demanda de visitantes para área. O diretor menciona que uma das primeiras ações da administração do parque foi iniciar o ordenamento da visitação. Atualmente, em função do baixo grau de implantação do parque, as oportunidades de atividades recreativas são reduzidas a caminhadas de um dia e com pernoite, ciclismo, acampamentos, escalada em rocha e pesca desportiva.

Desde 1999, guardas-parque e técnicos da área de uso público da Delegação Centro da APN vêm sistematizando informações para conhecer os visitantes do parque e melhorar o atendimento. Nota-se, no Gráfico 5.21, o incremento no número de visitantes ano após ano. Vale destacar que, entre 1999 e 2004, a quantidade de visitantes cresceu mais do que 100%.

⁶ As informações usadas nesta seção foram obtidas por meio de uma entrevista realizada com o diretor do parque, Dario Ramírez, no dia 31/03/2005; de informações do Plano de Uso Público do parque (APN, 2005); e de observações de campo da autora.

Gráfico 5.21 – Visitantes do Parque Nacional Quebrada del Condorito de 1996 a 2004



Fonte: Administração de Parques Nacionais, Delegação Regional Centro, 2004.

Uma pesquisa exploratória, realizada pela Delegação Regional Centro da APN de 2003 a 2004, possibilita uma caracterização aproximada do perfil dos visitantes deste parque (APN, 2004). A maioria dos visitantes (85%) é de cidadãos argentinos. Destes, 75% são moradores de das cidades de Córdoba e de Buenos Aires. Dentre os estrangeiros, predominam europeus e brasileiros. Foi registrado um alto percentual de visitantes com faixas etárias idades entre os 19 e 45 anos. Esta característica é atribuída ao acesso pedestre ao parque, que torna o percurso pouco atraente para idosos e crianças. Quanto à forma de organização da visita, a maior parte dos visitantes vai ao parque com grupos de amigos, ainda que a presença de casais (18,2%) e de familiares (16,5%) seja significativa. O percentual de 26,5% dos visitantes contratou um guia para realizar a sua visita.

O tempo de permanência dos visitantes no parque é curto para a maioria (74%), já que permanecem somente um dia na unidade. As principais motivações para a visita são conhecer o parque e apreciar a natureza, por meio de caminhadas (98%), de escaladas e de ciclismo de montanha. Os principais atrativos são a Quebrada del Condorito, os condores e a paisagem das serras. Quanto ao nível de satisfação, os visitantes mostraram que gostaram muito da qualidade do atendimento prestado pelos guardas-parque, dos folhetos sobre a unidade e do asseio das áreas de uso público.

➔ Atividades educativas

A educação ambiental é desenvolvida por meio de visitas de grupos escolares e de palestras que os guardas-parque realizam em escolas das comunidades vizinhas. O acesso pedestre e o fato de o centro de visitantes ainda estar inacabado dificultam um trabalho educativo mais amplo. O diretor considera que atividades recreativas devem ser complementadas por abordagens educativas. Deste modo, existe sinalização interpretativa para visitas autoguiadas e os folhetos informam os visitantes sobre aspectos naturais e culturais.

As atividades educativas também são desenvolvidas em projetos que visam estimular atividades sustentáveis no entorno do parque, por meio de oficinas temáticas, da elaboração e distribuição de cartilhas, de capacitações com docentes e líderes comunitários, dentre outros.

➔ Infra-estrutura para o uso público

▪ Centro de visitantes

O centro de visitantes está localizado a dois quilômetros da entrada para pedestres. É uma construção ampla, com sanitários, vestiários e acesso para cadeiras de rodas. A exposição do centro ainda não foi instalada, de modo que esta estrutura serve mais como um ponto de apoio aos visitantes do que como um espaço para interpretação ambiental.

▪ Trilhas e mirantes

O sistema de trilhas do parque contempla o total de 94 km de caminhos e percursos. Entretanto, atualmente, o acesso à zona sul do parque está interditado por causa do alto risco de acidentes em um dos trechos da trilha, onde é necessário cruzar a Quebrada del Condorito. O processo de abertura de novas trilhas e de construção de uma ponte sob o rio Condorito está em fase contratação de empresas especializadas. O parque tem um mirante natural na Quebrada del Condorito, equipado com guarda-corpo, para contemplação da paisagem e avistamento de condores.

- Áreas de acampamento e refúgio

As áreas de acampamento do parque são espaços simples, destinados à montagem de barracas, que não contam com serviços e nem com infra-estrutura de apoio. O refúgio do parque está localizado na área sul e é gerenciado por uma empresa terceirizada.

- ➔ Recursos financeiros

18% dos recursos financeiros do parque são originários do orçamento da União. A maior parte do valor investido na área vem do Banco Mundial, por meio de um projeto do *Global Environmental Fund*, que financia 100% de investimentos em infra-estrutura, equipamentos e veículos e, ainda, 82% dos gastos relativos à manutenção do parque.

Não há cobrança de ingressos para visita. O diretor explica que os serviços oferecidos ainda são muito incipientes e não se justificaria cobrar por eles.

- ➔ Funcionários

17 servidores da APN trabalham no parque. Dentre eles, 13 estão lotados diretamente na área e quatro desenvolvem trabalhos na intendência da unidade, localizada na Vila Carlos Paz. Não existem funcionários que trabalhem especificamente com uso público e nenhum participou de capacitações para gestão da visitação. O número de voluntários que atua na unidade é variável. Em março de 2005, havia três voluntários trabalhando no parque.

- ➔ Participação na gestão do parque

O parque tem um Conselho Consultivo, composto por representantes de diversos segmentos organizados das comunidades do entorno. São desenvolvidos projetos participativos, com apoio do GEF, de incentivo ao uso sustentável no entorno.

➔ Gestão da visitação

▪ Serviços de apoio e formas de organização da visitação

A forma de organização da visita ao setor noroeste é uma opção do visitante, pois as trilhas são autoguiadas, facilitando a visita autônoma. Na área sul do parque, é obrigatória a contratação de um condutor de visitantes credenciado pela APN. O diretor explica que essa medida foi tomada a fim de prevenir acidentes em áreas mais isoladas. Ele diz que, no início, os excursionistas experientes e andinistas reclamavam e se indignavam com a proibição. Com o tempo, as pessoas se acostumaram, as pressões cessaram e as restrições foram mantidas. Ramirez comenta que:

“As pessoas que visitam este parque crêem que os guardas-parque têm mais autoridade do que eles realmente têm. O mesmo não ocorre em parques como Nahuel Huapi, pois há muitíssimas demandas, inclusive históricas, na área e as pessoas têm conhecimento dos seus direitos. Nestas condições, não se pode simplesmente proibir.”

Os serviços oferecidos aos visitantes são incipientes. Existe uma empresa prestadora de serviços que gerencia o refúgio e promove cavalgadas na área do parque. O atendimento ao visitante, a segurança, a limpeza e a manutenção das áreas de uso público são desenvolvidos pelos funcionários.

▪ Manejo de impactos e orientação ao visitante

A verificação de alterações no ambiente, em decorrência da visitação, é realizada frequentemente pelos guardas-parque, embora não utilizem um método específico e nem tenham um procedimento definido. Como a visitação se concentra em apenas uma parte do parque, periodicamente, um dos funcionários percorre as trilhas, propõe e executa ações de manejo. De um modo geral, as trilhas e espaços de uso público estão em bom estado de conservação.

Os guardas-parque também se dedicam à orientação ao visitante em relação aos atrativos, à segurança, ao mínimo impacto, dentre outros aspectos. As informações, recomendações e normas para a visita constam em folhetos, em sítios na Internet e em painéis informativos. A pouca quantidade de informações sobre o parque e a divulgação incipiente da unidade foram aspectos apontados pelos visitantes na pesquisa realizada por APN (2004).

- Sinalização

A trilha que dá acesso à Quebrada del Condorito tem sinalização interpretativa, informativa e de indicação de caminho. As placas e painéis foram confeccionados em madeira talhada e, em vista das neblinas frequentes, foram instalados adesivos refletivos que facilitam a localização com baixa visibilidade. O diretor conta que o número de pessoas perdidas no parque diminuiu muito com a implantação desta sinalização. Outro aspecto interessante das placas é que elas têm um número indicador em ordem crescente que ajuda o visitante a ter noção de quanto do caminho ele já percorreu. As áreas de acampamento também são sinalizadas com painéis que informam o que é permitido fazer naquele local. Para facilitar a compreensão desta descrição, são apresentadas algumas fotografias dos sinais na Figura 5.22.

Figura 5.22 - Sinalização do Parque Nacional Quebrada del Condorito



Fotos: À esquerda e à direita, Andrea Zimmermann e, ao centro, APN (março de 2005)

Vale destacar que somente o setor noroeste do parque está sinalizado. A maior parte da área não conta com indicações de caminho ou placas informativas. O planejamento da sinalização e da abordagem interpretativa do parque é um dos entraves apontados por APN (2005) à visitação no parque.

- Segurança do visitante

De acordo com o diretor, os acidentes ocorridos no parque são eventuais. Deste modo, a estratégia de segurança do visitante está centrada no trabalho desenvolvido pelos guardas-parque, que são treinados para atuar em situações de emergências e contam com comunicação via rádio VHF e com telefones celulares. Nas placas informativas, está disponibilizada a frequência VHF que o parque usa e os telefones para contato, em caso de acidentes. Além disso, para apoio em situações graves, a direção tem uma parceria com o Corpo de Polícia Especializada em Emergências e com o Clube de Andinismo de Carlos Paz.

→ Principais dificuldades para gestão da visitação

Segundo Ramírez, um dos aspectos que mais preocupam a direção do parque, na gestão da visitação, é a morosidade em implantar acessos veiculares e instalar a infra-estrutura do parque em sincronia com a licitação de concessão de serviços. Ele aponta que foi feito um estudo de mercado que estima uma demanda de 60.000 visitantes/ano, a partir do momento que a unidade estiver com a infra-estrutura para visitação pronta. Não obstante, a direção teme que isso ocorra sem o suporte de empresas concessionárias para auxiliar no ordenamento de atividades recreativas e turísticas.

APN (2005) aponta como entraves à gestão da visitação a escassa oferta recreativa e interpretativa da área, a utilização de meios interpretativos incompletos e não-planejados e a informação insuficiente sobre o parque à população que vive no entorno da unidade.

→ A importância da visitação para o parque

Para o diretor, a visitação objetiva sensibilizar as pessoas para a importância da conservação da natureza e da criação deste parque. Ele considera fundamental que as pessoas se sintam incluídas, compreendam que o parque é de todos e que sua proteção depende da contribuição da sociedade.

Discussão dos resultados

A visitação, nos parques nacionais argentinos, é uma demanda crescente da sociedade. A Administração de Parques Nacionais reconhece o uso público em áreas protegidas como um direito do cidadão e se dedica ao desafio de oferecer oportunidades recreativas e turísticas nos diferentes parques nacionais do país. Um indicador disto é que praticamente todos os parques nacionais argentinos estão abertos à visitação. Isto não significa que estas unidades estejam isentas de problemas na gestão das atividades de recreação e turismo, pois alguns entraves evidentes prejudicam o manejo da visitação nos parques nacionais como todo. Um deles é a precária sistematização de informações sobre os diferentes aspectos relacionados à visitação. Sem dados consistentes, a efetividade das ações desenvolvidas para a gestão da visitação dificilmente será mensurada e reconhecida. Este aspecto envolve outro, que se refere à comunicação falha e morosa entre a direção dos parques nacionais e a Casa Central da APN.

Em que pese as dificuldades de gestão da visitação, há aspectos valiosos na administração dos parques nacionais argentinos e que contribuem muito para enfrentar o desafio de prestar um trabalho de qualidade ao cidadão e de proteger o meio ambiente. Um destes fatores são os guardas-parque. A sua qualificação e o processo de contratação dos mesmos, que envolve a realização prévia de trabalhos voluntários nos parques, a capacitação específica e uma seleção apurada, potencializam a força de trabalho e proporciona a melhoria contínua de sua gestão. A cortesia, o bom atendimento e o profissionalismo dos guardas-parque se destacaram nos resultados das pesquisas realizadas pela APN (2004) junto a visitantes dos três parques estudados.

Vale salientar também que, desde a criação do primeiro parque argentino, estava presente a destinação deste tipo de espaço para o uso público, para propiciar vivências e interações do ser humano com a natureza. Assim, a visitação em áreas protegidas foi internalizada na cultura institucional da APN e na sociedade argentina, principalmente a urbana, que, segundo Otero (1998, p. 78), tem a necessidade de “se reencontrar com a natureza, com a essência de cada lugar que visita enquanto seu patrimônio natural e cultural e, fundamentalmente, de ser um protagonista destas buscas”.

Neste sentido, os gestores da área de El Chaltén, no Parque Nacional Los Glaciares, têm se empenhado em manejar o lugar, de modo a que as pessoas tenham experiências próprias e aprendizados a partir de vivências singulares e autônomas. O manejo desta zona se caracteriza por ordenar a visitação pela disseminação de informações sobre a área, pelo oferecimento de meios interpretativos guiados e autoguiados, por entender o visitante como ator que pode contribuir na conservação da área e por envolver a comunidade na gestão do parque. A diminuição de atalhos em trilhas, o bom estado de conservação de placas e painéis e o *feedback* dos visitantes são indícios de que estas estratégias têm obtido êxito.

O manejo dos impactos nos três parques é realizado de forma empírica, sem o uso de metodologias de acompanhamento das mudanças no ambiente. Em parques como o Nahuel Huapi, que tem grandes extensões de trilhas e inúmeras oportunidades recreativas, o manejo é incipiente. A realização de parcerias e acordos com clubes de andinismo, com empresas concessionárias, com grupos de voluntários e com comunitários que vivem no interior do parque seria bastante útil no monitoramento de impactos e no controle da visitação.

A experiência dos parques Nahuel Huapi e Los Glaciares mostra que é possível conciliar a oferta de atividades não-comerciais com atividades comerciais na mesma área. Este aspecto é importante, porque a terceirização de serviços de visitação nos parques é uma tendência, em diversos países, que pode encarecer a visita às áreas protegidas, criando uma barreira ligada ao nível de renda para visita aos parques e restringindo a liberdade das pessoas desenvolverem atividades recreativas e exercerem o direito de escolha de contratar ou não um serviço.

Quanto a isto, o depoimento do diretor do Parque Nacional Quebrada del Condorito faz alusão a um aspecto-chave na gestão de um bem público: a demanda da sociedade. Ou seja, em parques, como o Nahuel Huapi, onde há forte demanda de excursionistas e montanhistas para a visita sem o acompanhamento de guias, condutores ou operadores de turismo e os gestores são acessíveis, não se pode simplesmente estabelecer uma norma proibitiva. É preciso criar estratégias para determinar como é possível conciliar diferentes públicos, interesses e oportunidades recreativas na mesma área protegida.

Um dos caminhos para isto é a adoção de um sistema eficaz de ordenamento da visitação e de segurança do visitante. Os parques Nahuel Huapi e Los Glaciares têm um sistema consolidado de parcerias, de comunicação e de controle de excursionistas e montanhistas, o qual possibilita resposta rápida em casos de emergências. Além disso, os prestadores de serviços incluem seguro de vida aos visitantes que contratam seus serviços e apóiam os guardas-parque em caso de eventualidades.

Sobre a relação entre educação e recreação, os depoimentos tanto dos técnicos da coordenação de uso público da APN, quanto os dos gestores dos três parques percebem estes elementos como complementares. As abordagens interpretativas dos parques, as estratégias de educação ambiental e os tipos de oportunidades recreativas oferecidas combinam o aprendizado, a vivência, a valorização da liberdade, o prazer de estar em ambientes naturais, a contemplação e a conservação da natureza. A visão de que a valorização do meio ambiente pelo ser humano se dá—na medida em que ele o conhece, vivencia e sente os elementos naturais, está bastante presente na forma pela qual os parques argentinos são manejados.

CONCLUSÃO

As considerações finais deste estudo estão organizadas em três partes: a primeira contempla as reflexões realizadas a partir dos resultados; a segunda apresenta sugestões para o aperfeiçoamento da gestão da visitação nos parques nacionais brasileiros; e a terceira traz sugestões para a realização de novos estudos relacionados à temática desta investigação.

1) Reflexões sobre os resultados

O aprendizado dos visitantes a partir das experiências recreativas vivenciadas em parques nacionais

Os resultados da pesquisa realizada com visitantes vão ao encontro da hipótese de que a visitação em parques nacionais influencia as atitudes das pessoas, no sentido de se tornarem sensíveis e contribuir para a conservação do meio ambiente. O efeito da experiência recreativa em parques nacionais, no dia-a-dia das pessoas, foi evidenciado por três benefícios principais:

- ⇒ o aprendizado para a conservação do meio ambiente;
- ⇒ a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar pessoal;
- ⇒ o desenvolvimento espiritual.

O aprendizado para a conservação da natureza parece acontecer em dois níveis: um de reflexão e outro de atitudes práticas. O nível de reflexão aponta para o alcance de uma visão ampla, de preocupação das pessoas com o consumo dos recursos naturais e com o impacto da urbanização no ambiente, mas não estabelece uma relação direta com a vida cotidiana. O nível de atitudes práticas indica o alcance de uma postura crítica quanto à importância da conservação ambiental, do estímulo para desenvolver ações no sentido de contribuir na conservação do meio ambiente no dia-a-dia, como reciclar lixo, poupar energia e água, consumir alimentos orgânicos, dentre outros.

Foi percebido também que estes aprendizados estão associados à frequência de visitas e à qualidade da experiência recreativa que as pessoas têm em parques nacionais. Neste sentido, as dez principais sugestões dos respondentes do questionário para tornar a visita aos parques mais interessante e proveitosa foram:

1. divulgar os parques, disponibilizar mais informações sobre as UC e orientar o visitante;
2. dotar os parques de melhor infra-estrutura de apoio à visitação;
3. ordenar a visitação, com a adoção de estratégias de contenção de impactos;
4. não obrigar as pessoas a contratarem o serviço de condutores de visitantes;
5. oferecer oportunidades para que os visitantes participem de atividades de educação e interpretação ambiental;
6. disponibilizar mapas e sinalizar as trilhas;
7. estruturar um sistema de trilhas autoguiadas;
8. estruturar áreas para acampamentos;
9. disponibilizar serviços de condutores locais de visitantes;
10. qualificar os funcionários para atendimento aos visitantes.

A disponibilização de informações sobre os parques, a orientação ao visitante, a melhoria da infra-estrutura e o ordenamento da visitação são aspectos que denotam a necessidade de estruturação dos parques nacionais, para melhorar o atendimento ao público. Quando a isto, os estudos de caso realizados mostraram que o potencial educativo de atividades recreativas é considerado relevante pelos diretores dos parques pesquisados, mas parece que ainda não foi aproveitado na prática de gestão dos parques nacionais brasileiros. A educação ambiental e a visitação ainda são planejadas e desenvolvidas como ações distintas, apesar de existirem correlações entre elas. A maioria das ações de educação ambiental está focada em abordagens formais e em visitas escolares.

Boa parte das sugestões feitas pelos participantes da pesquisa remete t mbe m ao seu desejo de vivenciar experiências próprias e aut nomas em parques nacionais. Em relação a isto, um aspecto latente na opinião de um grupo significativo de pessoas e do presidente da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada é a não-obrigatoriedade da contratação dos serviços de condutores de visitantes ou de pacotes turísticos para a visita aos parques nacionais. Para isto, é preciso diminuir as restrições   recreação, com a incorporação de estratégias de ordenamento e controle da visitação pautadas em maior conhecimento sobre os visitantes e sobre as atividades recreativas. Isso pode ser feito com parcerias com entidades representativas de excursionistas e montanhistas e com grupos voluntários, para aumentar a segurança dos visitantes. Estes grupos poderiam atuar na prevenção de acidentes e em resgates, dentre outros. Além disso, ficou explícita a disposição da Confederação Brasileira de

Esportes de Montanha de atuar na qualificação técnica de excursionistas e de contribuir para a prática do mínimo impacto em ambientes naturais.

A concepção institucional da visitação em parques nacionais dos três países foco do estudo

Muitas dificuldades de gestão da visitação em parques nacionais são compartilhadas por parques do Brasil, da Argentina e do Equador. Um dos aspectos-chave que distingue a concepção institucional nestes países é a forma como a visitação é desenvolvida nos parques nacionais, apesar destas dificuldades.

Durante bastante tempo e ainda hoje, num lento processo de mudança, a concepção da gestão dos parques brasileiros foi pautada na premissa de que presença humana seria uma ameaça à conservação da biodiversidade. Por isso, mesmo que as pessoas estivessem na condição de visitantes, dever-se-ia evitar o seu acesso aos parques nacionais, mantendo-os fechados à visitação ou limitando a oferta de atividades recreativas, até que as unidades estivessem devidamente estruturadas.

Tanto na Argentina quanto no Equador, a lógica adotada é diferente. O pressuposto de gestão é que o acesso aos parques nacionais é um direito do cidadão. Buscam-se respostas à seguinte questão: diante da situação de determinado parque, **como** é possível desenvolver a visitação pública? Note que esta concepção, ao invés de manter os parques fechados, envolve o envolvimento da sociedade na gestão dos espaços protegidos, permitindo a visitação nos parques e promovendo meios para conciliar a presença de visitantes com a conservação da natureza.

A gestão da visitação nos parques nacionais

A gestão da visitação em parques nacionais pode ser influenciada por diversos fatores, dentre os quais se destacam:

- ⇒ a concepção institucional do órgão responsável;
- ⇒ as condições de trabalho na UC (infra-estrutura, acesso, tipo de atrativo, pessoal etc);
- ⇒ a qualificação dos funcionários;
- ⇒ a vontade e a criatividade dos gestores para criar estratégias de incentivo à visitação;

⇒ a demanda da sociedade para a realização de atividades recreativas.

Foi percebido que estes e outros fatores atuam de forma associada, refletindo-se na maneira como a visitação é organizada nos parques, no tipo de oportunidade recreativa oferecida, no serviço prestado aos usuários etc. O manejo da visita o na região de El Chaltén, do Parque Nacional Los Glaciares, mostra que   possível oferecer diferentes oportunidades recreativas, prestar um atendimento de qualidade ao visitante e ordenar a visita o, mesmo sem existirem as condi es ideais de infra-estrutura e de recursos orçamentários. Os pontos-chave da gestão neste local são a estrutura o e a sinaliza o de trilhas e acampamentos, o trabalho em parceria para controle e segurança dos visitantes, a disponibiliza o de informa es pertinentes à visita e o conhecimento prático dos guardas-parque sobre as atividades desenvolvidas.

O caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, por outro lado, ilustra uma situa o em que os fatores que influenciam a gestão da visita o combinaram-se de outra maneira, levando a uma gestão restritiva da visita o. Considera-se que este modelo deva ser evitado, porque se pautou por reduzir as oportunidades recreativas e os serviços públicos prestados aos cidadãos, além de limitar a experiência recreativa a um pacote fechado, pois todos os visitantes têm que fazer os mesmos trajetos, da mesma maneira, sempre com um serviço contratado.

A disponibiliza o de infra-estrutura e serviços de apoio   visita o é um fator que pode contribuir muito na gestão da visita o nos parques nacionais. Em vista dos escassos recursos orçamentários dos parques nacionais brasileiros, a terceiriza o dos serviços pode ser uma boa alternativa para a estrutura o das unidades. Não obstante, é fundamental considerar que os parques nacionais são bens públicos e que a contrata o de serviços deve ser uma op o para as pessoas e não uma condi o para a visita.

A experiência dos parques nacionais argentinos Nahuel Huapi e Los Glaciares mostra que, na prática, isto é possível, por meio da disponibiliza o de variadas op es recreativas aos visitantes. Estes casos revelam também que, em um mesmo ambiente,   possível conciliar produtos turísticos com atividades recreativas e esportivas realizadas de forma aut noma. No Brasil, este aspecto está respaldado pelos princípios das *Diretrizes para Visita o em Unidades de Conserva o* que estabelecem que a visita o deva ser promovida de forma

democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às unidades de conservação e que o planejamento e a gestão da visitação devem considerar múltiplas formas comerciais e não comerciais de organização da visitação.

A participação da sociedade civil organizada e de outras instituições públicas na gestão da visitação em parques nacionais tem sido uma iniciativa exitosa nos três países estudados. O trabalho em parceria potencializa a atuação dos gestores dentro da UC, uma vez que representa um aporte de força de trabalho e de conhecimento técnico e estabelece um espaço de discussão e articulação com as comunidades do entorno, com o poder público local e com a iniciativa privada. A visitação envolve a área do parque, mas também o contexto regional em que ele se insere, porque contribui para o desenvolvimento do arranjo produtivo local da atividade turística e porque a UC é suscetível aos impactos da ocupação e da ação humana em sua zona de amortecimento.

Um dos aspectos críticos na gestão dos parques nacionais brasileiros, observado também na Argentina e no Equador, é a sistematização e disponibilização incipientes dos dados sobre a visitação. As informações sobre quantidade de visitantes são inconsistentes e não se traduzem numa série histórica confiável para análise; o perfil dos visitantes é conhecido apenas impressionisticamente; pouco se sabe sobre o nível de satisfação dos usuários e de suas demandas, dentre outros aspectos. Nesta situação, o planejamento de políticas públicas e a avaliação de sua efetividade são bastante dificultados.

A importância da visitação em parques nacionais

As sondagens feitas junta a gestores dos parques nacionais sinalizam que a importância da visitação nos parques nacionais é atribuída a dois principais fatores:

- ⇒ a oportunidade de sensibilização ambiental e de estabelecimento de um gradual compromisso dos visitantes com a conservação não só do parque, mas do ambiente num contexto amplo e;
- ⇒ à geração de renda para a comunidade vizinha ao parque, o que contribui para melhoria de sua qualidade de vida e para que ela ajude a proteger o parque, diminuindo a pressão sobre os recursos naturais.

2) Sugestões para o aprimoramento da gestão da visitação em parques nacionais brasileiros

- ➔ Sugere-se ao IBAMA empenho para tornar as *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação* conhecidas dos gestores de parques e dos técnicos que atuam nas áreas protegidas.
- ➔ Mudança na concepção institucional da gestão da visitação nos parques nacionais brasileiros, a fim de ampliar o número de parques abertos ao público. Para isso, seria conveniente que os gestores de parques nacionais tratassem as *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação* como norteadoras da gestão da visitação e adotassem estratégias locais que considerem as características do parque, o perfil dos visitantes, as oportunidades recreativas, as possibilidades de parcerias e de gestão participativa, dentre outros. Cada parque tem realidades diferentes e as condições mínimas para torná-los acessíveis aos visitantes podem ser distintas.
- ➔ Sugere-se evitar a utilização de exemplos emblemáticos como “receitas de bolo”, como o caso do Parque Nacional do Iguaçu.
- ➔ Recomenda-se que os gestores de parques nacionais, em nível federal e local, atuem na gestão do conhecimento sobre a visitação nos parques nacionais, por meio da sistematização de informações, a fim de obter subsídios para planejar ações de melhoria do uso público, de mensurar os resultados de políticas, programas e projetos desenvolvidos para a gestão da visitação.
- ➔ Sugere-se que o Ministério do Meio Ambiente atue na articulação institucional para a formação de redes de intercâmbios presenciais e não-presenciais entre profissionais que atuam na gestão de áreas protegidas, em nível internacional, a fim de compartilhar experiências, aprendizados, informações e práticas de gestão. Isto pode se dar por meio de acordos e convênios interinstitucionais para a realização de visitas técnicas, de comunidades virtuais, de oficinas de trabalho, de encontros, dentre outros.

- Qualificação e sensibilização de gestores e técnicos de UC em manejo da visitação, para que trabalhem com foco na prestação de um serviço de qualidade ao cidadão, democratizando o acesso, diversificando as ofertas e ampliando o acesso aos parques. Esta ação poderia ser implantada, em médio prazo, pelo IBAMA, como uma das etapas do *Programa Estruturante para o Ecoturismo em Unidades de Conservação, focando os Parques Nacionais*.
- Aperfeiçoamento do manejo da visitação por meio da incorporação de conhecimento tácito, pelos diretores e outros funcionários de parques nacionais, sobre as atividades recreativas realizadas em ambientes naturais. A idéia é que os funcionários dos parques, ao experienciar a descida de um cânion, a chegada ao cume de uma montanha, a caminhada em uma trilha de travessia, possam ver, sentir e perceber como aprimorar a gestão da visitação no parque. A experiência possibilita o conhecimento real sobre atividades técnicas, como, por exemplo, a escalada, desmistificando aspectos relacionados à segurança do visitante e também aos impactos ambientais.
- Sugere-se que os gestores de parques tratem a visitação como um processo educativo. Para isso, pode-se investir em abordagens interpretativas e meios não-formais de educação ambiental, estreitando os laços entre a gestão da visitação e a educação ambiental.

3) Sugestões de estudos e pesquisas

A gestão da visitação em parques nacionais e o potencial das atividades recreativas como instrumento de sensibilização ambiental são temas fascinantes e certamente outros estudos podem explorá-los como objeto de análise, aprofundando aspectos suscitados na presente pesquisa. Seria interessante estudar a influência de experiências recreativas nos parques nacionais no comportamento das pessoas. Esta investigação iria além de questionários e buscaria meios de verificar, ao longo do tempo, esta influência.

Convém também investigar os benefícios da visitação no arranjo produtivo local do turismo estabelecido em torno de um parque nacional. Neste sentido, quais seriam os ganhos diretos e indiretos na economia local e na qualidade de vida da população?

O caso do Parque Nacional Cajas mostrou êxito no desenvolvimento da gestão descentralizada. Considerando a dimensão do Brasil e as dificuldades de manejo das UC, seriam pertinentes estudos sobre as vantagens e desvantagens da descentralização da gestão das unidades de conservação brasileiras.

Por fim, sugere-se a realização de outros estudos que considerem conjuntamente a realidade das áreas protegidas da América do Sul, pois se percebe diversas similaridades entre os países. As possibilidades de crescimento a partir do conhecimento das experiências dos países vizinhos são riquíssimas.

Este estudo mostrou que a incorporação de uma prática de gestão conciliatória e democrática amplia os benefícios da existência deste bem público que é o parque nacional. À medida que os visitantes têm experiências ricas e gratificantes, eles levam os aprendizados para a sua vida cotidiana e se envolvem na proteção ambiental de distintas maneiras. É a própria natureza tocando no coração e na sensibilidade de nós, seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Plan de Manejo del Parque Nacional Nahuel Huapi**. San Carlos de Bariloche: APN, 1986. 101p.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Reglamento de Guías de los Parques Nacionales y operadores de excursiones**. Buenos Aires: APN, 1983.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Marco normativo de los servicios a los visitantes en jurisdicción de la Administración de Parques Nacionales**. Buenos Aires: APN, 2002.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. Resolución 092 de 30 de abril de 2003. Dispõe sobre la metodología para planificar el uso público en áreas protegidas bajo jurisdicción de la Administración de Parques Nacionales.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Plan preliminar de manejo del Parque Nacional Los Glaciares**. El Calafate: APN, s/d. 118p.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Plan de gestión institucional para los parques nacionales**. Buenos Aires: APN, 2001.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Evolución de las visitas y estudio de la demanda turística en las áreas protegidas de jurisdicción de la APN – Región Patagonia**. San Carlos de Bariloche: APN, 2004.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **El nacimiento de los Parques Nacionales argentinos**. Buenos Aires: APN, 2004.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Perfil de la demanda del Parque Nacional Quebrada del Condorito**. Córdoba: APN, 2004.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Capacitar guardaparques latinoamericanos: herramientas y conceptos novedosos para el manejo de áreas protegidas**. In: Parques Nacionales: nuestro patrimonio natural y cultural. Buenos Aires: APN, 2005. Año 2. No. 2. p. 44-45.

ADMINISTRACIÓN DE PARQUES NACIONALES. **Plan de Uso Público del Parque Nacional Quebrada del Condorito y Reserva Hídrica Provincial de Achala**. Córdoba: APN, 2005. (inédito)

AGATE, E. **Footpaths: a practical handbook**. United Kingdom: Eastern Press Ltd, 1992. 193p.

ALBRIGHT, H. M., DICKENSON, R. E. e MOTT, W. P. Jr. **National Park Service: the story behind the scenery**. USA: KC Publications, 1987. 96p.

ANHALZER, J. **Cotopaxi y montañas aledañas**. Ecuador, Quito: Imprenta Mariscal, 2004. 30p.

ARGENTINA, Lei 22.351 de 12 de dezembro de 1980. Dispõe sobre parques e reservas nacionais e monumentos naturais. Disponível em: <http://www.medioambiente.gov.ar> . Acesso em: 20/01/2005.

BARROS, M. I. A. **Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. Piracicaba, 2003. 121p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

BECK, S. **Com unhas e dentes**. 2 ed. São Paulo: Sergio Beck, 2002. 186p.

BERGALLO, A.M.B. e ENCABO, M. **Reflexiones sobre el manejo de las áreas naturales protegidas de la patagônia argentina**. In: *Estúdios y Perspectivas en Turismo*. Neuquén, Argentina: CIET, 2000. Vol. 9. No. 1 y 2. p. 59-71.

BOO, E. **The ecotourism**. In: *Boom: Planning for Development and Management*. Washington (USA): WHN Technical Paper Series: 1992. Paper 2 p. iii,iv.

BOO, E. **O planejamento ecoturístico para áreas protegidas**. In: LINDBERG. K e HAWKINS. D. E (org). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 2005. 5ed. p. 33-55.

BRASIL. Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Educação ambiental no Brasil: subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional do Brasil para a CNUMAD**. Brasília: 1991.

BRASIL, Lei n. 9.795 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em: 12/01/2006.

BRASIL, Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília: MMA/SBF, 2003. 52p.

BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/unidades/geralucs/legislacao/coletanea/dec84017.htm>. Acesso em: 19/11/2004.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Tourism, ecotourism and protect areas**. In: *Parks*. EUA:1991. V.2 no. 3 p 31-35.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Tourism, ecotourism and protect áreas: the state of nature-based tourism around the world and guidelines fot its development**. Enlgland: UICN, Gland, Switzerland and Cambrige, 1996. 301p.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **O ecoturismo como um fenômeno mundial**. In: LINDBERG. K e HAWKINS. D. E (org). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac, 2005. 5ed. p. 25-29.

CIFUENTES, M. **Determinación de capacidade de carga turística en áreas protegidas.** Turrialba, Costa Rica: CATIE, 1992. Série Técnica. Informe Técnico no. 194. 22p.

CLUB ANDINO DE BARILOCHE. **“SOS” Comisión de Auxilio.** Bariloche, Argentina: CAB, 1995. 119p.

CNUMAD. **Nosso Futuro Comum: Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CULLINGS, T. **Financiando programas con cajas de donaciones: la buena interpretación vale la pena.** In: HAM, S.H. Interpretación Ambiental: una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños. Colorado, Estados Unidos: North América Press, 1992. 31-32p.

DAVENPORT, L. e RAO, M. **A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro.** In: TERBORGH, John et al. (org.) Tornando os Parques Eficientes – Estratégias para a Conservação da Natureza nos Trópicos. Curitiba: Editora da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. (pág 52 a 73).

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001. 169p.

DOUROJEANNI, M. J. **Áreas protegidas: problemas antigos y nuevos, nuevos rumbos.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Curitiba, IAP/Unilivre/RNPUcs, 1997. Anais, vol. I, pág 69-109.

DRIVER, B.L. and LYNN, J. **A pilot study of the perceived long-term benefits of the Youth Conservation Corps.** Journal of environmental education. United States of America: 1983.

DRUMMOND, J.A. **O Sistema Brasileiro de Parques Nacionais: análise dos resultados de uma política ambiental.** Niterói: EDUFF, 1997.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro - os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro.** Niterói: EDUFF- Universidade Federal Fluminense, 1997.

DUARTE, B. G. **Pesquisa do perfil de visitantes no Parque Nacional do Caparaó.** Alto Caparaó: NET/Doces Matas, 2005. 40p.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília: EMBRATUR, 1994.

EQUADOR. Ley de gestion ambiental. Ley No. 37. RO/ 245 de 30 de Julio de 1999. Disponível em: www.ambiente.gov.ec/AMBIENTE/legislacion/docs/LGA.pdf Acesso em: 03/03/2006.

FARIA, D. S. e CARNEIRO, R. K.S. **Sustentabilidade ecológica e ecoturismo**. In: Revista Espaço e Geografia. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. Ano 3 no.

FARIA, H. H. e LUTGENS, H.D. **Estudo da capacidade turística de uma área de recreação da estação experimental e ecológica de Itirapina, São Paulo**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 2. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. p. 321-332.

FRANCO, J. L.de A. **Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930-1992)**. In: SILVA, L.S.D. (org). Relações da Cidade-Campo. Goiânia: UFG, 2000. p. 71-111.

FUNDACIÓN NATURA. **Parque Nacional Machalilla: dinámicas migratorias y sus efectos em el uso de los recursos naturales**. Equador, Quito: Fundación Natura, TNC y WWF, 2000. 157p.

GUERRA, L. e SARMIENTO, M.R. **Diagnóstico de situación y gestión del turismo em areas del Sistema Nacional de Areas Naturales Protegidas**. Equador, Quito:USAID, 2001.

GUIMARÃES, P.F. **A guerrilha de Caparaó (1966-1967) e o pânico das populações residentes próximas ao Parque Nacional do Caparaó**. Universidade Federal de Juiz de Fora: 2006. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/parna_caparao Acesso em: 30/03/2006.

GRAYDON, D. **Moutaineering: the freedom of the hills**. Seattle: The Mountaineers, 1992. 5ed. 447p.

HAM, S.H. **Interpretación ambiental: una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños**. Colorado, Estados Unidos: North América Press, 1992. 437p.

IBAMA. **Programa Estruturante para ecoturismo em unidades de conservação, focando os parques nacionais**. Brasília: IBAMA, 2005. 27p. Proposta preliminar – compensação ambiental.

IBAMA. Introdução. **Programa de uso público e ecoturismo em parques nacionais**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/revista/apresentacao.htm> Acesso em: 12/01/06.

IBAMA. **Manual do voluntário do parque nacional da Tijuca: educação por natureza**. Rio de Janeiro: IBAMA, 2004. 24p.

IBAMA. **Projeto para implantação, recuperação e sinalização de trilhas para o Parque Nacional do Caparaó**. Brasília: IBAMA, 2003.

IBAMA. **Relatório do programa de treinamento: manejo de impactos ecológicos e sociais para atividades recreativas e de lazer em áreas naturais protegidas**. Piracicaba: IBAMA, 2003. 50p.

IBAMA. **Roteiro metodológico de planejamento – parque nacional, reserva biológica e estação ecológica.** Brasília: IBAMA, 2002. 135p.

IBAMA, GTZ e IEF. **Manual de introdução à interpretação ambiental.** Belo Horizonte: Projeto Doces Matas, 2002. 108p.

IBAMA. **Estudo de viabilidade técnica para a prática de escalada e canionismo no Parque Nacional do Caparaó.** Brasília: IBAMA, 2002. 44p.

IBAMA. **Guia de Chefe: manual de apoio ao gerenciamento de unidades de conservação.** Brasília: GTZ, 2000.

IBAMA. **Plano de uso público do Parque Nacional do Caparaó.** Brasília: PNUD, 2000. 164p.

INSTITUTO ECUATORIANO FORESTAL DE AREAS NATURALES Y VIDA SILVESTRE. **Actualización del plan de manejo del Parque Nacional Cotopaxi.** Flavio Coelho (org). Equador, Quito: INEFAN, 1996.

JESUS, F. et al. **Uso público em unidades de conservação.** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 1. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação, 1997. p. 587-601.

KELLERT, S. R. **A national study of outdoor wilderness experiences.** Yale, United States of America: Yale Universit, 1998. 104p.

KINKER, S. **O Ecoturismo como uma das estratégias de conservação da natureza em parques nacionais brasileiros – estudo de caso para os parques nacionais de Aparados da Serra e Caparó.** São Paulo, 1999. 429f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

LEUZINGER, C. **Ecoturismo em parques nacionais: a compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em parques nacionais.** Brasília: WD Ambiental, 2002. 150p.

LITTLE, P. E. **Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros.** In: TOURRAND, J. F. e BURSZTYN, M. (org). Amazônia: cenas e cenários. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 321-344.

MAGRO, T.C. **Manejo de áreas naturais protegidas.** São Paulo: ESALQ/USP, 2004 (Notas de Aula). 101p.

MALHEIROS, T. M. M. **A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável.** In: Análise da Efetividade da Avaliação de Impactos Ambientais como Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente: sua aplicação em nível federal. Rio de Janeiro: 1995. (Mestrado em Ciência Planejamento Energético). Pós-Graduação em Engenharia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MCKERCHER, B. **Differences between tourism and recreation in parks.** In: Tourism Research. Annals.... Inglaterra: Elsevier Science, 1996. vol 23, no. 3. p. 563-575.

MILANO, M. S. **Porque existem as unidades de conservação?** In: Unidades de Conservação: atualidades e tendências. MILANO, M. S. (org). Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. pág 193-208.

MINISTERIO DEL AMBIENTE. **Sistema Nacional de Áreas Protegidas.** Disponível em: <http://www.ambiente.gov.ec/>. Acesso em: 28/02/2006.

MINISTERIO DEL AMBIENTE. **Estructura organizacional.** Disponível em: http://www.ambiente.gov.ec/AMBIENTE/info_general/index.htm. Acesso em: 31/01/2005.

MINISTERIO DEL AMBIENTE. **Parque Nacional Cotopaxi.** Disponível em: <http://www.ambiente.gov.ec>. Acesso em: 24/01/2005.

MINISTERIO DEL AMBIENTE. **Informe Final - Gestión del Turismo em el Sistema Nacional de Areas Protegidas (SNAP) del Ecuador.** Equador, Quito: 2004. 78p.

MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação.** Brasília: MMA, 2006. 61p. (Áreas Protegidas do Brasil, 3).

MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **As áreas protegidas como atratores do turismo.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apbpparq.html>. Acesso em: 06/02/2006.

MMA. Portaria 288 de 18 de novembro de 2004. **Institui a campanha de conduta consciente em ambientes naturais.** Brasília: MMA: 2004.

MMA. **Planejamento e operações de programas de voluntariado em Unidades de Conservação.** Brasília: MMA, 2003. 40p.

MMA. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia.** Brasília: MMA, 2002. 52p.

MMA. **Pesquisa sobre a opinião dos visitantes dos parques do país.** Jornal das Áreas Protegidas do Brasil. Brasília: MMA, 2005. Ano III. n. 4.

MMA. **Carta da Terra.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/docs/cterra.htm> Acesso em: 12/01/2006.

MUNICIPALIDAD DE CUENCA. **Ordenanza que regula la gestión en el Parque Nacional Cajas.** Ecuador: Enero del 2003.

NATIONAL PARK SERVICE. **What is interpretation?** Disponível em: <http://www.nps.gov/learn> Acesso em: 15/01/06

NATIONAL PARK SERVICE. **Process for addressing visitors carrying capacity in the National Park System.** EUA: United States Department of the interior, 1992. 17p.

NATIONAL PARK SERVICE. **Long-range interpretive plan: Yellowstone National Park.** United States of America: NPS, 2000. 32p.

NEWHOUSE, N. **Implications of attitude and behavior research for environmental conservation.** Journal of environmental education. United States of America: 1990. vol. 22, n. 1.

NOE, F.P and SNOW, R. **The new environmental paradigm and further scale analysis.** Journal of environmental education. United States of America: 1990. vol. 21, n. 4.

NOLS. **Torres del Paine seminar on limits of acceptable change on recreational impact monitoring.** Disponível em: http://research.nols.edu/Torres_seminar.1996.html Acesso em: 01/02/01.

OTERO, A.M. **Desarrollo turistico em centros de montana em los Andes Patagónicos.** Habana, Cuba: 1998. Doutorado (tese) da Faculdade de Geografia, Universidad de La Habana.

PÁDUA, M.T.J. **Efetividade das políticas de conservação da biodiversidade.** In: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 1. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação e Fundação O Boticário, 2000. p. 104-116.

PÁDUA, M.T.J. **Sistema brasileiro de unidades de conservação: de onde viemos e para onde vamos?** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 1. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. p. 214-236.

PÁDUA, S. M. **Abrir ou não abrir as reservas?** O Eco: 2005. Disponível em: www.oeco.com.br Acesso em: 10/01/2006.

PASSOLD, A. J. **Seleção de indicadores para o monitoramento do uso público em áreas naturais.** São Paulo: 2002. Mestrado (dissertação) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. 75p.

PIRES, P. S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista.** São Paulo: 1998. 218 f. Tese (Doutorado em Ecoturismo) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

QUADROS, J. W. **Classe média encolheu no 1º ano do Governo Lula.** São Paulo: UNICAMP, 2004. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/novembro2004/clipping041113_correiopop.html. Acesso em: 04/03/06

ROA, J.G.; CASTILHO, R.; CASTAÑEDA, J.; SÁNCHEZ, J.A. **Recursos Naturales y Turismo.** México: Limusa, 1983.

ROME, A. **Ecoturism impacts monitoring: a review of methodologies and recomendations for developing monitoring programs in Latin America.** USA: The Nature Conservancy, 1999. 34p.

SANTOS, G.L.S.A. **Principais técnicas para a prática sócio-ambiental.** In: Educação Ambiental em Unidades de Conservação. Guaraqueçaba: Universidade Livre do Meio Ambiente e Fundação O Boticário, 2000. p. 40-45.

SARMIENTO, M.R. **Opciones legales para la participación comunitaria en los procesos de concesión de servicios en las áreas del patrimonio nacional de áreas naturales; el caso de la infraestructura turística e de interpretación ambiental.** Tese de Maestria em Derecho Ambiental. Universidade Internacional de Andalucía: Equador, 2004. 195p.

SAVI, M. **Manejo de visitantes para implementação de parques: estudo de caso do parques estadual do Marumbi.** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 2. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. p. 391-403.

SEBRAE, **Arranjos Produtivos Locais.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/cooperecrescer/arranjosprodutivoslocais.asp> Acesso em: 15/01/2006.

SEBRAE, **Projeto: estímulo e fortalecimento do agroturismo na região do Caparaó.** Disponível em: <http://www.sigeor.sebrae.com.br/> Acesso em: 15/01/2006.

SEBRAE, **Projeto: desenvolvimento sustentável do setor de turismo de Alto Paraíso e Cavalcante.** Disponível em: <http://www.sigeor.sebrae.com.br/> Acesso em: 15/01/2006.

SEKHAR, N. U. **Local people's attitudes towards conservation and wildlife tourism around Sariska Tiger Reserve.** Journal of Environmental Management. India: 2003. Vol. 69, no. 4, pp. 339-347.

STANKEY, G.H. et al. **The limits of acceptable change system form wilderness planning.** United States of America: Forest Service, 1985. Technical report n. 176. 37p.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN e COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: medidas na pesquisa social.** São Paulo: EPU, 1987.

TAKAHASHI, L. **Uso público em unidades de conservação.** Cadernos de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticário, 2004. ano 2. no. 2. 40p.

TAKAHASHI, L. **Limite aceitável de câmbio (LAC): manejando e monitorando visitantes.** In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 1. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. p. 445-464.

TORRE, G. **Recreación en áreas protegidas: alcance de la planificación y la gestión.** Neuquén, Argentina: 2002. Mestrado (dissertação) da Faculdade de Turismo, Universidade Nacional de Comahue.

WESTERN, D. **Como definir o ecoturismo.** In: LINDBERG. K e HAWKINS. D. E (org). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 2005. 5ed. p. 15-22.

UICN. **Mensaje del V Congreso Mundial de Parques de la UICN al Convenio sobre la Diversidad Biológica.** Disponível em: http://www.uicn.org/themes/wcpa/wpc2003/pdfs/outputs/wpc/recommendations_sp.pdf Acesso em: 30/10/2003.

UICN. **Parks for live.** In: Report of the IVth World Congresso on National Parks and Protected Áreas. Gland: UICN, 1993. 260p.

UNEP. **Definiciones de las categorías UICN de manejo de áreas protegidas**. Disponível em: http://www.unep-wcmc.org/index.html?http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/data. Acesso em: 06/12/2005.

UNT. **Instituto para la Administración de Areas Protegidas Dr. Claes C. Olrog**. Disponível em: <http://www.unt.edu.ar/rectorado/olrog/default.htm> Acesso em: 05/05/2006.

VASCONCELLOS, J.M.O. **Educação ambiental em unidades de conservação**. In: Educação Ambiental em Unidades de Conservação. Guaraqueçaba: Universidade Livre do Meio Ambiente e Fundação O Boticário, 2000. p. 24-39.

VASCONCELLOS, J.M.O. **Trilhas interpretativas: aliando educação e recreação**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Anais... Vol. 1. Curitiba: IAP, UNILIVRE, Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997. p. 465-477.

ZIMMERMANN, A *et al.* **Um olhar sobre os parques nacionais brasileiros**. Trabalho de conclusão de curso da disciplina Tópicos Especiais em Desenvolvimento Sustentável: Unidades de Conservação. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2005. (inédito)

ZIMMERMANN, A., RODRIGUES, C. e ANDRADE, J. **Visitação em parques nacionais: oportunidade para participar, vivenciar e conservar**. In: I Seminário Áreas Protegidas e Inclusão Social. Anais... Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/eixo5/zimmermann.htm> Acesso em: 07/01/2006.

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DE PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Parque Nacional	Data da entrevista: / /
Nome do entrevistado:	
Função:	
E-mail:	Telefone:

Informações iniciais sobre a visita

1. Desde quando a visitação é realizada no parque?
2. Quais atividades recreativas são realizadas no parque atualmente?

Caminhadas de um dia		Canoagem		Canionismo	
Banho		Asa delta		Travessia em cavernas	
Ciclismo		Boiacross		Balonismo	
Caminhada com pernoite		Rafting		Surf	
Escalada em rocha		Mergulho		Ultraleve	
Montanhismo		Visita à cavernas		Pára-queda	
Descida de cachoeira (cachoeirismo)		Parapente			
Cavalgada					

Outras?

3. Essas atividades estão previstas no Plano de Manejo do parque ou outro instrumento de gestão?
4. Quais as atividades educativas são realizadas no parque? A qual público elas são destinadas?
5. Quanto tempo os visitantes permanecem no parque? Há pesquisas sobre isso?
6. Você considera que as atividades recreativas e as atividades educativas são:
 distintas – não têm relação umas com as outras
 similares – têm total relação umas com as outras
 complementares – toda atividade recreativa tem um potencial educativo
 outro? _____

Por quê?

Infra-estrutura

7. Qual a infra-estrutura para o uso público existente na UC?

- Centro de Visitantes
- Banheiros e vestiários
- Alojamento para pesquisadores
- Auditório
- Áreas para camping
- Áreas para piquenique
- Trilhas – quantidade _____ e comprimento total em km _____
- Abrigos e alojamentos
- Outros – quais?

8. Existem estruturas adaptadas para pessoas com deficiências físicas?

- Sim Não
- Se sim, quais são elas?

Recursos Financeiros

9. Qual valor cobrado para ingresso de visitantes no parque?

10. Há preços diferenciados? Quais são os critérios utilizados para a diferenciação de valores de ingresso?

11. A receita proveniente da visitação é utilizada integralmente pelo parque? Se não, como ocorre?

12. Qual a origem dos recursos financeiros utilizados para a gestão do parque?
Há projetos financiados por instituições internacionais?

Funcionários

13. Qual o número de funcionários do parque? Há pessoas que trabalham especialmente com uso público?

Existem voluntários que trabalhem regularmente no parque? Se sim, quantos?

14. Os funcionários do parque já participaram de capacitações para manejo do uso público?
 Não Sim. Especificar:

Estratégias de Gestão

15. As atividades recreativas no parque podem ser realizadas de forma autônoma ou é necessária a contratação do serviço de um guia ou agência de turismo? (Se for obrigatória a contratação do serviço, identificar os motivos)

16. Como são realizadas as atividades em que é necessária a contratação de serviços:

- Com acompanhamento de monitores ou condutores do próprio parque.

Citar as atividades:

- Com acompanhamento de monitores ou condutores das comunidades do entorno do parque.

Citar as atividades:

17. Existem atividades realizadas apenas por agências de turismo ou concessionárias?

() Sim () Não

Quais são elas?

18. Quais os serviços oferecidos no parque? Destes, quais são oferecidos por empresas concessionárias?

() Serviços de Alimentação

P	C	Restaurantes	P	C	Bares	P	C	Máquinas de auto-atendimento
P	C	Lanchonetes	P	C	Cafés	P	C	

OUTROS:

Parque: _____

Concessionárias: _____

() Serviços de hospedagem

P	C	Hotéis	P	C	Alojamentos	P	C	Camping
P	C	Pousadas	P	C	Refúgios	P	C	Casas/chalés

OUTROS:

Parque: _____

Concessionárias: _____

() Serviços de transporte

Parque: _____

Concessionárias: _____

() Atividades recreativas

Parque: _____

Concessionárias: _____

() Serviços de apoio à visitação

P	C	Aluguel de equipamentos	P	C	Mercado para alimentos	P	C	
P	C	Venda de souvenirs	P	C	Estacionamento	P	C	

OUTROS:

Parque: _____

Concessionárias: _____

19. Quantas empresas concessionárias existem no parque?

20. As atividades recreativas por empresas concessionárias também podem ser realizadas de forma autônoma?

21. Quais as principais dificuldades enfrentadas para desenvolvimento da visitação no parque? Como essas dificuldades são superadas?

22. Você considera que os visitantes são problemas ou oportunidades para a proteção do meio ambiente?

23. Existe limite máximo para o número de visitantes nos diferentes atrativos do parque? Em caso positivo, como foi definido?

24. O parque adota estratégias para prevenção e resposta a acidentes?

() Não () Sim – quais são elas?

25. Quais atividades recreativas geram mais impactos ambientais ao parque?

Quais são os impactos?

26. O parque realiza algum tipo de monitoramento dos impactos da visitação?

() Não () Sim. Qual? _____

27. É utilizado algum método específico?

() Não () Sim. Qual? _____

28. Qual a frequência de monitoramento? Quem realiza esse trabalho?

29. O parque orienta o visitante quanto à segurança e ao mínimo impacto em ambientes naturais?

30. Existem normas ou regulamentos estabelecidos para ordenar a visitação no parque?

() Não.

() Sim. Quais são?

31. Como são divulgadas as normas de visitação do parque?

	Placas indicativas		Folderes		Palestras		Website
	Jornal		Programas de radio		Centro de Visitantes		Cartilhas
	Vídeo		Outros Quais?				

32. Qual tipo de informação passada aos visitantes quando chegam ao parque?

Modos de informar o visitante:

	Placas indicativas		Folderes		Palestras		Website
	Painéis		Mapas		Centro de Visitantes		Trilhas interpretativas

33. Quantas trilhas são sinalizadas? A sinalização tem objetivo informativo?

34. Você considera importante incentivar a visitação em parques nacionais? Por quê?

35. Para este parque, qual a importância da visitação?

36. O parque desenvolveu meios oficiais para incentivo à visitação da unidade? Quais são elas?

37. O parque possui algum programa para visitação de pessoas da comunidade do entorno?

Gestão participativa

38. As decisões para manejo da visitação no parque são tomadas totalmente pela administração do parque ou alguma forma de consulta e de participação de atores sociais? Como é feita e quais atores participam?

39. Há parceria com alguma outra instituição para gestão do parque?

40. Quais instituições estão envolvidas com o desenvolvimento do parque, seja para pesquisa científica, voluntariado, recreação, etc?

Informações gerais

41. Quais os principais problemas enfrentados para o manejo do parque?

42. O parque já realizou pesquisas sobre o nível de satisfação de seus visitantes?

43. Há Universidades ou outro centro de pesquisa realizando estudos no parque?

44. Quantos visitantes o parque recebe anualmente? O número anual de visitantes nos últimos dez anos está disponível?

45. Os gestores dos parques conhecem a demanda dos visitantes para a realização de atividades recreativas?

Sim Não Em parte

Como isso é sabido?

46. Os gestores conhecem o perfil dos visitantes?

Sim Não Em parte

Como isso é sabido?

47. O gestor do parque conhece a demanda dos visitantes para utilização da área? Se sim, quais os meios utilizados para isso? Qual é a demanda? Ela é atendida?

48. Essas informações influenciam as decisões de manejo da visitação no parque?

49. Na sua opinião, qual contribuição a realização de atividades recreativas e turísticas em parques nacionais traz à sociedade?

50. Você considera que toda visita a um parque nacional contribui para que as pessoas tenham atitudes no sentido de proteger o meio ambiente?

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DE PARQUES NACIONAIS ARGENTINOS E EQUATORIANOS

Parque Nacional	Fecha de la entrevista: / /
Nombre del entrevistado:	
Función:	
E-mail:	Teléfono:



1. ¿Desde cuando la visitación es realizada en el parque?

2. ¿Qué actividades de recreación son realizadas en el parque actualmente?

Caminatas de un día		Regata de canoas		“Canionismo”	
Baño		Ala delta		Travesía en cuevas	
Ciclismo		“Boiacross”		Paseo en globos	
Caminata con pernoctación		“Rafting”		Surf	
Escalada en roca		Buceo		Ultraligero	
Montañismo		Visita a cuevas		Paracaidismo	
Descenso en cascada		Parapente			
Cabalgada					

Otras?

3. ¿Están previstas esas actividades en el Plan de Manejo del parque u otro instrumento de gestión?

4. ¿Qué actividades educativas son realizadas en el parque? ¿Y a qué clase de público son destinadas?

5. ¿Por cuánto tiempo los visitantes permanecen en el parque? ¿Hay encuestas sobre ello?

6. Considera usted que las actividades de recreación y las actividades educativas son:

- () Distintas – no tienen relación unas con las otras
- () Similares – tienen total relación unas con las otras
- () Complementares – toda actividad de recreación tiene un potencial educativo
- () Otro? _____

Por qué?

Infraestructura

7. ¿De qué infraestructura para el uso público dispone la UC?
- () Centro de Visitantes
 - () Baños y vestuarios
 - () Alojamiento para investigadores
 - () Auditorio
 - () Áreas para camping
 - () Áreas para picnic
 - () Senderos – cantidad 6 y largo total en kilómetros 78,2 km
 - () Abrigos y alojamientos
 - () Portaria
 - () Otros:

8. ¿Hay estructuras adaptadas para personas minusválidas?

() Sí () No

En caso de respuesta afirmativa, ¿cuáles son?

Recursos Financieros

9. ¿Cuál es el importe cobrado para el ingreso de visitantes en el parque?

10. ¿Hay precios diversificados? ¿Cuáles son los criterios adoptados para la diferenciación de importes de ingreso?

11. ¿El ingreso, en efectivo, procedente de la visitación es utilizada en su totalidad por el parque? En caso de respuesta negativa, ¿cómo sucede?

12. ¿Cuál es el origen de los recursos financieros utilizados para la gestión del parque? ¿Hay proyectos financiados por instituciones internacionales?

Funcionarios

13. ¿Cuál es el número de funcionarios del parque? ¿Hay personas que trabajan especialmente con uso público?

¿Hay voluntarios que trabajan regularmente en el parque? En caso de respuesta afirmativa, ¿cuántos son?

14. ¿Los funcionarios del parque ya han participado de capacitaciones para el manejo del uso público?
() No () Sí. Especifique:

Estrategias de Gestión

15. ¿Las actividades de recreación en el parque pueden ser realizadas de forma autónoma o se hace necesaria la contratación del servicio de una guía o agencia de turismo? (En caso de que se haga obligatoria la contratación del servicio, identifique los motivos)

16. ¿Cómo son realizadas las actividades en que se hace necesaria la contratación de servicios?

Con acompañamiento de monitores o del personal del propio parque.

Mencione las actividades:

Con acompañamiento de monitores o conductores de las comunidades del entorno del parque.

Mencione las actividades:

17. ¿Hay actividades realizadas solamente por agencias de turismo o concesionarias?

Sí No

¿Cuáles son ?

18. ¿Cuáles son los servicios brindados por el parque? De éstos, ¿cuáles son brindados por empresas concesionarias?

19. ¿Cuántas empresas concesionarias están en el parque?

20. ¿Las actividades de recreación por empresas concesionarias también pueden ser realizadas de forma autónoma?

21. ¿Cuáles son los principales obstáculos enfrentados para el desarrollo de la visitación en el parque? ¿Cómo esos obstáculos son superados?

22. ¿Considera usted que los visitantes representan problemas o representan oportunidades para la protección del medio ambiente?

23. ¿Existe límite máximo para el número de visitantes en las distintas atracciones del parque? En caso afirmativo, ¿cómo ha sido definido?

Para a Ilha da Prata foi definido mas realizado de forma pouco técnica – ver Plano Turístico do PNM.

24. ¿El parque adopta estrategias para prevención y solución contra accidentes?

No Si. ¿Cuáles son?

Há poucos registros de acidentes. Os guardas parque usam rádio VHF linkado com a polícia.

25. ¿Qué actividades recreativas más generan impactos ambientales al parque? ¿Y cuáles son los impactos?

26. ¿El parque realiza algún tipo de monitoreo de los impactos de la visitación?

No Sí. ¿Cuál?

27. ¿Se utiliza algún método específico?

No Sí. ¿Cuál?

28. ¿Cuál es la frecuencia del monitoreo? ¿A quién le toca ese trabajo?

29. ¿El parque orienta al visitante respecto a la seguridad y al mínimo impacto en ambientes naturales?

30. ¿Existen normas o reglamentos establecidos para ordenar la visitación en el parque?

() No.

() Sí. ¿Cuáles son? Ver plano de manejo

31. ¿Cómo se divulgan las normas de visitación del parque?

	Carteles señaladores		Folletos		Exposiciones		Sitio en la Web
	Periódico		Programas de radio		Centro de Visitantes		Cartillas
	Vídeo		Otros. ¿Cuáles?				

32. ¿Qué clase de información se les pasa a los visitantes cuando llegan al parque?

Modos de informar al visitante:

	Carteles señaladores		Folletos		Exposiciones		Sitio en la Web
	Pantallas		Planos		Centro de Visitantes		Senderos interpretativos

33. ¿Cuántos senderos tienen señalización? ¿Tiene la señalización objetivo informativo?

34. ¿Considera usted importante incentivar la visitación a parques nacionales? Por qué?

35. ¿Qué importancia tiene la visitación para este parque?

36. ¿El parque ha desarrollado medios oficiales para incentivo a la visitación de la unidad? ¿Cuáles son?

37. ¿Posee el parque algún programa para visitación de personas de la comunidad del entorno?

Gestión participativa

38. ¿Las decisiones para el manejo de la visitación en el parque son tomadas totalmente por la administración del parque o alguna forma de consulta tiene participación de actores sociales? ¿Cómo se hace y qué actores participan?

39. ¿Hay aparcería con alguna otra institución para la gestión del parque?

40. ¿Qué instituciones están involucradas con el desarrollo del parque, sea para investigación científica, para el voluntariado, para la recreación, etc.?

Informaciones generales

41. ¿Cuáles son los principales problemas enfrentados para el manejo del parque?
42. ¿El parque ya ha realizado encuestas sobre el nivel de satisfacción de sus visitantes?
43. ¿Hay universidades u otro centro de investigación realizando estudios en el parque?
44. ¿Cuántos visitantes el parque recibe anualmente? ¿El número anual de visitantes durante los últimos diez años está disponible?
45. ¿Los gestores de los parques conocen la demanda de los visitantes para la realización de actividades de recreación?
() Sí () No () Parcialmente
¿Cómo eso se sabe?
46. ¿Los gestores conocen el perfil de los visitantes?
() Sí () No () Parcialmente
¿Cómo eso se sabe?
47. ¿El gestor del parque conoce la demanda de los visitantes para la utilización del área? En caso afirmativo, ¿cuáles son los medios utilizados para ello? ¿Cuál es la demanda? ¿Ella es atendida?
48. ¿Esas informaciones tienen influencia sobre las decisiones de manejo de la visitación en el parque?
49. En su opinión, ¿qué contribución la realización de actividades de recreación y turísticas en parques nacionales aporta a la sociedad?
50. ¿Considera usted que toda visita a un parque nacional contribuye para que las personas tengan actitudes con vistas a proteger el medio ambiente?

ANEXO 7 – RELAÇÃO DOS GRUPOS DE DISCUSSÃO DE DISCUSSÃO QUE RECEBERAM A SOLICITAÇÃO DE RESPOSTA À PESQUISA ENVIDADA PELA PESQUISADORA

Grupos de discussão:

- ➔ Associação Brasileira de Escalada e Montanhismo (abresca@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Escalada no Cerrado (escaladanocerrado@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Grupo de Caminhada de Brasília (caminhada@grupos.com.br)
- ➔ Federação de Montanhismo do Paraná (FEPAM@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Hang On (hangon@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Federação de Esportes de Montanha de São Paulo (FEMESP@yahoobgrupos.com.br)
- ➔ Federação de Esportes de Montanha do Rio de Janeiro (FEMERJ@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Federação de Esportes de Montanha de Minas Gerais (fememg@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Instituto de Permacultura: Organização Ecovilas e Meio Ambiente (ipoema@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Ecoturismo (ecoturismo@yahoogrupos.com.br)
- ➔ Montanhismo (montanhismo@grupos.com.br)
- ➔ Alunos do curso de mestrado e doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável

Comunidades do Orkut:

1. Albergues da juventude
2. Amo a natureza
3. Aparados da Serra
4. Aventureiros por natureza – Rio Grande do Norte
5. Caminhada-Natureza-Animais
6. Cavernas do Brasil
7. Chapada Diamantina
8. Chapada dos Veadeiros
9. Consumo sustentável
10. Ecoturismo
11. Ecoturismo-Lençóis Maranhenses
12. Educação ambiental
13. Escalada Brasil
14. Escalada no Ceará
15. Escoteiros
16. Escoteiros do Paraná
17. Escotismo paulista
18. Estudando o ecoturismo

19. Eu amo a Chapada dos Guimarães
20. Eu amo a liberdade
21. Eu amo muito a natureza
22. Eu preservo a natureza
23. Excursionismo de mínimo impacto
24. Geografia e meio ambiente
25. Gestão ambiental
26. Grupo de excursionismo da Serra da Bodoquena
27. Ilha de Abrolhos
28. Ilha Grande – Brasil
29. Meio ambiente
30. Mochila Brasil
31. Mochileiros
32. Montanhismo
33. Montanhismo em Minas Gerais
34. Oportunidades ambiental
35. Parque Nacional do Itatiaia
36. Parque Nacional Sete Cidades
37. Parques Nacionais Brasileiros
38. Pessoas que amam viajar
39. Pico da Bandeira – Brasil
40. Pico da Neblina
41. Pra viagem
42. Quem pergunta quer saber
43. S.O.S natureza
44. Serra da Canastra
45. Serra da Capivara
46. Serra do Cipó
47. Sustentabilidade
48. Sustentabilidade
49. Trekking
50. Três Picos de Salinas
51. Trilhas e campings
52. Trilhas e rumos
53. Vivo a vida intensamente!

ANEXO 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A INSTITUIÇÃO GESTORA DE PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Instituição: _____ Data da entrevista: / / _____
Nome do entrevistado: _____
Função: _____
E-mail: _____ Telefone: _____

1. Qual o papel a importância da visitação em parques nacionais?
2. Qual a contribuição que a visitação em parques nacionais traz para a sociedade? E para o meio ambiente?
3. Você considera que as atividades recreativas e as atividades educativas são:
 distintas – não têm relação umas com as outras
 similares – têm total relação umas com as outras
 complementares – toda atividade recreativa tem um potencial educativo
 outro?
4. No Brasil, diversos parques nacionais não são oficialmente abertos à visitação. Por que? Quais restrições e dificuldades existem para desenvolvimento da visitação nos parques nacionais?
5. Você considera o IBAMA deva incentivar a visitação em parques nacionais? Por quê?
6. Quais dados o IBAMA tem disponíveis sobre a visitação nos parques nacionais brasileiros?
7. Quais são as ações / programas estão sendo realizados atualmente pelo IBAMA que objetivem o trabalho com uso público nos parques nacionais?

ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A INSTITUIÇÃO GESTORA DE PARQUES NACIONAIS ARGENTINOS E EQUATORIANOS

Institución: _____ Fecha de la entrevista: / / _____
Nombre del entrevistado: _____
Función: _____
E-mail: _____ Teléfono: _____

1. Institucionalmente, ¿cómo es realizada la gestión de las áreas protegidas?
2. ¿Cuáles son las categorías de UC existentes en Argentina/ Ecuador? ¿En cuáles de ellas la visitación está permitida (ecoturismo, actividades de recreación)?
3. ¿Cuántos parques nacionales existen en Argentina? De éstos, ¿cuántos están oficialmente abiertos a la visitación?
4. ¿Aun los parques nacionales con bajo nivel de implementación están abiertos a la visitación? ¿Por qué?
5. ¿Considera usted que la institución deba estimular la visitación en parques nacionales? ¿Por qué?
6. ¿Qué restricciones existen en Argentina/Ecuador para el desarrollo de la visitación en los parques nacionales? Por ejemplo, en Brasil la visitación sólo está oficialmente permitida luego de ser elaborado el Plan de Manejo del parque.
7. En su opinión, ¿qué contribución la realización de actividades de recreación y turísticas en parques nacionales aporta a la sociedad?
8. Considera usted que las actividades de recreación y las actividades educativas son:
() Distintas – no tienen relación unas con las otras
() Similares – tienen total relación unas con las otras
() Complementares – toda actividad de recreación tiene un potencial educativo
() Otro?
Por qué?
9. ¿Cuántos parques nacionales tienen su situación agraria regularizada? ¿La propiedad de la tierra es del gobierno?
10. ¿Qué datos disponibles tienen ustedes sobre la visitación en los parques? ¿Y cómo ellos son colectados?
11. ¿Cuáles son las acciones / programas realizados por la institución que tengan como reto el trabajo con uso público en los parques nacionales?

ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS VISITANTES DE PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

1. Você costuma visitar os parques nacionais brasileiros:

- Uma vez por ano
- 2 a 4 vezes ao ano
- Mais de 4 vezes ao ano
- Menos de uma vez por ano

2. Quais parques nacionais brasileiros você já visitou?

3. Geralmente, como ocorrem as suas visitas aos parques nacionais brasileiros?

- Com grupo de amigos ou familiares
- Em excursão (empresa de turismo)
- Em expedição de Associação, Clube ou Centro Excursionista
- Sozinho(a)
- Outro

4. Você já visitou parques nacionais fora do Brasil?

Não

Sim Quais?

5. Quais os três principais objetivos de sua visita a parques nacionais (ordene conforme sua preferência: 1 para o mais importante, 2 para o segundo mais importante e 3 para o terceiro mais importante)?

- Obter conhecimentos científicos
- Observar animais ou plantas
- Contemplar paisagens
- Acampar
- Fazer caminhadas, Trekking
- Praticar montanhismo
- Escalar
- Praticar canionismo

- Tomar banhos de cachoeira
- Tomar banho de piscina natural
- Fazer pic-nic/ churrasco
- Passear com a família e amigos
- Fotografar
- Não fazer nada a descansar
- Andar de bicicleta
- Fazer rafting
- Conhecer a cultura local
- Outro

6. De uma forma geral, como você classifica sua experiência como visitante nos parques nacionais brasileiros?

- Pobre
- Razoável
- Boa
- Muito boa
- Excelente

7. Em sua opinião, o que deve ser feito para tornar a sua experiência nos parques nacionais brasileiros mais proveitosa e interessante?

8. A visita a um parque nacional influencia o seu comportamento no dia-a-dia?

- Não
- Sim

Por favor, explique sua resposta:

9. Sexo:

- Feminino
- Masculino

10. Qual sua faixa etária?

- Menos de 15 anos
- 15 a 18 anos
- 19 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 a 64 anos
- Mais de 65 anos

11. Qual seu nível de escolaridade?

- Ensino fundamental (1º grau)
- Ensino médio (2º grau)
- Graduação
- Pós-graduação
- Outros

12. Onde você mora?

Estado:

Cidade:

13. Qual sua renda familiar mensal?

- Até 1.200,00
- Entre 1.201,00 e 2.500,00
- Entre 2501,00 e 4.000,00
- Entre 4.001,00 e 6.000,00
- Acima de 6.000,00

14. Você faz parte de algum centro excursionista, grupo ou associação relacionado a atividades recreativas ou esportivas na natureza?

- Não
- Sim

Qual?

ANEXO 6 – CONTEÚDO DO SÍTIO DA PESQUISA



Universidade de Brasília - UnB

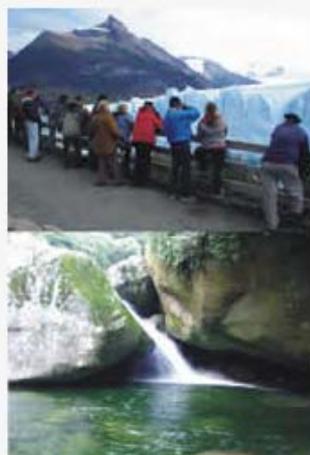
Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS

Conheça a Pesquisa

Público Alvo

Questionário

Contato



Conheça a Pesquisa

Esta página foi criada para a aplicação de um questionário aos visitantes dos parques nacionais brasileiros como parte dos instrumentos de pesquisa da dissertação da mestranda Andrea Zimmermann do Centro de Desenvolvimento Sustentável / UnB.

Sob a orientação do professor José Augusto Drummond, o trabalho desenvolvido pela pesquisadora tem como objetivo realizar um estudo sobre a visitação nos parques nacionais brasileiros a partir das experiências de parques nacionais da Argentina e do Equador, como subsídios para o aperfeiçoamento da política de conservação e de gestão da visitação no Brasil.

As principais etapas da pesquisa são:

- » Realização de pesquisa bibliográfica e análise de dados sobre a temática;
- » Realização de pesquisa em campo, a fim de entrevistar técnicos dos órgãos federais que administram as áreas protegidas nos diferentes países e os gestores de Parques Nacionais.
- » Aplicação de um questionário para visitantes de parques nacionais brasileiros.

Foram escolhidos três parques nacionais como estudos de caso em cada país.

São eles:

BRASIL

Parque Nacional da Serra dos Órgãos
Parque Nacional de Caparaó
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

ARGENTINA

Parque Nacional Los Glaciares
Parque Nacional Nahuel Huapi
Parque Nacional Quebrada del Condorito

EQUADOR

Parque Nacional Machalilla
Parque Nacional Cotopaxi
Parque Nacional Cajas

A dissertação de mestrado resultante deste estudo será defendida no primeiro semestre de 2006 e estará disponível para consulta na página do Centro de Desenvolvimento Sustentável (www.unbcds.pro.br).

Para responder às questões, **clique no item QUESTIONÁRIO**.



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS

[Conheça a Pesquisa](#) | [Público Alvo](#) | [Questionário](#) | [Contato](#)



Público Alvo

O questionário desta pesquisa é destinado aos visitantes dos parques nacionais brasileiros. Compreendemos como visitantes todas as pessoas que realizaram visitas a parques nacionais por motivos de lazer, recreação, esporte, contemplação, educação ambiental, dentre outros.

Questionário

© 2005 IPConsultores.com.br



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS

Conheça a Pesquisa

Público Alvo

Questionário

Contato



Questionário

Este questionário faz parte de uma pesquisa, sobre a visitação aos Parques Nacionais Brasileiros, desenvolvida pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS da Universidade de Brasília. É um elemento fundamental para a dissertação de mestrado que estamos elaborando.

Se você já visitou alguma vez um parque nacional no Brasil, pedimos que você dedique alguns minutos para responder as perguntas que se seguem.

A sua colaboração é muito importante para este trabalho porque acreditamos que a opinião dos usuários pode contribuir para a melhoria da visitação nos parques de modo a tornar as visitas cada vez mais interessantes.

Ajude-nos também contando aos seus amigos sobre este questionário e sugerindo que eles o respondam. Quanto mais respostas, melhores resultados teremos.

A dissertação resultante desta pesquisa será defendida no primeiro semestre de 2006 e estará disponível na página do CDS (www.unbcds.pro.br).

Desde já, **MUITO OBRIGADA!**

Andrea Zimmermann
Mestranda

José Augusto Drummond, Ph.
Orientador

Coordenador de Pós-Graduação,
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Universidade de Brasília

Clique aqui e responda o questionário



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS

[Conheça a Pesquisa](#) | [Público Alvo](#) | [Questionário](#) | [Contato](#)



Contato

Seu nome:

Seu email:

Sua mensagem:

enviar

Para quaisquer informações sobre esta pesquisa, entre em contato com :

Andrea Zimmermann

fone: (061) 9971 9596

[Questionário](#)

© 2005 IPConsultores.com.br

ANEXO 8 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ENTIDADE REPRESENTATE DE VISITANTES BRASILEIROS

Instituição:

Data da entrevista: / /

Nome do entrevistado:

Função:

E-mail:

Telefone:

-
1. Qual a principal função de um parque nacional?
 2. O que os PARNA brasileiros representam para o excursionismo neste país?
 3. Você considera que a visita a um parque nacional influencia, de algum modo, a vida dos visitantes (no dia a dia)? Explique sua resposta
 4. Você considera que a manutenção de trilhas, a limpeza dos atrativos e a segurança dos visitantes são atividades que também poderiam ser realizadas por visitantes?
 5. Qual tipo de ações a CBME ou as Federações de Montanhismo desenvolvem nos parques nacionais? Porque vocês tiveram essa iniciativa?
 6. Você considera que as oportunidades recreativas dos parques nacionais atendem às expectativas de visitantes como os montanhistas?
 7. Você diria que estão satisfeitos ou insatisfeitos com a maneira como a visitação é desenvolvida nos parques nacionais?
 8. Quais são as principais restrições ao desenvolvimento do montanhismo nos parques nacionais brasileiros?
 9. Você considera que as atividades recreativas e as atividades educativas são:
 distintas – não têm relação umas com as outras
 similares – têm total relação umas com as outras
 complementares – toda atividade recreativa tem um potencial educativo
 outro?
 10. Na sua opinião, qual o papel da visitação em parques nacionais?